

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Departamento de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais

O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: Um Estudo Comparativo

Lucas Pereira Rezende

Belo Horizonte

2010

Lucas Pereira Rezende

O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: Um Estudo Comparativo

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
stricto sensu em Relações
Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica de Minas
Gerais, como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais.

Orientador: Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa

Belo Horizonte

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rezende, Lucas Pereira

R467e O engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU: um estudo comparativo / Lucas Pereira Rezende. Belo Horizonte, 2010.
176f. : il.

Orientador: Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Nações Unidas – Forças de paz. 2. Forças de paz brasileiras. 3. Política externa – Brasil. 4. Organização das Nações Unidas. 5. Segurança internacional. 6. Organizações internacionais. 7. Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. I. Diniz, Eugenio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327.7

Lucas Pereira Rezende

O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: Um Estudo Comparativo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Prof. Dr. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa (orientador) – PUC Minas

Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria – PUC Minas

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik - UFRGS

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2010

À Laurinha, fonte constante de amor e calma.

Foi na noite de Reis que ela nasceu

E, nesse dia, um presente Deus me deu

Uma irmãzinha, que lindinha,

É a coisa mais fofinha

Que na vida posso ter nos dias meus.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil, através do Programa Renato Archer, pelo apoio.

Ao meu orientador, Eugenio Diniz, pelo acompanhamento e direcionamento que tornou possível este trabalho.

Ao Felipe Matos, por toda a incontável ajuda, carinho, atenção, companheirismo, compreensão, paciência e amor dispensados nesses últimos dois anos.

À Laura Faria, por entender minha ausência nos últimos meses e ser minha fonte constante de inspiração.

Ao professor Carlos Aurélio Pimenta de Faria, pela ajuda fundamental tanto na seleção de bibliografia sobre política externa brasileira quanto nas conversas e questionamentos sobre a participação do Brasil nas missões de paz.

A todos os alunos da turma do mestrado em Relações Internacionais de 2008 e a todos os professores do programa.

E a todos aqueles que, de alguma forma ou de outra, contribuíram ou foram incomodados durante a realização dessa dissertação, seja através de críticas acadêmicas, ajuda direta ou simplesmente por estarem ao meu lado. Em ordem alfabética:

Adônes Alves Pereira, Andrew Terekhov, Cecília Fernandes, Christian Slomp Perrone, Denise Stolle Paixão e Casarões, Fernando Campos, Flávio Pedroso Mendes, Guilherme Stolle Paixão e Casarões, Helenice Lopes Pereira, Heygler de Paula, Luiza Aguiar Martins, Márcio Vasconcelos, Marco Aurélio Chaves Cepik, Maria Alice Lopes Pereira, Mariana Pimenta de Oliveira Baccharini, Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves, Paulo Alexandre Valentini Rezende e Vinícius Montes Pereira.

RESUMO

A proposta dessa dissertação é trazer uma nova perspectiva para o estudo do engajamento do Brasil em missões de paz (PKO) da Organização das Nações Unidas (ONU), através do estudo comparado do percentual de engajamento do país no total de cada missão em que esteve presente, no total de tropas, policiais e observadores militares. Para tanto, o Capítulo 2 apresenta uma discussão acerca do histórico das PKO, sua efetividade, problemas a elas associados e propostas teóricas. No Capítulo 3, fez-se uma discussão da política externa brasileira (PEB), em especial com relação a organismos multilaterais, a ONU, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e as PKO, com foco especial a partir do governo José Sarney. O Capítulo 4 trouxe, então, a nova perspectiva proposta para o estudo percentual comparado do engajamento do Brasil nas PKO. Para fazê-lo, foi necessário construir uma base de dados, até que se saiba, original, com a participação mês a mês, de todos os países, com tropas, policiais e observadores militares para todas as PKO, entre janeiro de 2001 e outubro de 2009. O estudo demonstrou que, ao contrário do que afirma grande parte da literatura e da diplomacia brasileira, o engajamento do Brasil em PKO é extremamente baixo, à exceção da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Palavras chave: Brasil. Missões de Paz. Operações de Paz. Política Externa Brasileira. Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Organizações Internacionais. MINUSTAH.

ABSTRACT

This thesis aims to bring a new perspective for the study of the Brazilian engagement in United Nations' Peacekeeping Operations (PKO), through the comparative study of the percentage of the country's engagement in the total of each mission it was present, in the total of troops, police and military observers. To do so, chapter two presents a discussion about the history of the PKO, their effectiveness, problems associated to them and theoretical proposals. On chapter three, it was done a discussion of the Brazilian foreign policy (PEB), in special the ones related to multilateral organisations, the UN, the UN Security Council (UNSC), and the PKO, especially from the government of José Sarney on. Chapter four has brought, then, the new approach proposed for the study of the Brazilian engagement in PKO comparing the percentage of involvement of Brazil in PKO. To do so, it was necessary to build a database, considered up to the moment unprecedented, involving a monthly basis for all countries with troops, police and military observers for all PKO, between January 2001 and October 2009. The study showed that, contrary to claims held by much of the literature and by Brazilian diplomacy, engagement of Brazil in PKO is extremely low, except for the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH).

Key words: Brazil. Peacekeeping Operations. Brazilian Foreign Policy. United Nations. Security Council. International Organisations. MINUSTAH.

LISTA DE SIGLAS

ABACC – Agência Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle de Material Nuclear

AGNU – Assembléia Geral das Nações Unidas

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

CSNU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

EU – União Européia

EUA – Estados Unidos da América

FFAA – Forças Armadas

FIP – Força Interamericana de Paz

FMN – Força Multinacional

JK – Juscelino Kubitscheck

MINUCI - *Mission des Nations Unies en Côte d'Ivoire*

MINUGUA – *Misión de Verificación de las Naciones Unidas de Guatemala*

MINURCAT - *Mission des Nations Unies en République centrafricaine et au Tchad*

MINURSO - *Mission des Nations Unies pour l'Organisation d'un Référendum au Sahara Occidental*

MINUSTAH - *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OEA – Organização dos Estados Americanos

OI – Organização Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

OPA – Operação Pan-Americana

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEB – Política Externa Brasileira

PKO – *Peacekeeping Operations* (ou missões de paz ou operações de paz)

R2P – *Responsibility to Protect*

RDMH – *Rapidly Deployable Mission Headquarters*

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento

UNEF – *United Nations Emergency Force*

UNFICYP - *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus*

UNMIK - *United Nations Interim Administration in Kosovo*

UNMIN - *United Nations Mission in Nepal*

UNMISET – *United Nations Mission of Support to East Timor*

UNMIT - *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste*

UNMOP – *United Nations Mission of Observers in Prevlaka*

UNOCI - *United Nations Operation in Côte d'Ivoire*

UNOTIL - *United Nations Office in Timor Leste*

UNTAET – *United Nations Transitional Administration in East Timor*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	– INTRODUÇÃO.....	12
2	– DAS MISSÕES DE PAZ DA ONU.....	18
2.1	– O Nascimento da ONU e o Sistema de Segurança Coletiva.....	18
2.2	– O Histórico das PKO	24
2.2.1	– <i>As PKO Clássicas e a Mudança no Paradigma dos Conflitos</i>	24
2.2.2	– <i>Uma Agenda para a Paz e as Definições Clássicas da ONU de PKO</i>	26
2.2.3	– <i>O Relatório Brahimi</i>	29
2.3	– Tipologias Alternativas de PKO.....	31
2.4	– Os Problemas e a Efetividade das PKO.....	32
2.4.1	– <i>A Capacidade de Imposição da ONU</i>	34
2.4.2	– <i>A Soberania e a Intervenção</i>	35
2.4.3	– <i>A Intervenção Humanitária e o Consentimento</i>	39
2.4.4	– <i>A Imparcialidade</i>	42
2.4.5	– <i>A Legitimidade das PKO</i>	46
2.4.6	– <i>A Efetividade das PKO</i>	49
2.5	– As Teorias de PKO.....	51
2.5.1	– <i>Visão Construtivista – Fortna</i>	52
2.5.2	– <i>Visão dos Estudos Estratégicos – Proença</i>	56
2.5.2.1	– <u>A Teoria da Guerra</u>	56
2.5.2.2	– <u>As PKO como Guerras</u>	58
2.5.2.3	– <u>As PKO pela perspectiva da teoria de polícia</u>	61
2.6	– Conclusão.....	63
3	– A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS PKO.....	64
3.1	– Um Panorama da Política Externa Brasileira.....	64
3.1.1	– <i>Paradigmas e Modelos de Análise</i>	64
3.1.2	– <i>A Política Externa Brasileira Pós-Sarney</i>	66
3.1.3	– <i>O Multilateralismo na Política Externa Brasileira</i>	73
3.1.4	– <i>O Sistema ONU na Percepção Multilateral do Brasil</i>	82
3.1.5	– <i>A demanda pelo Assento Permanente no Conselho de Segurança da ONU</i>	87

3.1.6	– <i>A Perspectiva Brasileira de Segurança e o Uso da Força pelas Nações Unidas</i>	96
3.2	– O Brasil nas Operações de Paz da ONU e o caso da MINUSTAH.....	102
4	– O ENGAJAMENTO DO BRASIL NAS PKO DA ONU.....	112
4.1	– Apresentação e Análise dos Dados.....	115
4.1.1	– UNMOP.....	115
4.1.2	– UNTAET.....	116
4.1.3	– MINUGUA.....	120
4.1.4	– UNMISSET.....	122
4.1.5	– UNMA.....	127
4.1.6	– MINUCI.....	128
4.1.7	– UNMIL.....	129
4.1.8	– UNMIK.....	131
4.1.9	– UNOCI.....	133
4.1.10	– MINUSTAH.....	135
4.1.11	– UNMIS.....	139
4.1.12	– UNOTIL.....	142
4.1.13	– UNMEE.....	145
4.1.14	– UNMIT.....	147
4.1.15	– UNMIN.....	150
4.1.16	– MINURSO.....	152
4.1.17	– MINURCAT.....	154
4.1.18	– UNFICYP.....	156
4.1.19	– <i>Percentual do total das FFAA em PKO da ONU</i>	158
4.2	– Observações Gerais.....	160
5	– CONCLUSÃO.....	165
	REFERÊNCIAS.....	168
	ANEXOS.....	177

1 – INTRODUÇÃO

A partir do início da década de 1990, o Brasil, outrora relativamente distante de uma participação mais ativa frente à Organização das Nações Unidas (ONU), começa a mudar o seu comportamento. Dentro das linhas de análise da Política Externa Brasileira (doravante, PEB), esse comportamento pode ser lido como pertencendo a uma tradição dita *globalista*, em oposição a outra dita *americanista*. Essas duas posturas são observadas ao longo da PEB por diversos autores¹. A postura globalista seria observada nas épocas em que o Brasil volta sua abordagem de política externa para uma busca de diversificação de seus relacionamentos políticos internacionais, e a americanista seria aquela postura quando o Brasil percebe que poderá maximizar seus ganhos se aproximando mais, ainda que sob diferenças eventuais, dos Estados Unidos da América (DINIZ, 2006, p. 316).

Ao decorrer da década de 1990, a visão do Brasil de organismos multilaterais deixou de ser aquela que elas representavam a dominação política das grandes potências e passou a ser vista como uma oportunidade para o aumento da margem de manobra do Brasil no sistema internacional. Nesse período, é retomada uma antiga demanda brasileira da época da fundação da ONU, a de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A questão da reforma da ONU, desde então, é uma das constantes reclamações do Brasil no órgão e marca uma das principais ambições da atual PEB.

Ironicamente, segundo Diniz, o Brasil poderia ter demonstrado um papel de ator que deseja os ganhos, mas não os custos de um assento no CNU, uma vez que, justamente nesse período de maior demanda do Brasil sobre a ONU, a partir da retomada da democracia, sua participação nas missões de paz – ou PKO² - foi proporcionalmente menor do que no outro período seu de engajamento na organização (Diniz, 2006, p. 333). Entre 1956 e 1968, o Brasil participou de 75% das operações de paz estabelecidas no período, seis em um total de oito. Entre 1968 e 1987, o Brasil não participou de

¹ Os principais autores, utilizados nessa dissertação, que utilizam tais termos são: Diniz (2006), Mello e Silva (1998a) e Pinheiro (2004).

² *Peacekeeping Operations*. Há diversos tipos de nomenclatura disponíveis para as missões da ONU, e não há convergência acadêmica definida ainda sobre eles. Portanto, utilizaremos aqui o nome genérico de *Peacekeeping Operations* – ou, a partir de agora, PKO - para denominar todas as operações de paz realizadas pela ONU, sem diferenciação sobre seu tipo. Ainda, no decorrer do texto, serão utilizadas as expressões *missões de paz* e *operações de paz*, significando exatamente a mesma coisa que PKO. Para maiores detalhes, ver Proença Jr. (2002).

nenhuma das três missões estabelecidas, mas, entre 1988 e 2002, o país esteve presente em 18 das 42 missões aprovadas pela organização, representando apenas 42% do total (DINIZ, 2006, p. 320).

Durante o período acima descrito, a linha da PEB mantinha algumas constantes, identificadas por Diniz como (a) o exercício do direito internacional; (b) a busca da solução pacífica de controvérsias; (c) ênfase no desarmamento; e, mais recentemente, (d) ênfase na democracia e (e) no direito ao desenvolvimento. Um último ponto, presente em todo o período, foi (f) a ênfase no princípio da não-intervenção em assuntos internos dos Estados, em oposição a resoluções pautadas pelo Capítulo VII³ da Carta da ONU (DINIZ, 2006, pp. 315-316).

Contudo, há uma mudança significativa na postura do Brasil ao aceitar não só participar, mas também comandar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em 2004. Essa participação encontrou grande oposição no Congresso brasileiro, inclusive entre membros da própria base do governo (DINIZ, 2006, p. 328). À época, o Brasil não aceitou participar da Força Multinacional Provisória criada pela resolução 1.529 alegando que ela era uma Operação para Imposição da Paz, baseada no capítulo VII da Carta da ONU. O discurso do Brasil, como era tido até então, era de somente participar de Operações de Manutenção da Paz, calcadas no capítulo VI da Carta da ONU⁴. Ainda que a justificativa oficial do governo brasileiro afirme que a resolução 1542 invoque o capítulo VII apenas no parágrafo 7, não sendo, portanto, toda a resolução baseada em tal capítulo, a disposição de liderar a missão demonstra uma mudança no perfil de atuação do Brasil, tomando uma postura mais pró-ativa no sistema internacional e se distanciando da posição anterior de não-intervenção em assuntos internos dos Estados (DINIZ, 2006, pp. 330-331). Tal atitude pode ser vista como um ato surgido de forte constrangimento para o Brasil demonstrar à comunidade

³Seu título é “Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão”. É o capítulo que baseia as decisões do Conselho de Segurança que fazem uso da força de maneira direta. É o caso das Operações de Imposição da Paz (*Peace Enforcement*), cujo mandato pode incluir o uso ofensivo de força, sem necessariamente a aquiescência das partes envolvidas. Apesar de não haver grande consonância na literatura sobre por que categorizar um tipo de PKO pelo Capítulo VII e outro tipo pelo Capítulo VI, sendo esta uma decisão política, este é o capítulo “mais forte” de resolução de conflitos, aquele que pode, definitivamente, fazer uso da força.

⁴Seu título é “Solução Pacífica de Controvérsias”. É o capítulo que orienta as decisões do Conselho de Segurança baseadas em alternativas outras ao uso da força. Considera-se, por razões políticas, que as Operações de Manutenção da Paz são direcionadas por esse capítulo, ainda que seja composta por forças armadas e autorizadas a usá-las em determinadas situações. É o capítulo “mais leve” de resolução de conflitos.

internacional seu comprometimento também com os ônus, e não só com os bônus, de um eventual assento no Conselho de Segurança. O terremoto de 12 de janeiro de 2010, que destruiu grande parte de Porto Príncipe e do Haiti como um todo, pode, futuramente, trazer questionamentos interessantes para a participação do Brasil na MINUSTAH. Um, e principal deles, é se o número percentual de brasileiros na missão continuará dando a superioridade ao Brasil, a fim de justificar seu comando militar na PKO.

Ainda que possa haver outras formas de contribuição de um país para com o CSNU e suas ferramentas para garantir a paz e a segurança internacional, a associação feita entre a participação em PKO e a candidatura a um assento permanente no CSNU é bastante alardeada pela diplomacia brasileira. E não apenas por ela, também diplomatas de outros países confirmam a associação brasileira entre os dois fatos (DINIZ, 2005).

Em diversos discursos, de chanceleres a presidentes, a participação em PKO é referenciada como uma das formas que o Brasil tem para mostrar o seu comprometimento com a ONU. Vejamos alguns desses exemplos, retirados de discursos dos três últimos chanceleres e do atual presidente da República:

Devemos considerar, com prudência mas também com a necessária perspectiva de futuro, os reajustes que permitam ao Conselho o desempenho mais representativo de suas funções. O Brasil, como no passado, dispõe-se a contribuir de maneira ativa e construtiva para esse exercício, (...) [parágrafo] A determinação do Brasil em implementar o princípio de responsabilidade coletiva reflete-se concretamente na sua participação freqüente em operações de paz das Nações Unidas (LAFER, 1992/2007, p. 556).

A experiência brasileira no campo da construção da paz e da confiança é digna de nota. (...) Muitos poucos países gastam tão pouco em armamentos quanto o Brasil, em proporção ao seu produto nacional bruto. (...) A história recente demonstra que, a despeito de alguns problemas sérios e persistentes, as operações de paz da ONU são importantes para a superação de situações conflituosas, muitas vezes antigas, complexas e delicadas. (...) O Brasil, que já participa com expressivo contingente de observadores militares nas operações de paz da ONU, pretende ampliar sua atuação nesse campo, e já estuda maneira de fazê-lo (AMORIM, 1993/2007, pp. 576-7).

... um país em paz, que busca constantemente estender sua presença no mundo pelo fortalecimento de parcerias tradicionais e a promoção de outras novas. Esperamos de nossos parceiros uma atitude de cooperação compatível

com a crescente participação do Brasil nos mercados mundiais e com sua contribuição para a paz e segurança internacionais. [...] Tropas brasileiras participam ativamente de vários esforços de manutenção de paz das Nações Unidas [...] Após anos de dificuldades, os brasileiros recuperam o seu orgulho. [...] É com esse espírito que a Diplomacia brasileira está preparada para encarar o mundo e para trabalhar no seio das Nações Unidas (LAFER, 1995/2007, pp. 596-7).

Reitero que o Brasil deseja que este Conselho [de Segurança das Nações Unidas] continue a ser o foro multilateral por excelência para a promoção da paz e da segurança internacional – papel maior que lhe reserva a Carta das Nações Unidas. O Brasil assume plenamente suas responsabilidades na promoção das reformas necessárias ao fortalecimento dessa instituição, que deve estar no centro das complexas decisões que o momento histórico exige (SILVA, 2005/2007, p. 746).

Mostrada a associação entre PKO e a candidatura ao CSNU, cabe aqui ressaltar uma observação importante. Não estamos afirmando que participar ativamente em PKO é uma demanda indispensável para uma candidatura a um assento permanente no CSNU⁵. Não é a proposta dessa dissertação tratar sobre o papel da participação nas PKO para uma candidatura ao CSNU. Nossa proposta é unicamente de analisar o tamanho do engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU, e se esse engajamento está de acordo com as demandas e discurso do país na organização. Estudaremos se o Brasil de fato é um grande contribuinte para as PKO, conforme sua diplomacia afirma, através de uma proposta inovadora para a área: ao invés de estudarmos apenas a presença do país em missões de paz, analisaremos o engajamento proporcional do país dentro de cada PKO que ele participa.

Para tanto, os próximos dois capítulos traçarão as bases necessárias para que possamos entender a matéria em discussão. O Capítulo 2 discorrerá acerca das PKO. Para entendê-las, é necessário que falemos sobre a formação da ONU, o sistema de segurança coletiva, o surgimento das PKO e sua mudança ao decorrer do tempo, tipologias alternativas sugeridas pela literatura, abordagens de análise distintas apontadas por autores da área, os problemas e a efetividade das missões de paz, a discussão sobre a soberania, imparcialidade e a necessidade ou não do consentimento para a implementação de uma PKO. Esse capítulo nos proporcionará o entendimento do

⁵ Para tal, agradecemos as gentis e construtivas observações e sugestões do Prof. Antonio Jorge Ramalho da Rocha.

que são, como funcionam, para que servem e para onde caminham as operações de paz da ONU.

O Capítulo 3 virá para elucidar a política externa brasileira, em especial aquela desenvolvida a partir da redemocratização do país, uma vez que é o período identificado por Diniz (2006) de maior demanda do país frente à ONU. Logo, será também natural que foquemos mais no relacionamento do Brasil com organismos multilaterais, em especial com a ONU. Iniciaremos apresentando os paradigmas e modelos de análise da PEB, focando mais a partir da presidência de José Sarney. Além do papel do multilateralismo na política externa brasileira, versaremos sobre o relacionamento do país com a ONU, em especial com o seu Conselho de Segurança e a demanda pelo assento permanente. Fazendo uma conexão com o que será apresentado no capítulo 1, aprofundaremos também em como o Brasil vê o uso da força pelas Nações Unidas, o relacionamento do país com os regimes de segurança – em especial com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) -, e, por fim, versaremos sobre algumas das principais obras que já foram produzidas na literatura brasileira sobre a participação do país nas PKO da ONU. Por fim, daremos uma atenção especial à participação do Brasil na MINUSTAH, uma vez que ela apresenta uma possível inflexão e abertura de precedente relevante para o engajamento do Brasil em PKO, conforme Diniz (2005 e 2006).

Feitas as apresentações necessárias para que entendamos a matéria, o Capítulo 4 fará a análise do engajamento do Brasil nas PKO, a partir de comparações percentuais da presença do país no total da missão, no total de observadores militares, no total de policiais e no total das tropas. Compararemos os números brasileiros com aqueles dos principais contribuintes de cada PKO no quesito de participação total na missão. Por fim, verificaremos qual é o percentual disponibilizado pelas Forças Armadas Brasileiras (FFAA), entre 2001 e 2009, para as operações de paz da ONU, para que vejamos o quanto as PKO da ONU representam em termos de sacrifício de envio de militares brasileiros. Para tanto, será necessária a construção de um banco de dados, que, até que tenhamos notícia do contrário, é original, que será composto de todas as contribuições de militares e policiais feitas por todos os países da ONU para todas as PKO, mês a mês, entre janeiro de 2001 e outubro de 2009.

Por fim, a conclusão será feita no Capítulo 5, retomando os principais pontos trabalhados e as principais descobertas apontadas pela análise dos dados. Com isso,

esperamos trazer uma nova abordagem para a análise da participação do Brasil nas PKO, que mostre não apenas o número de missões nas quais o Brasil se engajou e nem só com o que participou, mas o que isso representa no total de cada uma das PKO. Poderemos, aqui, observar se a contribuição brasileira para as PKO da ONU é condizente com o que apregoa o Itamaraty ou se o país demanda mais do que oferece à organização.

2 – DAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Como principal forma de atuação do CSNU na manutenção da paz e segurança internacional, é de suma importância que compreendamos o papel das PKO tanto no cenário da ONU quanto no seu papel internacional de prevenção e estabilização de conflitos para que possamos, então, localizar a participação brasileira no sistema de segurança coletiva da ONU e compará-la tanto com os demais integrantes do CSNU quanto com os demais candidatos a um assento permanente no órgão. A proposta desse capítulo é apresentar o histórico, as teorias, os principais problemas e o atual status de discussão acadêmica relacionados às PKO.

Começaremos com uma discussão sobre a formação da ONU, segurança coletiva e o papel das PKO na organização. Em seguida, descreveremos o histórico das PKO, seus modelos ao longo do tempo e mudanças de abordagem, em especial na diferença existente entre as PKO clássicas e as multidimensionais surgidas no pós-Guerra Fria. Nessa parte, veremos tanto a visão oficial sobre PKO, aquela da ONU e de seus Secretários Gerais, quanto diferentes tipologias propostas pela academia. Posteriormente, abordaremos os problemas identificados na literatura relacionados às PKO, indo desde a sua capacidade de imposição⁶, passando pela discussão da imparcialidade, legitimidade, necessidade ou não do consentimento das partes e o debate sobre intervenção humanitária, soberania e o papel do Estado no atual sistema ONU. Por fim, será feito um apanhado sobre aqueles autores que se propuseram a desenvolver teorias de PKO, mostrando as diferentes perspectivas.

2.1 – O Nascimento da ONU e o Sistema de Segurança Coletiva

O primeiro parágrafo do Artigo 1 da Carta das Nações Unidas, que trata dos propósitos e princípios, estabelece que o propósito da Organização é

manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar coletivamente medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz (ONU, 1945).

⁶ Do termo em inglês *enforce*.

Remontando à época de sua fundação, Sutterlin (1995) lembra a herança que a ONU tinha da Liga das Nações e de seu princípio de segurança coletiva. Nele, todos os países se uniriam em ação comum para conter um agressor que ameaçasse a segurança de qualquer Estado. Como afirma Sutterlin (1995), “simples, no conceito, mas extremamente difícil na prática” (SUTTERLIN, 1995, p. 2). A ONU teria herdado essa idéia e a tomado como sua própria, ainda que seus fundadores tivessem ciência do fracasso da Liga. Os motivos responsáveis pela falha da Liga, em termos de efetividade multilateral, foram, segundo o autor: (1) a falha de Estados importantes em obedecê-la, (2) a ausência e/ou abandono da Liga por parte de grandes Estados, (3) a inefetividade de meio de coerção para os Estados não-obedientes e (4) a pouca boa-vontade dos países, em especial dos membros do Conselho, em conter agressões, colocando os interesses nacionais acima dos interesses comunitários globais (SUTTERLIN, 1995).

A ONU, portanto, como forma de superar tais falhas, deveria ter um sistema de imposição mais efetivo. Para tanto, quando de sua criação, atribuiu-se ao Artigo 25 que todos os países deveriam aceitar e cumprir as decisões do Conselho de Segurança. Os países deveriam, ainda, se comprometer a fornecer ao CSNU forças armadas e todo o apoio logístico necessário ao seu emprego, quando solicitado pelo órgão. Ademais, foi estabelecido que todas as decisões substantivas teriam que não encontrar o voto contrário de qualquer um dos cinco membros permanentes, além da aprovação por maioria qualificada. Dessa forma, através, principalmente, do chamado *poder de veto*, os fundadores da ONU esperavam contar com o comprometimento das grandes potências.

Segurança coletiva é um conceito

que pode ser rastreado no passado pelo menos até o último milênio, quando bispos franceses em um concílio em Poitiers e em um sínodo em Limoges declararam guerra à guerra, e decidiram excomungar príncipes que quebrassem a paz, e planejavam empregar tropas sob uma bandeira religiosa para usar a força contra os infratores (BETTS, 1992, p. 5, nota de rodapé 3).

Nos últimos cem anos, contudo, segurança coletiva foi usada em três contextos distintos: no final das duas Grandes Guerras e, por fim, ao cabo da Guerra Fria. E, segundo Betts (1992),

foi usada para se referir a: (1) o conceito wilsoniano ou ideal associado aos Quatorze Pontos e à Liga das Nações; (2) o Tratado do Rio⁷, as Nações Unidas e as alianças anti-comunistas, incluindo o Comando da ONU na Coreia, OTAN⁸, o Tratado de Segurança Mútua Japão-EUA⁹, SEATO¹⁰, o Pacto de Bagdá e o CENTO¹¹; e (3) as propostas atuais para organizações sistematizarem a paz na Europa (BETTS, 1992, p. 6).

⁷ Ou TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca). Foi assinado em 1947, entre os seguintes Estados americanos: Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, EUA, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Prevê que a agressão a um membro é uma agressão a todos. Foi invocado algumas vezes, mas sem grandes impactos. Nota própria, não original.

⁸ Fundada na Guerra Fria como forma de garantir a segurança coletiva do bloco capitalista desenvolvido, barrando o crescimento soviético na Europa, a organização teve grande expansão nos anos 1990, passando a ter como membros ex-integrantes da URSS. Mais do que assegurar a balança de poder européia, a OTAN passou também a apreciar crises fora do eixo euro-atlântico. Seu novo eixo-estratégico, estabelecido em 1999, afirma que ela poderá intervir fora de seu cenário caso haja alguma instabilidade que ameace a segurança de seus integrantes. É composta atualmente de 28 membros, sendo eles: Albânia, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, República Checa, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Islândia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia e Turquia.

⁹ Assinado por ambos os países em 1960, objetivava firmar o comprometimento do Japão com o Ocidente, durante a Guerra Fria. Nota própria, não original.

¹⁰ Organização do Tratado do Sudeste Asiático. Em inglês, *The Southeast Asia Treaty Organization*. Foi uma organização que durou de 1955 a 1977, e se propunha ser a versão asiática da OTAN. Era formada por Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Reino Unido e EUA. Nota própria, não original.

¹¹ O Pacto de Bagdá, ou CENTO (*Central Treaty Organisation*) era uma aliança nos moldes da OTAN, e era composta por Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido. Durou de 1955 a 1979. Na citação de Betts (1992), aparentemente estão dispostas dando a entender que são duas organizações distintas, mas trata-se da mesma. Como é uma citação, mantive a estrutura original, preferindo tirar a ambigüidade nessa nota explicativa. Nota própria, não original.

A ONU trouxe também uma pluralidade maior que a Liga, ao trazer o conceito que atender às necessidades econômicas, culturais e humanitárias era também uma forma de contribuir para a manutenção da paz e segurança internacional. Dois pontos, contudo, continuaram centrais para a nova organização: tratar-se-ia de uma organização de Estados soberanos, sem supra-nacionalidade, e não teria autoridade para intervir em assuntos internos dos Estados-membro.

Acontece que o que se passou, de acordo com Sutterlin (1995), foi um período de divisão dos membros do UNSC. A Guerra Fria polarizou de tal maneira as decisões do órgão que o seu sistema de segurança coletiva nunca chegou a ser de fato implantado, ao menos não da forma estabelecida pela Carta. Sutterlin (1995) coloca como se a única falha do sistema fosse a necessidade da aprovação de todos os cinco membros, e deixa de lado outras questões como o próprio interesse dos P-5¹², e também dos demais Estados, em intervir em uma situação que, em princípio, não lhes traria benefício direto algum, pelo contrário, lhes trazendo custos e vulnerabilidades apenas.

Fato é que, Sutterlin (1995) indica, a ONU desenvolveu, como uma “resposta parcial” à não aplicação de seu sistema de segurança coletiva (SUTTERLIN, 1995, p. 5), as PKO. As PKO podem ser entendidas, inicialmente, portanto, como “uma técnica, desenvolvida principalmente pelas Nações Unidas, para ajudar a controlar e resolver conflitos armados” (GOULDING, 1993, p. 452), após eles terem sido iniciados. As PKO são o principal instrumento à disposição da ONU para seu objetivo principal de manter a paz internacional, embora não estivessem previstas na Carta de São Francisco de 16 de junho de 1945, que criou a Organização das Nações Unidas (UN, 2008). A Carta dá ao CSNU a responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacional. A fim de cumprir esta responsabilidade, o CSNU pode adotar várias medidas, dentre elas, as PKO. A base legal para tais ações encontra-se nos capítulos VI, VII e VIII da Carta. Seu problema era que elas serviam para tentar controlar uma situação depois que ela já havia ocorrido, e não antes. E foi assim, basicamente, que se desenvolveram as PKO durante o período da Guerra Fria.

¹² Estados Unidos, União Soviética (e, posteriormente, a Rússia), China, França e Reino Unido – os cinco Estados que detêm a capacidade de exercer o *Poder de Veto*. Ou seja, um voto contrário de um desses países em qualquer decisão substantiva faz com que ela não seja aprovada pelo CSNU.

Contudo, o colapso soviético trouxe mudanças significativas não apenas à polaridade do sistema internacional, mas ao funcionamento da ONU, com novas demandas e novos tipos de conflito. Houve novo ímpeto pelo sistema de segurança coletiva da ONU e, como principal forma de exercício, as PKO passaram a ter um papel muito mais relevante do que outrora.

Betts (1992) afirma que a nova ênfase dada à idéia de segurança coletiva no fim da Guerra-Fria era resultado de uma confusão sobre causa e efeito na relação entre paz e segurança coletiva e de uma fusão das atuais condições de segurança, entendida como a de ausência de ameaça, com funções de segurança futuras, de terem de lidar com uma ameaça. Segundo ele, se ocorrerem mudanças no sistema que o impeçam de funcionar conforme o previsto, a segurança coletiva pode fazer a guerra mais provável de acontecer e mais difícil de ser contida do que se outros arranjos de segurança tivessem sido formados. Outro perigo identificado pelo autor é, caso funcionem, tanto o sistema de segurança coletiva quanto o de controle de armas possam piorar a instabilidade militar. A segurança coletiva poderia fazer com que pequenos conflitos se tornem grandes, pelo envolvimento de atores que outrora não se envolveriam. Igualar o poder militar pelo controle de armas pode se tornar um problema quando não pensado pelos alinhamentos que podem ser feitos na guerra; pode resultar em forças desiguais quando findas novas alianças. “A crítica usual da segurança coletiva e do controle de armas é que eles não funcionarão; a outra crítica é que, se eles funcionarem, nós talvez desejássemos que eles não tivessem funcionado” (BETTS, 1992, p. 7). Segundo o seu argumento, sistemas de segurança coletiva não seriam capazes de neutralizar a anarquia mais do que em um sistema de alianças, por exemplo. Apenas uma unidade política hierárquica o faria.

Betts (1992) escreve pensando no sistema para a Europa pós-Guerra Fria. Contudo, não deixa de reconhecer algumas propostas mais realistas que evocam o termo segurança coletiva. A primeira delas seriam as missões de manutenção da paz da ONU, em conjunto com (2) um arranjo de segurança coletiva guiado por uma potência dominante, como nas atuações da ONU, lideradas pelos EUA, na Coréia e no Kuwait (3) um sistema de concerto de tutela de grandes potências, como o Concerto Europeu no Século XIX, e (4) um envolvimento através de normas em um sistema de segurança desorganizado de fato, como no caso do TIAR.

O autor é categórico em afirmar que manutenção da paz é diferente de construção da paz, e que as limitações da manutenção da paz para a segurança coletiva estão no modelo clássico dessas missões, geralmente monitoramentos modestos e incapazes de deter um agressor – até mesmo porque, em muitos casos, é difícil até mesmo se identificar quem é o agressor. Segundo ele, o que mais se aproximou da verdadeira segurança coletiva foi a atuação da ONU na Guerra das Coréias e no Iraque em 1991, e, ainda assim, devido ao envolvimento estadunidense, que liderou as duas incursões.

Fato é que Betts (1992) escreve no momento do renascimento das missões de paz no cenário das Nações Unidas, de uma nova discussão sobre o papel que deveriam tomar no mundo pós-Guerra Fria e da consolidação da unipolaridade do sistema internacional¹³. Logo, ainda que para a Europa o modelo de segurança coletiva seja visto com certa frieza, alguns de seus princípios passaram a ser cada vez mais retomados e ampliados no sistema ONU – em especial no que se refere às missões de paz.

Sutterlin (1995), no imediato pós-Guerra Fria, traz a importância da ONU para o momento que ele identifica como sendo “de rara e ainda frágil unanimidade” (SUTTERLIN, 1995, p. 2), quando uma abordagem multilateral seria preferível para a resolução de problemas, em contraposição à antiga bilateral. Os soviéticos caem, os estadunidenses sobem, a ONU deixa de ser o palco das discordâncias entre as potências, e, como resultado, o número de PKO aumenta vertiginosamente¹⁴.

¹³ Para maior discussão sobre a unipolaridade, ver Wohlforth (1999).

¹⁴ Entre 1987 e 1994, o CSNU quadruplicou o seu número de resoluções, triplicou a quantidade de missões de paz autorizadas, septuplicou as sanções econômicas, passou de 10 mil soldados em PKO para mais de 70 mil, teve o orçamento de PKO aumentado de US\$230 milhões para US\$3,6 bilhões – o que representava três vezes o orçamento regular da ONU (DOYLE e SAMBANIS, 2006, p. 6). As Operações de Paz, no que se refere à sua distribuição temporal, apontam para uma grande correlação com o ambiente político. Tomando-se o período entre 1948, quando da primeira operação estabelecida para supervisionar a trégua entre Israel e seus vizinhos, até o ano de 2005, foram estabelecidas 60 Operações de Paz. Deste total, no período de arrefecimento e fim da Guerra Fria, tomado a partir de 1988, temos nada menos que 47 operações. Isto nos leva à conclusão que, durante a Guerra Fria, houve poucas PKO, sucedidas por uma explosão de intervenções da ONU (DINIZ, 2006).

2.2 – O Histórico das PKO

2.2.1 - As PKO Clássicas e a Mudança no Paradigma dos Conflitos

Conforme dito acima, as PKO são uma resposta desenvolvida pelas Nações Unidas para exercer, de alguma forma, seu sistema de segurança coletiva. Há dois pré-requisitos para o estabelecimento das PKO, e são eles: (1) operações de paz são operações das Nações Unidas. As operações são (a) estabelecidas por um dos órgãos legislativos da ONU; (b) estão sob o comando e controle do Secretário Geral, que age com autoridade delegada pelo CSNU e ao qual deve se reportar regularmente; (c) têm seus custos providos coletivamente pelos estados-membros (GOULDING, 1993). (2) As tropas utilizadas nas operações de paz não são tropas permanentes da ONU, mas sim tropas providas pelos estados membros, que representam a organização, e não seus Estados de origem (GOULDING, 1993 e DINIZ, 2006).

A ONU, por seu lado, expressa a existência de três princípios consuetudinários, a saber (UN, 2008): (1) consenso das partes - as PKO só poderiam ser estabelecidas e mantidas no tempo com o consentimento de todas as partes envolvidas no conflito em questão; (2) imparcialidade - os *peacekeepers*¹⁵ devem ser imparciais em relação às partes do conflito; (3) o não uso da força - exceto em *autodefesa*.

Os conceitos acima foram a base de atuação das PKO até o início dos anos 1990. A força militar é um dos elementos a serviço da ONU para assegurar a manutenção da paz e segurança internacional. É prevista pela Carta e, com o fim da Guerra Fria, seu conceito acabou se expandindo, conjuntamente com a própria expansão dos tipos de conflitos. Partindo de sua fundação, o uso tradicional das missões de paz da ONU era em desavenças interestatais, e sempre com a autorização das partes envolvidas, ou seja, de ambos, ou mais, Estados em disputa. Ela começava a operar após o estabelecimento de uma trégua ou um cessar-fogo. Os problemas para a atuação do Conselho, já expostos por Sutterlin (1995), continuariam nos anos seguintes ao colapso soviético, mas de outra maneira. A ONU e seu sistema de segurança coletiva foram pensados para

¹⁵ Uso o termo em inglês na falta de um mais adequado em português. São os integrantes de uma PKO.

tratar de conflitos tradicionais, interestatais. Os conflitos surgidos pós-1990 são eminentemente intraestatais¹⁶, ou seja, com implicações e atores intra-fronteiriços.

Contudo, um precedente que levava o escopo das missões para além do proposto inicialmente já aconteceu logo na UNEF¹⁷, na guerra de Suez, em 1956, conforme nota Sutterlin (1995). Já nessa missão, a UNEF chegou a assumir responsabilidades sobre a administração civil da Faixa de Gaza, indo, portanto, além de meros observadores. Ao longo dos anos, então, uma série de novas atribuições foram dadas às missões de paz, em especial em conflitos intraestatais.

Ainda durante a Guerra Fria, diversas PKO chegaram a operar, de alguma forma, em conflitos de nível intraestatal. Algumas delas bem sucedidas, outras não. Sutterlin (1995) aponta que no Chipre, a UNFICYP, estabelecida em março de 1964 e ainda em atividade, foi bem sucedida na prevenção de uma retomada dos conflitos armados internos. A ONUC conseguiu colaborar para o fortalecimento da infra-estrutura no Congo e, em dado momento, em 1961, chegou até mesmo a ter uma resolução aprovada pelo CSNU autorizando o uso da força como último recurso para evitar o retorno dos conflitos. No Sul do Líbano, a UNIFIL, estabelecida em 1978 e ainda em atividade, ajudou a melhorar a segurança local. Na Nicarágua e na Namíbia, a ONUCA (1989) e a UNTAG (1966), respectivamente, exerceram mandatos que lhes conferiam poder tanto na segurança interna quanto na organização de processos eleitorais que puderam contribuir para a estabilização interna desses países. No Haiti, contudo, Sutterlin (1995) afirma que tanto a ONUVEH, missão observadora das eleições, quanto a UNMIH, estabelecida após as eleições, falharam em seus objetivos.

Sutterlin (1995) diz que a simples presença das PKO contribui para uma melhoria das condições das eleições, por exemplo, de uma forma geral. Segundo ele,

Através de tais ações estabilizadoras, as operações de paz da ONU em situações de conflito doméstico freqüentemente desempenham um

¹⁶ Diversos autores utilizam-se de terminologias distintas para tratarem do mesmo conceito. Aqui, conflitos intraestatais ou guerra civil serão utilizados para tratarem do mesmo tipo de conflito. Segundo Doyle e Sambanis, “Guerra civil é um conflito armado que opõe o governo e o exército nacional de um Estado internacionalmente reconhecido contra um ou mais grupos de oposição armados capazes de escalar resistência efetiva contra o Estado; a violência deve ser significativa, causando mais que mil mortes, em uma luta relativamente contínua, que acontece dentro das fronteiras de um país; e os rebeldes devem recrutar principalmente localmente, controlando alguma parte do território do país” (DOYLE e SAMBANIS, 2006, p. 31).

¹⁷ *United Nations Emergency Force.*

papel de construção da paz pós-conflito altamente importante, através da redução das causas das tensões sociais que fizeram emergir o conflito em uma sociedade. O fortalecimento dos processos democráticos, a conciliação entre grupos populacionais, o encorajamento ao respeito aos direitos humanos [...] e à redução dos problemas humanitários são todos parte desse processo. (SUTTERLIN, 1995, p. 42).

Segundo ele, tais missões podem até mesmo contribuir para a capacidade dissuasória da ONU. Seu sucesso, contudo, não é calcado apenas na supervisão de eleições, mas na combinação de diversas medidas, como treinamento de polícias, desarmamento das partes em conflito e monitoramento dos direitos humanos. Isso tudo deve ser aliado a uma série de conhecimentos específicos a cada caso e país.

Um ponto levantado pelo autor, e que é motivo de preocupação de diversos países, é a possível ameaça que as PKO intraestatais podem trazer. Ele sugere que seria interessante se se pudesse desenvolver um princípio que “ações de missões de paz realizadas sob o pedido do, ou com o consentimento do, governo do país de atuação não pode *ipso facto* violar a soberania do país” (SUTTERLIN, 1995, pp. 44-45). Contudo, os conflitos dos anos 1990 ensejaram um novo tipo de leitura da Carta. O Artigo 2, Cláusula 7 da Carta afirma que

Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII (ONU, 1945).

Outrora posto de lado, esse Artigo passa agora a ser retomado, sob o argumento de justificar o novo intervencionismo das Nações Unidas.

2.2.2 – Uma Agenda para a Paz e as Definições Clássicas da ONU de PKO

Em 1992, o então Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, apresentou um relatório chamado *Uma Agenda para a Paz*, sob resposta à primeira reunião do CSNU em nível de chefes de Estado¹⁸, que discutiu justamente o papel do órgão na era pós-

¹⁸ Encontro do UNSC para debater a Paz e Segurança Internacional. UN Document S/PV . 3046, de 31 de Janeiro de 1992. Referência extraída de FENTON, 2004, p. 3, nota 7.

Guerra Fria. Em seu relatório, Boutros-Ghali fixou alguns entendimentos e uma racionalização para as atividades da ONU relacionadas à sua contribuição para a paz e segurança internacional. No relatório, a idéia de manutenção da paz, no sentido clássico que as PKO tinham tido até então, seria uma entre os cinco tipos daquelas atividades, a saber: (1) diplomacia preventiva ou prevenção de conflitos¹⁹, voltada para evitar que disputas escalassem ou se espalhassem; (2) pacificação²⁰, voltada para a construção de acordos entre as partes de um conflito, por meio de medidas pacíficas, conforme o capítulo VI da Carta da ONU; (3) manutenção da paz²¹, que envolveria o desdobramento de “pessoal militar ou policial das Nações Unidas”, com o “consenso de todas as partes envolvidas”; (4) construção da paz após o conflito²², voltada para a construção de um ordenamento que evitasse um retorno ao conflito; (5) imposição de paz²³, voltadas para restabelecer e manter cessar-fogos que tivessem sido acordados, mas não cumpridos (DINIZ, 2006 e UN, 2008).

Segundo Doyle e Sambanis (2008), o documento solidificou a evolução da doutrina da ONU para a manutenção da paz e da segurança internacional. Essas definições podem ser encaixadas em três diferentes paradigmas das PKO – ou, ainda, em três “gerações” das operações de construção da paz, e acabaram por se consolidar como a tipologia clássica das PKO. A primeira geração engloba as missões de paz tradicionais, de manutenção da paz, que são empregadas com a autorização das partes e como forma de estabelecer confiança, negociar a paz ou até mesmo mantê-la, se já acordada. A segunda geração das missões de paz ainda trazia elementos da primeira, como a neutralidade, imparcialidade e a autorização das partes envolvidas. Contudo, essas missões, também referenciadas como operações multidimensionais, envolvem a atuação em amplos aspectos, como administrações civis e policiamento, admitindo um papel mais intrusivo que as anteriores. A chamada última geração de PKO é a que compreende a imposição da paz, ou seja, o uso da força direta por parte dos capacetes azuis. Essas missões são calcadas no Capítulo VII da Carta, e não precisam da autorização das partes em conflito

¹⁹ *Preventive diplomacy* ou *conflict prevention*.

²⁰ *Peacemaking*.

²¹ *Peacekeeping*.

²² *Post-conflict peace-building*.

²³ *Peace enforcement*.

para entrarem em vigor. A terceira geração compreende, segundo os autores, três tipos: (1) atuação sem apoio local significativo, quando as forças devem tentar conquistar as facções em conflito; (2) emprego de uma missão na ausência de aquiescência unânime, mas em setores específicos, tais como zonas de vôo proibido; (3) emprego de força para a implementação de um acordo de paz já acordado, e que uma ou mais partes optaram por abandonar (DOYLE e SAMBANIS, 2008, pp. 15-16). Em meados dos anos 1990, contudo, surgiram ainda propostas para uma quarta geração de PKO, que se trataria das missões de paz delegadas às organizações de segurança regionais (DOYLE E SAMBANIS, 2008, pp. 16-18).

O embasamento jurídico que sustenta operações de terceira geração são os dispositivos do Capítulo VII da Carta da ONU. O problema é que, dadas as questões relativas ao consentimento das partes, principalmente quando atores não-estatais estão envolvidos, foi aumentado o recurso ao dito Capítulo VII como forma de estabelecer PKO, a partir de decisões obrigatórias do Conselho de Segurança, até mesmo em conflitos domésticos. Desta maneira, entre 1994, quando de *Uma Agenda para a Paz*, até 2005, foram estabelecidas 27 operações de paz da ONU. As PKO referidas ao Capítulo VII somam 14, equivalendo a 51,85% do total no período. Assim, mais da metade das operações de paz da ONU depois de 1994 podem ser consideradas Operações de Imposição de Paz (DINIZ, 2006).

Outra consequência importante deste recurso ao Capítulo VII da Carta para as Operações de Imposição de Paz é a resistência, por parte de vários países, quanto a este tipo de PKO. Criou-se a preocupação quanto à possibilidade de intervenção em assuntos internos por parte da ONU, por intermédio do Conselho de Segurança (DINIZ, 2006).

Em *Uma Agenda para a Paz*, Boutros-Ghali definiu a construção da paz apenas em termos de pós-conflito, como sendo uma “ação para identificar e apoiar estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz a fim de evitar uma recaída ao conflito” (BOUTROS-GHALI *apud* SUTTERLIN, 1995, p. 72). Dentre as medidas sugeridas por ele estão a restauração da ordem e o desarmamento das partes outrora em conflito, repatriamento de refugiados, apoio e treinamento para a segurança, monitoramento eleitoral, proteção aos direitos humanos e, por fim, reforma ou fortalecimento de instituições políticas, a fim de proporcionar maior participação política. Construção da paz pode ser vista, de maneira geral, como ações, tomadas a partir de uma perspectiva

macro, de procurar minimizar e contornar as raízes dos problemas que levam a conflitos. É, segundo Sutterlin, “a abordagem macro de prevenção da guerra” (Sutterlin, 1995, p. 71).

Vista de uma maneira mais ampla, Sutterlin (1995) afirma que a construção da paz seriam todos os tipos de ações que poderiam contribuir para a dissuasão de conflitos. Ele coloca, então, a pergunta “o que se quer dizer hoje por segurança internacional?” (SUTTERLIN, 1995, p. 73). Segundo ele, segurança internacional deixou de ser apenas a segurança tradicional de um Estado contra o ataque de outro, mas também passou a ser a segurança da população dentro de um Estado contra desastres naturais, conflitos civis ou mesmo violação sistemática dos direitos humanos. Seria, então, proteger Estados e populações de um mal mortal. Nesse sentido, o conceito de construção da paz acaba por abarcar todas as ações promovidas pelas Nações Unidas, desde a sua fundação, uma vez que promover o bem-estar é contribuir para a ausência de conflitos. Segundo Sutterlin (1995), quando se leva em consideração os conflitos intraestatais, fica ainda mais patente a relação entre paz e justiça social (SUTTERLIN, 1995, p. 73).

2.2.3 – O Relatório Brahimi

A fim de enfrentar os novos desafios que já estavam postos pela conjuntura internacional às PKO, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, encomendou a um grupo de peritos, em março de 2000, uma ampla revisão das atividades da ONU relacionadas à paz e à segurança. Em 17 de agosto daquele ano, o Presidente do Painel sobre as Operações de Paz da ONU, Lakhdar Brahimi, publicou seu relatório, denominado *Relatório Brahimi*. O documento, entre outros avanços, consolidou os novos entendimentos relacionados ao consentimento, à imparcialidade e à *autodefesa* mencionados anteriormente; assumiu abertamente a necessidade de mandatos para as PKO que fossem compatíveis com seus objetivos e consistentes, do ponto de vista militar, com as reais necessidades de seu sucesso; propuseram-se critérios para avaliação de desempenho, bem como medidas para melhorar o desempenho das PKO, em diversas situações. Por outro lado, tendo em vista as resistências, o relatório não fala em Operações de Imposição de Paz, mas sim em *Operações de Manutenção de Paz Complexas*, o que não foi suficiente para cessar os críticos (DINIZ, 2006).

Em seu aspecto político, uma das mais fortes críticas do relatório é acerca dos mandatos das operações de paz. Eles deveriam ser mais claros e menos ambíguos, direcionando

mais a atuação das forças de paz. Ele pede ainda um maior entrosamento entre o Secretário-Geral, o CSNU e o pessoal de campo, além, também, de requerimentos mínimos para o envio de PKO, tais como “cessar fogo, respeito aos direitos humanos e execução de tarefas específicas pelas partes” (DUARTE, 2004, p. 135). Além disso, os países contribuintes não deveriam mandar menos tropas do que o recomendado pelo Secretariado. Este, por fim, deve ser dotado de pré-autorização para desenvolver estudos prévios de avaliação de implementações de mandato, fornecendo ao CSNU as informações que eles devem ter, e não as que gostariam de ter.

Sobre a estrutura de comando e controle das PKO, as falhas das PKO complexas seriam devido a (1) uma estrutura de formulação de estratégias difusa e pela falta de informações de inteligência, (2) pela falta de pessoal treinado e efetivo já desde os escritórios da ONU, e (3) a falta de um planejamento integrado das diversas funções desempenhadas nas missões. Além de sugerir a criação de um serviço de inteligência próprio, o EISAS²⁴, o relatório sugere a melhoria qualitativa e quantitativa do pessoal a serviço do DPKO e ainda o exercício do conceito de IMTF²⁵.

Com relação às partes de tática e de própria doutrina das PKO, o relatório sugere que o Secretariado trabalhe sempre com o pior cenário possível para cada caso, fazendo as missões mais fortes e equipadas, e menos simbólicas. Nessa linha, também sugere a revisão da imparcialidade como distinta da neutralidade, e atenta para a necessidade de criação das Regras de Engajamento (ROE)²⁶ para as PKO.

Sobre a capacidade da ONU de empregar forças rapidamente e efetivamente, o painel sugere que sejam desenvolvidas capacidades de mobilização para que PKO tradicionais sejam empregadas em até 30 dias, as complexas dentro de 90 dias e os comandos funcionando dentro de 15 dias de suas aprovações pelo CSNU. Para tanto, deveria haver disponíveis alguma forma de forças permanentes, indo contra o argumento de muitos países em contrário à criação de uma força armada das Nações Unidas.

²⁴ *Information and Strategic Analysis Secretariat.*

²⁵ *Integrated Mission Task Force.* Seria formada por um grupo de especialistas de distintos departamentos da ONU, que trabalharia em conjunto com o comando militar da PKO.

²⁶ Ver seção 1.4.2.1 sobre a teoria da Guerra.

O Relatório Brahimi valoriza também bastante a importância das medidas de construção da paz, e sugere que elas sejam identificadas já antes da implementação na PKO. Ele recomenda que as PKO sirvam para reforçar o Estado de Direito, através da solidificação das instituições.

2.3 – Tipologias Alternativas de PKO

Howard (2008) traz uma diferenciação importante quanto às tipologias de missões de paz. Mais importante, para ela, do que diferentes definições e evoluções que as operações tiveram ao longo do tempo, é separá-las entre (a) “missões observadoras militares tradicionais *entre*”²⁷ Estados, e [(b)] operações mais complexas *dentro dos*”²⁸ Estados, que, às vezes, podem incluir o componente importante de uma autoridade transitória” (HOWARD, 2008, p. 3, nota 7)²⁹. Ou seja, para ela, diferenciar entre missões de paz de primeira geração e outras gerações, ou, ainda, entre missão de manutenção da paz e missão de imposição da paz, não é importante. Através do estudo das operações multidimensionais, pode-se ver o alcance das ações e recursos que a ONU tentou desenvolver ao longo dos anos, possibilitando mostrar o grau de sucesso ou fracasso da organização na manutenção da segurança internacional.

Proença Jr. (2002) também propõe uma tipificação distinta das demais existentes sobre as PKO. Segundo ele, uma das vantagens de colocar as PKO na teoria da guerra é poder tipificá-las por seu contexto político. Segundo ele, são: “[1] operações diante de beligerantes quiescentes (que são ou desejam ser Estados diferentes); [2] operações diante de beligerantes ainda ativos (que são ou desejam ser Estados diferentes); [3] operações diante de beligerantes numa Guerra Civil (nas quais os beligerantes aspiram ao controle do Estado e desejam governar sobre os demais); [4] operações diante de beligerantes que são senhores-da-guerra (e o Estado ou não existe ou é uma ficção legal) (PROENÇA JR., 2002, p. 170).

²⁷ Itálico original da autora.

²⁸ Itálico original da autora.

²⁹ Ainda que, no entender do autor desse texto, essa seja uma diferença chave e uma contribuição grande da autora, seu conteúdo se encontra aparentemente apagado e pouco desenvolvido na obra. Pode ser visto apenas em uma nota de rodapé. Optei, aqui, por colocá-lo no corpo do texto devido à sua importância.

Fenton (2004) difere ainda um conceito de PKO, que seriam as *Operações de Imposição Coletivas*³⁰. Trata-se, segundo ele, diretamente, do uso de guerras sob o comando da ONU, sendo o caso da primeira Guerra do Golfo e da Guerra da Coréia, autorizadas, respectivamente, pelo Conselho de Segurança e pela Assembléia Geral. Esse modelo, segundo ele, seria distinto das missões de imposição da paz (FENTON, 2004, pp. 21-2).

Fortna (2008) divide as PKO em quatro grupos, sendo eles: (1) missões de observação, que são pequenas e desarmadas, e seu objetivo é puramente relatar o que vêem; (2) missões interposicionais (ou PKO tradicionais), que, além de monitorar e relatar, são levemente armadas e um pouco maiores que as anteriores, a fim de, se necessário, separar os lados em uma zona tampão, ajudar no desarmamento e desmobilização de facções militares; (3) Missões Multidimensionais, que, além das funções prévias, pode também assumir funções tais como reforma policial, organizar eleições, treinamento e monitoramento de direitos humanos, desenvolvimento econômico, construção de instituições, entre outras; e (4) Missões de Imposição da Paz, baseadas no Capítulo VII, e compostas de força militar substancial para garantir a obediência a um cessar fogo e manter a segurança, e têm o poder de usar a força para além de sua defesa. Muitas são também multidimensionais, e podem ou não ter o apoio das partes para entrar ou continuar em atividade (FORTNA, 2008, pp. 6-7).

Para o curso dessa dissertação, optamos pela adoção das tipologias clássicas das PKO, uma vez que estão mais consolidadas na literatura e não trazem prejuízo para o tipo de análise que desenvolveremos.

2.4 – Os Problemas e a Efetividade das PKO

Jones (2004) apresenta sete dimensões de evolução das PKO a partir dos anos 90. (1) O aumento do uso das FMN³¹ na execução das missões aprovadas pela ONU; (2) aumento das missões multidimensionais, de novos setores de atuação e do escopo de responsabilidades da ONU em tais setores; (3) aumento de atores institucionais da própria ONU e de demais organizações internacionais na implementação das missões; (4) aumento do uso de missões políticas, sem o acompanhamento de um braço militar;

³⁰ *Collective enforcement operations*. Termo trazido de Betts (1995).

³¹ Forças Multinacionais.

(5) as PKO ocorreram dentro de um entendimento normativo de aumento da preocupação com os direitos humanos, igualando a intervenção humanitária e a responsabilidade para proteger à prevenção de conflitos; (6) houve um crescimento de operações não-autorizadas pela ONU³²; e (7) a existência de um número significativo de conflitos internos e massacres que passaram sem a ONU ter intercedido ou dado sua aquiescência a alguma intervenção. Segundo Jones, os motivos que propiciaram essa evolução foram (a) a atuação do governo estadunidense em um sentido “multilateral-ambivalente”, que, no geral, favoreceu a expansão das atividades da ONU; (b) o apoio político, financeiro e militar de um grupo de países³³ para com as PKO; (c) o papel forte da Secretaria Geral da ONU; e (d) o aprendizado das lições³⁴ (JONES, 2004, pp. 110-115).

Jones (2004) apresenta alguns problemas que a ONU enfrenta para o futuro das PKO, e seriam: (1) a disposição do governo estadunidense em cooperar com uma evolução humanitária das Nações Unidas; (2) a disposição de grande parte dos Estados em continuar com suas contribuições militares e financeiras, pelo menos enquanto os EUA preferirem arranjos bi ou multilaterais; (3) a alta dependência em um grau de informações elevado para questões de terrorismo e armas de destruição em massa, que a ONU não tem³⁵; (5) a pouca *expertise* da ONU em terrorismo e armas de destruição em massa. Prevendo o que poderia ser feito, Jones (2004) afirma que o que é mais provável é que a ONU ocupe uma posição periférica no combate ao terrorismo e às armas de destruição em massa, ainda que adéqüe a sua agenda ao que os EUA colocaram como prioridade temática. Outras hipóteses, segundo ele, são que a ONU possa desenvolver um cabedal mais robusto para ajudar os Estados a combater o terrorismo e as armas de destruição em massa e, por último, no que ele afirma beirar o impossível, a ONU ser

³² Jones menciona que o exemplo maior seria a operação da OTAN em Kosovo, em 1999. Segundo ele, essa teria sido uma “guerra ilegal”, dando a entender, ainda que ele não exponha explicitamente, que as “guerras legais” seriam apenas aquelas autorizadas pela ONU (JONES, 2004, p. 113). Como seu texto é uma publicação de 2004, pode-se supor que foi escrito antes da Guerra do Iraque de 2003, uma vez que ela não é mencionada no texto, ainda que esteja presente em outros textos da mesma publicação.

³³ Reino Unido, países escandinavos, Canadá, Austrália e os “tradicionais” contribuintes de tropas Índia, Paquistão, Bangladesh, Jordânia e Turquia (JONES, 2004, p. 114).

³⁴ Ponto também partilhado por Howard (2008).

³⁵ Ponto também partilhado por Sutterlin (1995).

dotada de recursos tais que lhe permitam ter um papel ativo e operacional central dos problemas por ele levantados (JONES, 2004, pp. 115-118).

Alguns dos pontos levantados por Jones (2004) são também partilhados por outros autores, outros, não. Essa seção será para mostrar justamente a discussão acerca de conceitos-chave ligados às PKO, ao próprio papel das Nações Unidas e do Estado no atual sistema ONU.

2.4.1 – A Capacidade de Imposição da ONU

A ONU não é um Estado, não tem forças armadas próprias e nem armamentos seus. Tanto as forças que atuam em seu nome quanto as armas usadas por elas são de posse de seus Estados-Membro, que as cedem para a ONU. Ainda assim, os comandos são exercidos por representantes dos Estados, não por um comandante da ONU. Logo, será que se pode falar em capacidade de imposição da ONU? Segundo Sutterlin (1995), sim. De acordo com o autor, ONU tem disponíveis duas formas de imposição militar: uma contra um Estado agressor que quebra ou ameaça quebrar a paz e outra contra partes que ameacem a paz e a segurança dentro de um Estado. Diferentemente do primeiro caso, em conflitos intraestatais, os acordos de cessar-fogo eram continuamente e repetidamente desrespeitados pelas partes em conflito. O resultado era, mesmo com a presença de PKO, a continuidade do conflito. Segundo Sutterlin (1995), intervenções de terceiros em conflitos cujos beligerantes querem matar o oponente só podem ser bem sucedidas se as forças interventoras forem equipadas o suficiente não apenas para autodefesa, mas também para separar as partes, tirar a artilharia de combate, apreender armas e impedir a transferência de armamentos através de fronteiras para as partes. Nos casos de desrespeito a acordos de cessar-fogo, a situação não se configura ainda como a sugerida pelo Artigo 42 da Carta. O que se demanda, em todas essas situações, é algo além de operações de manutenção da paz. Foi nesse sentido que foi desenvolvido o conceito de operações de imposição da paz. Em tais missões, os integrantes recebem em seu mandato autorização de, de maneira imparcial, fazer uso da força, para levar os lados beligerantes a respeitar um cessar-fogo já acordado.

Tanto as missões de manutenção da paz quanto as de imposição da paz são de caráter provisório, conforme o Artigo 40 da Carta, estabelecidas pelo CSNU, sob a administração do Secretário Geral, cujas tropas são ofertadas em caráter voluntário pelos Estados. Contudo, as últimas são muito mais perigosas, pois envolvem o uso

direto da força para a imposição da paz. Propostas inicialmente no *Agenda para a Paz*, as missões de imposição da paz não foram muito bem recebidas nem pelos membros do CSNU nem pela Assembleia Geral da ONU. Contudo, acabaram sendo levadas à prática após os fracassos das missões de manutenção da paz na Bósnia e na Somália³⁶.

Sutterlin (1995) reconhece a importância e o valor das missões de imposição da paz, contudo, não deixa de notar alguns pontos importantes. Mais do que na manutenção da paz, a imposição da paz precisa de um treinamento específico, e de uma obediência muito maior à cadeia de comando. Além disso, ele observa a importância em se remover o Secretário Geral da responsabilidade operacional em tais missões, a fim de preservar sua imparcialidade. As decisões operacionais das missões de imposição da paz, segundo ele, devem ficar a cargo do CSNU ou de um órgão agindo em seu nome. Segundo ele, seria, ainda, desejável, que países de grande força militar – e ele cita especificamente os EUA – deixassem à disposição da ONU os equipamentos necessários para ações de imposição da paz. As forças devem vir, segundo ele, preferencialmente de voluntários, e é importante que os governos acatem à recomendação do Secretariado de destacá-las e treiná-las especificamente para esse fim.

2.4.2 – A Soberania e a Intervenção

As PKO baseadas no Cap. VII da Carta da ONU estão longe de serem uma unanimidade entre os membros da organização. Ainda que tenha explodido em quantidade a partir dos anos 1990 e tenha sido pedida e reafirmada pelos Secretários Gerais do período – em especial Boutros-Ghali e Kofi Annan, diversos países ainda às tem com grandes ressalvas. É o caso do Brasil, conforme veremos no Capítulo 2 dessa dissertação. O argumento principal desses países é que o Cap. VII, ao não ter que contar necessariamente com o consentimento das partes, fere a soberania dos Estados. Estaria, então, a ONU passando por cima dos Estados, diminuindo a importância do vago

³⁶ O caso da Somália foi, talvez, o mais representativo da incapacidade das missões de manutenção da paz em lidarem com casos intraestatais. Brevemente, houve a seguinte situação: devido a uma série de fatores, tais como o histórico da UNOSOM I e o papel perturbador do General Mohamed Farah Aideed, líder da facção SNA, a UNOSOM II acabou deixando de lado a imparcialidade e tomou posição, tornando-se, por fim, parte do conflito. Ao buscar Aideed a fim de prendê-lo, houve o famoso incidente dos 17 *peacekeepers* estadunidenses mortos pelas forças de Aideed. O resultado foi o cancelamento unilateral por parte dos EUA de busca de Aideed, contrariando as ordens da ONU, e, logo depois, total retirada das forças estadunidenses da UNOSOM II. Após um tempo de conflito das forças das ONU com as partes em conflito, houve uma mudança de postura da organização pela volta à imparcialidade e ao diálogo político. Entre as partes envolvidas no diálogo político estava justamente o General Aideed, outrora tido como “inimigo declarado” (SUTTERLIN, 1995, p. 65).

conceito da soberania e se afirmando como uma organização supra-nacional com capacidade acima dos Estados? A discussão acerca do papel da soberania para as missões baseadas no Cap. VII e do consentimento das partes para a operação de uma PKO estão intimamente ligadas.

As novas prioridades nas atuações das PKO no pós-Guerra Fria e a busca da ONU em expandir os seus recursos trouxe mudanças no modo de atuação da organização, saindo daquelas práticas adotadas até então. A principal mudança viu-se na norma do consentimento – antes uma necessidade para a atuação das PKO, nos anos 1990, nem tanto. Os P-5, no encontro de janeiro de 1992³⁷, concordaram que, na dualidade de se proteger a paz e a segurança internacional e também os direitos humanos, era hora de se dar mais atenção ao segundo, mas sem se desviar do primeiro³⁸ (FENTON, 2002, p. 3). Séries de envolvimento do Conselho, como na Somália, Iraque após a primeira guerra do Golfo, e Bósnia Herzegovina fizeram com que muitos passassem a comentar a respeito da não mais centralidade do Estado no sistema internacional, enquanto outros foram mais comedidos em não fazer uma generalização a partir de responsabilidades específicas³⁹.

Também congelado outrora, o conceito de soberania começa a se tornar confuso, uma vez que começa a incorporar em si a proteção aos direitos humanos, e a ONU passa a ser vista como um agente legítimo na identificação da quebra ou não da soberania. As tradicionais razões para intervenção foram, então, expandidas, passando a incorporar desde aspectos de opressão política interna, massacres, sofrimento associado a transgressões econômicas, como é o caso dos estados falidos. O CSNU passa a ser visto como “um ‘parlamento global’, ou um ‘júri global’, representando não apenas os Estados individuais que o compõem, mas também uma vontade coletiva e a voz da ‘comunidade internacional’” (DOYLE e SAMBANIS, 2006, pp. 8-9).

“O nosso trabalho é intervir: prevenir conflitos onde nós pudermos, colocar um fim quando eles tenham começado ou – quando nenhuma dessas coisas for possível – ao menos contê-lo e preveni-lo de se alastrar” (ANNAN, Kofi *apud* DOYLE e SAMBANIS, 2006, p. 6). As palavras do então Secretário Geral Kofi Annan, em 2008,

³⁷ Vide nota de rodapé 16.

³⁸ Não sem certa resistência da China, que insistiu em dizer que a questão caía na soberania de cada país.

³⁹ Para maiores detalhes de ambos os lados, ver referências diversas em FENTON, 2002, pp. 3-4.

demonstram bem o espírito que existia na ONU, em especial no CSNU, naquele período.

O termo soberania foi cunhado a partir do século XVI para justificar os novos Estados absolutistas que emergiam, e foi central para a construção da noção do atual Estado-Nação. Baseados em regras constitutivas, há dois tipos primordiais de soberania: (1) *soberania interna*, quando o Estado detém autoridade sobre todas as demais autoridades e população em um dado território e (2) *soberania externa*, que afirma que o Estado independe de autoridades externas. Daí se deriva o termo *igualdade soberana*, que coloca que, em uma comunidade de Estados, independentemente de seu tamanho, força ou população, todos os Estados são iguais. É a base fundamental do direito internacional. Como não há autoridade superior, cabe aos Estados seguir ou não as leis internacionais, ainda que a sua não obediência possa dificultar sua aceitação perante a comunidade de Estados, além de atrapalhar a ordem internacional. Para manter os objetivos comuns da co-existência, os Estados concordam na não-intervenção dos assuntos internos alheios. Este é, logo, o princípio básico da igualdade soberana e da manutenção da ordem no sistema internacional (FENTON, 2004, pp. 4-6).

No pós-Guerra Fria, a possível mudança do termo não foi acompanhada pelo CSNU, ainda que ele tenha se proposto a defendê-la. O novo debate sobre o que é soberania vai desde o entendimento clássico de ausência de uma autoridade superior ao Estado, passando pela noção que seria simplesmente uma independência constitucional de outros Estados e chegando até mesmo à idéia que, após a descolonização, os novos Estados que surgiram não detêm a capacidade de soberania interna, limitando, assim, sua soberania externa. Os construtivistas argumentam que, sendo uma construção social, a soberania estaria sempre sujeita a interpretações cambiantes⁴⁰.

Intervenção é “a ameaça coercitiva ou uso da força por um Estado, grupo de Estados ou organização internacional na esfera da jurisdição de um Estado soberano” (FENTON, 2004, p. 6). Intervenção humanitária, por seu lado, é vista como

a ameaça coercitiva ou uso da força por um Estado, grupo de Estados ou organização internacional na esfera da jurisdição de um Estado soberano com o objetivo de proteger os nacionais daquele Estado soberano de privações

⁴⁰ Para maiores detalhes, ver referências apontadas por FENTON, 2004, pp. 16-8, notas 69 a 77.

amplas de direitos humanos internacionalmente reconhecidos (FENTON, 2004, p. 6).

A não-intervenção cumpria um sentido em uma sociedade internacional que tinha como condição máxima da humanidade a paz, no sentido da manutenção da ordem. O Concerto Europeu bem teria demonstrado isso, com a intervenção sendo apenas aceitável para a manutenção da balança de poder e da ordem, sendo aceitável, inclusive, a criação de novos Estados soberanos para que tal fim fosse atingido.

O conceito de soberania, contudo, continuou sendo um dos mais amplos possíveis. A Santa Aliança, idealizada pelo Czar Alexandre I da Rússia, já previa o direito dos signatários em intervirem em assuntos alheios. As revoluções francesa e estadunidense davam ao povo a autoridade final soberana. As revoluções liberais também viram as demandas das populações européias por participar, de alguma forma, dos governos. O conceito de não-intervenção era usado como forma de proteger o interno e criticar o externo, e, dessa forma, algumas chamadas intervenções humanitárias foram realizadas no século XIX, ainda que seu teor seja dúbio e muito mais ligado a questões estratégicas⁴¹.

A maleabilidade do termo soberania continuou ao longo dos anos. Na Convenção de Montevideo ⁴², em 1933, que, formalizou alguns princípios normativos que determinaram quem era ou não soberano, e, assim, susceptível à obediência e a ser respeitado pelas leis internacionais. Estado passou a ser entendido como “uma população permanente, um território definido e a capacidade de entrar em relações com outros Estados” (FENTON, 2004, p. 9). Em 1919, as Grandes Potências criaram quatro grupos de Estados, divididos pelo seu grau de *civilidade* e *acesso a soberania*. O primeiro era composto pelas Potências Européias, Estados Unidos e alguns poucos outros. Essa era a elite. Em seguida, vieram os demais: o “Grupo A” eram os Estados do Oriente - Médio, e que caminhavam bem em direção à soberania; o “Grupo B” eram os Estados da África tropical, e que precisariam ainda de alguns anos de desenvolvimento econômico e político; os últimos são os povos dos territórios do Pacífico e do Sudeste da África, o “Grupo D”, que estava a séculos do desenvolvimento e, portanto, não era

⁴¹ Para maiores detalhes, ver FENTON, p. 9, nota 35).

⁴² Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados. Basicamente exprimia os princípios de reconhecimento mútuo dos Estados.

soberano. Com o fim da I Grande Guerra, o princípio da auto-determinação dos povos e demandas de minorias, antes visto como uma ameaça à manutenção da balança de poder na Europa, passou a ser vista como uma possibilidade de mantê-la, mas sempre através das negociações com tais minorias. Isso acabou por reafirmar, ainda, o princípio da não-intervenção, uma vez que dependia da aprovação do governo do país questão. Não sendo autorizada a atuar com intervenções humanitárias e, ainda objetivando a manutenção da ordem como bem maior, os direitos humanos continuaram em segundo plano na Liga (FENTON, 2004, 9-11).

Na criação da ONU, o princípio da não-intervenção continuou a ser reafirmado⁴³. Contudo, diferentemente da Liga, a própria Carta da ONU já mencionava a possibilidade de uso da força, através de seu Capítulo VII, quando o CSNU entendesse sua necessidade. Uma vez que a Carta não menciona claramente o que são ameaças à paz e a segurança internacional, isso abriu espaço para que os membros do Conselho pudessem redefinir aquilo que eles consideraram ser o mérito de uma ação.

Contudo, há uma tensão na Carta da ONU, apresentada, entre outros, por Bull (1977), sobre ordem e justiça. A agenda dos direitos humanos foi colocada sob pressão estadunidense, em uma organização pensada primordialmente para manter a paz e a segurança internacional. Logo, há uma discussão forte se é ou não permitido, pela Carta da ONU, a intervenção humanitária⁴⁴. Fato é que, durante a sua fundação e até o início dos anos 1990, a prática do CSNU foi não adotar medidas que fossem justificadas pelas intervenções humanitárias, uma vez que eram julgadas como questões internas dos Estados, sendo até mesmo condenadas pela ONU, mesmo em casos claros de abuso aos direitos humanos. Os Estados preferiam justificar suas ações dizendo que era uma questão de autodefesa do que de direito humanitário (FENTON, 2004, pp. 11-6).

2.4.3 – A Intervenção Humanitária e o Consentimento

O debate conceitual da soberania está intimamente ligado ao novo ímpeto tomado das intervenções humanitárias a partir dos anos 1990. Independentemente das razões pelas

⁴³ Recebeu até mesmo, na Carta da ONU, uma cláusula definidora. Primeiro Capítulo, Propósitos e Princípios, Artigo 2(7): “Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII” (ONU, 1945).

⁴⁴ Para maior discussão, ver FENTON, 2004, p. 14.

quais elas aconteceram, o fato é que o sistema de valores dos Estados estaria em choque com os valores de direitos humanos – esses sendo, cada vez mais, priorizados na agenda internacional (FENTON, 2004). O conceito clássico de soberania não é mais um impedimento para a intervenção humanitária, como era na Guerra Fria. O relatório encomendado pelo então Secretário Geral da ONU Kofi Annan à Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal, em 2001, intitulado *Responsabilidade para Proteger* (R2P⁴⁵), mostraria bem isso. Segundo o relatório, a soberania vinha sendo entendida como não apenas uma responsabilidade externa, mas também interna, para com seus cidadãos, e de forma alguma incluía o poder ilimitado do Estado fazer o que quisesse com a sua população. Nesse sentido, os Estados só seriam vistos como iguais, pelo conceito de soberania, se ele estiver cumprindo suas responsabilidades domésticas, de acordo com o esperado pelo restante da comunidade internacional. Aqueles que não cumprem tais demandas, podem estar sujeitos à quebra de sua soberania, através de intervenções humanitárias uni ou multilaterais, justificadas pelo direito internacional (FENTON, 2004, pp. 18-9). O uso da força militar contra esses Estados seria justificável “quando atendessem a seis critérios: causa justa, intenção correta, último recurso, meios proporcionais, chance razoável de êxito e autoridade adequada” (ALMINO, 2002, p. 76).

Os novos conflitos intra-estatais, diferentemente do padrão visto na Guerra Fria, pediam uma nova abordagem do consentimento. Se, antes, o consentimento era por parte do Estado hospedeiro, ele passou então a ser entendido como sendo das principais partes em conflito, se tornando, assim, mais instável e difícil de ser atingido. No *Uma Agenda para a Paz*, Boutros-Ghali sugere que a coerção por parte das tropas da ONU seria uma saída possível para o dilema do consentimento das partes. Isso acabou levando, contudo, a organização a agir “no escuro”, implementando missões intermediárias, que tinham certo nível de consentimento, mas tomavam medidas mais coercitivas, como os casos da Iugoslávia e da Somália. A chave para a solução do problema estaria no debate sobre o consentimento, que, segundo Fenton (2004), levou a três linhas distintas: (1) *A Posição Restritiva*, que sugere que as PKO deveriam ou seguir o modelo clássico das PKO ou, então, as Operações de Imposição Coletivas, fugindo de um meio termo; (2) *A Posição Centrada no Consentimento*, que afirmava que, ainda que o uso da força não seja incompatível com as PKO, ele deve ser usado apenas no sentido de manter a base

⁴⁵ Do inglês *Responsibility to Protect*.

consensual da missão, separando, assim missões de manutenção da paz de missões de imposição da paz, sendo entendido o consenso como um pré-requisito para uma PKO efetiva. Essa linha vem baseada na mudança de Boutros-Ghali no *Suplemento de Uma Agenda para a Paz* (BOUTROS-GHALI, 1995), quando ele reafirma a necessidade do consentimento para o sucesso das PKO, sendo, na mesma época, reafirmadas primeiro pelo governo britânico e, em seqüência, pelo estadunidense; e (3) *A Posição “Meio Termo”*, oriunda da posição original de Boutros-Ghali, de 1992, que prega que o consentimento deveria ser minimizado, e o uso da força mais freqüente. Após as primeiras missões dos anos 1990, houve certa mudança por parte dos que advogavam essa posição, relativizando o consentimento e em como seu uso dependeria do caráter da PKO, dependendo de seus níveis operacionais – especialmente nos casos onde o consentimento deixou de ser uma unidade. Uma das opções seria a das *Missões Coercitivas de Persuasão*⁴⁶, que, autorizadas pelo Cap. VII, fariam uso da força para reafirmar uma situação de consenso perdida ou não alcançada. Kofi Annan, em *Desafios de uma nova Missão de Paz*⁴⁷, endossa essa posição, afirmando que a ONU deveria adaptar a sua “linha de produtos” para um mundo onde o pré-requisito do consentimento não seria atingido na maioria dos casos. Nessa linha, houve uma convergência com outras organizações internacionais, tais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Européia (EU), no que seriam as *Operações de Apoio à Paz*⁴⁸, que são, segundo um manual britânico-sueco, operações conduzidas nem a favor e nem contra qualquer parte, buscando um mandato imparcial, agindo como um terceiro no conflito, e não como parte dele (*Peace Support Operations*, apud FENTON, 2004, p. 30). No *Relatório Brahimi*, conclui-se que o consentimento das partes e o uso da força em *autodefesa* deveriam ser princípios fundamentais das PKO, e que, em casos onde uma ação mais enérgica tenha que ser tomada, ela deveria ser feita através de *coalizões da vontade*⁴⁹, autorizadas pelo Cap. VII da Carta da ONU (FENTON, 2004, pp. 23-31).

Fenton (2004) identifica três níveis possíveis para o debate do consentimento. O primeiro seria o nível tático, que envolve diretamente o momento das operações em

⁴⁶ *Coercive Inducement Operations*. FENTON, 2004, pp. 29-30.

⁴⁷ ANNAN, Kofi, apud FENTON, 2004, p. 29, nota 126.

⁴⁸ *Peace Support Operations*.

⁴⁹ *Coalitions of the Willing*. Brahimi (2000).

solo. O segundo seria o nível operacional, que consiste no planejamento das operações buscando atingir objetivos particulares nos teatros e áreas de operação. E, por fim, o terceiro, que se trata do nível estratégico, que seria definido pelo CSNU ao estabelecer uma PKO. Segundo Fenton (2004), a análise estratégica do consentimento é a mais adequada, pois, além de se desdobrar nas demais, ela possibilitaria um panorama melhor de como os membros do CSNU decidem fazer uso do Cap. VII e em aderir ou não ao consenso (FENTON, 2004, pp. 31-32).

De acordo com Fenton (2004), a evidência é que, ainda que no pós-Guerra Fria pareça que o CSNU tenha adotado resoluções mais fortes, calcadas sob o Cap. VII da Carta, visando as chamadas *intervenções humanitárias*, os dados demonstram que ele o fez ainda voltado, em sua maior parte, sob a mesma lógica de soberania estatal e consentimento das partes, reforçando, dessa forma, e não se afastando, da centralidade do Estado e da força da soberania como princípio ordenador do sistema internacional. O uso do Cap. VII foi, em sua maioria, para criar uma jurisdição para a atuação do Conselho, onde a autoridade ou não existia ou estava sob ameaça, e também para apoiar a *autodefesa* das tropas da ONU em solo, mostrando a seriedade de tratamento do CSNU para com a questão. Raramente o Cap. VII foi evocado para fazer uso de força sem o consentimento das partes e, quando o foi, não foi sem a relutância dos membros do Conselho, mesmo em casos de patentes abusos dos direitos humanos, e seus usos representavam muito mais o interesse estratégico dos P-5 do que assistência humanitária em geral. Nos casos onde não há o interesse direto de um P-5 em resolver a questão, o consentimento continua sendo um princípio importante para as PKO (FENTON, 2004, pp. 33-6 e pp. 206-11). Ou seja, ainda que haja sérios problemas com as missões consentidas pelas partes, os membros do CSNU ainda resistem à adoção do Cap. VII como medida de força, sem a aquiescência das partes, uma vez que representa uma minimização dos riscos para o país contribuinte. Pelo contrário, Fenton (2004) afirma que, ao tentar ameaçar e fazer uso da força para resolver um conflito, passando por cima do consenso, o CSNU criou mais problemas do que os resolveu. (FENTON, 2004, pp. 209-13).

2.4.4 – A Imparcialidade

Já à época em que as PKO passavam a ter um novo caráter, Betts (1994) apontava para os fatores que ele chama de “ilusórios” da intervenção imparcial. Segundo ele, o

conceito de uma intervenção imparcial e limitada funciona muito bem para as PKO cuja função seja apenas monitorar uma paz já existente e acordada entre as partes. Contudo, se torna um conceito errôneo se aplicado nas missões de imposição da paz. O autor afirma que uma intervenção limitada pode pôr fim a um conflito se o interventor ajuda um dos lados a vencer e colabora para a alteração da balança de poder; ou seja, é eficaz se não é imparcial. Uma intervenção imparcial pode, por sua vez, colocar fim a um conflito se o interventor toma total controle da situação, estabelecendo, assim, a paz; ou seja, não sendo limitada. O problema das PKO estaria, então, justamente ao tentar fazer os dois lados ao mesmo tempo, o que não só não contribuiria para a paz por não ser capaz de pôr um fim aos conflitos, mas também por prolongá-los.

O problema a todas as guerras, segundo Betts (1994), é resolver, ao seu cabo, quem manda. Isso vale tanto para guerras intraestatais quanto interestatais. A guerra só vai de fato chegar ao fim quando ambos os lados concordarem sobre quem vai comandar o que se está em disputa. Essa visão vai de encontro àquela que apresenta a imposição da paz como fruto da governança global, que não pensa questões de segurança a partir da visão da soberania e, ainda, que não vê a guerra como um ato político racional⁵⁰. Tanto são as guerras racionais que os lados continuam guerreando enquanto negociam a paz e os termos dos acordos de paz refletem os resultados dos campos de batalha. “Se o uso de força mortal é para ser de morte legítima ao invés de morte sem sentido, ela deve servir ao propósito de acabar com a guerra – o que significa determinar quem manda, o que significa deixar alguém no poder ao fim do dia” (BETTS, 1994, p. 22).

Há duas formas de se pôr fim a um conflito: quando um dos lados vence e impõe a sua vontade e quando os dois lados concordam com uma conciliação. A conciliação acontece quando ambos os lados vêem que perderão mais em continuar lutando do que negociando a paz. Geralmente ela acontece antes do início da guerra. Contudo, se a conciliação não foi suficiente para impedir o surgimento de um conflito, após deflagrado, ela será ainda mais difícil de ser atingida. Se o conflito atinge um momento de impasse, não sendo nenhum lado capaz de subjugar o outro à sua vontade, a conciliação fica, ainda, distante, uma vez que a vontade de vencer ainda continua. O impasse levaria a uma conciliação apenas quando os lados vêem que uma vitória militar

⁵⁰ Essa visão seria a que acha que os “bons ofícios” dos interventores seria capaz de trazer os lados à razão, mostrando que o recurso à força foi um erro e substituindo o conflito por uma paz negociada (BETTS, 1994, p. 21).

é praticamente impossível, e que nenhuma alteração em apoios externos, de alianças e de recursos do oponente vai acontecer. Nesses casos, a mediação é útil. Contudo, a “Mediação é útil, mas ela ajuda mais as missões de paz quando as missões de paz menos precisam dela” (BETTS, 1994, p. 24).

A imparcialidade, continua Betts (1994), funciona justamente nas situações onde a mediação também funciona: naquelas situações onde os beligerantes já alteraram a balança de poder, e precisam apenas de uma ajuda extra para firmar a paz. Já nos casos onde é necessária a imposição da paz, de natureza mais desafiadora, a imparcialidade tende a não contribuir. Nesses casos, ou o interventor não entra no conflito, ou então entra e ajuda um dos lados a vencer. O interventor não conseguiria trazer a paz mais rápido do que pela exaustão das partes se agir com uma imparcialidade leve e controlada. Betts (1994) então sugere uma categoria diferente de imparcialidade, a imparcialidade imperial, que seria ativa e severa para com os dois lados. A única PKO que teria visto a imparcialidade imperial foi a UNTAC, no Cambódia⁵¹.

A fim de evitar a confusão sobre como deve agir em PKO, Betts (1994) sugere que se deve entender melhor como os meios militares devem ser usados para os fins políticos. Em primeiro lugar, deve-se (1) “*Reconhecer que fazer a paz é decidir quem manda*”⁵² (BETTS, 1994, p. 30). Se isso não está claro, então as razões da intervenção não são ainda claras. Logo, uma intervenção para trazer a paz trará também forte oposição, e deve-se esperar por baixas e prejuízos às forças interventoras. (2) “*Evitar meias-medidas*”⁵³ (BETTS, 1994, p. 31). Soluções de meio-termo existem no ambiente doméstico, e são bem sucedidas porque há a paz, quando a pergunta de quem manda já está respondida. Em um ambiente conflituoso, as PKO devem ou forçar as duas partes para uma conciliação ou apoiar um dos lados com sua força militar. Meias-medidas em um ambiente no conflito só deixa mais obscuro os cálculos dos dois lados, aumentando suas sedes de vitória. A força mortal, se usada para trazer a paz, deve ser para a definição de fronteiras e de controle político. (3) “*Não confundir paz com justiça*”⁵⁴

⁵¹ Ainda assim, o autor afirma que diversas variáveis entram na análise do caso da UNTAC como bem sucedido, e afirma que a ONU foi imparcial apenas no princípio, mas não na prática. Os resultados, segundo o autor, seriam devido à nova balança de poder formada, com a ajuda da ONU.

⁵² Itálico original do autor.

⁵³ Itálico original do autor.

⁵⁴ Itálico original do autor.

(BETTS, 1994, p. 31). Paz e justiça só caminham juntas se o objetivo reflete a justiça. Segundo Betts (1994), as intervenções no pós-Guerra Fria seriam de defesa de um caráter moral, e não material, por parte das grandes potências. E, não tendo questões materiais envolvidas, não é de se esperar que grandes potências envolvam poder militar definitivo. Logo, se a paz é o objetivo principal, deve-se apoiar o lado mais rico no conflito, para que o interventor tenha menos custos possíveis, independentemente de sua legitimidade. Se a justiça leva a precedência, então as intervenções limitadas farão com que o conflito perdure. Colocar o fim à matança talvez não deva ser a primeira coisa a se fazer nesses casos, ainda que tenham que ser levadas a cabo em algum momento. No caso de definição de fronteiras, elas devem ser delineadas não de acordo com propriedade, mas sim para fazê-las coerentes com a solidariedade política, e de maneira defensável. Betts (1994) afirma que a limpeza étnica seria a solução para a limpeza étnica, pois diminuiria a frequência do conflito.

(4) “*Não confundir balança com paz ou justiça*”⁵⁵ (BETTS, 1994, p. 32). Evitar que um dos lados ganhe superioridade militar e vença o conflito é contribuir para a continuidade do conflito e para a maior perda de vidas. Um interventor que mantém a situação do conflito como ela está contribui para que isso aconteça, ao não permitir a redefinição da balança de poder. E, partes que não estão perdendo, tendem a continuar sob conflito até que uma indefinição prolongada mostre que a vitória seja impossível. Mas, até lá, diversas vidas foram perdidas. (5) “Faça a intervenção humanitária racional militarmente”⁵⁶ (BETTS, 1994, p. 32). Em casos extremos, ainda que não para assegurar a paz, como parar com matanças ou salvar os famintos, intervenções podem acontecer. Desde que as forças possam ter territórios onde possam exercer o comando sem lutar, e que possam defender caso necessário, auxiliando, assim, aqueles que precisam do socorro imediato. Segundo Betts (1994), é uma solução tampão, não definitiva, mas que não contribuiria para piorar a guerra.

⁵⁵ Itálico original do autor.

⁵⁶ Itálico original do autor.

2.4.5 – A Legitimidade das PKO

Entre os argumentos para a efetividade das PKO⁵⁷ está o da legitimidade das forças da ONU. Mas a discussão sobre a legitimidade das PKO é não apenas na visão dos *peacekeepers*⁵⁸ para com os *peacekeepers*. É uma preocupação também daqueles Estados que participarão da missão. Isso parece ser mais preocupante no caso das missões de imposição da paz, uma vez que podem fazer o uso da força sem o consentimento das partes.

Coleman (2007) afirma que todas as operações de imposição da paz ocorrem necessariamente sob os auspícios de uma organização internacional⁵⁹. Esse é o caso de todas as dezoito⁶⁰ operações de imposição da paz identificadas por ela, entre 1945 e 2007⁶¹. Ela faz observações importantes acerca de tais missões. A ONU é a principal organização internacional a estabelecer PKO impositivas, ainda que oito delas tenham sido feitas por outras organizações. Outro padrão notado por Coleman (2007) é a delegação a outras organizações, ou mesmo a uma Força Multinacional (FMN), do controle da missão – a ONU o faz em sete de suas dez missões apresentadas. Por fim, ela observa que essas missões são conduzidas, em sua maioria, por um Estado líder – é o caso de treze das dezoito operações. Ou seja, ainda que as implemente, não é comum que a organização internacional de fato leve a cabo as missões de paz impositivas.

Além das dezoito já mencionadas, Coleman (2007) identifica outras dezesseis⁶² operações militares, de 1945 a 2007, que detêm características impositivas, mas que não

⁵⁷ Ver seção 2.4.6 – A Efetividade das PKO.

⁵⁸ Uso o termo em inglês na falta de um melhor em português. São aqueles cuja paz é cuidada pela PKO. Para maiores detalhes do termo, ver Clapham (1998).

⁵⁹ Segundo a autora, tudo o que já foi escrito sobre o papel das organizações internacionais subestima o seu *desempenho verbal* (*verbal performance*). Esse seria o sentido dado por ela para explicar o porque dos Estados sempre recorrerem às organizações internacionais para legitimar suas operações de imposição da paz, reconhecendo nas organizações um bastião protetor da legitimidade internacional.

⁶⁰ Para a lista completa, ver COLEMAN, 2007, p. 8, Tabela 1.1. Ela inclui aqui algumas operações, tais como a Guerra da Coreia ou a primeira Guerra do Golfo

⁶¹ Dessas operações, apenas uma ocorreu durante o período da Guerra Fria: a ONUC, no Congo, entre 1961 e 1964, implementada e realizada pela ONU, sem a liderança de nenhum Estado em específico.

⁶² Para a lista completa, ver COLEMAN, 2007, p. 10, Tabela 1.2. Ela inclui aqui algumas operações, tais como a Guerra da Coreia ou a primeira Guerra do Golfo, tidas, por outros autores, como operações de imposição da paz. Seu critério é que, para ser entendida como operação de imposição da paz, a missão

são necessariamente operações de imposição da paz. Dessas, diferentemente das demais, a maioria, nove, ocorreu durante o período da Guerra Fria. Onze operações, do total das dezesseis, ocorreram diretamente sob os auspícios de uma organização internacional, ficando apenas cinco delas fora dessa categoria. Dessas cinco, quatro delas⁶³ não teriam tido o apoio de uma organização internacional por, ainda que tivessem afinidade, não terem se apresentado formalmente como operação de imposição da paz. O único desvio, segundo ela, seria identificado pela invasão do Iraque liderada pelos EUA, em 2003, que, tendo caráter impositivo, não obteve o apoio de nenhuma organização internacional (COLEMAN, 2007, pp. 1-18).

Segundo Coleman (2007), os Estados realizam as missões de imposição da paz através de organizações internacionais porque reconhecem nelas o papel de guardiãs da legitimidade⁶⁴ no sistema internacional, tornando, assim, suas intervenções legítimas. De acordo com ela, a legitimidade das operações de imposição da paz é passível a quatro grupos sociais, sendo apenas dois no cenário internacional⁶⁵: Estados regionais diretamente afetados pela intervenção e a comunidade internacional de Estados como um todo. Os Estados formam seus julgamentos sobre legitimidade, pois se entendem como atores sociais, e formalizam suas operações de imposição da paz através de OIs por uma identidade de grupo, valorizando a sociedade internacional que os reconhece como membros soberanos. Ela identifica três regras fundamentais para o julgamento da legitimidade internacional das operações de imposição da paz: (1) respeito pela soberania estatal; (2) não-agressão; e (3) intervenção para assegurar a paz e a segurança internacional. Esses três pontos seriam assegurados através da aquiescência de uma OI. Nesse sentido, os Estados interventores poderiam fazer uso de tal legitimidade a fim de

deve tratar exclusivamente de assuntos intra-estatais. Como, nesses dois casos, havia disputa entre dois Estados, Coleman (2007) as categoriza como missões com atributos de imposição da paz.

⁶³ Há aqui uma aparente inconsistência da autora. Ela se refere, ao falar dos países que realizaram essas operações, a Vietnã, Tanzânia, Índia e Estados Unidos, tomando, aparentemente, sua tabela 1.2 como referência. Todavia, não há nenhuma operação nessa tabela que tenha sido realizada pela Tanzânia. Fica ainda mais difícil de identificar, uma vez que a autora não menciona nem na tabela 1.1 nem na 1.2 o nome, quando possível, da operação de paz, optando apenas por mencionar o país receptor e o líder da operação. Por esta razão, também, optei por não reproduzir todas as operações identificadas por ela, preferindo tomar como referência para meu estudo o padrão de envolvimento das organizações internacionais nas missões de imposição da paz.

⁶⁴ Para maiores detalhes e discussão sobre legitimidade, ver COLEMAN, 2007, pp. 20-41.

⁶⁵ Os outros dois, de caráter interno, seriam a opinião pública doméstica do Estado interventor e também do Estado receptor.

maximizar a busca de seus interesses, além de usar OIs regionais e mais influenciáveis como escada para uma legitimidade global maior – na ONU, por exemplo. Contudo, afirma ela, há um limite para o que as OIs podem legitimar, e até mesmo potências modificam seus comportamentos para se adequar às regras internacionais vigentes (COLEMAN, 2007, pp. 19-72).

No relacionamento entre o CSNU e OIs, talvez o mais importante seja com a OTAN. Mais pelo peso da organização do que pela quantidade de missões. Pelas contas de Coleman (2007), foram apenas duas operações de imposição da paz realizadas pela OTAN, mas ambas tiveram a aquiescência – ainda que posterior, do CSNU.

Pela Carta da ONU, somente o CSNU pode deliberar acerca do uso da força, ainda que autorizando outras organizações ou Estados a fazê-lo em seu nome. Tarrise da Fontoura (2004) observa que, nos momentos em que não obtém a autorização do CSNU, a OTAN recorre a outras formas para justificar suas ações militares, tais como o direito de *autodefesa*, previsto na Carta da ONU⁶⁶, e o *dever de solidariedade internacional* - conceito, segundo o autor, fortalecido após a intervenção no Iraque, em 1991, em favor dos curdos. O problema é, diz Tarrise da Fontoura, quando os objetivos da OTAN começam a coincidir com os do CSNU. A nova identidade da OTAN teria como pano de fundo a idéia que a ONU, ainda que tenha responsabilidade primária, não tem exclusividade para as questões de paz e segurança internacional. Seu aval, logo, seria desejável, mas não indispensável. Tarrise da Fontoura aponta então para o que seria

um risco real de que as Nações Unidas sejam relegadas a segundo plano em prol de sistemas paralelos e excludentes de defesa coletiva, em um desdobramento que pode implicar riscos para a estabilidade internacional, na medida em que a questão do emprego da força nas relações internacionais passaria a ser discutida e decidida em instâncias não-universais (TARRISSE DA FONTOURA, 2004, p. 131).

O argumento de Tarrise da Fontoura (2004), contudo, vai de encontro ao de Coleman (2007). Se, nas duas vezes em que fez uso de uma operação de imposição da paz, a OTAN obteve o aval do CSNU, o órgão continua ainda sendo visto como legítimo, nem que seja para dar o aval de uma operação. Seria útil para o argumento de Tarrise da

⁶⁶ Artigo 51.

Fontoura (2004) se ele tivesse se referido a quais operações a OTAN realizou que pudessem minimizar o papel do CSNU.

2.4.6 – A Efetividade das PKO

Doyle e Sambanis (2006) afirmam que o balanço geral da ONU como feitora de guerra sugere que ela é muito efetiva na legitimação de coalizões de imposição de segurança coletiva armada, como, citam eles, os casos da primeira guerra no Iraque e na Coreia. Contudo, nos conflitos intraestatais que surgiram no pós-Guerra Fria, a organização é inefetiva na feitura de guerras ou imposição da paz. Em outros casos⁶⁷, contudo, através de missões multidimensionais baseadas no capítulo VI, as Nações Unidas teriam sido bem sucedidas nas negociações de imposição da paz e na implantação de autoridades transitórias, sugeridas pelos acordos de paz, ainda que existam desafios a serem resolvidos quanto à integração a longo prazo dessas sociedades (DOYLE e SAMBANIS, 2006, p. 2).

Como padrão de conflitos desde o colapso soviético, as guerras intraestatais causam não apenas as mortes e deslocamentos diretos dos conflitos, mas também deterioram as condições de saúde na região até muito tempo após o conflito, têm efeitos difusos e de contágio na região e reduzem as taxas de crescimento econômico do país e vizinhos. Tipicamente, se dão entre as forças governamentais e uma ou mais organizações rebeldes. Seus alvos são, em geral, a população civil⁶⁸, e seus objetivos vão desde motivos separatistas ao controle do Estado ou de recursos.

Para resolver as guerras civis, o modo mais comumente usado, segundo Howard (2008), são as operações de paz multidimensionais⁶⁹ da ONU. Ainda que haja problemas, ela reconhece, não foi criado um mecanismo ainda mais eficaz em seu lugar. Segundo ela, as missões de paz tendem a ter mais sucesso quando seus participantes aprendem como desenvolver suas missões não do quartel-general das Nações Unidas, mas da população

⁶⁷ Eles citam os casos das operações de paz em Namíbia, El Salvador, Cambódia, Moçambique, Timor Leste e Croácia (DOYLE e SAMBANIS, p. 2).

⁶⁸ Segundo os autores, a taxa de morte de civis em guerras de todos os tipos no século XVIII era de 50%. Essa taxa, nos anos 1990, era de 90%.

⁶⁹ No original, *multidimensional peacekeeping*. Também referenciadas, segundo Howard, como multifuncionais (*multifunctional*), multidisciplinares (*multidisciplinary*) ou integradas (*integrated*). (HOWARD, 2008, p. 1, nota 1).

local. Um dos pontos mais interessantes das missões multidimensionais é justamente a sua capacidade de congregar os diversos pontos complexos existentes em um Estado saído de uma guerra civil.

Doyle e Sambanis (2006) afirmam que os esforços para se controlar uma guerra intraestatal estão calcados em três pontos: (1) o grau de hostilidade entre as partes; (2) a extensão das capacidades locais no pós-conflito; e (3) a quantidade de ajuda internacional enviada. Os três pontos, segundo eles, formariam a lógica interdependente do “triângulo da construção da paz”: quanto maior a hostilidade, maior a destruição das capacidades locais e mais precisarão de assistência internacional para serem bem-sucedidos no estabelecimento de uma paz estável” (DOYLE E SAMBANIS, 2006, p. 4). O ponto dos autores, logo, é que a ONU não é boa para a guerra, mas para a paz, através da mediação e implementação de uma paz negociada.

Segundo eles, as operações de paz devem ser feitas caso a caso, levando consigo o grau de autoridade internacional para moldar o processo transitório da guerra à paz. As missões de paz que levam consigo programas de recuperação econômica têm um papel relevante na construção da paz duradoura, uma vez que oferece emprego e ocupação aos antigos combatentes. Ou seja, as operações devem não apenas fornecer a paz momentânea, mas também construir instituições capazes de solucionar conflitos futuros de maneira pacífica. O papel mais ativo dos Estados Unidos ou outra grande potência não seria continuamente preciso nas missões de construção da paz, apenas nos casos onde a violência residual é ainda elevada. Nos demais, o multilateralismo seria capaz de responder. Por fim, eles colocam que vitórias militares são superadas pela construção da paz, sendo as últimas mais capazes de manter uma paz duradoura do que as primeiras.

Howard afirma que três pontos são suficientes para explicar o sucesso das missões de paz já realizadas pela ONU: (1) fatores favoráveis do país que sai de uma guerra civil; (2) interesse consensual, mas moderado, dos cinco membros permanentes do CSNU; e (3) aprendizado organizacional de “nível primário”⁷⁰ no solo, por parte da missão de paz. Por fim, ela ainda sugere um aprendizado de “nível secundário”⁷¹, nos escritórios da ONU, no espaço de tempo entre missões.

⁷⁰ *First level.*

⁷¹ *Second level.*

O nível primário seria “a habilidade crescente de engajamento em missões de paz multidimensionais” (DOYLE E SAMBANIS, 2006, p. 15). Trata-se do aprendizado diário que os *peacekeepers* travam e que acaba influenciando no modo de operação do Secretariado para a implementação do mandato da missão em si. De teor construtivista, Howard parte do suposto que atores e estruturas são mutuamente constitutivos. Segundo ela, há quatro indicadores que demonstrariam o aprendizado organizacional de primeiro nível, que são a habilidade da organização em (1) coletar e analisar informações; (2) em coordenar as diversas divisões da missão; (3) envolver a organização no ambiente pós-guerra civil; (4) exercer a liderança de tal modo que, mesmo nos momentos de crise, a organização exerça as lideranças. De acordo com Howard, uma vez que as regras do jogo estão sempre mudando, em se tratando das missões de paz multidimensionais, esse tipo de aprendizado organizacional não é o baseado nas tradicionais regras do jogo.

Em resumo, em casos de sucesso na implementação dos mandatos, os componentes militares e civis tinham a habilidade de coletar informações técnicas, analisar e avaliar as razões dos combatentes, coordenar as distintas operações internacionais em campo, gerenciar crises, modificar os objetivos das partes em conflito e modificar as operações da ONU em solo à luz de novos entendimentos dos problemas (Howard, 2008 p. 19).

O segundo nível, segundo Howard, é mais amplo e raro de acontecer, e se dá não no processo durante as missões em si, mas no período de tempo entre missões. Trata-se da mudança geral da organização em termos de estrutura, objetivos e meios, como resposta a novos entendimentos de problemas e suas causas. Segundo ela, um “indicador importante de aprendizado de segundo-nível, que também provém uma ligação entre o primeiro e o segundo nível, é uma melhoria nas pré-condições para o aprendizado de primeiro nível” (HOWARD, 2008, p.19).

2.5 – As Teorias de PKO

Nos estudos sobre PKO, alguns autores apresentam certas limitações, que não contribuiriam para resolver os problemas das missões de paz. Eles sugerem, então, a construção de teorias de missões de paz, a fim de basear os estudos sobre o tema e contribuir para a resolução de problemas não identificados por outros estudos.

Há, segundo Proença Jr. (2002), três linhas tradicionais de estudos de PKO: (1) a Internacionalista, cuja característica mais marcante é a implantação global da Declaração dos Direitos Humanos, através “da regulação multilateral, expressa em regimes, acordos, leis e mecanismos robustos de mediação” (PROENÇA JR., 2002, p. 153); (2) a Alternativista, é “orientada pela necessidade de nortear o uso das forças armadas e dos demais instrumentos do Estado em prol de objetivos políticos nacionais [...], que busca adaptar o arcabouço intelectual de segurança e defesa em harmonia com as realidades do mundo pós-Guerra Fria” (PROENÇA JR., 2002, p. 154). Essa linha compreende desde os conflitos de baixa intensidade (LIC⁷²) ao enquadramento das PKO e às operações, militares ou não, que não a guerra (OOTW⁷³); (3) a Estruturalista, que busca entender os conflitos desde suas raízes ou causas e vem dos estudos de paz e resolução de conflitos, sendo, a razão de ser da ONU. Segundo Proença Jr., essas são as linhas que, até então, basearam os estudos de PKO. Mas, poucos procuraram desenvolver, em si, uma teoria de PKO.

2.5.1 – Visão Construtivista – Fortna

Fortna (2008) é um dos nomes que procura desenvolver uma teoria de PKO. Haveria, em sua perspectiva, três grandes falhas dos atuais estudos de PKO: sabe-se muito pouco em como e se os *peacekeepers* contribuem de fato para uma paz duradoura, não se conhece os mecanismos causais pelos quais as PKO afetam a estabilidade da paz, e sabe-se pouco da perspectiva dos *peacekepts* sobre o problema. Sua contribuição vem, então, no sentido de trazer às PKO a visão dos *peacekepts*, em como ela alteraria tanto o comportamento dos *peacekeepers* quanto o mandato das missões de paz e como isso contribuiria para uma paz mais sujeita a durar.

Como diversos autores estudados, Fortna (2008) também faz a sua classificação das missões de paz, conforme exposto na seção 2.3 sobre as tipologias alternativas das PKO.

Para Fortna (2008), as PKO são sim efetivas no sentido de fazer com que a paz seja mais provável de ser mantida. Em uma perspectiva conservadora, seriam efetivas em

⁷² *Low Intensity Conflicts*.

⁷³ *Operations other than war*. Quando militar, *military operations other than war* ([M]OOTW). Segundo Proença Jr., pronuncia-se “ôtua” e “môtua”, respectivamente (PROENÇA JR., 2002, p. 151 e p. 154).

mais de 50%. Em uma não conservadora, conseguiriam manter a paz mesmo após a saída dos *peacekeepers* entre 75 a 85% dos casos (FORTNA, 2008, cap. 1 e cap. 5). Ainda, indo em contramão do que estudos prévios informariam, segundo ela, sua conclusão é a de que os *peacekeepers* tendem a ir onde os casos são mais complicados de serem resolvidos. Seu argumento é que as PKO fazem a paz mais promissora ao mudar os incentivos das partes, dando-lhes informações críveis sobre as intenções umas das outras, prevenindo e controlando violações à paz e, ainda, evitando que um dos lados volte à violência durante o processo de transição à paz. Ainda, pelo fato da atuação das PKO não ser puramente militar, englobando também perspectivas políticas e econômicas, a probabilidade das PKO manterem a paz é grande não apenas para aquelas com robusta presença militar, mas também as pequenas e que atuam com o consentimento das partes. O risco de um retorno ao conflito após o estabelecimento de uma paz é consideravelmente baixo quando tanto os beligerantes quanto a comunidade internacional estão dispostos a arcar com a manutenção da paz (FORTNA, 2008, cap. 1).

Ainda sobre a efetividade das PKO, Fortna (2008) traz um dado interessante. Segundo ela, as PKO baseadas no Cap. VI não seriam menos efetivas em suas operações do que as baseadas no Cap. VII. Ademais, a autora sugere que a onda recente em aumentar as forças das PKO seria desnecessária, uma vez que ela não garantiria mais a efetividade da missão do que as calcadas no Cap. VI da Carta da ONU.

Fortna (2008) chega a arriscar sua fortuna prevendo que a UNMIS, no Sudão, deverá ser bem sucedida, que valeria a pena investir em uma missão completa em Darfur, e, por fim, que o conflito entre palestinos e israelenses, assim como entre os próprios palestinos, tenderia a ser resolvido caso tivesse sob a égide de uma PKO⁷⁴. Sobre o Afeganistão, ela afirma que as PKO são difíceis onde há financiamento por contrabando⁷⁵, e que os esforços para a paz no país deveriam focar tanto no nivelamento político e econômico quanto no militar.

⁷⁴ A autora chega ainda a afirmar que sua previsão não vale para o caso do Iraque, pois a presença dos EUA no país não se encaixa na sua descrição de manutenção da paz. Contudo, aparentemente, ela considera a presença estadunidense no Afeganistão como sendo de manutenção da paz. Para maiores detalhes, ver páginas 16 e 17, em especial, nota 43 (FORTNA, 2008).

⁷⁵ Para uma discussão de PKO em ambientes criminalizados, ver Gairdner (2004). Gairdner tem o mesmo argumento de Fortna (2008) sobre a difícil operacionalização das PKO em ambientes criminalizados, e sugere que o objetivo das PKO nesses lugares seja mudar o foco da economia política local, não

A ocorrência de uma PKO, de acordo com Fortna (2008), independe, de modo geral, dos interesses estratégicos das cinco grandes potências da ONU, salvo nos casos quando os conflitos são nos seus próprios territórios ou próximo deles. Não haveria, ainda, a tendência a ocorrer PKO em antigas colônias das grandes potências⁷⁶. Em sua análise estatística, ela afirma ainda que há, aparentemente, uma tendência das PKO acontecerem em Estados pouco democráticos na esperança, talvez, segundo ela, de desenvolver a democracia nesses Estados. Quanto mais fortes os rebeldes, maior é a tendência que uma PKO seja estabelecida – a não ser quando um dos lados já derrotou o outro, o que diminui consideravelmente tal possibilidade. O número de atores envolvidos e o nível de falta de confiança acabam, ainda, sendo mais importantes para a ocorrência de uma operação de paz do que fatores econômicos ou de soberania. Apesar de sua principal hipótese ser a que as PKO são mais prováveis em casos mais difíceis, ela afirma que, no caso das missões de imposição da paz, elas são mais prováveis de ocorrer quando há a assinatura de um acordo. Já as missões calcadas no Cap. VI são mais prováveis quando os rebeldes são relativamente fortes e o terreno de difícil operação⁷⁷, e em países com menores padrões de vida.

Fortna (2008) procura, no vácuo das teorias de PKO, identificar os mecanismos causais pelos quais a presença de *peacekeepers* pode mudar as informações e os incentivos para

necessariamente fazendo com que o crime organizado acabe, mas pelo menos garantindo que ele não ameace as novas instituições governamentais.

⁷⁶ Seu argumento para isso é que o interesse das grandes potências não seria um dos fatores determinantes para as PKO. Mas, e casos como Portugal (CHT, Angola, Timor), França na Costa do Marfim, Reino Unido em Bangladesh e Serra Leoa?, só para citar alguns mencionados por ela mesma. Ainda que Portugal não estivesse no CSNU quando do estabelecimento da missão em CHT, em Bangladesh (esse é o argumento da autora, p. 71, cap. 2), a justificativa que ela dá, no cap. 1, que um dos possíveis motivos para não haver PKO em antigas-colônias é o medo de um novo imperialismo, ainda continuaria fazendo sentido. Com ou sem a presença de Portugal no CSNU. O problema que vejo nesse argumento é o que ela considera como interesse das grandes potências. Aparentemente, recursos naturais. Em momento algum ela cita recursos menos palpáveis, como a balança de poder tanto no Estado beligerante, se for uma guerra intraestatal, quanto na região. Mais adiante, no Cap. 2, ela chega a afirmar que as PKO são mais prováveis de ocorrer em situações que apresentem maior ameaça à paz regional, em termos de deslocamentos de refugiados (FORTNA, 2008, p. 74). Essa consideração poderia, sim, ser um dos interesses das grandes potências, uma vez que poderia alterar, eventualmente, a balança de poder e possibilitar, até mesmo, o surgimento de uma potência regional (MEARSHEIMER, 2001). Outro problema é justamente o que ela considera ser uma grande potência. A meu ver, acho no mínimo questionável colocar Portugal como uma grande potência apenas pelo fato de ser uma antiga metrópole colonial. Ver Capítulo 3, seção 3.2 Observações Gerais para uma continuação do meu argumento contrário ao de Fortna (2008).

⁷⁷ O termo usado por ela é *mountainous countries* (países montanhosos). Mas, claramente, seu argumento pode ser aplicado para outras formas de barreiras territoriais que dificultem o processo tático de defesa por parte das Forças Armadas, fazendo, assim, com que os governos simpatizem com a idéia de uma ajuda externa (FORTNA, 2008, p. 45).

os *peacekeeps*. Os diversos mecanismos são sub-divididos em quatro grandes mudanças esperadas: (1) Mudar os incentivos para a guerra e/ou paz; (2) Reduzir o medo e a incerteza; (3) evitar e controlar acidentes; (4) evitar o abuso político. Esses grupos, juntos, levariam à maior probabilidade de uma paz duradoura.

Ela mesma reconhece, contudo, que este é o modelo ideal, tendo situações onde esses mecanismos não operam ou têm impacto limitado. A capacidade dissuasória das PKO seria, ainda, extremamente limitada; até mesmo as missões de imposição da paz só podem conter a agressão se a sua capacidade em fazê-la é crível. Operações de paz diferentes operam com mecanismos causais diferentes; nesse sentido, as missões baseadas no Cap. VI operariam mais através de outros tipos de mecanismos do que pela imposição militar, por exemplo, segundo seu argumento.

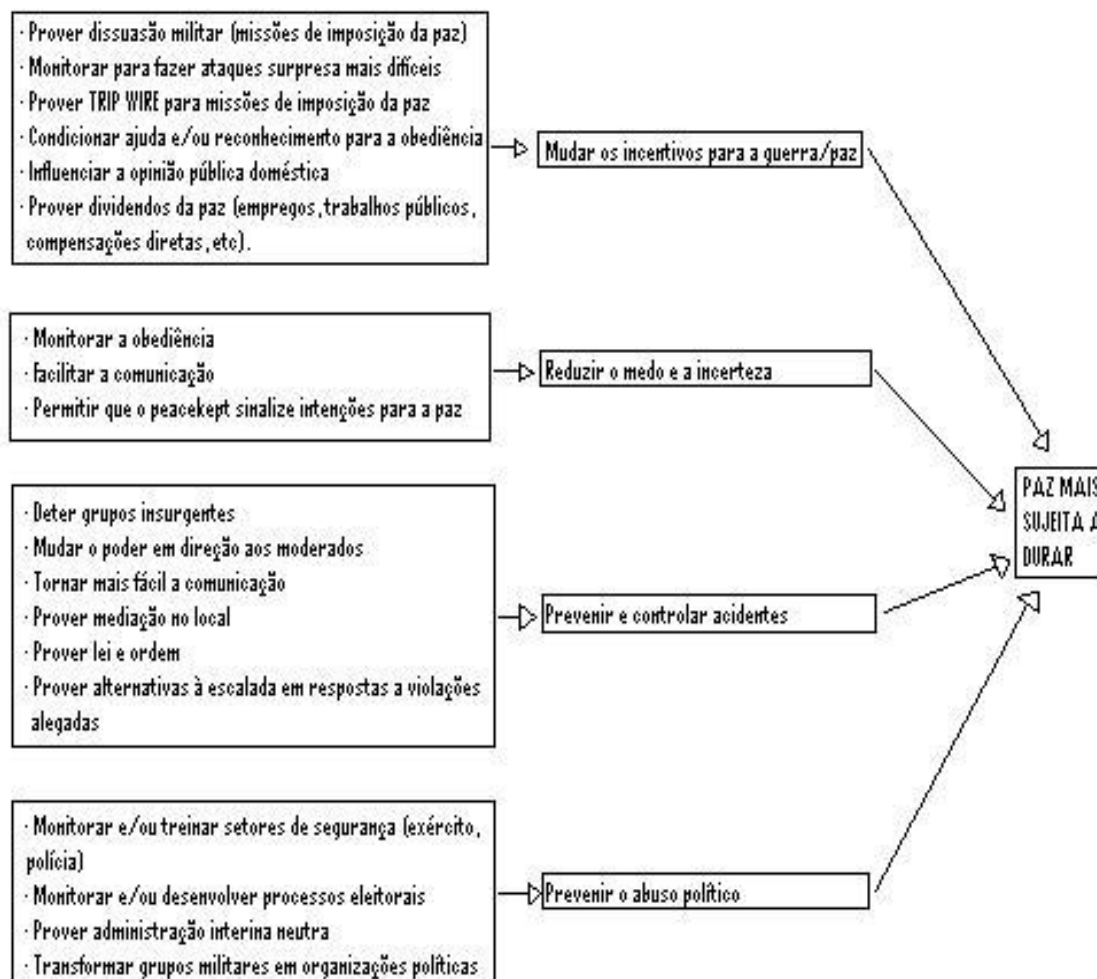


Figura 2.1 – Mecanismos Causais de PKO (FORTNA, 2008, p. 102, Figura 4.1)

2.5.2 – Visão dos Estudos Estratégicos – Proença

Proença JR. (2002) traz sua contribuição ao entender as PKO como guerras de coalizão, categorizando-as na teoria da Guerra, de Clausewitz, e na teoria de polícia, a partir de Bittner⁷⁸. O autor busca, com essa contribuição, tratar dos problemas de coordenação na implementação das PKO, ao tratá-las como guerras de coalizão. Segundo Proença Jr. (2002), isso contribuiria sobremaneira para a solução dos problemas de coordenação, pois poder-se-ia fazer uso da literatura já existente sobre guerras de coalizão. Para classificar as PKO como guerras de coalizão, faz-se necessário explicar a teoria da guerra, em primeiro lugar, e a de polícia, logo em sequência.

2.5.2.1 - A Teoria da Guerra

Clausewitz revolucionou o entendimento da guerra, entre outros pontos, pela retirada do povo de mero expectador, considerado antes como parte do ambiente, agora passa a ser parte intrínseca dela. Partindo da observação que a guerra nunca é um único embate com uso total das forças e total prostração do oponente, Clausewitz traz o conceito de guerra real, que pode ser (a) limitada, ou seja, que continua até o momento quando o oponente desiste de resistir, ou (b) ilimitada, cujo objetivo só é conseguido através da prostração⁷⁹ total do oponente. A guerra absoluta⁸⁰ não é vista na prática, e seria o embate único de todas as forças dos dois lados. Pode-se ver, aí, que a guerra é um fenômeno político, pois, com a adição da estratégia – ela não faria sentido na guerra absoluta, adiciona-se diversos enfrentamentos ao invés de um único gigantesco apenas. Daí surge a definição do autor de guerra, como “um ato de força para compelir nosso inimigo a fazer nossa vontade” (CLAUSEWITZ, *apud* PROENÇA JR., 2002, p. 158).

Três elementos ocorrem para que se tenha a guerra: o objeto de desejo, alguém para resistir ao objeto de desejo e um ato de força⁸¹. É justamente o último ponto que

⁷⁸ Para uma visão crítica da adoção da Teoria da Guerra para as PKO, ver: BRIGAGÃO (2004). O autor apresenta o que seriam inconsistências epistemológicas na abordagem de Proença Jr. (2002), sob uma argumentação crítica sobre a cientificidade da Teoria da Guerra e, por consequência, de sua adaptação para as PKO. O mesmo não acontece para a teoria de polícia, que Brigagão aceita como adequada para o enquadramento.

⁷⁹ Por prostração, Proença JR. (2002) coloca que “por prostrado entende-se incapaz de resistir à vontade de seu oponente, isto é, desarmado, impotente: portanto, impossibilitado de fazer frente à compulsão, pela força, para o que quer que seu oponente deseje” (PROENÇA JR., 2002, p. 158).

⁸⁰ Ou Guerra Irreal, como denominado por Corbett. Para maiores detalhes, ver Corbett (1988).

⁸¹ Um dos pontos interessantes para o início da compreensão dos estudos estratégicos é justamente o

caracteriza a guerra como a continuação da política por outros meios. “A guerra é a política armada” (PROENÇA JR., 2002, p. 160). Segundo Proença Jr. (2002),

O propósito da guerra é a paz. O objetivo da guerra é uma paz ‘melhor’, mais afeita aos interesses de quem a inicia, ou de quem a vence; ou simplesmente uma paz, sempre que ambos os lados sentem que eles ganham mais pela cessação que pela continuação das hostilidades (PROENÇA JR., 2002, p. 159).

Para que os fins não sejam desviados pelos engajamentos, existem as Regras de Engajamento (ROE⁸²). São definidas, principalmente, pelas questões políticas que levaram ao uso da força, e funcionam para orientá-la. A definição política, segundo Proença Jr. (2002), pode ser tanto de Estados, como se convencionou após Vestfália, ou de um grupamento de Estados que se reúnem com um objetivo político, e nem por isso querem, necessariamente, ser reconhecidos como Estados. Este é o caso das PKO. Há três dimensões presentes em todo e cada ato bélico; táticas, estratégicas e políticas. A política nada mais é que os objetivos, a tática o uso em si do ato de força nos engajamentos e a estratégica o uso dos engajamentos frente os objetivos políticos. Serão as ROE que servirão de instrumento de transmissão das dimensões política e estratégica ao longo das forças, com a finalidade de orientá-las para sua dimensão tática. No combate, portanto, basta que as forças estejam cientes das ROE para que ajam em conformidade com as duas dimensões primeiras (PROENÇA JR., 2002, pp. 160-161).

O combate é essencial para o entendimento das guerras, e também das PKO, em todos os momentos. Ele é primordial, pois, ainda que não aconteça, a própria conjectura sobre o seu resultado pode ser razão suficiente para que um dos lados opte por não combater. De aplicação direta para a compreensão das PKO, segundo Proença Jr., a própria

entendimento de seus fundamentos básicos – assim como em qualquer disciplina. Repito aqui, de forma breve, alguns desses fundamentos. (1) Força e violência – no artigo em questão: emprego de ação ou constrangimento físico; (2) ato de força: compreende tanto o ato concreto quanto o seu potencial; (3) PKO: na linguagem da ONU, situações outras que não a guerra, assim definido por razões políticas e administrativas, não cabendo diretamente ao debate acadêmico; (4) guerra: ver acima, no corpo do texto, a definição de Clausewitz; (5) paz: definição negativa da ausência de guerra; (6) atuação policial: prover a ordem pública, respaldar a lei e administrar a justiça. Para maiores detalhes, ver PROENÇA JR., 2002, pp. 149-153.

⁸² *Rules of Engamenet.*

“*observação armada*”⁸³ pode ser percebida assim como uma forma de guerra” (PROENÇA JR., 2002, p. 161).

2.5.2.2 - As PKO como Guerras

A partir da teoria da guerra, Proença Jr. (2002) afirma que tanto são as PKO atos de força como também com a intenção de subjugar o outro à sua vontade. E, como em toda guerra, têm implicações políticas, táticas e estratégicas em todos os seus atos. Logo de início, categoriza-se PKO como ato de força pela própria diferença de sua apresentação em campo, totalmente distinta de quaisquer outros grupos não-armados. As ROE seriam, ainda, irrelevantes, nesse sentido, para a sua categorização como ato de força, uma vez que sua capacidade de combate lhe é inerente, e estão presentes até mesmo no caso de o mandato estabelecer apenas o caráter observador, como nas missões de paz de primeira geração. A diferença das forças de paz para observadores militares simples é que as primeiras podem se defender como força combatente, e não apenas no caráter dos indivíduos. É justamente a mudança do comportamento esperada com o emprego das forças de paz que caracteriza o sentido mais simples de uso da força pelas PKO na própria defesa da missão, e não apenas em *autodefesa* (PROENÇA JR., 2002, pp. 161-162).

Sobre a subjugação do outro à sua vontade, é relevante notar, segundo Proença Jr., que não importa de quem seja a vontade – se da ONU ou se dos membros do CSNU. Igualmente irrelevantes são as metas a que a vontade se propõe. O fato é que, tal qual como em uma guerra,

Haverá um determinante no uso da força subordinado de forma mais, ou menos, explícita aos objetivos políticos a serem alcançados. (...) Existe uma vontade a ser cumprida, a vontade da ONU; busca-se obter essa vontade pelo ato de força da PKO, que é inseparável das forças de paz que a integram e delas se serve; o objetivo desse ato é o de produzir determinados comportamentos em outros. PKO são atos de força para compelir outrem à vontade da ONU: são guerras. (PROENÇA JR., 2002, p. 162).

E, além de serem guerras, as PKO são guerras de coalizão, pois representam não uma vontade única e soberana das Nações Unidas, mas a vontade de um grupo de Estados

⁸³ Itálico original do autor.

soberanos que, assim como em qualquer exercício combinado de forças, optaram pelo emprego de seu uso. No caso das PKO, essa vontade é representada pelos membros do CSNU⁸⁴. E guerras de coalizão não precisam ser continuamente congruentes. Há, e são constantes, as discordâncias entre as partes, mesmo em partes já acordadas – ou seja, não é surpresa os problemas de coordenação que invariavelmente acontecem nas PKO. Ou seja, segundo o autor, não entender as PKO como guerra contribui para a não-solução dos seus problemas de coordenação, uma vez que poderiam recorrer às soluções já propostas para a coordenação das guerras de coalizão. Proença Jr. (2002) afirma que

A consideração política de PKO sugere três assuntos imediatos: o primeiro diz respeito à natureza dos objetivos; o segundo diz respeito à natureza da oposição, quer dizer, o “inimigo” a ser compelido; o terceiro diz respeito ao contexto político em que as PKO têm lugar, e serve de fato para a proposta de uma tipologia das operações de manutenção da paz (PROENÇA JR., 2002, p. 165).

A partir da teoria da guerra, mais do que simplificar que as PKO desejam a paz em um território beligerante, elas objetivam um reequilíbrio de forças – que será sempre distinto depois do estabelecimento das forças de paz. Nesse sentido, Proença Jr. (2002) afirma que a concordância das partes – ou, das partes capazes – acaba sendo uma questão de conveniência, muito mais do que de possibilidade, para a existência de uma PKO, uma vez que é parte do objetivo principal a ser cumprido. Dentro dos objetivos políticos de uma PKO, deve estar o de se estabelecer que tipo de guerra ela é, se limitada, quando a implementação da missão de paz já tenha consigo forças suficientes e mandato para colocar o interesse de todos os principais envolvidos em equilíbrio, ou ilimitada, quando se torna necessário subjugar uma ou mais partes em conflito, através do uso da força, para que se chegue ao equilíbrio desejado. A neutralidade e a imparcialidade acabam, também, prejudicando na própria identificação do inimigo e, portanto, na operacionalização da própria PKO. Ou seja, se os princípios clássicos das PKO são adotados, a identificação do inimigo, um desdobramento político, que deveria ter sido definido pelas ROE, acaba passando para o estratégico – ou até mesmo tático,

⁸⁴ Uma observação interessante de ser feita quanto à questão da vontade, nas PKO, é a relação entre a vontade dos que estabeleceram a missão – ou seja, os membros do CSNU, e a vontade daqueles Estados que enviaram suas tropas para a missão. A participação das forças, logo, deve obedecer à vontade do CSNU, e não de seus países de origem. Nesse sentido, como ficaria a vontade do país contribuidor? Como Proença Jr. (2002) apresenta, há discordâncias tanto entre os membros da missão na hora de implementar o seu mandato quanto entre os membros contribuidores e aqueles que decidiram sobre o seu mandato. Esse é um debate, a meu ver, interessante, e merece ser desenvolvido mais a fundo em outro trabalho.

sendo definido pelos comandantes em solo. A dificuldade acontece de forma inversa também, na identificação de quem é amigo, ou até mesmo de quem nem é amigo ou inimigo. Essa dificuldade inerente às PKO é esperada pela teoria da guerra.

A dinâmica de uma guerra é sempre circunstancial na realidade – leva em conta personalidades, razão, paixão, sorte. O contexto político em seu sentido amplo, tanto histórico quanto idiossincrático, combina-se com que seja a balança do poder dentro e fora do território (PROENÇA JR., 2002, p. 169).

As considerações táticas das PKO, abordadas pela teoria da guerra, dão resposta a três problemas comumente descritos pela literatura: (1) a tendência ao erro de se atribuir o caráter tático a algum grau hierárquico ou de dimensão organizacional da ONU; (2) o erro em se substituir elementos táticos por elementos de caráter procedimental de caráter civil-militar; e (3) a relutância em se tratar dos relacionamentos força-contraforça envolvendo PKO, devido a se achar que a paz só pode vir da paz. Segundo Proença Jr.,

qualquer consideração de tática tem que levar em conta dois elementos principais: o das capacidades intrínsecas e possibilidades dos meios de força disponíveis (ou empregados) por cada um dos lados e o propósito do combate, expresso na missão combatente atribuída às forças e às regras de engajamento (ROEs) de sua ação. A consideração tática dos meios de força em PKO é, como seria de se esperar, a mesma que se faz para qualquer outra situação bélica. Resulta de um determinado arranjo de pessoas, materiais, equipamentos (especialmente, mas não exclusivamente, armamentos) e ambiente (PROENÇA JR., 2002, pp. 171-172).

Já as perspectivas estratégicas, dentro das PKO, dependerão, em primeiro lugar, do tipo de guerra travada, se limitada ou ilimitada; logo, nunca haverá um modelo único a ser implementado em todas as PKO. Isso porque, em especial para as PKO, tem-se a expectativa que o equilíbrio de forças seja alcançado por caminhos outros que o próprio uso da força.

Logo, diferentemente de Doyle e Sambanis (2006), que afirmam que a ONU é boa na paz e não na guerra, considerar as PKO como guerras – e, especificamente, guerras de coalizão, é aumentar o seu escopo explicativo e contribuir para a solução dos problemas surgidos a partir de uma classificação das PKO como OOTW.

2.5.2.3 – As PKO pela perspectiva da teoria de polícia

Segundo Proença Jr., não existe uma teoria de polícia paradigmática. Contudo, Bittner (1990) desenvolve uma teoria que enquadra o mandato autorizativo da polícia como um dos instrumentos coercitivos do Estado. Nela, ele distingue a polícia de todos os demais aspectos de governança civil dos atuais Estados, colocando-a como uma das agências coercitivas a seu dispor. Proença Jr. (2002) aponta uma falha de Bittner ao não notar um suposto importante, que ajuda a diferenciar a polícia de eventuais forças de ocupação, por exemplo: elas só podem existir dentro do Estado de Direito.

De acordo com Proença Jr. (2002), Bittner afirma que o exercício policial é diferente do respaldo da lei, uma vez que a polícia precisa ser seletiva, não podendo atender a chamados para respaldar todas as leis o tempo todo. Ademais, espera-se que a polícia atue naquelas situações consideradas de emergência. O mandato autorizativo da polícia, que é o do uso da força dentro do Estado de Direito, é diferente das demais organizações estatais, uma vez que não é fundamentada numa apreciação legal, mas surge de forma *ad hoc*, sendo responsável pelo provimento da ordem pública em situações seletivas e emergenciais.

Indo além de Bittner, Proença Jr. (2002) aponta que a polícia só é ligada parcialmente à justiça criminal, sendo que a maior parte de suas ações corresponde ou ao exercício voluntário da lei ou mesmo não é cabível de qualquer punição. “Chega-se, assim, ao ponto em que a *idéia da polícia*⁸⁵ (i.e., “Para com isso ou eu chamo a polícia”) se torna um fator *preeminente*⁸⁶ na preservação da ordem pública numa sociedade” (PROENÇA JR., 2002, p. 180).

Para responder ao objetivo político das PKO de produção de paz estável no território de atuação, Proença Jr. (2002) apresenta três aspectos distintivos da atividade policial:

(1) Coordenar acordo entre o provimento da ordem pública, respaldo da lei e administração da justiça de acordo com as regras em operação no território. Para isso, é necessário determinar o relacionamento entre as forças de paz e as organizações armadas no território, além de considerar as resultantes dos pontos anteriores para o exercício do policiamento, uma vez que tal exercício será tal qual em um Estado de

⁸⁵ Itálico original do autor.

⁸⁶ Itálico original do autor.

Direito, sem necessariamente se ter o mesmo contraposto pelo exercício das forças locais.

As Forças de Paz têm que subordinar a sua ação policial às restrições políticas diferenciadas da ONU diante de cada Estado, facção ou grupo étnico. Isso significa que o caráter de universalidade, e até de impessoalidade, do serviço policial pode estar comprometido por objetivos políticos específicos. Assim, por exemplo, pode-se ter a situação em que se deve prestar assistência ou socorro a um grupo mas não a outro (PROENÇA JR., 2002, p. 182).

Segundo Proença Jr. (2002), apenas após o *Relatório Brahimi*, houve um alargamento das expectativas da ONU quanto às atuações policiais, que antes encontravam lacunas em suas atuações nas áreas não previstas por lei, identificadas pelo autor como sendo a maioria dos casos. Um dos pontos recorrentes seria justamente a transposição à atuação sob a missão dos procedimentos adotados em terra pátria, justamente pela ausência de regulamentação – o que seria, na verdade, razão do desempenho superior de determinadas forças policiais. Outro ponto a ser contornado são as diferenças das expectativas dos *peacekeepers* e das forças. É nesse sentido que Proença Jr. (2002) categoriza o policiamento das PKO como multicultural. Todavia,

Não se tem, ainda, um entendimento consolidado das formas de sua prática e muito menos de um enquadramento cognitivo mais abrangente. Ao contrário, o desafio do policiamento comunitário multicultural é uma das questões prementes em todas as democracias (PROENÇA JR., 2002, p. 185).

(2) É necessário que as forças de paz atendam a responsabilidades implícitas, mesmo quando não as tem de forma explícita – assim como as polícias no Estado de Direito. Ao prover a ordem pública e executar a justiça, essas responsabilidades vêm de forma intrínseca. (3) As funções de policiamento podem ser entendidas como secundárias frente às operações concretas ou potenciais da missão. Isso, ao invés de anular, categoriza a função de policiamento ao controle de áreas de retaguarda, aumentando a importância das forças policiais para a própria implementação do mandato da PKO.

Sobre o papel das polícias nas forças de paz e do papel que devem exercer as próprias PKO, Proença Jr. (2002) coloca:

O objetivo político de uma paz aceitável exige a construção de uma ordem pública [respaldada pelo exercício do poder de polícia, conforme a teoria de Bittner,] e de uma forma de administração da justiça igualmente aceitáveis. [...] De fato, se realmente se espera que uma PKO dê conta da totalidade dos desafios da coerção estatal, do provimento de ordem pública até a administração da justiça, então é mais útil reconhecer seu caráter propriamente civilizatório. Esse reconhecimento parece inescapável quando se considera o desdobramento das atribuições das PKO com relação ao mandato do uso da força e até do estabelecimento dos mecanismos do Estado de Direito. Isso explica, por um lado, a relutância política em seu tratamento pleno. E determina, em contrapartida, uma prioridade reflexiva. (PROENÇA JR., 2002, p. 186).

2.6 – Conclusão

Procuramos apresentar nesse capítulo os principais pontos sobre o debate das operações de paz da ONU. Vimos, além de seu histórico oficial, com o desenvolvimento e as diferentes abordagens que teve dentro das Nações Unidas ao longo dos anos, diferentes tipologias sugeridas pela literatura para as PKO e propostas de teoria das missões de paz, que visam trazer novas formas de tratar os problemas nelas encontrados. Além disso, foram tratados também conceitos importantes no atual debate sobre o que devem fazer e como devem ser implantadas as PKO, como neutralidade e imparcialidade, outrora tidos como fundamentais para o estabelecimento de uma missão de paz, e que foram, ao longo dos anos 1990, sendo questionados. Vimos, ainda, discussões importantes sobre como as PKO afetam o conceito de soberania nacional e o papel do Estado.

Esse capítulo foi importante para nos dar o referencial para o capítulo que se segue. Trataremos, em seguida, da política externa brasileira, em especial sobre organizações multilaterais, a ONU, e as missões de paz. Ao analisarmos a PEB, já teremos em mente toda a discussão tanto política das PKO, no âmbito da ONU, quanto a acadêmica, sobre sua efetividade e seus problemas.

3 – A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS PKO

Tendo compreendido a discussão sobre as missões de paz, o próximo passo a ser dado é a compreensão da política externa brasileira, em especial aquela ligada aos organismos multilaterais, à ONU e ao seu Conselho de Segurança e, por fim, às PKO. Com isto, procuraremos apresentar o papel que as PKO têm dentro da PEB. Servirá-nos para guiar a análise a ser feita no Capítulo 4, que versará, especificamente, sobre a participação do Brasil nas PKO da ONU.

Nesse capítulo, veremos os panoramas gerais de análise da PEB, com seus principais paradigmas históricos e variações mais importantes. Daremos um foco maior a partir do governo Sarney, pois é quando a inserção multilateral brasileira começa a ter uma perspectiva mais participativa, culminando na atual da PEB. Um estudo desse multilateralismo, com foco para a ONU e seus instrumentos de segurança internacional, será feito, a fim de localizar onde na PEB está a motivação aparente para participar de missões de paz. Por fim, faremos um breve histórico das principais produções sobre a participação do Brasil em PKO, e em como essa dissertação traz uma contribuição original para o tema, que será realizada no Capítulo 4.

3.1 – Um Panorama da Política Externa Brasileira

3.1.1 - *Paradigmas e Modelos de Análise*

Mello e Silva (1998a) identifica dois modelos iniciais de análise de PEB. O primeiro modelo é o da "nação incompleta", baseado no marxismo e na teoria da dependência, que tem duas vertentes, a determinista, cuja análise da política externa em si mesma não é importante, sendo resultado das convergências das elites da periferia e do centro, e a não-determinista, cuja dependência é condicionante da política externa e varia em função de fatores estruturais internos e externos (MELLO E SILVA, 1998a, p. 139).

O segundo modelo é o "baluarte do ocidente", baseado no realismo, e foca "nos conflitos estratégicos que moldam a estrutura do sistema internacional para, a partir daí, derivar estratégias de ação diplomática fundadas na noção de uma 'aliança especial' com os EUA" (MELLO E SILVA, 1998a, p. 140).

Há ainda, segundo ela, um terceiro modelo, que junta a visão realista com os conceitos de centro/periferia e de desenvolvimento econômico combinado e desigual, ambos da

CEPAL. Este modelo, diz Mello e Silva, influenciou os tomadores de decisão em política externa no Brasil fortemente.

As análises de política externa no Brasil teriam ficado, então, focadas em fatores de natureza tangível: políticos, econômicos e estratégicos. Em tais análises, foca-se tanto nos planos internos e disputas ali dentro quanto no grau de permissividade da anarquia internacional. O valor das idéias na tomada de decisão foi historicamente deixado de lado na academia brasileira voltada à PEB. Mello e Silva (1998a) aponta, então, dois paradigmas fortes na política externa brasileira: o americanista, surgido com Rio Branco, e o globalista, mais realista e nacionalista, surgido na década de 60, e que universalizava a política externa. O poder passa a ser procurado por uma maior inserção global, buscando uma relação menos assimétrica com os EUA. Após um retorno ao americanismo nos primeiros governos militares, a partir dos anos 70 e até o final dos 80 há uma forte retomada ao globalismo. Ela aponta que tanto as questões internas quanto externas vividas pelo Brasil e o mundo no início dos anos 1990 começaram a questionar o modelo globalista, e lança uma pergunta se o que se seguiu não seria um novo modelo, combinando as duas tradições, que ela chamou, conforme parágrafo anterior, de terceiro modelo, baseado na CEPAL.

Mello e Silva (1998a) aponta que

ambos os paradigmas [*clássicos da PEB, globalista e americanista*,] incorporam um “acervo diplomático permanente”, ou seja, um conjunto de normas e posturas – pacifismo, não-intervencionismo, defesa da igualdade soberana das nações, respeito ao Direito Internacional – que são percebidos como patrimônio histórico e estariam intrinsecamente associados ao comportamento internacional do país (MELLO E SILVA, 1998a, p. 142).

Há, naturalmente, variações dentro desses modelos. Pinheiro (2004) apresenta as quatro principais delas: (1) o americanismo ideológico, que, baseado em uma suposta convergência ideológica entre brasileiros e estadunidenses, seria calcado em fatores de ordem normativa. É o período que se pode chamar de aproximação mais radical com os EUA, e é identificável nos períodos 1946-1961 e 1964-1967; (2) o americanismo paradigmático, quando a aliança com os EUA é puramente instrumental, a fim de tirar proveito da aliança estratégica com os estadunidenses. Pôde ser visto entre 1902-1945, 1951-1961, 1967-1974; (3) o globalismo grotiano, bastante normativo e institucionalista, pregava que os Estados buscam também ganhos absolutos, e não

apenas relativos, teria sido visto apenas durante 1961-1964; e (4) o globalismo hobbesiano, mais realista, calcado na auto-ajuda e na anarquia internacional, visto de 1974 a 1990.

Fato é que, mesmo no americanismo ideológico, talvez o mais extremo modelo “entreguista⁸⁷” da PEB, o Brasil sempre buscava aumentar a sua autonomia – ainda que dependente dos EUA. Logo, podemos fazer uma generalização sobre a política externa brasileira. Há uma constância da percepção realista das relações internacionais, que busca a autonomia e maior participação do Brasil no sistema internacional. E, conforme notou Pinheiro (2004), fora o período do americanismo ideológico, a PEB tem uma constante bastante pragmática.

Desde os anos 1990, o Brasil sofreu influência, segundo Cervo (2002b), de três paradigmas internacionais em sua política externa: (1) O Estado Desenvolvimentista, de características tradicionais, no qual o Estado intervencionista é o grande promotor do desenvolvimento, (2) o Estado Normal, cujo maior exemplo foi a Argentina de Menem, que tem três características: (a) subserviente à potência hegemônica, (b) o Estado Destrutivo, que aliena e destrói o núcleo da economia, transferindo renda ao exterior, e (c) o Estado regressivo, “que reserva para a nação as funções da infância social” (CERVO, 2002b, p. 7); e o último paradigma, (3) do Estado Logístico, cujo exemplo seria o Chile, que preserva o núcleo do Estado, transfere à sociedade o empreendedorismo e a ajuda em sua inserção madura internacional (CERVO, 2002b, pp. 6-7).

3.1.2 - A Política Externa Brasileira Pós-Sarney

Após a vitória sobre o socialismo soviético, Cervo (2002b) aponta três fatores que contribuíram para o realinhamento da ordem mundial: o neoliberalismo, a supremacia de mercado e a superioridade militar estadunidense. O aumento dos fluxos comerciais e financeiros e a convergência de regulações dos EUA depararam-se então com outras tendências: a continuação da formação de blocos econômicos e a assimetria entre centro e periferia do capitalismo. Diante disto, teria sido, segundo Cervo (2002b), complicada a adaptação da PEB.

⁸⁷ Usamos o termo entreguista apenas para fazer referência aos principais argumentos da época contra essa política. Não o consideramos adequado, até mesmo pelo contexto da frase onde foi utilizado, que mostra justamente a busca pela autonomia que nele existia.

Durante a década de 1990, o Brasil manteve a sua participação, já histórica, em organismos multilaterais. Segundo Cervo, “[o] multilateralismo foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar a sua vontade” (CERVO, 2002b, p. 10).

Pinheiro (2000) nomeia de *institucionalismo pragmático* a visão que predominava no Brasil nos anos 1990. Sua característica seria a de buscar uma maior participação internacional brasileira via instituições, buscando, como lhe é tradicional, autonomia e desenvolvimento. Contudo, a sede pela autonomia é tanta que o Brasil acaba por colocar a justiça em segundo plano. Dessa forma, sua participação se dá tanto em instituições com alto grau de institucionalização quanto em outras de baixo grau, que seriam pensadas para continuarem assim, a fim de garantir a superioridade brasileira. PEB (PINHEIRO, 2000).

Sem fugir dessa lógica de poder, a história recente do Brasil assistiu a duas vertentes de política externa, nomeadas por seus autores: a *autonomia pelo distanciamento* e a *autonomia pela participação*. De cunho claramente realista e facilmente identificáveis no modelo globalista hobbesiano, ainda que emerso de novas influências como a CEPAL, conforme apontado por Mello e Silva (1998a) e Pinheiro (2004), cada uma delas tem alguns traços bem definidores.

A *autonomia pelo distanciamento*, segundo Valladão (2002), era o reflexo de um desconforto do Brasil com o sistema baseado no equilíbrio das grandes potências. O país se sente vulnerável, por ter um “[i]menso território, pouco desenvolvido e pouco controlado, com densidade populacional relativamente baixa e poder econômico e militar limitado” (VALLADÃO, 2002, p. 214). Segundo o mesmo autor, os líderes brasileiros não teriam “nem condições materiais e nem vontade política de se tornarem atores importantes na definição dos destinos do mundo” (VALLADÃO, 2002, p.214). Ainda que a afirmativa sobre a vontade política nos pareça um tanto quanto inadequada, visto que vontade não parece faltar para alçar o Brasil a um papel mais relevante, haja vista a demanda histórica do país pelo assento no CSNU, fato é que o Brasil sempre procurou tirar proveito daquelas situações que lhe fossem favoráveis, agindo racionalmente a fim de maximizar seus ganhos. Estaria aí a origem do medo do país de que possa haver interferências externas em seus assuntos internos, justificando o seu relativo distanciamento das disputas de poder, recusa em encarar a responsabilidade frente à segurança coletiva global e preferência pelo exercício do direito internacional e

de organizações multilaterais (VALLADÃO, 2002, p. 215). Segundo Valladão, o Brasil sempre se propôs atuar como um terceiro, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, prezando o jurisdicismo, mas evitando tomar parte. A autonomia pelo distanciamento teria se iniciado nos governos militares e teria continuado até o seu fim.

A *autonomia pela participação*, cunhada pelo ex-chanceler Celso Lafer (2001), representa o velho sonho brasileiro da completa autonomia, mas numa perspectiva que ela só é possível através da participação ativa nos foros econômicos e de segurança internacionais. Dessa forma, a atuação brasileira em foros multilaterais teria como fim muito mais o seu benefício próprio do que o interesse real pelo benefício da comunidade internacional. O autor chega a afirmar que há uma recusa do Brasil em pensar a utilização do uso legítimo da força justamente por procurar se esquivar de ter que tomar uma decisão quando o conflito não mais puder ser resolvido por meios pacíficos. Essa seria, segundo Valladão (2002), uma posição que se tornaria cada vez mais insustentável a longo prazo, quando o Brasil começar a tomar mais responsabilidades para si no ambiente internacional. Essa política, voltada ao multilateralismo, teria se iniciado com o retorno à democracia, e continua ainda sendo observada.

Oliveira e Vigevani (2004) trazem a hipótese que houve um processo de adequação da política externa brasileira aos interesses nacionais com o início da era Collor. Esse processo teria tido um pequeno atraso durante o governo Itamar, mas seria realinhado durante os mandatos de Cardoso.

A percepção de Oliveira e Vigevani (2004) é que houve em Collor uma substituição da lógica da autonomia pela distância por algo mais reativo. Assim, também as concepções lógicas liberais, tendência no mundo pós-Guerra Fria, passaram a ser associadas a necessidades de valores considerados universais, tais como democracia, direitos humanos e até mesmo meio ambiente. O governo Cardoso tendeu a multiplicar-se em foros multilaterais e a buscar oportunidades, em uma estratégia que poderíamos definir como moderadora e conciliatória. Vendo-se com poder limitado e em situação débil, o governo brasileiro acaba entendendo que a melhor saída é a perspectiva institucionalista realista.

Durante a era Collor, anos de reformas econômicas condensadas em um plano de estabilização que acaba com subsídios, libera, por fim, as fronteiras comerciais -

especialmente as importações e investimentos, e privatiza empresas estatais. Isto deu base a uma melhor inserção do país no meio internacional. Com isto, passamos de uma política lógica da autonomia pela distância para a autonomia pela participação (OLIVEIRA E VIGEVANI, 2004). Na era Cardoso, vemos então que o conceito de mudança com continuidade, no tocante às relações exteriores, prossegue. Porém, a consolidação de conceitos não é imparcial. O país possui anseios internacionais, especialmente no campo do comércio, buscando cada dia mais mercados novos. Com isto, surge também a vertente regionalista e a opção de um *global trader* multilateral. Apesar de tudo, a ALCA não era uma opção considerada, pois o MERCOSUL poderia significar uma visão de muito mais poder para o país.

Após 1995, o processo de renovação da era Cardoso foi absorvido e passou a ser incorporado à política de Estado. A convergência e a evasão ao isolamento, segundo o pensamento do governo da época, está muito ligada ao fortalecimento da própria posição do Brasil no sistema internacional. Assim, há uma convergência entre “valores universalmente prevaletentes e a identidade nacional” (OLIVEIRA E VIGEVANI, 2004, p. 19). Durante a era Cardoso,

prevaleceu uma perspectiva cooperativa para a análise das relações internacionais. A reiterada denúncia das assimetrias, a insistência na crítica das políticas apoiadas no poder, a busca pela atenuação do uso do unilateralismo, particularmente do Estados Unidos a partir de janeiro de 2001, no governo George W. Bush, o fustigamento do uso distorcido dos princípios, tudo isso deve ser compreendido na perspectiva da luta por um ordenamento voltado para a cooperação. Este legado parece ter sido a resposta às possibilidades de mudanças introduzidas numa determinada face histórica, quando o fim da Guerra Fria fazia pressupor novas oportunidades (OLIVEIRA E VIGEVANI, 2004, p. 19).

Por fim, Oliveira e Vigevani (2004) afirmam que a PEB durante esse período contribuiu para melhorar o conceito do Brasil no sistema internacional e tornou-se mais sólido por causa da conduta pacífica do país e embasado por posições construtivas em sua agenda. Por outro lado, a tendência histórica em reduzir seu peso no comércio internacional e sua incapacidade em promover o desenvolvimento enfraquece o poder brasileiro nas negociações internacionais. Segundo os autores, e também em concordância com os textos de Cervo (2002b) e Aguillar (2002), “[a] avaliação dos anos do governo FHC

sugere que esta perspectiva de inserção não foi suficiente para garantir maior participação nas decisões” internacionais (OLIVEIRA E VIGEVANI, 2004, p. 5).

No segundo mandato de Cardoso, Vaz (2005) afirma que as ações da política externa poderiam ser definidas em linhas claras: (1) projetos regionais; (2) acesso a novos mercados e negociações no sentido de obter melhores condições nos já existentes e (3) edificação e busca de novas parcerias internacionais. Podemos resumir a ação da diplomacia brasileira como uma conduta baseada a partir da avaliação do conjunto das possibilidades de avançar seus interesses e posições. O Itamaraty explorava situações paralelas, tentando maximizar ganhos, e assumia

posturas mais assertivas em defesa de interesses dos países em desenvolvimento na definição da agenda que viria a ser a primeira rodada de negociações da OMC. A intensificação de laços políticos e econômicos com grandes países emergentes – Índia, China, Rússia e África do Sul mais particularmente – coadunava-se com a intenção do governo brasileiro de explorar novos mercados, obter ganhos comerciais, atenuando os custos políticos e econômicos dos entraves observados nas instâncias formais de negociação comercial. Coadunava-se também com a necessidade de construir alianças e arregimentar apoios em benefício do mundo em desenvolvimento, do fortalecimento do multilateralismo e do favorecimento à multipolaridade (VAZ, 2005, pp2-3).

Vaz (2005) afirma que após o 11 de setembro, as dimensões estabelecidas na PEB foram afetadas, e ela teve que ser mudada no intuito de ajustar a atuação da diplomacia ao mundo instável instaurado a partir de então. O Mercosul teve seu momento mais delicado com a crise econômica da Argentina, preocupações com a temática de segurança surgiram no continente inteiro, do Plano Colômbia a provável passagem ou existência de terroristas internacionais na Tríplice fronteira. No entanto, os temas relativos à segurança regional acabaram por ficar de fora da cúpula sul-americana, esfriando os temas de integração regional.

Instabilidades econômicas brasileiras, o crescimento do PIB perdendo fôlego e o governo em final de mandato limitaram as iniciativas brasileiras nas ações de política externa, especialmente no tocante à esfera econômico-comercial. Também, temas importantes como reforma das Nações Unidas e o sonhado assento permanente no CSNU ficaram relegados a segundo plano. Com isto, a diplomacia passa a possuir um

descompasso entre o discurso diplomático e sua capacidade real de implementação das medidas negociadas.

Portanto a relativa mobilidade da política externa brasileira, aparente ao final da gestão de Fernando Henrique, devia-se não tanto a indefinição de objetivos e de prioridades que a orientassem, mas à opção do governo por atuar de forma contemporizadora e cautelosa, com o que procurava evitar exacerbar incertezas que já despontavam interna e externamente, sobre o encaminhamento das posições do País no contexto da nebulosa política internacional, tomando em conta a transição de governo que se avizinhava e as dúvidas quanto a solidez dos fundamentos da economia brasileira (VAZ, 2005, p. 4).

Há, contudo, uma mudança do cenário internacional para o início do governo Lula da Silva: 11 de setembro de 2001. Segundo Valladão (2002), a realidade do pós-11 de setembro mostra que o isolacionismo representa ainda menos poder nas relações internacionais. A saída seria tentar promover as regras a fim de procurar “civilizar” o desequilíbrio de poder global e o papel que o Brasil pode exercer no mundo. No teatro global, “[a]ssumir uma responsabilidade local é só o tíquete de entrada no clube dos *rule-makers*⁸⁸” (VALLADÃO, 2002, p. 245).

Vaz (2005) afirma que o governo Lula da Silva já chega dentro de um ambiente marcado por incertezas e instabilidades da política internacional. Assim sendo, podemos contar que sua política externa inicia os trabalhos marcando alguns pontos de partida: (1) a reversão da postura defensiva do governo anterior; e (2) o resgate de valores relegados a segundo plano nos anos noventa e, com isso, fazer com que as mudanças carecidas pela população brasileira se revelassem também na política externa nacional. Isto seria pautado por uma atuação mais ativa com a subordinação da PEB à lógica desenvolvimentista, com reafirmação da soberania nacional no meio internacional, na visão da necessidade do comércio internacional como ferramenta indispensável ao desenvolvimento econômico, na tentativa mais assídua de construir alianças e parcerias locais e globais pautadas com um traço efetivamente distinto e, por fim, na atuação em favor de uma ordem política internacional mais democrática, justa e igualitária entre as nações.

⁸⁸ Aquele grupo que faz as regras das relações internacionais.

Lula da Silva então imprime seu estilo próprio, demonstrando, sem constrangimento, sua vontade de ser líder regional. Sua PEB é revisionista, sem, no entanto, afastar-se de forma radical da política impressa no governo anterior. Há um distanciamento maior dos Estados Unidos, especialmente nos pontos relativos às políticas militares. Com isso, Lula da Silva resgataria na política brasileira o desejo de multipolaridade e multilateralismo, sem criar antagonismos artificiais. O governo Lula da Silva procurava, segundo Vaz (2005), aproximar-se mais da União Européia, sem exterminar, no entanto, algumas divergências latentes – como é o caso dos produtos agrícolas. Essa preferência idealista pela multipolaridade, sob um certo idealismo retórico, seria uma das características da PEB sob Lula da Silva.

O idealismo da PEB de Lula da Silva é também observado por Almeida (2002), na avaliação que faz do programa de governo do então recém-eleito presidente. Contudo, assim como o fez Vaz (2005) alguns anos mais tarde, ele já afirmava que o governo Lula da Silva não deveria ter uma postura muito diferente do anterior, dando certa continuidade à diplomacia do desenvolvimento, que vinha sido desenvolvida pelo Itamaraty.

Não se observa, segundo Vaz (2005), mudanças significativamente inovadoras na PEB do primeiro mandato de Lula da Silva, se comparado com Cardoso. As inovações da PEB de Lula da Silva viriam de um

reposicionamento de alguns de seus elementos centrais e na predisposição de atuar de forma mais assertiva e proativa na defesa de interesses nacionalmente definidos e na promoção de projetos comuns com seus vizinhos sul-americanos e com outros parceiros internacionais (VAZ, 2005, p. 7).

Segundo Ferreira (2009), é no governo Lula da Silva que, desde o fim da Guerra Fria, a opção pela coalizão com o Sul, como um modelo multilateral específico, se torna mais forte. Isso, segundo o autor, se deu por dois motivos: (1) de natureza endógena, tem sua origem na política exterior e busca aproximação com as novas forças emergentes; e (2) de natureza exógena, que marca o atual momento de predisposição global ao multilateralismo. Ademais, identifica ele, as ambições brasileiras recentes se ampliaram com relação a períodos anteriores. Contudo, Ferreira identifica que os resultados obtidos pela PEB seriam questionáveis, e mostrariam uma boa capacidade de discurso

articulatório, mas pouco resultado efetivo. Como exemplo ele dá a própria incapacidade de neutralizar tensões em sua própria região.

Fazendo um estudo sobre os planos plurianuais, contudo, Couto, Lessa e Farias (2009) mostram que a opção pelo Sul não foi uma novidade no governo Lula, já tendo sido estabelecida como meta no plano plurianual de 2000-2003. O governo Lula teria sido o responsável por sua consolidação, mas não por seu início ou planejamento.

Ainda que sob forte crise, Lula da Silva consegue entrar no último ano de seu segundo mandato sob grande êxito internacional. Além de conseguir trazer para o Brasil a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Ademais, o modo como o Brasil conseguiu ser pouco afetado pela crise financeira internacional trouxe mais ainda os olhos do mundo para o Brasil. É importante lembrar que, ao se aumentar os bônus, aumentam-se também os ônus de um maior engajamento internacional.

Feito um panorama da política externa brasileira recente, passemos agora a ver alguns pontos específicos e mais direcionados ao nosso estudo, como o relacionamento do Brasil com organismos multilaterais, em especial, com a ONU.

3.1.3 - O Multilateralismo na Política Externa Brasileira

Em um texto que resume bastante a produção sobre a opção multilateral do Brasil, Santos (2002), citando Cançado Trindade⁸⁹, afirma que o Brasil teria demonstrado apoio aos foros multilaterais a partir de 1968, com a II UNCTAD, pois via ali, através do comércio, as chances de se neutralizar ou reduzir a discrepância nas relações internacionais causada pelo poder das grandes potências. Logo, ainda que tivesse se aproximado alguma forma do sistema ONU, a posição brasileira ainda era contestadora, e voltava seu argumento sempre para a discrepância do poder mundial. Clodoaldo Bueno⁹⁰, segundo a autora, aponta para uma continuidade relativamente estável da política multilateral do Brasil, graças ao profissionalismo do Itamaraty. Isso garantiria que mudanças internas tivessem pouco impacto no comportamento externo do país. Logo, o autor vê, principalmente na relação com a ONU, uma continuidade de

⁸⁹ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Posições internacionais do Brasil no plano multilateral**. In Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.52, jan. 1981, p. 147-216.

⁹⁰ BUENO, Clodoaldo. **A política multilateral brasileira**. In: CERVO, Amado L. (org.). **O desafio internacional**. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 9-58.

participação, sempre cooperativa, ainda que o MRE visse na instituição uma participação cara, que dava retornos políticos, mas não econômicos. A herança multilateral, identificada por Santos (2002) em Lafer (1967), teria suas origens no próprio Barão do Rio Branco.

Já Miyamoto (2000)⁹¹ afirma que em todos os momentos da história da PEB, a presença em foros multilaterais foi uma constante, nas mais variadas áreas, políticas, culturais, econômicas e militares, e tanto em âmbito regional quanto global⁹². Diferentemente de Lafer (1967), ele afirma que é impossível precisar o exato momento em que esses foros passaram a ser importantes para a diplomacia brasileira, uma vez que sempre foram valorizados. Ele chega a afirmar que

Não há, provavelmente, uma única ocasião em que a presença brasileira não se tenha verificado nas organizações internacionais ou em conferências de chefes de Estado e de governo, se bem que os resultados nem sempre se manifestaram de maneira uniforme ou favorável aos interesses do país, em uma ou outra instância (Miyamoto, 2000, p. 121),

o que, para ele, seria natural devido à ausência de um projeto nacional de longo prazo e às próprias mudanças dos objetivos ao longo do tempo.

O objetivo dessa aproximação com organismos multilaterais seria pela mesma razão que guiaria todos os demais Estados a fazê-lo: a necessidade de interação e de não se manter isolado. A aproximação com organismos multilaterais, segundo Miyamoto (2000), aumenta na medida em que o Estado deseja assumir papel de maior importância internacional.

No caso brasileiro, quanto mais o governo tenha pretensão de assumir importância nos negócios internacionais, cresce proporcionalmente seu grau

⁹¹ Miyamoto dá maior foco em sua análise da relação do Brasil com os organismos multilaterais para questões de foco econômico, demonstrando que essa política era o objetivo principal dos governos da época. Ele, contudo, pouco dá importância, por exemplo, à assinatura do TNP pelo governo Cardoso, e em como isso abre um espaço para o retorno do Brasil aos foros de segurança internacional, citando-a apenas brevemente.

⁹² Ele cita como exemplo do privilégio brasileiro para com organismos multilaterais sua participação em foros de temas variados, tais como a ONU, o Tratado de Cooperação Amazônica, OEA, Mercosul, Conferência Mundial de Direitos Humanos, Grupo do Rio, Agenda para o Desenvolvimento, Cúpula das Américas e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (MIYAMOTO, 2000).

de participação nos organismos, tentando mostrar aos demais Estados que é um país maduro, parceiro confiável e que todos só têm a ganhar se implementarem intercâmbio mais amplo com ele. Tal maneira de conceber a realidade, portanto, é observável não só em suas ações enquanto ator individual, mas também na forma como se movimenta dentro dos blocos do qual o Brasil faz parte (MIYAMOTO, p. 122).

O contrário também se dá. Quando um Estado é forte o suficiente para que possa, de forma independente, garantir que seus objetivos não sejam contrariados pelas organizações internacionais, não se furtam de não participar ou mesmo de ignorar as decisões contrárias a eles em tais organizações. É a velha máxima do manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Em 1926, o Brasil se torna o primeiro país a abandonar a Liga das Nações, devido a não ter sido aceita a sua candidatura ao seu Conselho Executivo. Segundo Sardenberg (1998), isso "deixou uma seqüela importante em termos de indiferença ou receio [*do Brasil*] com relação à diplomacia multilateral" (SARDENBERG, 1998, p. 232). Ainda assim, o país foi um dos fundadores da ONU em 1945.

Segundo ele, o retorno da diplomacia brasileira ao plano multilateral no advento da fundação da ONU tinha muitos fatores marcantes. O Brasil vinha de um período de isolamento, de algumas rivalidades regionais, procurava manter a aliança cunhada com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra e tinha, ainda, um modelo econômico agro-exportador. À época de sua fundação, o país chegou a ser cogitado para integrar os membros permanentes do Conselho de Segurança, mas não conseguiu, sob oposição da União Soviética e do Reino Unido.

Citando Seixas Corrêa, Sardenberg identifica a II Conferência de Paz de Haia, em 1907⁹³, como o início de dois preceitos que permeariam a diplomacia multilateral brasileira a partir de então: a unidade nacional e o respeito ao direito internacional. Na época de sua fundação, o Brasil apresenta já uma forte demanda perante as Nações Unidas, tendo o embaixador João Carlos Muniz, em 1947, sob a 2a Sessão da Assembléia Geral, defendido uma movimentação assertiva de seus membros. Ele já disse à época que o Conselho de Segurança funcionava mal e que deveria se ter um

⁹³ Nesse contexto, foram criados os “paradigmas de Haia”, que continuam a permear o exercício da diplomacia brasileira. Trata-se do respeito ao direito internacional e da busca pela resolução pacífica de controvérsias. Segundo Herz e Wrobel (2002), esses paradigmas foram parte do argumento brasileiro para reivindicar um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, e são ainda utilizados na reivindicação ao assento no CSNU.

disciplinamento do veto e que não estaria cumprindo o seu papel de mantenedor da paz e segurança internacional. Era a época do nascimento da Guerra Fria. Sardenberg afirma que

para o Brasil, a Carta representa uma garantia de respeito à sua soberania e assegura oportunidades preciosas para a expressão e atuação internacionais, do que em grande parte decorre o interesse nacional brasileiro nas Nações Unidas e em sua preservação e aperfeiçoamento (SARDENBERG, 1998, p. 234).

Ele identifica um padrão de comportamento brasileiro na ONU, desde a sua fundação, para uma maior representatividade da organização, incluindo desde cedo um discurso pela reforma de sua Carta, do Conselho de Segurança, e também pelo desenvolvimento econômico e social.

Durante o regime militar, Miyamoto (2000) afirma que o Brasil teve um comportamento bastante diferente do observado nos anos pós-democratização e pré-golpe de 64. Por querer participar das decisões junto ao primeiro mundo e lograr as vantagens concedidas aos países do terceiro mundo, o Brasil procurava trafegar entre os dois grupos. À época, era objetivo dos governos militares alçar o Brasil ao status de grande potência. Para tanto, seu relacionamento com organismos multilaterais era de contestação, uma vez que entendia que eles representavam um congelamento do poder global. Retrato forte desse momento histórico é a recusa brasileira em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) – discussão essa que será retomada adiante.

Segundo Miyamoto, o binômio segurança e desenvolvimento foi um dos pilares da PEB durante o regime militar. Ainda que, no período, o Brasil não tivesse conseguido seu objetivo de se tornar uma grande potência, o país tinha deixado de ser eminentemente rural e já era industrializado - ainda que com graves lacunas vindas da ocupação desordenada das cidades e do isolacionismo econômico. Basta lembrar que os anos 1980 foram conhecidos como a década perdida, dada a estagnação econômica e a inflação absurda vividas pelo Brasil à época.

A partir da década de 1990, o Brasil, ainda que detentor de recursos limitados, procurou atribuir grande importância em sua política externa a organismos internacionais. "A atuação em foros diversos converteu-se em uma das tendências marcantes da política externa brasileira nos anos 90" (MIYAMOTO, 2000, p. 119). Ainda que sempre tenha privilegiado as relações multilaterais, nos anos 1990, a postura do Brasil de

questionamento das assimetrias do poder global, dos protecionismos, de maior transferência e investimentos tecnológicos e de maior papel no comércio global se tornou mais forte. Esse movimento, segundo ele, já era percebido no final do governo Sarney.

O primeiro governo civil após o regime militar teria começado, segundo ele, sem grandes mudanças em termos de PEB. Continuou na linha desenvolvimentista de Geisel e Figueiredo, que buscava “o fortalecimento do poder nacional, proteção às indústrias [...] criando reservas de mercado em áreas sensíveis - investimentos externos e a procura de mercados para vender produtos manufaturados” (MIYAMOTO, 2000, p. 125). Ainda que criticasse os Estados desenvolvidos, o governo praticava subsídios, tais como a Lei de Informática e a discussão das patentes no setor farmacêutico, que criaram muitos contenciosos com o governo estadunidense. O discurso contra os protecionismos continuava em meio a uma maior participação no GATT. A relação com os vizinhos seguia a mesma linha de aproximação já iniciada nos governos militares. Ao fim de seu governo, Sarney já demonstrava alguma flexibilidade, que foi de fato arraigada com Collor. Começa a liberalização econômica, privatizações de empresas estatais, entrada acelerada de capital externo e uma maior interdependência e cooperação do Brasil no cenário internacional. A Rodada do Uruguai, a Iniciativa para as Américas, de George Bush, a aquiescência ao Consenso de Washington e a busca de solução dos contenciosos históricos com a Argentina para a formação do Mercosul marcam a mudança no perfil de política interna e externa do Brasil (MIYAMOTO, 2000).

Mal ou bem, na retomada democrática, o Brasil sustentava ainda sua posição ambígua em termos de posicionamento perante o primeiro ou o terceiro mundo. A Doutrina de Segurança Nacional não era mais uma das guias políticas do país⁹⁴. A postura universalista provocou, no cenário interno, diversas críticas sobre interferências das instituições internacionais em assuntos internos, o que a oposição, à época, segundo Miyamoto (2000), considerava quebra da soberania nacional.

Hist e Pinheiro (1995) são também citadas por Santos (2002), em uma tese que apresenta um ponto bastante distinto dos tradicionais. Segundo as autoras, a dita mudança do governo Collor não teria trazido tantas diferenças assim em termos de

⁹⁴Dizer que a Doutrina de Segurança Nacional não era mais uma prioridade não quer dizer que o país relegava a sua política de defesa, muito pelo contrário. Começa-se uma série de acordos com seus vizinhos para diminuição de disputas regionais. O foco de preocupação deixa de ser na bacia do Prata e passa para a bacia Amazônica. O fruto final foi a criação, com Cardoso, do Ministério da Defesa.

opções de inserção internacional propriamente ditas. Seu aspecto essencial, de estreitamento ao modelo econômico do país, continuaria. O que acontece é um maior ativismo do Brasil nos foros multilaterais – ainda que o neodesenvolvimentismo de Itamar Franco tenha dado lugar ao neoliberalismo de Collor.

Contudo, Miyamoto (2000) afirma, para "países médios" como o Brasil, que não possui recursos suficientes para se impor de forma independente no sistema, se torna viável uma inserção em outro tipo de participação internacional, através de instituições e regimes internacionais. Importante notar a observação, ainda que breve, que ele faz no caso brasileiro, do país, ao retomar essa participação, ter aderido ao TNP e assinado o Tratado de Prescrição de Armas Nucleares na América Latina como forma de aposta nos fóruns internacionais. Essa seria a forma que o Brasil apresentava para aumentar seu prestígio e sua presença diplomática nos foros multilaterais

Nos anos 90 a tendência começada antes continua, com fatores contribuintes tanto internos quanto externos. Miyamoto (2000) cita claramente a estabilidade econômica interna com o Plano Real e a mudança da polaridade do sistema internacional. Segundo ele, o Brasil procurava mudar a sua imagem de negligente com relação a questões ambientais, fato que levou o país a sediar a Eco-92⁹⁵. Nessa época é retomada a reivindicação de um assento no CSNU, "o que, obviamente, aumentaria seu prestígio, pelo menos no plano regional", afirma Miyamoto (MIYAMOTO, 2000, p. 123). Isto acontecia "porque esta era a opção mais plausível para um Estado com as características do Brasil" (MIYAMOTO, 2000, p. 123).

O movimento de maior inserção internacional teria sido concretizado com a eleição de Fernando Henrique Cardoso - outrora chanceler de Itamar Franco. Aumentaram-se claramente as viagens internacionais, tanto do presidente quanto de diplomatas e de diversos membros do Executivo, fato que chegava a ser motivo de chacota com o nome do presidente⁹⁶. "A busca incessante de recursos para subsidiar o desenvolvimento nacional converteu-se, assim, em mecanismo de extrema importância para ajudar a aumentar o peso do Brasil no mundo" (MIYAMOTO, 2000, p. 124).

⁹⁵Essa discussão será retomada na seção 3.1.4 desse capítulo.

⁹⁶Como não era comum até então, as viagens de Cardoso eram motivo de crítica daqueles acostumados ao modelo isolacionista anterior. Só a efeito de ilustração do que era passado pelos críticos, um dos apelidos dados ao presidente pelo grupo humorístico "Casseta & Planeta", veiculado pela Rede Globo de Televisão, era *Viajando Henrique Cardoso*. Através dessa pequena observação nota-se o quanto a chamada nova diplomacia presidencial era também novidade aos brasileiros.

O país sempre fora, segundo Miyamoto (2000), bem receptivo ao capital externo, ainda que em determinados momentos tivesse algum desconforto com as decisões tomadas pelos países de primeiro mundo. Se no governo Sarney o Brasil ainda se mostrava terceiro-mundista, ao cabo dos anos 1990 essa definitivamente não era a visão defendida. O governo Cardoso defendia claramente que apenas se inserindo de forma interdependente e globalizada o país poderia receber os frutos de um bom relacionamento internacional.

Cardoso, então chanceler de Itamar Franco, afirmou, em 1992, que o objetivo da diplomacia nos anos 1990 deveria ser de identificar oportunidades que trouxessem ao país maior acesso aos mercados e aos fluxos de capitais e tecnologia (MIYAMOTO, 2000, p. 127). De acordo com o autor, é o momento em que se abandona a postura defensiva do Brasil frente a organismos multilaterais, com a adoção de uma posição de "realismo e objetividade", indo em concordância com as visões de Pinheiro (2004) e Mello e Silva (1998).

A estabilidade interna, tanto política quanto econômica, passou a ser vista como essencial para o bom desempenho internacional do país. Miyamoto (2000) afirma que havia uma necessidade de se ter uma visão realista do sistema internacional para que o Brasil pudesse obter ganhos, uma vez que, se ela fosse ignorada, poderia o país ser retirado do jogo ao invés de ter mais peças para jogar. Segundo ele, exemplo desse realismo seriam os contenciosos com os EUA, uma vez que à medida que o país crescesse em importância econômica, também cresceriam as divergências com os já bem estabelecidos⁹⁷.

O governo Cardoso foi marcado, também, pela grande preocupação com a área econômica. A constante preocupação e negociação com órgãos do sistema financeiro internacional ocorreu desde o início do governo. Cardoso afirmou que os fluxos

⁹⁷Há aqui uma divergência entre o entendimento do realismo para a PEB de Mello e Silva (1998) e Miyamoto (2000). Enquanto Mello e Silva afirma que o realismo aconteceria quando o Brasil procura uma aliança especial com os EUA, Miyamoto afirma que exemplo do realismo seria os contenciosos brasileiros com os estadunidenses. Um nega o outro. De acordo com o realismo ofensivo (Mearsheimer, 2002), todos os Estados buscarão sempre querer ganhar mais de modo a maximizar a sua sobrevivência. Contudo, nem todos têm capacidade para fazê-lo. Dentre as estratégias de comportamento dos Estados sugerida por Mearsheimer, a que ele identifica como a estratégia dos fracos seria o *bandwagon* – que iria ao encontro da visão de Mello e Silva. Entendendo que o Brasil está a uma distância gigantesca dos EUA em termos de recursos (*capabilities*), e sendo incapaz de realizar um balanceamento contra os EUA, esta seria a expectativa de comportamento realista esperada para o país. Logo, parece-nos que a visão de corroboração do realismo de Miyamoto é, no mínimo, incompatível com as expectativas do realismo ofensivo.

internacionais de capital eram um problema que não podia ser resolvido individualmente por qualquer país, e que sua solução demandava cooperação internacional (MIYAMOTO, 2000, p. 128). O momento internacional não seria mais de soma zero, mas de situações interdependentes onde ambos os lados podem perder.

O entendimento de Fernando Henrique da ordem internacional apóia-se na convicção de que a globalização, a despeito das assimetrias que se mantêm, produziu nova comunidade de interesses entre o Norte e o Sul, sendo que [...] do êxito dos países emergentes depende a estabilidade da própria economia internacional (MIYAMOTO, 2000, p. 128).

Na área econômica, assim como em Collor, Cardoso imprimiu o neoliberalismo econômico. Dessa forma, Cardoso obteve sucesso em manter a estabilidade econômica e elevar a produtividade do país. No entanto, carregado pelas influências do Estado normal e fugindo das definições de uma política própria, preferindo trazer reformas externas do *Consenso de Washington*⁹⁸, não logrou êxito em inserir melhor o Brasil no sistema internacional, resumindo sua atuação tão somente à abertura. Cervo (2002b) afirma ainda que “[o] balanço das relações internacionais durante a era Cardoso tornou-se, destarte, medíocre, senão desastroso, considerando a realização de interesses nacionais” (CERVO, 2002b, p. 30).

O discurso anti-protecionismo permeia ainda o governo Cardoso, sendo a cooperação regional e inter-regional prioridades da PEB no período com vistas à diminuição das desigualdades e maior inserção internacional brasileira. Ainda que no final de seu governo o Mercosul estivesse em crise, com grandes contenciosos principalmente com a Argentina, à época, o acordo de cooperação do bloco sul-americano com a União Européia era fortemente alardeado⁹⁹. Enquanto buscava um incremento das relações com a Europa, Cardoso freava as discussões com os EUA sobre a ALCA, adiando as discussões e demandando maiores transferências de tecnologia para que o Brasil tivesse tempo de se modernizar e poder competir em maior igualdade.

⁹⁸ De cunho neo-liberal e sugeridas pelo economista John Williams, trata-se um conjunto de medidas econômicas recomendadas por órgãos do tipo, tais como o Banco Mundial, FMI e o Departamento de Tesouro dos EUA, para direcionar o desenvolvimento dos países da América Latina.

⁹⁹ Ainda que tenha aumentando o comércio bilateral, a desproporção em aumento do comércio entre os dois lados era enorme. Enquanto o fluxo UE-Mercosul aumentou em 274%, o contrário aumentou em 25% (Miyamoto, 2000, p. 129). Logo, a crítica ao protecionismo europeu, em especial o agrícola, permanecia.

Cervo (2002 b) traz um ponto de vista diferente do de Miyamoto sobre o papel de Cardoso. O governo de Cardoso, de acordo com o autor, viveu de expectativas não reais nos pontos de um ordenamento multilateral, à esperança que os capitais externos que entraram no país durante a abertura ampla não fossem causar desequilíbrio da balança de pagamentos, e tentou usar o paradigma de que sua formação acadêmica fosse dar respaldo aos interesses brasileiros. As pastas de diplomacia e a de economia movimentaram-se dentro destas expectativas. Cardoso lidou com ambigüidades latentes: tentava integração na América do Sul, no Cone sul, na ALCA sem nunca abandonar o bilateralismo tradicional. Foi, tal qual define Cervo (2002b) um Estado normal: “subserviente, destrutivo e regressivo” (CERVO, 2002b).

Em suma, o Brasil de Cardoso deixou-se seduzir pela miragem da mudança, perseguida com fúria ideológica, tomou o país em um nível de desenvolvimento histórico que reunia todos os elementos para uma inserção moderna no mundo da globalização e manipulou o setor externo por modo a provocar um salto pra trás, a considerar o lastro de potencial acumulado a duras penas por esforços do Estado e da nação, durante os sessenta anos anteriores (CERVO, 2002b, p. 31).

Logo, Cervo (2002b) identifica um retrocesso na era Cardoso, pois tirou o Brasil de sua linha histórica de relacionamento com instituições multilaterais, onde buscava insumos para o desenvolvimento do Brasil, e nada colocou em seu lugar. Havia uma falta de estratégia do ex-chanceler.

Na área do meio ambiente, Cervo (2002b) valoriza o papel da diplomacia brasileira na criação do termo desenvolvimento sustentável, o que teria contribuído para reverter as ameaças internacionais sobre a Amazônia, nos anos 1990. As leis aprovadas pelo Congresso nessa década também viriam nessa linha, ainda que ele identifique que elas não protegeram os recursos genéticos e a biodiversidade local.

Na área de direitos humanos, em especial no cinquentenário da ONU, o país teria sido guiado por uma vertente kantiana, idealista, em oposição à realista das grandes potências, dando à ONU o papel de reordenar o ambiente de justiça e de igualdade mundial.

Em um balanço geral das produções acerca do multilateralismo brasileiro, Santos (2002) conclui que “a inserção multilateral do Brasil chega aos anos 90 marcada por uma tal

complexidade que não seria mais possível separar, em nenhum fórum multilateral, a dimensão instrumental daquela que seria, aos olhos de alguns, meramente ornamental: a busca de recursos para o desenvolvimento passaria necessariamente pela obtenção de posições de liderança. O esquema prestígio versus desenvolvimento provavelmente não se prestaria para explicar a complexidade das interações multilaterais do Brasil (SANTOS, 2002, p. 40).

3.1.4 - O Sistema ONU na Percepção Multilateral do Brasil

Segundo Sardenberg (1998), além da segurança internacional através do sistema de segurança coletiva, e da atuação de seu órgão principal, seu Conselho de Segurança, três questões são importantes na atuação da ONU: conflito, equidade e cooperação. Isto abarcaria o foco principal de questões sociais e econômicas, incluindo questões de direitos humanos e ecológicas.

Ele identifica que, desde a sua fundação, a ONU teve uma papel de extrema importância naquilo que ele considera como o cerne da diplomacia atual, a multilateralidade. Ainda que estática em alguns momentos na questão de segurança coletiva, como tempo da Guerra Fria, ela contribuiu significativamente para o estabelecimento de relações periféricas multilaterais entre seus membros. Com isto, segundo Sardenberg, "Desde sua fundação, as Nações Unidas ocupam posição focal no sistema de poder internacional", (SARDENBERG, 1998, p. 218).

Segundo ele, o Brasil sempre tentou buscar na ONU identificar e atualizar o seu "potencial transformador", nunca se conformando em ver a organização como um "simples reflexo das realidades do poder mundial" (SARDENBERG, 1998, p. 223). Desde sua fundação no pós-Segunda Grande Guerra, a ONU foi vista pelo Brasil de diversas formas, desde fórum principal de discussão política mundial quanto a um reflexo puro e simples da balança de poder global. No ápice da Guerra Fria, nos anos 50, a organização chegou a representar o que ele chama de "crise do multilateralismo" (SARDENBERG, 1998, p. 227). A ONU é, em suas palavras, "muito variável, e pode servir de suporte ao 'congelamento de poder'" (SARDENBERG, 1998, P. 227).

Sardenberg afirma que a ONU reage às mudanças ocorridas no sistema internacional, e isso é refletido na própria maneira como seus órgãos principais agem. Enquanto o Conselho de Segurança é mais lento, a Assembleia Geral poderia agir de forma mais livre. Segundo ele, isso seria refletido na própria participação brasileira. Após um

período cuja "latitude de atuação" foi limitada, o retorno do Brasil ao Conselho de Segurança entre 1988-89 e 1993-94 demonstraria um pano de fundo de um "cenário de fundo mais complexo e fluido, onde os parâmetros de poder passavam por processo de desconstrução" (SARDENBERG, 1998, p. 228). O Brasil havia ficado ausente do órgão durante os vinte anos anteriores, entre 1967-87.

A Guerra Fria teria guiado a participação do Brasil na Assembléia Geral e no Conselho de Segurança da ONU entre 1945 e 1964. A partir daí e ao longo dos anos 70 e início dos 80, há uma mudança, guiada pela *détente* entre União Soviética e Estados Unidos.

A correlação entre o processo de desarmamento geral e completo, a estabilidade regional em matéria de armamentos e o fortalecimento das perspectivas da paz e da segurança passou a integrar o ideário da diplomacia brasileira, e servir como ponto de referência natural e obrigatório para a crítica às lacunas, defeitos e desmandos da ordem internacional (SARDENBERG, 1998, p. 236).

É nessa época que o Brasil passa a adotar um discurso de negação de regimes de controle de armamentos, como já mencionado o caso do TNP. A ONU, em certa medida, sob a ótica da *détente*, teria passado a ser vista como um reflexo do congelamento de poder global.

Sardenberg identifica uma relação entre a delicada posição econômica do Brasil e da região nos anos de 1940 e a participação do país em foros multilaterais. Ela teria que ser ligada à questão do bem-estar da sociedade. Ainda que, segundo ele, à época, falar sobre desenvolvimento ou sobre interesses econômicos dos países desfavorecidos era cogitar uma forte discussão ideológica, num mundo dividido entre capitalistas e socialistas.

A política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek teria dado um impulso à participação diplomática brasileira na I Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e na criação da Operação Pan-Americana (OPA). Segundo ele, o Brasil teria tido uma posição de vanguarda na mudança do foco da ONU do diálogo leste X oeste para norte X sul. À ausência por vinte anos do Brasil no Conselho de Segurança e afastamento do país do multilateralismo, Sardenberg afirma somente que teria sido levada pelo "agravamento dos problemas políticos internos" (SARDENBERG, 1998, p. 237). Em 1963, sob o embaixador J. A. de Araújo Castro, o Brasil toma uma postura ativa, conclamando os 3-Ds: desarmamento, desenvolvimento e descolonização. Esse discurso permearia por diversos anos a

demanda do Brasil na ONU. À época do texto de Sardenberg, via-se um duplo caminho para a atuação diplomática brasileira. Um que via a ONU pessimisticamente, devido aos problemas práticos de atuação em fórum amplo e da vagarosidade da multilateralidade em si. Outro, defendido por Celso Lafer, mais confiante, que reconhece as deficiências do órgão, mas ainda o vê como "fator essencial na promoção de ideais éticos, em geral, e dos direitos humanos, em particular" (SARDENBERG, 1998, p. 247).

Com o fim da bipolaridade, surgem na ONU as chamadas Conferências Sociais, que reuniriam representantes dos Estados membros e de ONGs especializadas nos assuntos específicos a serem discutidos. O objetivo era mobilizar e conscientizar tanto governos quanto entidades da sociedade civil para o assunto em questão. Segundo Arraes, participar das conferências representava para o Brasil do fim dos anos 1980 se inserir no novo ambiente internacional, com a possibilidade de superar tanto a clivagem ideológica entre leste X oeste, que culminou com o colapso da União Soviética, quanto material, norte X sul (ARRAES, 2006, p. 8).

Conforme demonstrado na última seção, o multilateralismo participativo adotado pelo Brasil a partir de Sarney definiu o comportamento que o país teve para com o sistema ONU a partir de então.

Já na primeira conferência, pôde-se sentir a influência no Brasil, de acordo com Arraes. Tanto a Constituição Brasileira de 1988 quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, repetiriam muito do conteúdo firmado na Cúpula Mundial sobre a Criança, em 1990, e na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989¹⁰⁰ (ARRAES, 2006, p. 9).

Na questão ambiental, o período marca também uma inserção brasileira no cenário das discussões ao sediar a Eco 92^{101 102}. Seu principal resultado talvez tenha sido a Agenda

¹⁰⁰ Pode-se ter aqui alguma confusão com referência às datas. Tanto a Convenção dos Direitos da Criança (1989) quanto a Cúpula Mundial sobre a Criança (1990) aconteceram após a promulgação da Constituição Brasileira (1988). Arraes afirma que a última teria sido influenciada pelas duas primeiras. Como isso pode ter se dado uma vez que a Constituição Brasileira é mais velha que as duas primeiras? Ainda que ele não especifique, o que se pode inferir para retirar a dúvida sobre as datas é que os preceitos adotados nas duas convenções já eram previamente discutidos e defendidos pelas Nações Unidas. De outra forma, não poderiam ter influenciado a Constituição Brasileira.

¹⁰¹ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra, ou ainda Rio 92.

¹⁰² O Brasil já teria se oferecido para sediar um encontro sobre o meio ambiente, em 1988. A informação é dada por Arraes (2006), mas sem maiores detalhes sobre onde, como e quando exatamente ela se deu (Arraes, 2006, p. 9).

21, que procurava associar crescimento econômico, respeito ambiental e progresso sócio-material, ou seja, o hoje já cunhado conceito de desenvolvimento sustentável.

Diversas convenções e tratados se seguiram, e todos com participação e ratificação brasileira¹⁰³. A criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável na ONU solidifica a preocupação e monitoramento da organização sobre o tema do meio ambiente.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, de 1993, o Brasil teria tido papel relevante na Comissão de Redação, ao buscar uma definição conciliadora dentre as diversas oferecidas. É redigida a Declaração e Programa de Ação, que objetivava proteger "normas constantemente desrespeitadas" (ARRAES, 2006, p. 14). Segundo Arraes, ela seria

o primeiro atestado mundial a [...] “outorgar concordância planetária à validade transcultural teórica dos direitos humanos, antes postulada sem consenso e sem a participação representativa de todas as culturas pela Declaração de 1948” (ALVES 2000 *apud* ARRAES, 2006, p. 14). A postura brasileira final seria a de que direitos humanos, desenvolvimento e democracia vincular-se-iam sobremaneira e superariam todos os tipos de especificidades culturais (ARRAES, 2006, p. 15).

O Brasil apoiou, então, a criação da Comissão de Direitos Humanos e do Tribunal Penal Internacional, enterrando, assim, um passado de ausência do tema durante o período militar.

Em 1994, foi realizada a Conferência sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, onde temas como os direitos humanos e o desenvolvimento voltaram a aparecer. Segundo Arraes, a participação brasileira teria sido marcante, talvez pela experiência acumulada em 1993, no pré-preparatório da Conferência de Viena, quando o Itamaraty conduziu um Comitê Federal sobre o tema, com representantes tanto da sociedade civil quanto de especialistas. Tendo uma posição não-religiosa e bastante pragmática, a delegação brasileira teria contribuído para, mais uma vez, a obtenção de textos consensuais (ARRAES, 2006, p. 17). Celso Amorim, então chanceler do Presidente Itamar Franco, aproveita o gancho de conciliador desempenhado pelo Brasil nas três

¹⁰³ Convenção da Biodiversidade, ratificada em 1993, Convenção de Mudança Climática em 1994, Protocolo de Quioto em 1997, Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, de 2000.

convenções para retomar o pleito de um assento permanente no CSNU.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1995, seria uma "vitória brasileira" (ARRAES, 2006, p. 18). O país apresenta à ONU, pela primeira vez, seus dados sobre a desigualdade social, quando é então considerada a pior da América Latina. Ainda que com dados alarmantes, a diplomacia brasileira ressaltaria que o país era injusto, mas não subdesenvolvido.

A Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, foi a maior até então. O Brasil manda uma comitiva grande, de cerca de 300 pessoas, chefiada pela então primeira dama Ruth Cardoso. A posição antagônica da China e da União Européia sobre os direitos sexuais, e a constante vigília chinesa para que não houvesse menções à condição da China, em especial sobre direitos humanos, acabaram impossibilitando uma redação consensual final, ainda que a diplomacia brasileira tivesse buscado, uma vez mais, um texto ao agrado das partes. Além de constituir o Comitê Nacional e participar de diversos encontros preparatórios, ao final da Conferência o Brasil ainda subscreveu sua documentação final.

A Cúpula das Cidades, de 1996, tratou das questões relativas à industrialização acelerada e os problemas de assentamentos humanos daí derivados. Como nas demais conferências, houve a instauração do Comitê Nacional para a preparação do evento. Uma vez mais a delegação brasileira é chefiada por Ruth Cardoso, conjuntamente com o embaixador Geraldo Cavalcanti. O Brasil se torna sede da primeira filial do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, ou Habitat, na América Latina. Segundo Arraes, perceber-se-ia ainda na Conferência reflexos do embate Norte X Sul, entre recursos financeiros mal utilizados X ausência de recursos (ARRAES, 2006, p. 22).

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, foi talvez a que gerou menos resultados. Primeiro pela discordância de Estados Unidos e União Européia em formalmente pedir desculpas aos países africanos pelo passado de escravidão, temendo a possibilidade de indenizações financeiras. Segundo pelo embate entre Israel e Palestina. E terceiro pelos atentados de 11 de setembro nos EUA, que adiaram a Assembléia Geral da ONU para aquele ano, dificultando a aprovação do relatório final. O relatório, cuja Relatora-Oficial foi a brasileira Edna Rolland, acabou por não mencionar as desculpas oficiais aos países africanos. Teve, contudo, menção ao sofrimento e racismo do passado, o direito da

existência do Estado da Palestina e do direito de defesa própria de Israel. Segundo Arraes, as propostas brasileiras, bastante fortes em discurso mas com pouca viabilidade prática, até mesmo internamente, mostravam um distanciamento entre o discurso externo e as práticas internas. O país, contudo, reconheceria formalmente a existência de racismo no Brasil (ARRAES, 2006, pp. 23-25).

O relacionamento especial que o Brasil começa a desenvolver com o sistema ONU não fica só preso às Convenções Sociais. Em 1988, após vinte anos de ausência, o país retorna ao Conselho de Segurança e também à participação em missões de paz. A estratégia da autonomia pela participação se faz presente, também, no principal órgão da ONU para a manutenção da paz e da segurança internacional. É, também, o momento de ressurgimento de uma velha demanda do Brasil: um assento permanente no Conselho de Segurança.

3.1.5 - A Demanda pelo Assento Permanente no Conselho de Segurança da ONU

Mello e Silva (1998a) traz um ponto interessante a respeito do relacionamento do Brasil com a ONU. Em especial direcionado à relação com o CSNU, o Brasil teria apresentado dois momentos distintos perante o órgão no pós-Guerra Fria. O primeiro seria imediatamente após a queda do muro de Berlim, quando o Brasil percebeu um momento de integração e se mostrava satisfeito com a ordem internacional. O segundo seria a partir da desintegração da URSS, quando emerge uma percepção realista que a ONU deveria ser reformada a fim de refletir os novos focos de poder – sendo, naturalmente, o Brasil um candidato a ingressar no órgão.

No novo cenário pós-Guerra Fria, de qualquer maneira, o debate acerca da reforma do CSNU era grande. Arraes (2006) identifica duas razões: a quase quadruplicação do número de Estados-membro da ONU desde sua fundação e o status que muitos países já haviam conseguido atingir, em termos de recursos, aproximando-se de alguns membros permanentes do órgão. A continuidade do CSNU, segundo ele, teria ainda se dado pelos novos objetivos por parte do chamado P-5 frente a ele. Enquanto França, Rússia e China o viam como modo de barrar o imperialismo americano, EUA e Reino Unido o viam como controlador de ações contra o terrorismo e Estados pária (Arraes, 2006, pp. 25-26).

Desde o Conselho Executivo da Liga das Nações, é uma constante na diplomacia brasileira a demanda por uma vaga permanente no Conselho de Segurança, com vistas à

ampliação de seu prestígio regional. Aos últimos dias da Guerra Fria, o Brasil propõe, na 44ª Assembléia Geral, em 1989, o alargamento do Conselho de Segurança, a fim de abarcar também os países periféricos. Essa posição continuou na década de 1990, quando, abandonando o modelo desenvolvimentista, o país passa a adotar cada vez mais o modelo econômico neoliberal. Arraes, retomando Boron, diz que a pergunta feita pelo Brasil e vizinhos à época não é "o que os Estados democráticos devem fazer?", mas sim "quanto custa esta política e como repercutirá sobre o equilíbrio das contas fiscais?" (ARRAES, 2005, p. 5).

Segundo Arraes, o objetivo do Brasil ao reivindicar o assento permanente vinha de diversas origens. Havia a necessidade, no plano externo, de consolidar uma nova imagem internacional do país, que passava por firmar o perfil conciliador demonstrado nas conferências sociais, e também pelo novo papel de inserção econômica internacional adotado desde o fim dos anos 1980. Além disso, o assento permanente seria visto como um consolidador do processo de mudança interna do país, que vinha de um regime militar de décadas e da deposição de um presidente democraticamente eleito (Arraes, 2006, pp. 25-27).

As credenciais apresentadas pelo Brasil para o assento permanente no Conselho seriam seu viés democrático, pacifista, legalista e multilateral (ARRAES, 2006, p. 27). Em 1995, Lampreia, chanceler de Cardoso, chegou a afirmar que um assento permanente no CSNU seria uma espécie de ISO 9000 para o Brasil. Cardoso chegou a dizer que "Nesse processo, não se cabalam votos. Ou o país se credencia para o posto ou não", como forma de justificar a demanda frente ao Secretário Geral (LAMPREIA *apud* ARRAES, 2006, p. 29).

Em seu relato como presidente do CSNU, Sardenberg (1994) demonstra, em todo o texto, o perfil conciliatório evocado pelo Brasil. Ele menciona, por diversas ocasiões, intervenções pessoais, como no caso da Somália, em 1992, quando mediou a representação dos EUA, o Secretário Geral da Organização da Unidade Africana, o Presidente do Grupo Africano e o Representante Permanente da Etiópia.

O que se viu nos anos 1990, segundo Arraes (2005), foi um distanciamento da antiga diversificação geográfica para uma nova aproximação com os EUA. Nos modelos previamente propostos por Mello e Silva (1998a), seria momento de transição novamente entre o modelo globalista e o americanista. Contudo, conforme trazido por Mello e Silva (1998a), este novo período, o terceiro modelo por ela identificado,

abarcaria características de ambos os anteriores.

Ainda que não possuísse força militar comparável às grandes potências, o Brasil, segundo Arraes (2005), havia demonstrado ao mundo credenciais de democracia, pacifismo, juridismo e multilateralismo nos meados dos anos 1990. Isso daria ao país novo encaixe para voltar a defender sua presença no Conselho de Segurança a partir do governo Itamar Franco. Aqui, uma nova demanda é trazida pelo país, a de sua inclusão como membro permanente, mas, inicialmente, sem direito ao poder de veto, numa tentativa, de caráter no mínimo questionável¹⁰⁴, de facilitar sua entrada no CSNU. Nem mesmo essa posição foi ainda suficiente para que o país conseguisse apoio dos seus vizinhos. Na Cúpula do Rio, em 1994, houve consenso sobre a necessidade da expansão do CSNU, mas não sobre a indicação de um representante único para a região. A Argentina sempre foi uma fiel opositora à demanda brasileira, demonstrando sua preocupação com ganhos relativos, e defendia uma rotatividade para uma eventual vaga da região no órgão.

Segundo Arraes (2006), houve três momentos mais propícios para uma reforma da ONU e, em especial, do CSNU: o cinquentenário da Organização, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA e, por fim, os 60 anos das Nações Unidas em 2005. Em 1995, a Comissão de Governança Global sobre a reforma da ONU aconselhou a expansão do CSNU em mais cinco membros permanentes, sendo dois industrializados, um da Ásia, da América Latina e da África, além de mais três membros rotativos. Ainda que a economia pudesse ser proclamada como principal área de atuação multilateral do país, a requisição ao assento permanente no CSNU continuava sendo defendida pelo Brasil. O país chegou a requisitá-la formalmente ao Secretário Geral Boutros Ghali, ainda que esse não tenha se manifestado acerca do fato publicamente (Arraes, 2005).

À época dos 50 anos das Nações Unidas, o Brasil havia conseguido o apoio tanto da China quanto da Rússia para um assento permanente. Os Estados Unidos, que priorizavam naturalmente Japão e Alemanha, teriam prometido, sob Clinton, apoiar a candidatura brasileira uma vez que fosse obtido apoio entre o resto de sua região - o que, por fim, acabou não acontecendo (ARRAES, 2005). Segundo Arraes (2006), a

¹⁰⁴Coloca-se aqui questionável pela seguinte pergunta: qual o sentido em se obter o assento permanente no CSNU, arcar com os custos da posição e não com o benefício principal, que é poder usar o veto para não permitir decisões que contrariassem seus interesses?

posição estadunidense com relação à ONU tem, internamente, duas vertentes. Uma não vê a necessidade da continuidade da Organização, haja vista a sua pouca efetividade; outra vê a importância de sua reforma para adequação ao novo sistema. Ambas correntes, contudo, vêem a necessidade de uma maior participação financeira dos demais Estados-membro, em especial dos membros do CSNU. Sobre sua reforma, o apoio à entrada da Alemanha e do Japão como membros permanentes foi a única constante, tendo o apoio a outros países variado conforme o tempo, e sendo pouco forte nesse sentido (Arraes, 2006, pp. 27-28).

Em 1996, sob pressão de Boutros Ghali para que o Brasil, a fim de legitimar sua candidatura, participasse de mais PKO, o discurso começa a ficar mais prudente. O presidente Cardoso afirma que não necessariamente países como Índia e Brasil precisam exercer mais atividade na ONU através do CSNU. Lampreia também chegou a afirmar que a vaga permanente não era prioridade para o Brasil. Todavia, anuncia a suspensão de exportação de minas terrestres e o Tratado de Proibição de Testes Nucleares, num gesto de boa vontade para com o regime de não proliferação de armas e a segurança internacional. Ainda no mesmo ano, o Brasil assina sua adesão ao TNP.

Em pleno momento de integração forte no Mercosul, a Argentina ganha status especial de aliado da OTAN e lança a sua candidatura à vaga antes reivindicada pelo Brasil. A condição de retirada da candidatura era a aceitação brasileira do rodízio para a vaga da América Latina. Na reunião do Grupo do Rio nesse ano, decidiu-se pela não indicação de um candidato e pela reafirmação dos três Vs: vez, voto e veto. O Brasil, então, afirma que o lugar sem veto e sob rodízio não lhe atenderia, em consonância com o coro. Nesse ano, Lampreia declara um aumento na participação brasileira em PKO e em todas as características de confiabilidade, segundo ele, da diplomacia brasileira.

Em 1996, um teste nuclear afasta a candidatura da Índia. O Brasil teve uma saia justa. Ao ter que lamentar publicamente o teste, a fim de se mostrar como defensor do direito internacional, sofreu atritos com a Índia, outrora aliada na mesma reivindicação. Nesse ano, Brasil é convidado a participar, pela primeira vez, do encontro do G-8.

Após a grave crise econômica enfrentada pelo país em 1999, o chanceler Lampreia afirma em 2000 que

o projeto “Brasil potência mundial” estaria arquivado, porquanto, [...] para tê-lo é preciso ter dimensão militar. Potência mundial significa capacidade de atuação militar em conflitos fora da fronteira. O Brasil, com os desafios

sociais que tem, as graves carências do povo, não pode gastar os recursos para criar uma potência militar (LAMPREIA *apud* ARRAES, 2006, p. 34).

Isso não aconteceu, contudo, sem a crítica à demora e à qualidade de atuação da ONU no Timor Leste e em Angola. Para o país, se o mundo queria a ONU mais efetiva e ágil, tinha que mudar seus modos de atuação.

O país chegou a receber a visita do então embaixador estadunidense na ONU, Richard Holbrooke, que à época solicitou maior participação em missões de paz como forma de fortalecer a eventual candidatura. O Brasil respondeu que a falta de recursos para as missões e a aparente ausência do tema da reforma do CSNU nos países desenvolvidos afastaram o tema da sua política doméstica (Arraes, 2005, p. 14).

Até o atentado de 11 de setembro de 2001, o tema não esteve tão presente na agenda de política externa brasileira, de acordo com Arraes (2005), ainda que Cardoso o mencionasse ao falar sobre a necessidade do fortalecimento da ONU. O congelamento momentâneo da aspiração se reverteu após os ataques terroristas, e a nova possibilidade de reforma do CSNU surgiu, reacendendo a diplomacia brasileira. Cardoso disse que se deveria ter uma nova ordem global que não fosse temida, mas querida por todos. O tema é novamente inserido na agenda da PEB. (ARRAES, 2006, p. 35).

A eleição de Lula da Silva em nada muda nas demandas pela reforma e pela posição de titular do Brasil, ainda que sem direito ao poder de veto. O governo Lula se calcou na importância dada pelos EUA à ONU ao tentar levar a questão da Guerra do Iraque ao CSNU - ainda que a guerra em si tenha acontecido sem a aquiescência do órgão. O fato dos EUA terem tentado levar o tema para o CSNU seria mais um argumento em favor de uma maior legitimidade do órgão. Ainda assim, após iniciada, a potência unipolar não se esquivou de buscar na ONU apoio para o programa de estabilidade no Iraque. No mesmo ano do início da Era Lula, o Brasil declara ter recebido o apoio da Rússia e da Alemanha, a última sendo também apoiada pelo país. À época, a resistência maior da candidatura do Brasil passou a ser do México, e não mais da Argentina, então solapada por uma grave crise econômica.

Em 2004, o Brasil aceita comandar a MINUSTAH, no Haiti. Tenta, contudo, não vincular a questão à antiga demanda no CSNU. Contudo, no mesmo ano, junta-se à Alemanha, Japão e Índia no G-4, formando um grupo com discurso uníssono sobre a reforma da ONU e suas candidaturas individuais.

A proximidade do sexagésimo aniversário da ONU trouxe uma nova força ao discurso reformador da organização, com foco no CSNU. Não obstante as diversas propostas feitas sobre novos moldes para o CSNU, o Brasil continuava sofrendo forte oposição de seu vizinho e parceiro regional mais importante. A Argentina ainda insistia que um assento para o Brasil geraria uma instabilidade regional ao oficializar uma hegemonia inexistente¹⁰⁵. Nessa época, a proposta brasileira em conjunto com o G-4 foi de criação de dez novas vagas, sendo seis permanentes e com direito a veto, o que teria sido uma insistência da Índia. Contudo, fazendo jus ao seu histórico, a China se mostrou contra, tendo em vista sua oposição à entrada do Japão como membro permanente. Isso, segundo Arraes, suspendeu indefinidamente a questão (ARRAES, 2006, p. 40).

No contexto dos 60 anos da ONU, Sardenberg (2005), que fora por diversas ocasiões presidente no CSNU quando o cargo cabia ao Brasil, demonstra claramente a posição da diplomacia brasileira quanto à importância do ano para o esforço de reforma da ONU:

2005 constituirá um marco essencial no caminho de grandes transformações na diplomacia multilateral e, portanto, requererá atenção ainda maior para as definições políticas em curso de adoção nas Nações Unidas e no mundo e, em consequência, para as perspectivas de que o Brasil venha a ocupar uma posição internacional. Nas Nações Unidas, serão marcantes a comemoração do sexagésimo aniversário da Organização; a realização do grande evento de alto nível de avaliação da implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), após cinco anos de sua proclamação; e a culminação do processo de reforma das Nações Unidas, notadamente do Conselho de Segurança (Sardenberg, 2005, p. 347).

O texto de Sardenberg é bastante interessante para mostrar, em um momento em que Arraes (2006) considera um dos mais propícios para a reforma da ONU, o discurso dos *policy makers* brasileiros primeiro em relação ao teor da agenda do CSNU e, em segundo, com relação à posição do Brasil frente ao funcionamento do órgão. Vê-se em Sardenberg (2005) uma clara prestação de contas, tanto voltada para o público interno quanto externo, da demanda brasileira pelo assento permanente no CSNU. Ao falar sobre o Haiti e a chefia brasileira da MINUSTAH, o que se nota é não só uma tentativa de legitimar internamente a atuação do Brasil quanto também de valorizá-la no contexto das missões de paz da ONU.

¹⁰⁵ A hegemonia era inexistente apenas para o discurso retórico argentino. Estudo de recursos realizado em 2005 demonstra a hegemonia regional do Brasil, em termos do realismo ofensivo, na América do Sul. Ver Rezende (2005).

O que se passa no Haiti é – e deve ser – de profundo interesse para todos no Brasil e na América Latina como um todo, não apenas por indeclinável dever de solidariedade, mas pelo interesse comum em que prevaleça em toda nossa região um clima de paz, democracia e desenvolvimento, no qual cada uma de nossas nações possa realizar suas vocações e os povos vivam com dignidade e esperança (SARDENBERG, 2005, p. 354).

O discurso segue no mesmo tom ao discorrer sobre o apoio brasileiro ao TPI, da diplomacia multilateral, e da reforma do CSNU com vistas a uma maior representatividade e legitimidade. Neste ponto, ele chega a citar a expansão de 1961, e afirma foi apenas incremental, e que ela não chegou a alterar o equilíbrio político do órgão. Em sua frase final no artigo, ele resume bem o compromisso brasileiro com as Nações Unidas.

A meu ver, a ONU faz, sim, grande diferença e o multilateralismo é a sua essência. A ONU conta com admiração e respeito internacional porque, apesar de suas limitações, é nela que se depositam as melhores e mais profundas esperanças de um mundo mais justo, solidário e próspero e de solução pacífica das crises da atualidade (SARDENBERG, 2005, p. 365).

Arraes (2006) conclui que, ainda que tenha adotado sem demoras o modelo de democracia neo-liberal que imperou após o colapso soviético, o país enfrentou diversas crises internas ao longo dos anos 1990, e, após isso, bradou as assimetrias e deficiências econômicas e políticas do modelo por ele mesmo adotado. Ainda que com fortes desigualdades internas, o país passa a defender o direito ao desenvolvimento sustentável e a incorporar grande parte do novo debate à sua agenda interna, participando ativamente de conferências multilaterais, buscando nova credibilidade internacional.

Arraes afirma ainda que, ainda que tenha evoluído,

o País não lograria acumular nem internamente, em face de suas mazelas sociais, nem externamente, em decorrência do enregelamento da composição do Conselho de Segurança, cabedal suficiente ainda para transpor, mesmo coletivamente, o fosso de poder edificado na ordem internacional delimitada desde o fim da bipolaridade (Arraes, 2006, p. 41).

Mello e Silva (1998b) afirma que existem dois momentos históricos distintos nos quais a meta do assento ao CSNU tenha sido formulada pela chancelaria brasileira: a erosão e a consolidação da ordem mundial pós-45.

Um sistema identificado por ela como “em transição” onde as forças contraditórias são as principais guias e as estruturas e pólos de poder são indefinidos¹⁰⁶ seria importante para entender os papéis que o Brasil deveria ou poderia almejar no cenário internacional. Segundo ela, diplomacia brasileira, ainda que apresente um diagnóstico realista do mundo, tem um comportamento prescritivo sobre qual deveria ser o seu lugar.

Segundo Mello e Silva (1998b), o Brasil deveria aproveitar o momento de então para aumentar seu perfil de atuação externa, tentando ocupar o desejado lugar de destaque na ordem internacional, especialmente com o desejo latente da ONU ocupar um papel que poderia ser definido como “seu devido lugar no mundo”. Uma ONU com papel mais ativo enquanto fonte reguladora e de legitimação da ordem internacional é o resultado da transição do sistema¹⁰⁷. É nesta visão que o Brasil acredita que possui atributos necessários para candidatar-se a uma cadeira permanente: é uma democracia, com tolerância étnica, cultural e religiosa aceitáveis, com boa atuação histórica e sólida na política externa, sendo pautado por ser pacifista, com defesa intensa da autodeterminação, da não intervenção e do direito internacional.

Além disto, possui uma pauta de exportação considerável, com diversos produtos, e relacionando-se com diversos países, o que lhe figuraria como um *global trader*. Possui também presença global e vínculos em diversos continentes, o que lhe figuraria como *global player*. Outros pontos a se citar são o poder representação da América do Sul, seja como representante regional, seja como líder, capitaneando processos de integração regional, o peso do seu PIB no mundo, sua história ativa no Conselho de Segurança e sua capacidade de criar elos entre o mundo desenvolvido e o não desenvolvido (MELLO E SILVA, 1998b).

Refletindo ainda nas dificuldades de votar e ratificar decisões desta magnitude, que só passam a valer com votos de maioria qualificada e ratificações de 2/3 dos membros, existem três questões que, segundo Mello e Silva (1998b), deveriam ainda ser debatidas: (1) a primeira remete ao fato da retomada da aspiração histórica, com

¹⁰⁶ Essa não reflete a opinião do autor dessa dissertação. Partilhamos da visão da unipolaridade do sistema já desde o colapso soviético até os dias atuais. Maiores detalhes em Wohlforth (1999).

¹⁰⁷ Essa visão está em linha com a exposta no Capítulo 1 sobre a ONU e as PKO. Nos anos 1990, a ONU experimentou um momento de euforia intervencionista bem maior do que nos outros anos de sua história, levando alguns autores a acreditar que esse papel seria cada vez mais crescente.

destaque para reedição do discurso histórico de que o país seja candidato natural ao conselho; (2) a forma como está sendo apresentada a candidatura à sociedade: afinal, isto inclui gastos militares e financeiros obrigatórios; (3) a ordem surgida pós guerra fria incentiva a democracia e, por conseguinte, a emergência do Terceiro Mundo¹⁰⁸ como ator coletivo internacional.

Mello e Silva (1998b) lembra as declarações do ministro Luís Felipe Lampreia que disse que o Brasil, se aceito como membro permanente só participaria de Operações de Manutenção da Paz e não das de imposição da Paz.

Em primeiro lugar cabe assinalar que as próprias experiências fracassadas dos “Blue Helmets” na Bósnia e na Somália – ambas iniciadas, respectivamente como Operações de *Peace keeping* e de Assistência humanitária que se transformaram, por autorização do Conselho, em *Peace enforcement* – desataram dentro da ONU todo um debate autocrítico em relação a quais situações devam ser consideradas como de “manutenção” ou “imposição” da paz. Mesmo supondo eu o Brasil possua um critério próprio e “justo” pra avaliar tais situações, isso não autoriza a imaginar que tal critério vá se impor as decisões do Conselho, tanto mais quanto a influência do país sobre o processo é limitada pela ausência do poder de veto (MELLO E SILVA, 1998b, s/p).

A derrota do Brasil tanto em conseguir um assento permanente na Liga das Nações quanto na ONU, na época de sua fundação, serviu “para enraizar uma imagem do país como jogador potencialmente significativo em questões internacionais e chamar a atenção para o papel de fóruns universais multilaterais como objeto de uma política de inserção internacional” (HERZ e WROBEL, 2002, p. 295).

Sobre a agenda da reforma da ONU, onde o tema do assento permanente ocupa grande parte da atenção, o Brasil parece se engajar mais em direção a uma reforma de procedimentos do que do tipo de intervenção a ser desempenhado pela organização, se opondo a grande parte das reformas propostas no *Uma Agenda para a Paz*. Há uma grande preocupação dos diplomatas brasileiros que a reforma do CSNU crie uma distância ainda maior com relação à AGNU, fazendo com que a coerção seja o principal modo de se estabelecer decisões na ONU, ao invés do uso das vias diplomáticas. Por essa razão o Brasil seria um candidato ideal, pois seu histórico o gabarita para tal. Um

¹⁰⁸ Termo original da autora.

dos pontos relevantes a se observar sobre a atuação do Brasil no que concerne a segurança coletiva é a resistência do país em ceder a organizações regionais essa tarefa, uma vez que elas seriam menos universais do que a ONU (HERZ e WROBEL, 2002, pp. 295-301). Nos períodos em que é membro não permanente¹⁰⁹, o Brasil tende a não apoiar a operações de paz baseadas no Capítulo VII, preferindo o modelo tradicional quando há o consentimento das partes envolvidas, uso mínimo da força e imparcialidade. As raízes desse discurso brasileiro seriam respaldadas pela *Política de Defesa Nacional*, de 1996, que enfatiza a busca de soluções pacíficas de controvérsias e o uso da força em forças de paz apenas em *autodefesa* (HERZ e WROBEL, 2002, p. 309).

Em discurso na ONU, Celso Amorim, então representante brasileiro no CSNU, afirma “Nós reiteramos nossa reserva quanto ao uso da expressão ‘todos os meios necessários’, que parece ter se tornado uma expressão de praxe do Conselho associada ao uso da força militar, em detrimento de esforços diplomáticos” (AMORIM, 1994, *apud* HERZ e WROBER, 2002, p. 311). Já quando é com relação a sanções internacionais, o Brasil dá o seu aval, desde que sejam tomadas proteções para a população civil dos efeitos das sanções – como foi o caso do apoio brasileiro às sanções contra a UNITA, em Angola. Ainda que vá contra as missões coercitivas, o Brasil vê com bons olhos as missões multidimensionais, com a sua variedade de funções. O país também seria adepto da crítica, exposta no *Relatório Brahimi*¹¹⁰, que os mandatos deveriam ser mais claros, a fim de evitar possíveis interpretações que levem à interferência em assuntos internos (HERZ e WROBER, 2002, pp. 308-14).

3.1.6 - A Perspectiva Brasileira de Segurança e o Uso da Força pelas Nações Unidas

A primeira experiência brasileira sobre negociações de controle de armamentos aconteceu em 1961 quando, sob resolução conjunta da URSS e EUA, e em conjunto com mais sete membros¹¹¹, o Brasil foi convidado a participar da Conferência do

¹⁰⁹ Brasil foi dez vezes eleito para o CSNU como membro não permanente, em mandatos que começaram em 1946, 1951, 1954, 1963, 1967, 1988, 1993, 1998, 2004, 2010. O Japão é o único país que empata com o Brasil na liderança dos que mais estiveram como membro não-permanente do CSNU.

¹¹⁰ Ver discussão no Capítulo 1.

¹¹¹ Os outros países eram Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia. Os dez membros antigos eram cinco do Pacto de Varsóvia e cinco da OTAN.

Comitê de Desarmamento. O primeiro resultado desse grupo foi o *Tratado de Proibição Parcial dos Testes Nucleares*¹¹². Contudo, na assinatura do tratado, EUA e URSS disseram que se tratava de um acordo bilateral, ou, ainda, trilateral, incluindo-se o Reino Unido. Isso teve repercussão direta na interpretação brasileira de congelamento do poder global por parte das duas super-potências. Os dois principais motivos eram (1) uma decepção quanto à possibilidade de um desarmamento total e irrestrito e (2) a percepção que URSS e EUA estavam construindo as bases de uma confiança mútua, que trazia ordem ao sistema mas era extremamente injusta, sem atenção à ONU. O resultado disso foi a aversão do país ao TNP, considerado discriminatório e injusto. Ao aceitar duas classes de nações, as que tem e as que não tem armamento nuclear, o Brasil estaria indo contra o princípio de igualdade de direitos e deveres dos Estados. Nessa mesma época, o Brasil assina e ratifica, mas se recusa a se tornar um membro pleno do Tratado de Tlatelolco¹¹³. Essa visão permearia os vinte anos seguintes da PEB, só mudando a partir da retomada do controle civil do país e da aproximação com a Argentina (HERZ e WROBEL, 2002, pp. 280-283).

A relação com a Argentina serviu para apaziguar aqueles que se opunham ao TNP, mas levou quase dez anos, desde a assinatura do primeiro tratado entre os dois países, a *Declaração sobre a Política Nuclear Comum entre a Argentina e o Brasil*¹¹⁴, de 1990, para que o Brasil ingressasse no tratado. Apenas em 1998 o país ratifica o TNP – bem diferente da Argentina, que, logo em 1994. A justificativa brasileira foi que, após concluídas as negociações com a Argentina e com a AIEA, firmadas no Acordo Tripartite, o Brasil já havia demonstrado ao mundo a sua disposição de não obter e nem desenvolver armas nucleares. Logo, não havia a necessidade de assinar o TNP, que continuava sendo visto como injusto (HERZ e WROBEL, 2002, pp. 283-288).

Souza e Carmo (2008) identificam que o processo que levou à assinatura do TNP foi contínuo, e começou a partir de Sarney, o primeiro governo civil pós-regime militar, e

¹¹² Ou Tratado de Moscou.

¹¹³ Inicialmente proposto pelo Brasil, a idéia de um tratado que propunha a América Latina livre de artefatos nucleares foi abandonada pelo país. O México, então, tomou a iniciativa, que culminou no Tratado de Tlatelolco, em 1967.

¹¹⁴ Além da declaração comum, houve diversas outras iniciativas para consolidar a cooperação bilateral entre Argentina e Brasil. Em 1991, foi instituída a Agência Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle de Material Nuclear (ABACC), o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear e o Acordo Tripartite, com a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

não um ato isolado do governo Cardoso, que teria rompido com todo o passado sobre o tema. O processo gradual de abertura do Brasil teria demonstrado aos governantes que o TNP poderia demonstrar um local de inserção internacional do Brasil na área de segurança.

Segundo Herz e Wrobel (2002), o desenvolvimento se tornou uma das peças fundamentais da concepção de segurança nacional a partir dos anos 1990. Nesse sentido, a PEB nessa década teria sido de conformação com as regras e normas internacionais. De acordo com os autores, a interdependência era vista como um fato marcante nas relações internacionais, e, no Brasil,

o[s] governos eleitos perseguiram uma estratégia de inserção que comporta a aceitação de regimes internacionais, uma maior participação nas operações de paz da ONU e a busca de estabilidade regional, em contraposição à competição sub-regional do período anterior (HERZ e WROBEL, 2002, p. 256).

A tradição realista das normas sendo criadas pelo reflexo do poder das grandes potências continuaria guiando, de acordo com Herz e Wrobel (2002), a PEB – fato identificado também por Cervo (2002), que diz que, após um período de “ilusão kantiana”, o Brasil teria voltado à visão realista na condução de sua política exterior a partir dos anos 1990¹¹⁵. A aceitação da norma que valoriza a democracia e o liberalismo por parte das elites de tomadores de decisão do Brasil era notável, ainda que o país tenha atuado como moderador em países que não adotavam tais preceitos.

Teria havido, ainda, um sentimento de exclusão do Brasil frente aos principais órgãos multilaterais, a partir de uma percepção que havia uma internacionalização da autoridade e do poder em andamento, haja vista a grande quantidade de normas internacionais do período. A partir de Collor, muda-se as políticas nacionais sobre o regime de não-proliferação de armas, propriedade intelectual e a área ambiental, reformulando as bases nessas áreas para uma inserção internacional mais cooperativa do Brasil no sistema internacional. Contudo, em especial após o impedimento de Collor, houve uma preocupação maior quanto ao intervencionismo internacional em algumas áreas, como direitos humanos, terrorismo, meio ambiente e tráfico de drogas. O primeiro governo de Cardoso, segundo os autores, teria tido um movimento em direção

¹¹⁵ Segundo Cervo (2002), o Plano de Defesa Nacional, de 1996, seria o melhor exemplo de retorno à visão realista por parte dos tomadores de decisão do Brasil.

ao uma maior inserção do país nos processos de internacionalização das estruturas de autoridade. Logo, o Brasil dos anos 1990 buscava se legitimar perante a sociedade internacional e garantir a defesa do conceito clássico da soberania estatal do país (HERZ e WROBEL, 2002).

Um ponto interessante levantado por Herz e Wrobel (2002) é sobre a mudança da percepção do Brasil da ONU, em especialmente no que concerne as questões de segurança. O país vinha de décadas de críticas da forma como as grandes potências administravam a segurança internacional, e acabou se conformando, após o fim da Guerra Fria, com o novo sistema estabelecido. O Brasil passa, segundo os autores, a respeitar “todas as normas formais e informais, tratados, regras e regulamentos que controlam as relações internacionais no campo da segurança” (HERZ e WROBEL, 2002, p. 262). Segundo eles, motivados pela necessidade de se ter acesso a fontes de investimento e financiamento internacionais, o Brasil optou por aceitar os regimes estabelecidos na área de paz e segurança internacional e limitou o seu descontentamento a um conjunto de normas apenas.

Sobre o perfil pacífico e negociador do Brasil, Herz e Wrobel (2002) buscam suas raízes na capacidade do país em negociar as suas fronteiras, durante o século XIX e início do século XX, sem ter que fazer uso da força. Isso teria resultado em uma cultura diplomática forte voltada à negociação e mediação de conflitos. A hipótese de conflito, historicamente, levantada pelo Brasil era com relação à Argentina – o que foi resultado de uma adaptação de um pensamento geopolítico europeu para a América Latina.

Contudo, a área que mais demonstrava preocupação quanto à ocupação e desenvolvimento era a Amazônia, e que, mesmo com todos os esforços, grande parte mal sucedidos, continua sendo objeto de preocupação dos tomadores de decisão brasileiros.

Tendo sempre como uma premissa de sua atuação internacional o seu viés pacifista, a palavra guerra costuma assustar a diplomacia brasileira, e é, muitas vezes, confundida com operações de paz. O diplomata João Almino chega a fazer essa confusão, ao fazer um histórico sobre a segurança hemisférica e a atuação do Brasil. Ao falar sobre a participação do país na PKO realizada pela OEA na República Dominicana, o diplomata diz que o

Brasil, aliás, integrou a Força Interamericana de Paz da OEA, enviando tropas à República Dominicana em 1965, depois que o Presidente norte-americano Lyndon B. Johnson havia decidido intervir na guerra civil daquele país, fazendo desembarcar os *marines* em São Domingos. Posturas deste tipo pertencem ao passado, como a própria guerra fria (ALMINO, 2002, p. 51).

Ele continua, e diz que, mesmo em 2001, quando, evocando o TIAR, o Brasil reafirma o seu apoio aos EUA, após os atentados terroristas, o discurso brasileiro era o tal que “não pretendia contribuir com tropas para uma operação de guerra” (ALMINO, 2002, p. 51).

Sobre o uso da força pela perspectiva brasileira, o diplomata coloca que,

para países como o Brasil, com um poder militar pequeno, se comparado ao das grandes potências, não se coloca escolha entre o uso da força e o da persuasão como instrumentos para a segurança internacional. O papel que pode ser desempenhado de forma conseqüente pelo país é o de contribuir para uma melhor convivência entre os Estados, através de propostas construtivas nos foros multilaterais e da projeção externa tanto de sua vocação pacífica e quanto do caráter plural de sua cultura (ALMINO, 2002, pp. 63-4).

Demonstrando uma aparente incoerência entre o desejo do Itamaraty em alçar o Brasil ao papel de grande potência unicamente através de seus esforços pacíficos e diplomáticos, Barbosa (2002) apresenta a sua perspectiva, militarista:

A despeito da opção pelo caminho da soluções pacíficas para controvérsias entre Estados ser mandamento de aceitação majoritária no cenário internacional, os países que desempenham funções mais expressivas de lideranças, nesse mesmo cenário, são justamente os que mais investem em Defesa e os que estão mais preparados para o pronto emprego de suas Forças Armadas. Essa é a realidade para os olhos dos que querem ver e par as razões dos mais responsáveis (BARBOSA, 2002, p. 94).

O uso da força é, segundo Mello (2002), outro tema sempre bastante comedido pelo discurso brasileiro. Segundo o Itamaraty, ele deve sempre ser usado sob último recurso, e baseado na Carta da ONU. Os temas de crises humanitárias devem, ainda, sempre serem tratados de maneira consensual. A justificativa seria que poderiam acabar por servir alguns países mais do que outros. A posição brasileira é que a ONU deveria ter critérios claros e consistentes “para assegurar que tal doutrina [(de segurança humanitária)] fosse aplicada de maneira igualitária” (MELLO, 2002, p. 177). Ainda que

às vezes cético, percebe-se claramente a vontade do Brasil em querer participar e influenciar a agenda de paz e segurança internacional da Nações Unidas.

À época de seu texto, Mello (2002) identificava ainda uma posição em formação para a diplomacia brasileira sobre o *Global Compact*¹¹⁶. Havia uma aparente preocupação que, ao se reportarem à ONU, as empresas privadas estariam passando por cima do papel do Estado como órgão regulador.

Sobre a prevenção de conflitos, outro tema de constante relevância para o discurso brasileiro na ONU, o Brasil insiste que deveria haver “um corpo coerente e viável de critérios” (MELLO, 2002, p. 176), a fim de evitar que haja interferências em assuntos internos dos Estados – sempre uma grande preocupação da diplomacia brasileira. Segundo Mello (2002), a preocupação seria que o foco mudasse da questão do direito ao desenvolvimento e passasse a justificar interferências em assuntos econômicos e sociais internos. Foi especialmente sensível à diplomacia do Brasil a sugestão do *Relatório Brahimi* de se criar uma unidade de análise de informações da Secretaria Geral da ONU.

Mello (2002) afirma que o impacto do 11 de setembro de 2001 foi forte para a política externa brasileira, e foi o responsável por modificar, pelo menos temporariamente, o foco tradicional que vinha sendo desempenhado na área econômica para a área de segurança, ainda que, segundo Costa (2002), não haja um alinhamento automático entre o Brasil e os EUA no que ele chama de “era do anti-terror” (COSTA, 2002, p. 195). O tema do discurso, contudo, foi sempre puxando para o fortalecimento dos organismos multilaterais. Ademais, a retomada do TIAR como instrumento de segurança coletiva hemisférica e o apoio aos EUA mostrou a preocupação do Brasil com um sistema jurídico de segurança coletiva para a sua região. A preocupação, contudo, continuava ser a de não abandono da agenda do desenvolvimento.

Uma das inflexões de segurança que Cervo (2002a) identifica é o caráter multilateral da segurança e o papel regional do Brasil. Nesse sentido, seria positivo, segundo o autor, manter a linha do realismo político dos militares brasileiros em consonância com a associação entre política de segurança e desenvolvimento, proposta pelo Itamaraty desde a retomada da democracia, a fim de tirar maior proveito de ambos. Isso, segundo

¹¹⁶ Iniciativa da Secretaria Geral que visava promover um diálogo entre empresas privadas e o Secretariado da ONU, a fim de incentivá-las a desenvolver programas socialmente responsáveis e sustentáveis. É baseado em dez princípios, subdivididos nas categorias: Direitos Humanos, Padrões de Trabalho, Meio Ambiente e Anti-Corrupção. Fonte: <http://www.unglobalcompact.org/>.

o autor, é a melhor forma de aproximar os dois grupos, a fim de unificar o processo decisório da PEB, a contar também com a presença de acadêmicos.

3.2 - O Brasil nas Operações de Paz da ONU e o caso da MINUSTAH

É relevante um histórico em especial sobre o Brasil ante as PKO, nesse momento, porque há um fator curioso. A diplomacia brasileira faz uma associação direta de sua candidatura ao CSNU e sua participação em missões de paz¹¹⁷.

Quando se fala sobre a participação do Brasil em PKO da ONU, e, felizmente, há diversos estudos nessa linha, uma das afirmativas mais comuns de se encontrar é a “participação ativa do país em operações de paz da ONU” (HERZ e WROBEL, 2002, p. 301). Ou, ainda, que “A postura brasileira privilegia o multilateralismo e tem sido marcada pela participação em Missões de Paz” (BRIGAGÃO E PROENÇA, 2002, p. 9). Sim, de fato o Brasil esteve presente em PKO desde a UNSCOB, em 1947. Ainda que tenha estado fora do CSNU e, por conseguinte, fora das PKO, por cerca de vinte anos, entre 1967 e 1987, o Brasil participou de muitas PKO¹¹⁸. Estando presente em 42 das 64 PKO já estabelecidas pela ONU¹¹⁹, vemos que o Brasil esteve presente em 66% das missões de paz da ONU – um número aparentemente alto.

Na literatura, há diversos estudos que se debruçam sobre a participação do Brasil, e muitos deles descrevem com o que exatamente o país contribuiu para cada PKO, com números totais de observadores militares, policiais, tropas e civis para cada missão¹²⁰.

¹¹⁷ Ver citações de diplomatas e do presidente Lula no **Capítulo 1 – Introdução** dessa dissertação.

¹¹⁸ Foram, ao todo, 42 operações da paz da ONU – se considerarmos a UNMA (ver discussão no Capítulo 3 sobre a inclusão da UNMA como PKO). Foram elas: UNSCOB (Grécia), UNEF I (Sinai e Gaza), ONUC (Congo), UNSF (Nova Guiné Ocidental), DOMREP (R. Dominicana), UNIPOM (Índia/Paquistão), UNFICYP (Chipre), UNAVEM I (Angola), ONUCA (A. Central), UNAVEM II (Angola), ONUSAL (El Salvador), UNPROFOR (Iugoslávia), ONUMOZ (Moçambique), UNOMUR (Uganda/Ruanda), UNTAC (Camboja), UNOMIL (Libéria), UNOMSA (África do Sul), MINUGUA (Guatemala), UNAVEM III (Angola), UNCRO (Croácia), UNPREDEP (Macedônia), UNTAES (Eslavônia Oriental), UNMOP (Península de Prevlaka), MONUA (Angola), UNAMET (Timor Leste), UNTAET (Timor Leste), UNMISSET (Timor Leste), UNMIL (Libéria), MINUCI (Costa do Marfim), UNOGBIS (Guiné Bissau), UNOCI (Costa do Marfim), UNMIK (Kosovo), MINUSTAH (Haiti), UNMIS (Sudão), UNOTIL (Timor Leste), UNIMIT (Timor Leste), MINURSO (Saara Ocidental), UNMEE (Etiópia/Eritreia), UNMIN (Nepal), UNOWA (África Ocidental), MINURCAT (Chade e Rep. Centro Africana) e UNMA (Angola).

¹¹⁹ Novamente, contando com a UNMA.

¹²⁰ Ver Herz e Wrobel (2002), Aguillar (2002) e Aguilar (org) (2005), Tarrise da Fontoura (2005), Cardoso (1998) e MRE – documento oficial do Departamento de Operações de Paz, cedido em 2009. É válido notar que Herz e Wrobel (2002), ainda que sem apresentar a comparação com o total das missões,

Contudo, não se pode afirmar que o Brasil participa ativamente de operações de paz apenas baseado nessas informações. Elas são incompletas, uma vez que apresentam apenas o número absoluto de pessoas enviadas pelo Brasil. Não há uma comparação do que isso representa no total da missão. E será essa a proposta desse trabalho no Capítulo 3. Contudo, é importante que vejamos um pouco do histórico sobre o que se diz do Brasil e as missões de paz da ONU.

Cannabrava (1996) é categórico ao afirmar que o Brasil sempre procurou participar de operações de paz e segurança internacional, inclusive por ser membro fundador da ONU. Mantém relações amistosas com todos e pode gabar-se de não ter inimigos. Possui paz com seus vizinhos há mais de um século.

Segundo Aguillar (2002), a participação do Brasil em operações fora de seu continente aconteceu em 1648, quando brasileiros participaram de uma operação em Angola para ajudar a libertá-la do domínio da Holanda. A outra operação teria sido na Liga das Nações, quando da operação na cidade de Letícia em 1933 e 1934, sob conflito entre Peru e Colômbia, que contou com um oficial brasileiro. Mais tarde, mesmo saindo da Liga, o Brasil atuou como mediador entre os dois países, segundo Aguillar, por julgar conveniente (Aguillar, 2002, p. 364).

De acordo com Aguillar (2002), a participação em PKO é um instrumento da política externa brasileira. Em uma breve descrição histórica da associação das PKO com a PEB, ele começa pela decisão do Brasil em participar da UNEF em 1956, o que coincidia com a estratégia do país de buscar maior autonomia e atuação internacional. Essa estratégia teria tido seu ponto forte na OPA, ao unir ação multilateral e relações bilaterais. A diplomacia, a partir de JK, passou a ser direcionada para o desenvolvimento e autonomia do Brasil. Jânio Quadros e João Goulart manteriam esse esforço, e mandaram tropas para o Congo e observadores militares para a Nova Guiné Ocidental.

Com o golpe militar, a perspectiva muda, e seu símbolo maior passa a ser a participação brasileira na Força Interamericana de Paz (FIP), em 1965, pela OEA, na República Dominicana, sob liderança dos Estados Unidos. Além de firmar a parceria estratégica com os EUA na luta contra o comunismo, era uma tentativa de posicionar o Brasil como

declaram, antes da apresentação dos dados, que a participação do Brasil era “discreta e orientada” (HERZ e WROBEL, 2002, p. 304).

líder na região. Os governos Costa e Silva e Médici, a preocupação deixa de ser ideológica e passa a ser primordialmente o desenvolvimento da economia, e começa a tentativa de se fazer o Brasil potência, na época do milagre econômico. Segundo Aguillar (2002), o país procura projetar o seu poder sobre a América Latina e África. Todavia, não mais participa de PKO até 1987. Geisel enfrenta problemas com os EUA, e acaba rompendo o Acordo Militar Brasil-EUA, em vigor desde 1952, e com a Argentina, sobre a questão das águas do rio Paraná. Coube a Figueiredo melhorar as relações com a Argentina, resolvendo os conflitos das usinas Corpus e Itaipu. Aguillar (2002) aponta a incongruência dos governos militares: ainda que buscassem o desenvolvimento a partir de uma inserção internacional do Brasil, o medo da ingerência em sua soberania em temas como direitos humanos, meio ambiente e energia nuclear afastava o Brasil de um envolvimento internacional via Nações Unidas.

A crise dos anos 1980 levou a Sarney a procurar a regionalização a uma saída da perda de autonomia que enfrentava, com relação ao período do milagre econômico. Começa, então, a agenda de retomada da participação do país em foros multilaterais, através da assinatura de tratados e participação dos foros sociais da ONU. E, com a explosão na quantidade de PKO do período, o Brasil já a partir de 1988, volta a participar das missões de paz. Com Collor, as participações em PKO continuam. Aguillar (2002) identifica uma diminuição relativa da participação econômica e política internacional na era Itamar Franco, cuja principal preocupação era o controle da inflação. Todavia, é justamente com Itamar Franco que a demanda pelo assento no CSNU é retomada, e, ainda assim, das onze PKO estabelecidas no período, o Brasil está presente em cinco.

Cardoso teria continuado o caminho de resolver antigas pendências em termos de regimes internacionais nas áreas de segurança, direitos humanos e meio ambiente. Todavia, “a estagnação do desenvolvimento e a deterioração dos indicadores sociais e econômicos limitaram a ação diplomática do Brasil e reduziram sua margem de manobra, fazendo com que o país perdesse iniciativa em assuntos internacionais” (AGUILLAR, 2002, p. 409). Ainda assim, segundo o mesmo autor, o Brasil participou “ativamente das missões de paz instaladas durante o governo de Fernando Henrique” (AGUILLAR, 2002, p. 410). Segundo o autor, o país era o oitavo contribuinte de efetivos para as Nações Unidas em março de 1997.

Logo, faz parte do discurso oficial do governo brasileiro o incremento de sua participação em PKO. Em 1995, o então presidente Cardoso afirmou que “a participação crescente das Forças Armadas brasileiras em operações de paz da ONU é uma das facetas mais importantes da modernização de sua atuação” (CARDOSO, Fernando Henrique *apud* AGUILAR, 2002, p. 411), e teria ainda dito que sua intensificação seria de interesse brasileiro e de exigência das relações internacionais de então.

A participação do país em operações de paz vai além do envio de tropas e observadores. O país participa ativamente das discussões sobre manutenção da paz em diversos foros. Segundo Cannabrava (1996), o Brasil vê o valor das operações de manutenção da paz desde que os princípios básicos como imparcialidade das partes, consentimento, o não uso de medidas violentas salvo em legítima defesa. Para isto entende que a ONU será sempre melhor qualificada que qualquer outro grupo ou conglomerado de Estados para capitanear tais operações. Participa da implementação dos *stand-by arrangements* mas é contrário a uma força localizada em bases permanentes. Também credita mais importância às outras funções da ONU que não a manutenção da paz, especialmente nos temas de economia. Em suma, pode-se afirmar que o país é transparente e consistente com relação às missões de paz. É uma política comum, na qual possui tradição com base em princípios específicos e no interesse nacional. Também devemos ressaltar que para que isto ocorra um amplo entendimento entre a presidência, o MRE, governos estaduais, que cedem policiais observadores, e da sociedade brasileira por meio de seus representantes no Congresso (CANNABRAVA, 1996).

Sua participação no Comitê Especial sobre Operações de Manutenção da Paz da Assembleia Geral das Nações Unidas é, segundo Tarrisse da Fontoura (2005), guiada por dez linhas: (1) as PKO são úteis para a solução pacífica de controvérsias, podendo ajudar as negociações diplomáticas; (2) as PKO não são uma “panacéia para qualquer tipo de situação” (TARRISSE DA FONTOURA, 2005, p. 273), e devem ser utilizadas respeitando os princípios tradicionais do consentimento das partes, imparcialidade e uso da força apenas em *autodefesa*; (3) as PKO multidisciplinares têm papel relevante na prevenção de conflitos e na consolidação da paz; (4) uso de PKO impositivas apenas autorizadas pelo CSNU, em situações onde as partes não sejam claramente identificáveis e não haja autoridade legítima, e sob regras específicas a serem elaboradas pela ONU; (5) compatibilização dos mandatos das PKO e dos meios

necessários para a sua efetiva implementação; (6) necessidade de recursos adequados, via contribuições obrigatórias dos Estados membros, para o financiamento das PKO; (7) favorecimento da idéia de forças de pronto emprego, criado uma unidade de Estado-Maior de prontidão, dentro do DPKO, para agilizar a implementação das PKO assim que aprovadas pelo CSNU; (8) proibição das operações coercitivas por organizações regionais sem a autorização do CSNU, conforme estabelece o Capítulo VIII da Carta da ONU; (9) dotar alianças ou coalizões, que venham a atuar sob o Capítulo VII, de mandatos claros e realistas, observando o princípio de responsabilidade frente ao CSNU. O Brasil é contra o estabelecimento de forças de capacidade de intervenção permanente da ONU; (10) ressalta como importante a consulta do CSNU aos países contribuintes de tropas nas PKO, que deveria ser guiada por mecanismos institucionalizados de consulta (TARRISSE DA FONTOURA, 2005, pp. 273-8).

Herz e Wrobel (2002), pela perspectiva interna, afirmam que a organização da participação do Brasil em PKO, diferentemente do que sugere a ONU, se dá após a decisão de participar da missão. Com isso, não há uma preparação mais constante e prévia, mostrando um grau de engajamento estratégico das FFAA brasileiras frente às PKO. A ONU, seguindo o modelo canadense, sugere arranjos mais permanentes.

Corroborando o que foi dito por Herz e Wrobel (2002), Aguillar (2002) afirma que o envio de contingentes armados no Brasil não tem previsão regular no orçamento das FFAA, e depende da liberação de verba suplementar pelo Congresso Nacional. Logo, a demora no envio de efetivos para PKO se dá porque o Congresso precisa analisar duas propostas, a de envio de forças e a de liberação de verba suplementar. Contudo, o mesmo não se dá para o envio de observadores militares e policiais civis. Não havia, até a data de publicação de seu texto, uma lei que discurresse sobre o seu envio.

Depois do fim da Guerra Fria, o Brasil teve um incremento em participações de PKO, ainda que tenha demorado mais tempo que a Argentina e o Uruguai, seus vizinhos do Sul. Haveria uma resistência por parte das Forças Armadas brasileiras de redefinir o seu papel e colocar as PKO no centro de seus objetivos e planejamento estratégico, seguindo um modelo canadense, segundo Herz e Wrobel (2002). À época de seu texto, Herz e Wrobel (2002) identificavam como expressivas as atuações do Brasil em Angola e Moçambique, além de mencionar uma crítica que se repercutiu bastante sobre o envolvimento do Brasil na UNTAET. À época de seu estabelecimento, o então

representante brasileiro na ONU, embaixador Gelson Fonseca, expressava apoio veemente à criação da missão. Contudo, o engajamento do Brasil foi extremamente modesto, nas palavras dos autores, mesmo após pedido do governo australiano, que chefiava a PKO (HERZ e WROBEL, 2002, p. 304).

Segundo Aguillar (2002), quando do pedido australiano para o envio de tropas brasileiras para a UNTAET, o Ministério da Defesa apresentou três opções de envio de pessoal: (1) um batalhão, conforme havia feito em Angola, (2) uma companhia, a exemplo de Moçambique, e (3) um pelotão reforçado. Tendo em vista dos custos de participação e o forte papel da equipe econômica de então, optou-se pelo envio da mais modesta das contribuições, o pelotão reforçado.

Um dos principais argumentos se valeria a pena o Brasil participar de CSNU como um membro permanente e, por consequência, PKO, recai sobre os custos¹²¹ dessa participação. Ainda que haja o reembolso por parte da ONU, no caso do Brasil, pelo percentual de sua contribuição, o dispêndio acaba sendo maior do que o reembolso. Um ponto positivo seria o adestramento das FFAA, além do retorno político. Outro tema tocante à participação brasileira é a respeito do grau de envolvimento que o país deveria ter quanto a temas sensíveis da agenda internacional, como as intervenções humanitárias – cujas responsabilidades o Brasil, tradicionalmente, procura se esquivar de assumir. Exigiria, além de tudo, uma disposição do país em gastar muito mais do que se gasta atualmente.

Aguillar (2002) aponta que, assumindo um assento permanente no CSNU, o Brasil teria que assumir algumas responsabilidades, o que demandaria algumas mudanças: (1) se adaptar ao novo paradigma das PKO, preparando uma força de pronta-resposta, como pedido pela ONU, a fim de intervir onde seja necessário; (2) melhorar a legislação para que ela não seja um entrave ao rápido emprego das forças brasileiras em PKO; (3) oferecer oficiais para o Estado Maior do RDMH¹²² e autorizá-los a participar das PKO que o país não queira contribuir com tropas; (4) aceitar participar de operações de imposição da paz, reconhecendo a não obrigatoriedade do consentimento das partes.

¹²¹ Para maiores informações acerca do cálculo de custos da participação brasileira, ver Aguilar (2002).

¹²² *Rapidly Deployable Mission Headquarters*. É parte da proposta dos *Standby Arrangements* para a melhoria do sistema de emprego rápido das forças multinacionais.

Mello (2002) é uma das poucas a identificar claramente a participação modesta do Brasil em PKO da ONU, ainda que em diversas missões. Tradicionalmente, segundo a autora, o país vê na ONU um foro privilegiado para que possa fazer uso de dois fundamentos básicos de seu discurso de política externa: o jurisdicismo e o multilateralismo. Seguindo a autonomia pela participação, baseada no multilateralismo, não intervenção e solução pacífica de controvérsias, das PKO que o Brasil participou até 2002, Mello (2002) destaca as atuações nos países de língua portuguesa, especialmente a Angola. Contudo, ela aponta uma informação interessante. Ainda que seja o 11º em contribuições financeiras para a organização, o Brasil, à época, vinha atrasando sistematicamente os seus pagamentos de contribuições para a ONU, e, por pouco, não foi excluído da mesma¹²³.

Sobre a participação do Brasil em missões de paz, é interessante ressaltar uma em especial: a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Isso porque tanto a forma como o Brasil acabou se tornando o líder da missão quanto a forma de engajamento que desenvolve na missão trazem pontos relevantes de serem observados, pois se diferem substancialmente das outras PKO onde o Brasil atua. Diniz (2005) analisa a participação brasileira na MINUSTAH desde o processo de tomada de decisão para a sua implementação até mesmo sugerindo possíveis inflexões na atuação do país em termos de PKO.

Em princípio, segundo o autor, a associação entre a participação e liderança brasileira na MINUSTAH e a candidatura do país a um assento permanente no CSNU é clara, tendo sido confirmada tanto por diplomatas estrangeiros quanto por membros do Congresso Nacional e das Forças Armadas Brasileiras, reafirmando a indexação feita pelos chanceleres e o presidente, nas citações acima. Diniz desconsidera claramente a questão econômica, mostrando que, ao menos diretamente, essa não poderia ter sido a motivação inicial da participação na PKO. Pode-se, ainda, identificar a participação no contexto mais geral de evolução da Política Externa Brasileira, iniciada ao cabo dos

¹²³ Baseado no Artigo 19 da Carta, que diz: “O Membro das Nações Unidas que estiver em atraso no pagamento de sua contribuição financeira à Organização não terá voto na Assembleia Geral, se o total de suas contribuições atrasadas igualar ou exceder a soma das contribuições correspondentes aos dois anos anteriores completos. A Assembleia Geral poderá, entretanto, permitir que o referido Membro vote, se ficar provado que a falta de pagamento é devida a condições independentes de sua vontade” (ONU, 1945).

anos 1980, “voltada para o enfrentamento de dificuldades econômicas que então se tornavam aparentes” (DINIZ, 2005, p. 92).

Todavia, Diniz apresenta uma série de inconsistências e de idas e vindas que levaram à decisão. A primeira, e principal, delas tem relação com o tipo de PKO. Em 29 de fevereiro de 2009, o Brasil vota, no CSNU, época em que estava como membro provisório, a favor da criação da criação da Força Multinacional Provisória para o Haiti, pela Resolução 1.529. Todavia, o país não aceita participar da missão, uma vez que considerava que ela era uma missão de imposição da paz, por ser calcada no Capítulo VII da Carta da ONU. A postura brasileira sempre foi de aceitar apenas participar de missões de manutenção da paz, baseadas no Capítulo VI da Carta. Contudo, na adoção da Resolução 1.542, em 30 de abril de 2004, que cria a MINUSTAH, o Brasil aceita participar, ainda que a resolução mencione o Capítulo VII. A diplomacia brasileira, todavia, traz sua justificativa ao dizer que, na Resolução 1.542, por não estar mencionado no preâmbulo da resolução e sim na cláusula operativa do parágrafo 7, apenas essa cláusula é baseada no Capítulo VII, e não toda a resolução, fazendo da PKO uma missão de manutenção da paz, e não de imposição da paz.

Desde o retorno da participação brasileira em PKO, a partir de 1988, após vinte anos de ausência tanto do CSNU quanto de suas missões de paz, o Brasil apresenta certo padrão. Esse primeiro momento de inflexão, identificado por Diniz, de retorno a uma maior participação em organismos multilaterais, marca também a reafirmação de certos pontos da PEB, como a resistência a assuntos que relativizem de alguma forma a não-intervenção em assuntos internos dos Estados e a insistência no tratamento das questões de desenvolvimento e redução das desigualdades, no âmbito da ONU, da mesma forma como os temas de paz e segurança internacional. Mais especificamente sobre as PKO, a resistência às operações baseadas no Capítulo VII se justifica precisamente pela política brasileira de oposição à intervenção em assuntos internos dos outros países.

Como, a partir do colapso soviético, houve uma intensificação das missões de imposição da paz, esse seria o motivo que explicaria a menor participação relativa do Brasil em PKO em relação ao período anterior de engajamento com a ONU, ainda que o segundo período seja o de maior demanda frente à organização. Entre 1956 e 1968, o Brasil participou de 75% das operações de paz estabelecidas no período, seis em um total de oito. Entre 1968 e 1987, o Brasil não participou de nenhuma das três missões

estabelecidas, mas, entre 1988 e 2002, o país esteve presente em 18 das 42 missões aprovadas pela organização, representando apenas 42% do total (DINIZ, 2006, p. 320). O Brasil apenas começou a participar de missões coercitivas a partir de 1999, no Timor Leste. Um dos perfis da atuação do Brasil em PKO, principalmente após 1999, é que ela acontece em países de língua portuguesa ou da América Latina – em princípio, aqueles prioritários em sua agenda de política externa.

Por entender que uma maior participação na ONU aumenta as chances de projeção internacional do país, por pleitear um assento em seu Conselho de Segurança e pelo histórico de envolvimento do país em missões na América Latina, assim como pela maior aproximação com a América Latina e com os países da CPLP, e pela preocupação com o desenvolvimento e a paz, é, segundo Diniz, “*quase* perfeitamente consistente com a recente trajetória da política externa brasileira” (DINIZ, 2005, p. 99) a participação e liderança do Brasil na MINUSTAH. Além disso, o Haiti seria uma oportunidade única para não apenas o Brasil demonstrar maior engajamento com as PKO da ONU, na medida em que ofertaria menos do que o necessário para ser um membro do CSNU, mas também para reafirmar e legitimar a liderança brasileira na sua região, tendo também em vista as relações econômicas. Diniz apresenta, inclusive, como um ponto significativo a ser considerado, a aquiescência da Argentina – rival brasileira na candidatura ao assento permanente do CSNU, em ser comandada pelo Brasil na MINUSTAH. Isso representaria uma clara vinculação à participação na MINUSTAH também tendo em vista interesses econômicos. Ainda que os ganhos não sejam diretos, há a perspectiva de se ter maiores ganhos econômicos indiretos, futuramente, com seus vizinhos, ao se legitimar o novo papel de líder regional proposto pelo país, através da intervenção no Haiti.

A inconsistência, portanto, fica mesmo a cargo da tipologia de PKO que é a MINUSTAH. Conforme já explicado, o Brasil a categoriza como missão de manutenção da paz, *ainda que a resolução que a criou cite diretamente o Capítulo VII*. Segundo Diniz, além da menção direta ao capítulo que justifica seu caráter coercitivo, há também outros fatores, como a declaração do ex-presidente Jean Bertrand Aristide que ele teria sido deposto, ações armadas atribuídas a seus simpatizantes que feriram inclusive capacetes azuis, e a incapacidade do governo de Gerard Latortue de conter a violência. Esses seriam indícios fortes que a MINUSTAH não é uma missão de manutenção da paz, e sim de imposição da paz. Não aceitar participar dela, contudo, seria desperdiçar

as chances já previamente expostas da candidatura ao CSNU e de legitimação da liderança regional (DINIZ, 2005, pp. 100-101).

Ainda que procure, politicamente, justificar a participação e liderança no HAITI a questões de subdesenvolvimento e combate à pobreza, como razões do conflito, as autoridades brasileiras se esquivam de ligar a participação a qualquer tipo de benefício direto. Ainda assim, precisam empreender enorme esforço para diferenciar o voto em favor da resolução 1.542 da abstenção, em 31 de julho de 1994, à resolução 920, para o mesmo Haiti, sob a alegação que ela deveria ser baseada no Capítulo VI, e não no VII.

Justificativas próprias e evasões à parte, o Brasil votou a favor, aceitou participar e a comandar a MINUSTAH, uma PKO que atua sob o Capítulo VII da Carta da ONU, e que pode ser categorizada como uma missão de imposição da paz, pela tipologia sugerida por Boutros-Ghali em *Uma Agenda Para a Paz*, como operação diante de beligerantes numa guerra civil, pela tipologia de Proença Jr. (2002) ou como operação mais complexa dentro dos Estados, segundo Howard (2008). Segundo Diniz, “teriam sido abandonados — ou, pelo menos, relativizados — princípios tradicionais da atuação diplomática brasileira, em nome de um pragmatismo político imediato e de um pragmatismo comercial indireto. Desse ponto de vista, a participação e liderança brasileira na MINUSTAH podem abrir um importante e significativo precedente para a diplomacia brasileira. Pode ser que se esteja diante de uma inflexão adicional da política externa brasileira” (DINIZ, 2005, p. 102).

4 – O ENGAJAMENTO DO BRASIL NAS PKO DA ONU

Nesse Capítulo, será feita a análise da participação do Brasil, quantitativamente, nas PKO em que ele participou de janeiro de 2001 a outubro de 2009. Fazem-se necessárias, então, algumas explicações.

Em primeiro lugar, optamos por analisar a contribuição individual dos Estados para cada PKO ao invés de simplesmente ver se o Estado esteve presente ou não em uma PKO, e a razão é muito simples. Ao se observar simplesmente a presença em uma PKO, a análise do nível de engajamento do Estado em PKO fica comprometida. Um Estado A pode, muito bem, participar de dez PKO e mandar apenas uma pessoa para cada uma delas, totalizando um dispêndio de dez cidadãos seus apenas. Por outro lado, um Estado B pode participar de apenas uma missão de paz, mas enviar para ela mil soldados. Nesse sentido, podemos analisar o grau de engajamento de um Estado de um outro ponto de vista. No exemplo dado, segundo o ponto de vista da *intensidade do engajamento*, e não apenas da frequência, poder-se-ia dizer que o Estado B se engajaria mais em PKO do que o Estado A. Logo, além de analisarmos a quantidade de PKO em que o Brasil se engajou nos anos selecionados, analisaremos, também, o seu engajamento efetivo, ao vermos com o que exatamente os brasileiros contribuíram para cada missão.

Para facilitar a exposição e análise dos dados, apresentaremos o envolvimento do Brasil em cada PKO através de gráficos, onde os dados relativos à sua participação serão mostrados em termos percentuais. Serão mostrados não apenas os números do Brasil, mas também os percentuais de participação daquele Estado, ou Estados, que mais contribuíram no total da PKO, somando-se os números de tropas, policiais e observadores militares. Em seguida, serão mostrados também os números comparados dos percentuais de participação das tropas, dos policiais e dos observadores militares, em separado, sempre que possível. Como o objetivo é apresentar o grau de envolvimento do Brasil em comparação com os outros participantes, quando não houver presença brasileira de algum tipo, tanto de tropas, policiais ou observadores militares, não faremos um gráfico, pois os números são nulos. Em outros casos, esses gráficos não serão apresentados, simplesmente porque a própria PKO não apresenta algum desses tipos de envolvimento.

O recorte temporal, de janeiro de 2001 a outubro de 2009, é devido a não haver dados disponíveis¹²⁴ no grau de detalhamento adequado, tanto antes quanto depois dessas datas. Nossa fonte foi a página de Contribuintes de Tropas e Polícia¹²⁵ da página de missões de paz¹²⁶ do site da ONU. Nos dados sobre número de contribuições para PKO da ONU, não há menção a civis, nem mesmo nos observadores. Todos os observadores mencionados nesse trabalho, portanto, são observadores militares. Logo, a nossa análise do engajamento do Brasil será em termos de contribuições de militares e policiais – ainda que na função de observadores. Nos gráficos e nas discussões sobre os observadores, então, estaremos tratando apenas dos observadores militares.

Para a feitura dos gráficos e possibilidade da análise dos dados, foi necessária a construção de uma base de dados que, até onde é de nosso conhecimento, é original. Todos os dados com os números de tropas, policiais e observadores militares de cada Estado para cada PKO, em cada mês, estão disponíveis na ONU em arquivos *pdf* de texto ou em tabelas do Word, não sendo, portanto, compatíveis com uma análise pelo *Microsoft Excel*. Transferidos os dados para uma planilha do *Excel*, calculamos, para aquelas PKO em que o Brasil participou, os totais absolutos, mês a mês, dos seguintes dados:

- total de tropas da PKO;
- total de policiais da PKO;
- total de observadores militares da PKO;
- total absoluto da PKO;
- total de tropas do(s) maior(es) contribuinte(s) da PKO;
- total de policiais do(s) maior(es) contribuinte(s) da PKO;
- total de observadores militares do(s) maior(es) contribuinte(s) da PKO;
- total absoluto do(s) maior(es) contribuintes da PKO;
- total de tropas do Brasil na PKO;
- total de policiais do Brasil na PKO;
- total de observadores do Brasil na PKO;
- total absoluto do Brasil na PKO;

¹²⁴ A última consulta ao site da ONU foi feita em 15 de dezembro de 2009.

¹²⁵ *Troop and Police Contributors*.

¹²⁶ <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/>

- total de tropas dos outros contribuintes da PKO;
- total de policiais dos outros contribuintes da PKO;
- total de observadores militares dos outros contribuintes da PKO;
- total absoluto dos outros contribuintes da PKO.

Em seguida, calculou-se o percentual, mês a mês, dos mesmos dados, a fim de facilitar a sua exposição em gráficos e análise comparativa.

Antes de prosseguir com a análise, é necessário fazer uma divisão das PKO em categorias, a partir do tamanho de seus efetivos. Não se propõe aqui uma nova tipologia de PKO, mas simplesmente mostrar o padrão de engajamento do Brasil em missões de paz. Logo, a tabela 4.1 mostra essa divisão. A separação foi feita, sem grandes parâmetros, seguindo certa proximidade entre grupos de números, em três categorias de PKO: Pequena, Média e Grande. O critério foi: posicionadas em ordem crescente de número de integrantes, cada vez que o dobro da PKO anterior dava um valor mais baixo que o da PKO analisada, essa era alçada a uma categoria superior¹²⁷. Para tanto, foi considerado o número total máximo de integrantes de cada PKO. Isso contribuirá para a análise de em que tipo de PKO o Brasil se engajou com maior ou menor força.

Um outro ponto importante a ser explicado é a inclusão da UNMA na lista de PKO. Aparentemente, nem a ONU e nem o Itamaraty consideram a UNMA uma missão de paz, pois, nem na lista oficial da ONU de PKO¹²⁸ e nem na documentação obtida junto ao Ministério das Relações Exteriores, a UNMA consta como PKO. Contudo, estranhamente, na já mencionada seção do site da ONU de Contribuintes de Tropas e Policiais para PKO, não só aparece a UNMA como também os países que contribuíram para ela durante os seus seis meses de funcionamento. Logo, nesse universo amplo e abrangente que são as PKO da ONU, optamos pela inclusão da UNMA como operação de paz para o nosso estudo.

¹²⁷ A única exceção foi a UNOTIL. Segundo o critério, o dobro da PKO anterior, UNMOP, dava 54. Logo, a UNOTIL, com 73, deveria ser elevada a outra categoria. Contudo, trata-se ainda de um número bastante reduzido, em especial quando se leva em consideração as outras PKO analisadas. Logo, a UNOTIL foi categorizada como PKO Pequena, deixando, também, a MINUCI, essa com um total máximo de 75, na mesma categoria.

¹²⁸ <http://www.un.org/en/peacekeeping/list.shtml>

TABELA 4.1 – CLASSIFICAÇÃO DAS PKO COM PRESENÇA DO BRASIL POR TAMANHO DA MISSÃO

PKO	Número máximo de integrantes	Pequena	Média	Grande
UNMA	8	X		
MINUGUA	15	X		
UNMOP	27	X		
UNOTIL	73	X		
MINUCI	75	X		
UNMIN	162		X	
MINURSO	266		X	
UNFICYP	1395			X
UNMIT	1674			X
MINURCAT	3043			X
UNMEE	4209			X
UNMIK	4769			X
UNMISSET	6307			X
UNOCI	9241			X
MINUSTAH	9295			X
UNTAET	9614			X
UNMIS	10284			X
UNMIL	16112			X

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

Passemos, então, à análise desses dados.

4.1 – Apresentação e Análise de Dados

4.1.1 - UNMOP¹²⁹

Na categorização das PKO que sugerimos, a UNMOP é uma missão Pequena, uma vez que seu número máximo de integrantes foi de 27 pessoas. Composta unicamente por observadores militares, foi estabelecida em 1996 e durou até 2002. Tratou-se da fiscalização de uma zona desmilitarizada de Prevlaka, parte da então Iugoslávia¹³⁰, na fronteira com a Croácia. Totalmente fora da região prioritária da PEB, a UNMOP contou, desde o início do período estudado, em janeiro de 2001, até o final da missão, em novembro de 2002, com a participação do Brasil.

¹²⁹ United Nations Mission of Observers in Prevlaka.

¹³⁰ A região hoje faz parte de Montenegro.

Por ser uma PKO Pequena, a UNMOP não chegou a ter um Estado que se sobressaísse na contribuição de observadores militares. O número máximo de contribuição por Estado foi de dois observadores, e seis Estados o fizeram: Argentina, Brasil, Indonésia, Irlanda, Nova Zelândia e Ucrânia. O percentual relativo de cada um desses Estados, portanto, não se alterou significativamente ao longo do período, ficando em torno de 4% quando a delegação era de apenas um observador militar e em torno de 8% quando era de dois observadores. Entre janeiro e novembro de 2001, o Brasil, com um integrante, ficou em cerca de 4%, e, entre dezembro de 2001 e o final da missão, os brasileiros representavam 8%, tendo dois representantes em sua delegação, conforme mostra o gráfico 4.1.

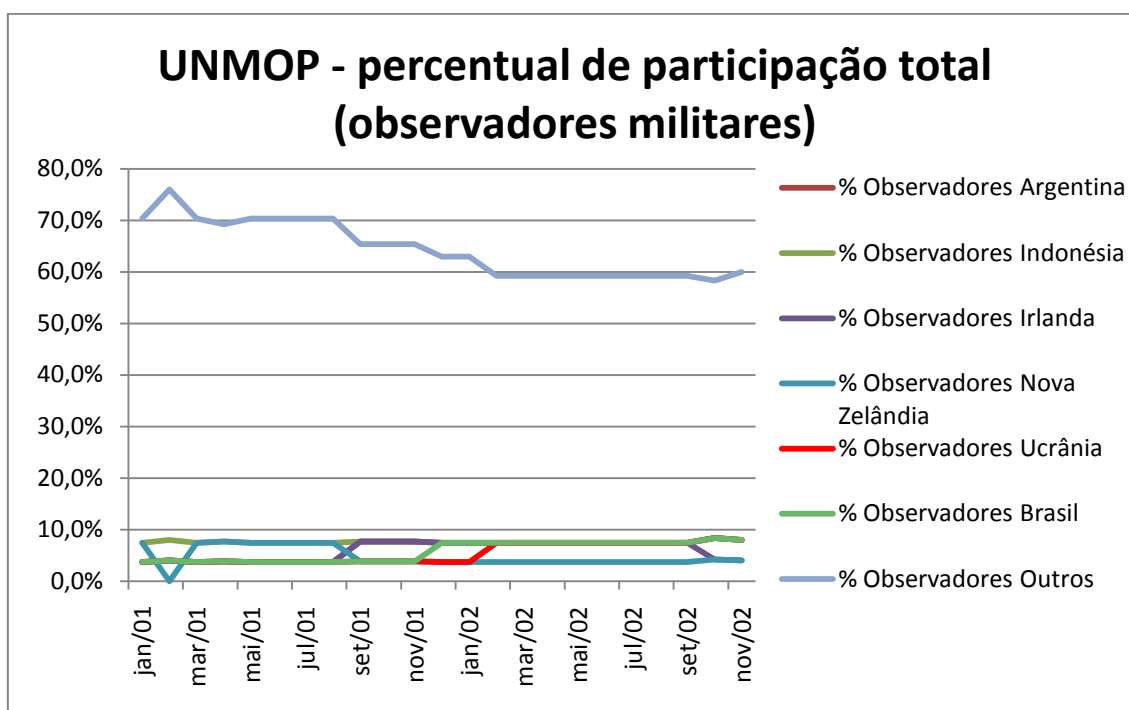


Gráfico 4.1: UNMOP – percentual de participação total (observadores militares).

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

4.1.2 - UNTAET¹³¹

Estabelecida em outubro de 1999, a UNTAET, uma PKO do tipo Grande, operou no território do Timor Leste nos momentos prévios à sua independência, e não apenas foi uma missão de manutenção da paz, como também tinha características

¹³¹ United Nations Transitional Administration in East Timor.

multidimensionais, ao exercer funções administrativas. Liderada pela Austrália, no período analisado, contou com a participação do Brasil durante todo o tempo. É de extrema relevância se notar que o papel do Brasil foi importante para o estabelecimento dessa PKO, fazendo grande pressão internacional para seu estabelecimento¹³². Quando do seu estabelecimento, contudo, a participação do Estado foi bem aquém àquela esperada pela comunidade internacional, principalmente pelo fato do Timor Leste, sendo uma região lusófona, fazer parte, em princípio, da região prioritária brasileira em sua política externa.

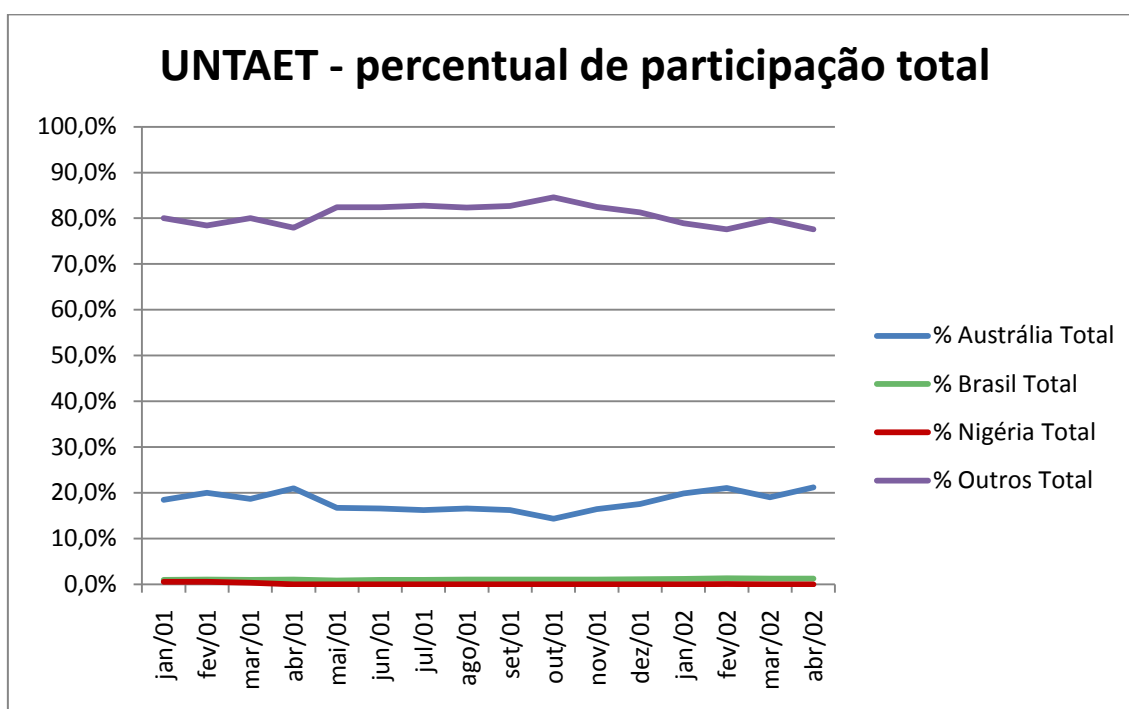


Gráfico 4.2: UNTAET – percentual de participação total.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

O gráfico 4.2 mostra a participação total dos Estados na UNTAET, somando-se observadores militares, tropas e policiais. A Austrália, maior contribuinte da PKO, chegou a picos de 21% do total, nos meses de abril de 2001 e fevereiro de 2002. A participação do Brasil nos mesmos meses, contudo, ficou em 1,1% e 1,3%, respectivamente. No geral, os números brasileiros não fugiram muito da casa do 1%, tendo atingido o seu máximo proporcional justamente nos meses de fevereiro e março de 2002, com seus 1,3%, antes de atingir sua menor participação, com 0,1% em abril de

¹³² Ver Capítulo 2.

2002, mês derradeiro da missão. Para que se tenha idéia da participação brasileira, basta se analisar os números da Nigéria, Estado que contribuiu com menos integrantes. Entre abril de 2001 e fevereiro de 2002, a Nigéria, que contribuiu apenas com policiais, tinha apenas dois integrantes em sua delegação, o que representava algo em torno de 0,2% da missão.

Quando se analisa a contribuição de tropas, gráfico 4.3, vê-se que os números brasileiros continuaram em cerca de 1%, e os australianos perto dos 20%. O percentual máximo da Austrália foi de 24,3% no último mês da UNTAET, abril de 2002, quando o Brasil tinha 1,1% das tropas da missão. O percentual máximo registrado do Brasil foi de 1,2%, nos dois meses anteriores, fevereiro e março de 2002.

O percentual de policiais pode ser visto no gráfico 4.4, e traz uma situação interessante. O Estado que menos contribuiu no período, a Nigéria, chega a ficar à frente do Brasil durante três meses. Em janeiro, fevereiro e março de 2001, a Nigéria teve, respectivamente, 3,5%, 3,5% e 2,2% do total dos policiais, enquanto o Brasil se manteve com 0,4%. Os números brasileiros subiriam mediocrementemente nos meses seguintes, chegando a onze integrantes, o que representou 0,9% do total de policiais nos três últimos meses da UNTAET. Em momento algum o Brasil teve mais de 1%.

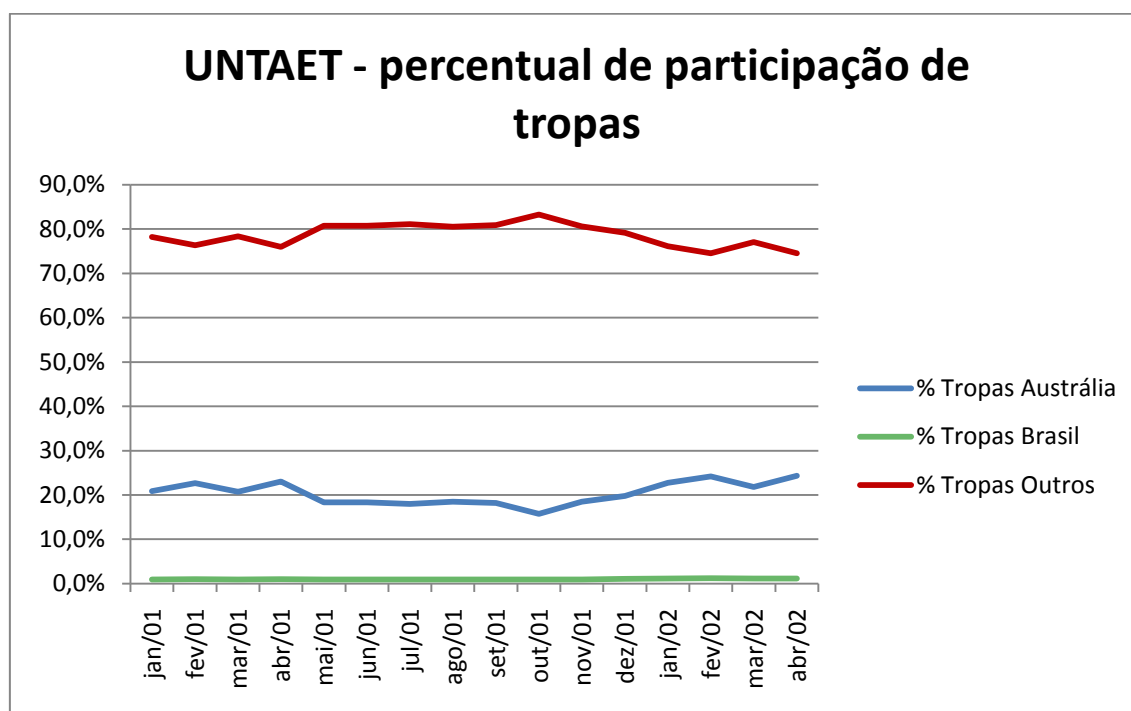


Gráfico 4.3: UNTAET – percentual de participação de tropas

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

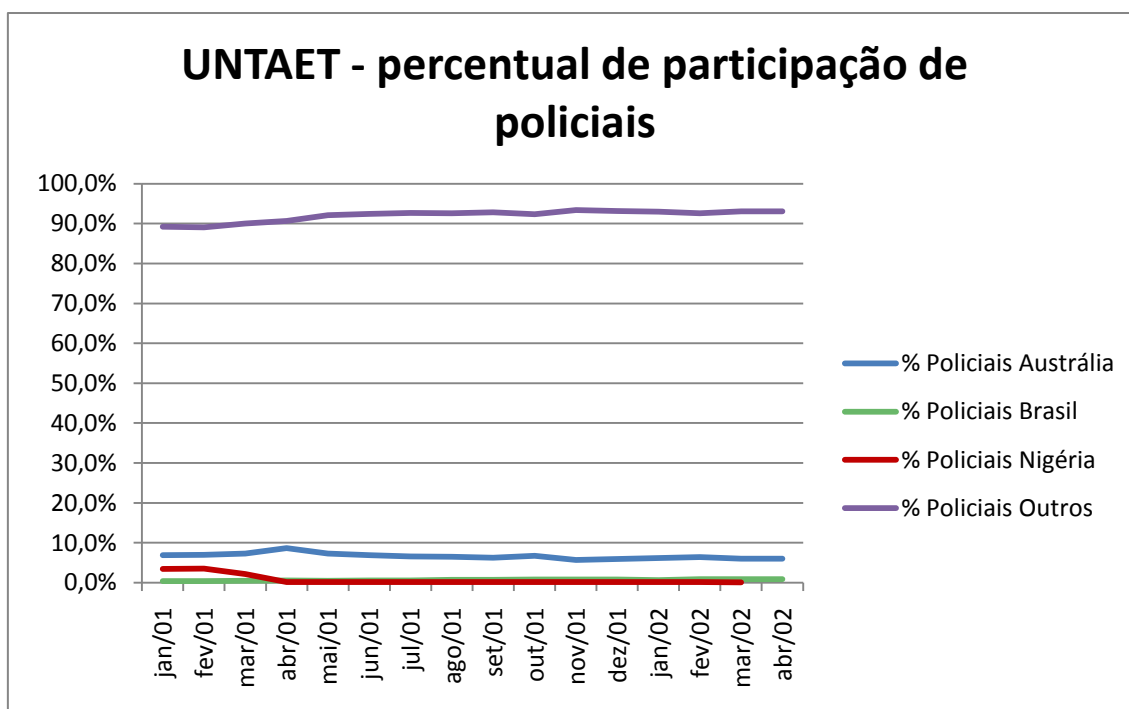


Gráfico 4.4: UNTAET – percentual de participação de policiais
 Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission.*
 January 2001 / October 2009.

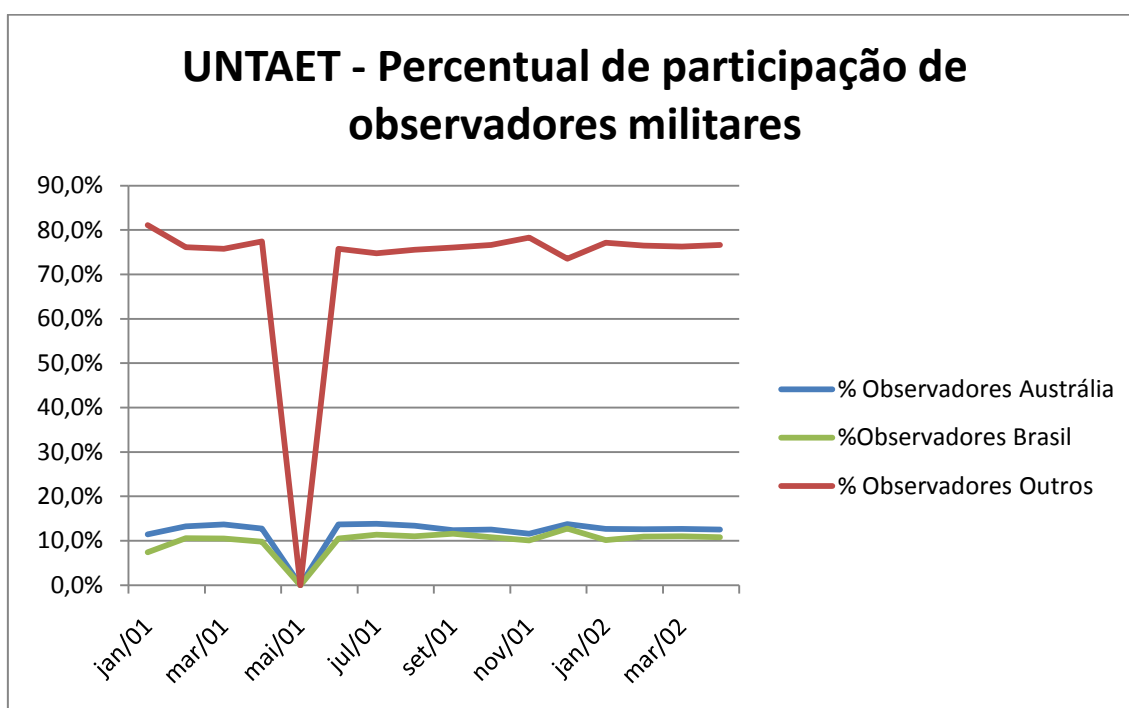


Gráfico 4.5: UNTAET – Percentual de participação de observadores militares
 Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission.*
 January 2001 / October 2009.

O gráfico 4.5, que representa a participação de observadores militares na UNTAET, merece uma observação à parte. Nos dados disponíveis para acesso no site da ONU, não consta a presença de nenhum observador militar no mês de maio de 2001. Como há um número significativo tanto no mês anterior quanto no posterior, com 133 e 124 observadores, respectivamente, preferi desconsiderar esse mês para a análise, uma vez que, muito provavelmente, trata-se de um erro no lançamento de dado por parte das Nações Unidas. Ignorado o mês de maio de 2001, portanto, vemos um dado interessante. O número de observadores militares do Brasil é bastante próximo do número australiano. A maior diferença entre os dois foi de 4,1%, em janeiro de 2001. Nesse mês, o Brasil tinha 7,4% dos observadores militares da UNTAET, enquanto a Austrália tinha 11,5%. A menor diferença foi de apenas 0,8%, e foi observada no marcante mês de setembro de 2001. Na ocasião, os números eram 11,6% de observadores militares brasileiros e 12,4% australianos.

4.1.3 – MINUGUA¹³³

Estabelecida em 1994, a MINUGUA operou na Guatemala, Estado da região do Brasil – logo, de prioridade em sua política externa. Foi uma missão Pequena, com um total máximo de 15 integrantes – pelo menos durante o período selecionado para estudo. Era composta de observadores militares e policiais, sem tropas¹³⁴. Durante o período em que participou, o Brasil cedeu um policial. Sua participação termina em setembro de 2002, ainda que a PKO tenha persistido até novembro de 2004.

¹³³ *Misión de Verificación de las Naciones Unidas de Guatemala.*

¹³⁴ Entre março e maio de 1997, a missão contou com a presença de tropas de *peacekeepers*, a fim de auxiliar os observadores de direitos humanos já presentes no Estado. Após esse período, a PKO voltou a ser apenas de verificação do cessar-fogo da guerra civil.

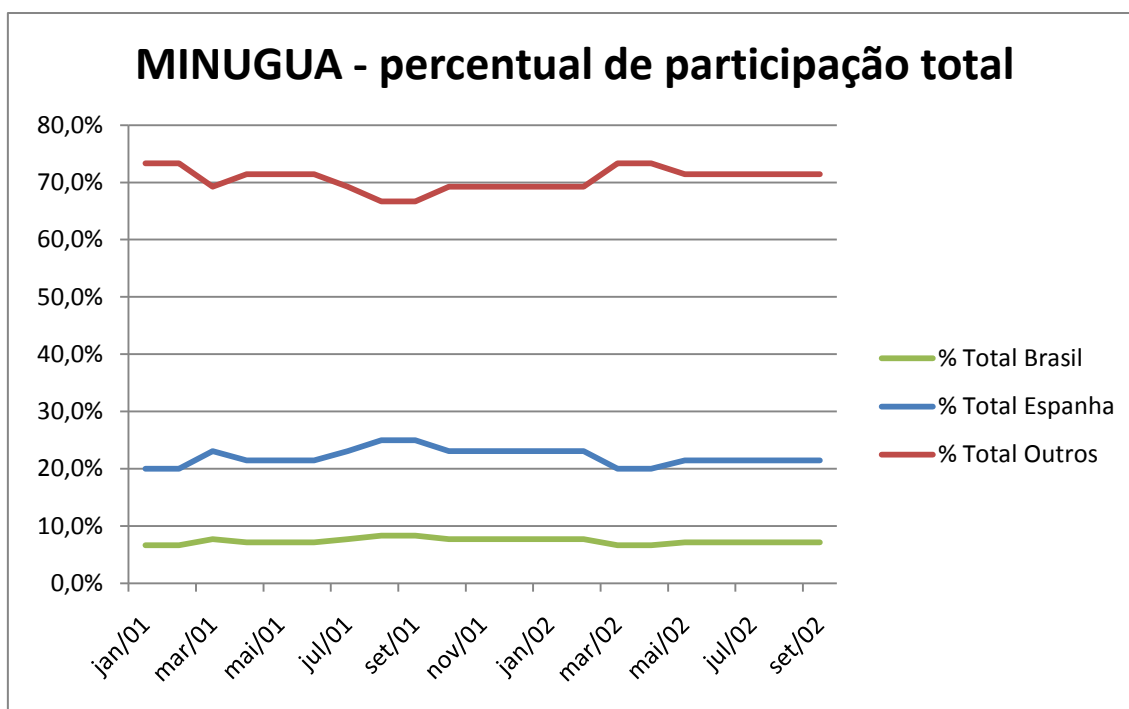


Gráfico 4.6: MINUGUA – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

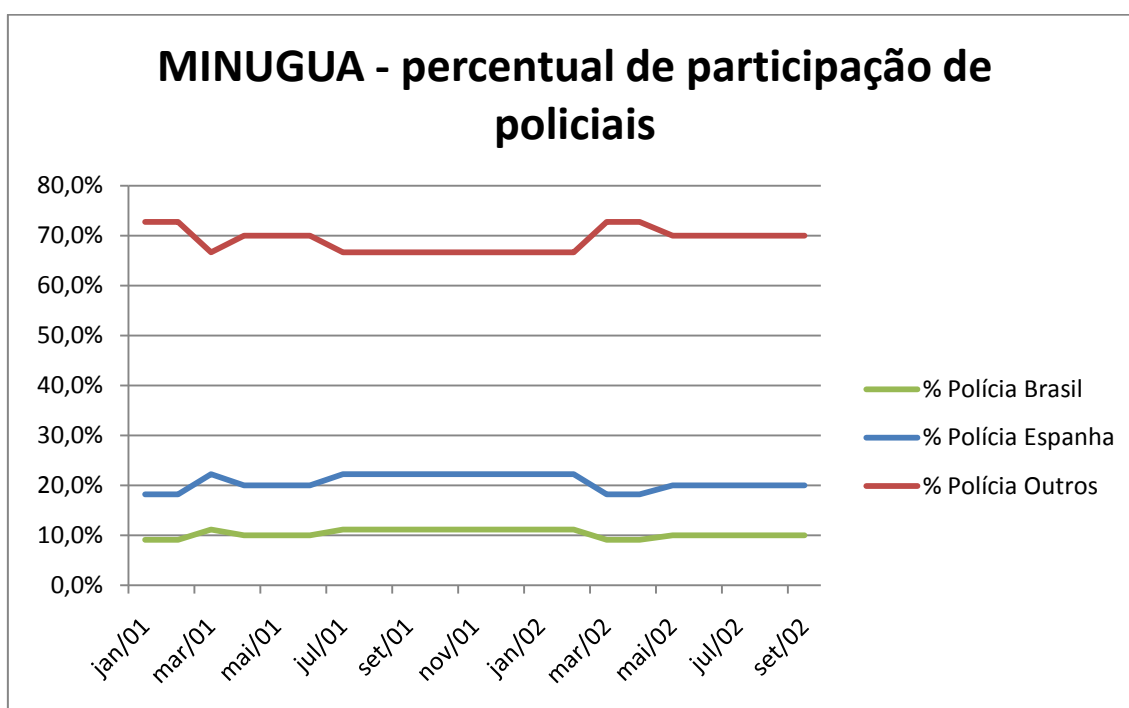


Gráfico 4.7: MINUGUA – percentual de participação de policiais.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

O gráfico 4.6 mostra a participação total, incluindo observadores militares e policiais, entre janeiro de 2001 e setembro de 2002, período em que o Brasil esteve presente. O único integrante brasileiro, um policial, representou cerca de 7% a 8% do total da PKO, dependendo do mês. O Estado que mais contribuiu foi a Espanha, chegando a 25% do total em agosto e setembro de 2001, com três representantes. Esse número foi constante durante todo o período. Quando se analisa o percentual do único representante brasileiro entre o efetivo de polícias, gráfico 4.7, o número sobe um pouco, para cerca de 10%, chegando a 11,1% entre julho de 2001 e fevereiro de 2002. Em comparação, a Espanha, Estado que mais contribuiu, tinha o dobro da representação brasileira, em todos os momentos, com dois policiais, mantendo uma média próxima aos 20% do total de policiais. Ainda que a MINUGUA tivesse também observadores militares, esse número era reduzido – cerca de apenas quatro indivíduos ao todo. O grosso da missão era mesmo de efetivo policial.

4.1.4 – UNMISSET¹³⁵

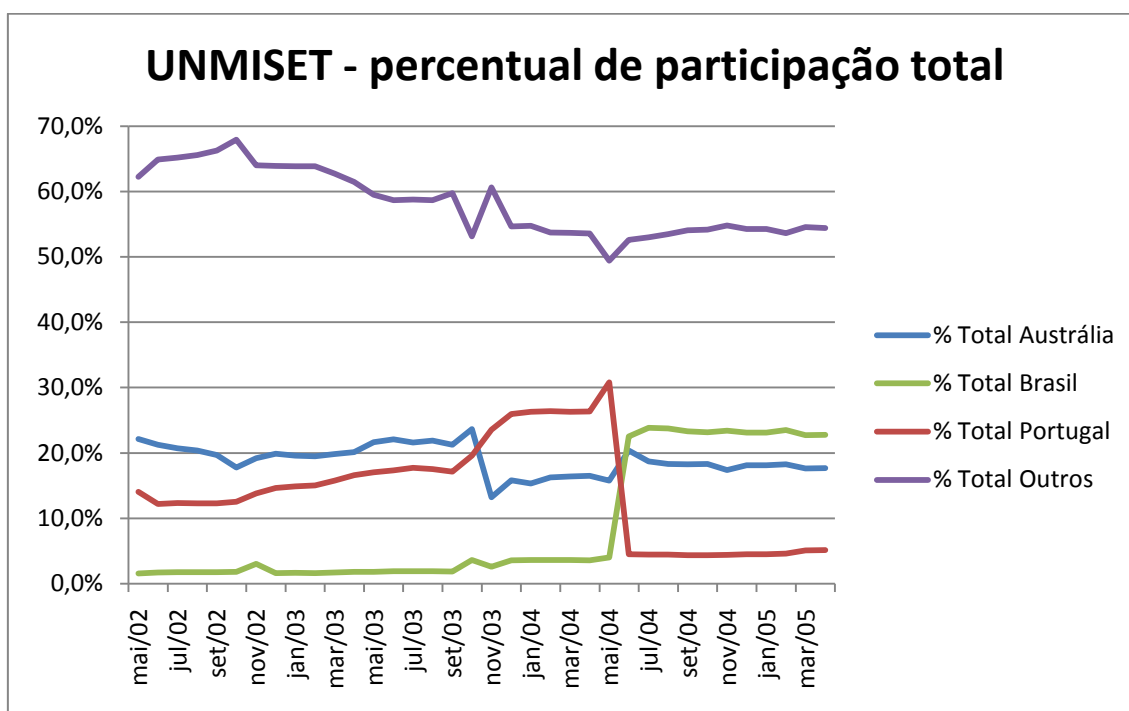


Gráfico 4.8: UNMISSET – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

¹³⁵ United Nations Mission of Support to East Timor.

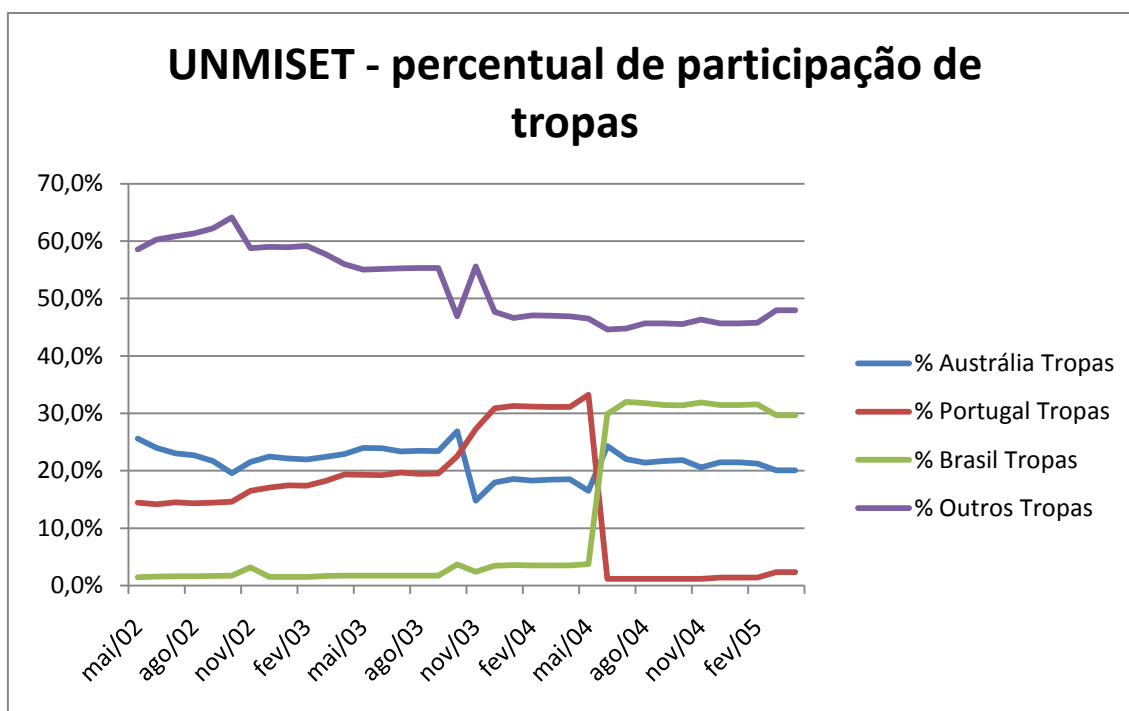


Gráfico 4.9: UNMISET – percentual de participação de tropas.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

A UNMISET é a segunda PKO a ser estabelecida no Timor Leste, e entrou em vigor imediatamente após o mandato da UNTAET ser encerrado, no mesmo dia em que o Timor Leste se tornou oficialmente independente da Indonésia: 20 de maio de 2002. Uma missão de paz Grande, contou tanto com tropas quanto com observadores militares e policiais. É um ótimo exemplo de missão de paz multidimensional, e esteve operativa por um período de três anos, até 20 de maio de 2005. O Brasil esteve presente durante toda a PKO.

O gráfico 4.8 mostra o percentual de participação total da UNMISET. Logo de cara, vemos um fenômeno interessante: três Estados, em momentos diferentes, cumprem a posição de principal contribuinte. Austrália, que já havia sido a principal contribuinte da UNTAET, Portugal, antiga metrópole colonial da região, e o Brasil, que tem Timor Leste dentro de sua área prioritária de política externa por ser um Estado lusófono. No gráfico 4.8, podemos ver que, entre maio de 2002 a outubro de 2003, a Austrália foi o Estado que, no geral, mais contribuiu para a UNMISET. Seu menor percentual no período foi de 17,8%, em outubro de 2002. Nesse mesmo mês, Portugal tinha 12,5% e o Brasil apenas 1,8% do total da PKO. Em outubro de 2003, último mês sob Austrália

como maior contribuinte, esse Estado tinha 23,7% do total, numa leve alta, em comparação com os meses anteriores; no mês anterior, o número era 21,9%. Portugal e Brasil também tiveram leves altas nesse mês. Portugal passa de 17,1% em setembro de 2003 para 19,6% no mês seguinte. No mesmo período, o Brasil sai de 1,9% e passa para 3,6%.

O mês seguinte, contudo, é ainda mais significativo. Devido a uma redução de mais da metade de seu contingente, passando de 822 pessoas em outubro de 2003 para 384 em novembro do mesmo ano, os percentuais se alteram significativamente. Portugal se torna o principal Estado contribuinte, com 23,5%, a Austrália passa para um total de 13,2%, e o Brasil fica com 2,6% do total. Os percentuais, então, ficam relativamente estáveis nos meses seguintes, exceto por uma alta de Portugal em maio de 2004, com 30,8% do total. Esse, contudo, seria o último mês com Portugal na ponta. Junho de 2004 mostra uma nova reviravolta nos dados. Enquanto Portugal segue a mesma linha da Austrália, cortando significativamente seus efetivos, o Brasil segue o caminho inverso: mais que dobra as suas tropas. A diferença em números absolutos, em maio e junho de 2004, foi: a Austrália passa de 274 pessoas para 122, Portugal passa de 535 para 27 e o Brasil sai de 70 e vai para 135 pessoas. Logo, com a diminuição dos outros e a duplicação do número brasileiro, o Brasil passa a ocupar a liderança dos contribuintes da UNMISSET, e assim permanece até o final. Logo, de junho de 2004 a abril de 2005, os percentuais ficam os seguintes: Brasil na casa dos 23%, Austrália acima dos 18% e Portugal acima dos 4%. Logo, a contribuição brasileira só passa a ter valores proporcionais significativos ao fim da missão, quando os números totais estavam em cerca de 600 pessoas, bem longe dos mais de 6000 do começo da missão.

Pelo gráfico 4.9, vemos o percentual de participação de tropas da UNMISSET. O desenho não é muito diferente do observado no gráfico 4.8, dos totais. Em seus momentos máximos, a Austrália chegou a ter 26,9% das tropas em outubro de 2003, Portugal bateu os 33,2% em maio de 2004 e o Brasil, no período final, chegou a 32% em julho de 2004. É importante lembrar que, mês a mês, houve uma diminuição considerável nos totais da UNMISSET. Um outro ponto importante de ser notado no gráfico 4.9 é que, após dezembro de 2003, a junção das tropas do Brasil, de Portugal e da Austrália representavam mais que 50% do total.

Já o gráfico 4.10 é diferente dos outros dois. Os três Estados ficam abaixo dos 14% de participação. No período inicial, e até novembro de 2003, há uma preponderância da Austrália, que chega, nesse período, a um máximo de 10,6% do total em agosto de 2003. Portugal se mantém entre 1,5% e 6,3% até abril de 2004. No mês seguinte, sua participação relativa passa para 14% do total. A partir daí, e até o final, Portugal e Austrália seguem empatados, oscilando por volta dos 12%. Já o Brasil, mesmo estando os números de policiais diminuindo progressivamente, não teve grandes variações. Sua contribuição percentual máxima foi em julho e agosto de 2004, quando teve 3,6% de policiais. A menor foi em maio de 2003, com 0,4% do total.

No gráfico 4.11, podemos ver os observadores militares da UNMISSET. Os números aqui estão menos distantes quando se trata de Austrália e Brasil, e mais distantes no caso de Portugal. Entre maio de 2002 e fevereiro de 2003, vemos a Austrália em primeiro, com algo próximo a 13% do total – à exceção de setembro de 2002, que o Estado obteve um pico, isolado, de 18% de contribuição com observadores militares. O Brasil, no período, oscilou próximo aos 10%. A partir de abril de 2003, o Brasil começa a aumentar relativamente a sua participação, e, já nesse mês, passa a Austrália, ficando com 11,1%, enquanto os australianos levam 10,6% dos observadores. A partir daí, o Brasil vai crescendo minimamente sua participação relativa, chegando a 14,3% em maio de 2004. Nesse mês, a Austrália tinha 5% e Portugal 3,3%. Até então, Portugal havia ficado apenas na casa do 1%. No mês seguinte, tanto devido a um crescimento português quanto a uma diminuição brasileira, os dois Estados empatam em 9,5% de observadores. A partir de junho de 2004, Portugal passa a ser o maior contribuinte de observadores militares, e permanece assim até o final. Portugal, então, fica em algo próximo de 11,5%, o Brasil em torno dos 9% e a Austrália com 7%.

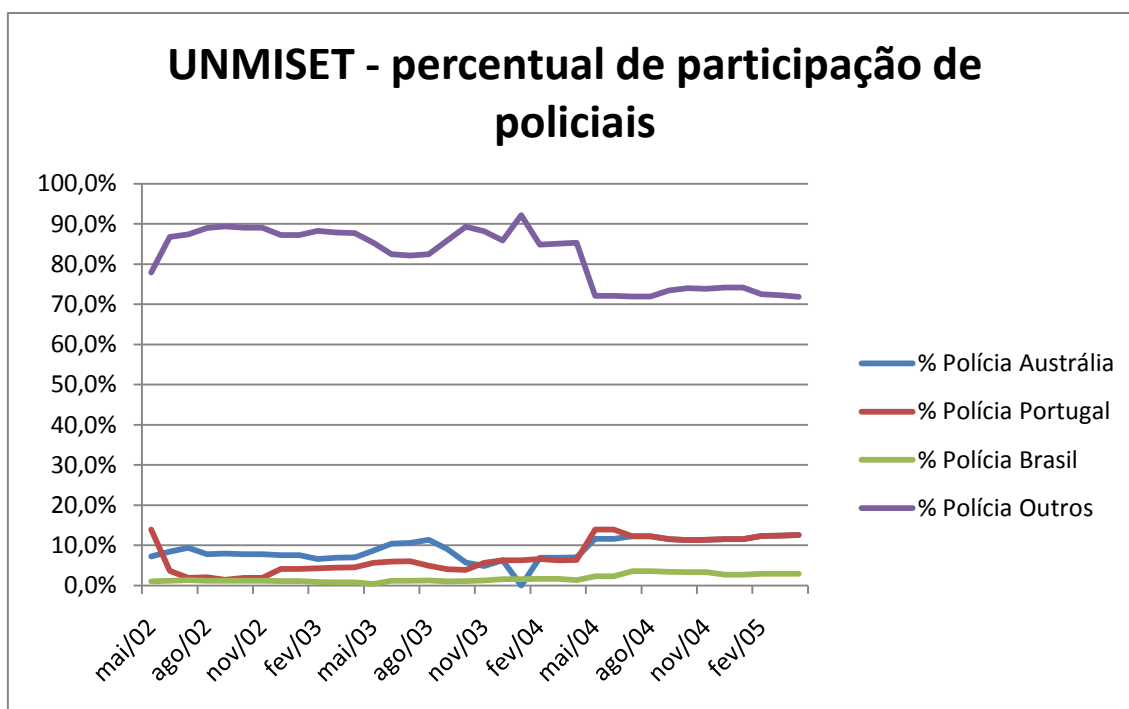


Gráfico 4.10: UNMISSET – percentual de participação de policiais.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

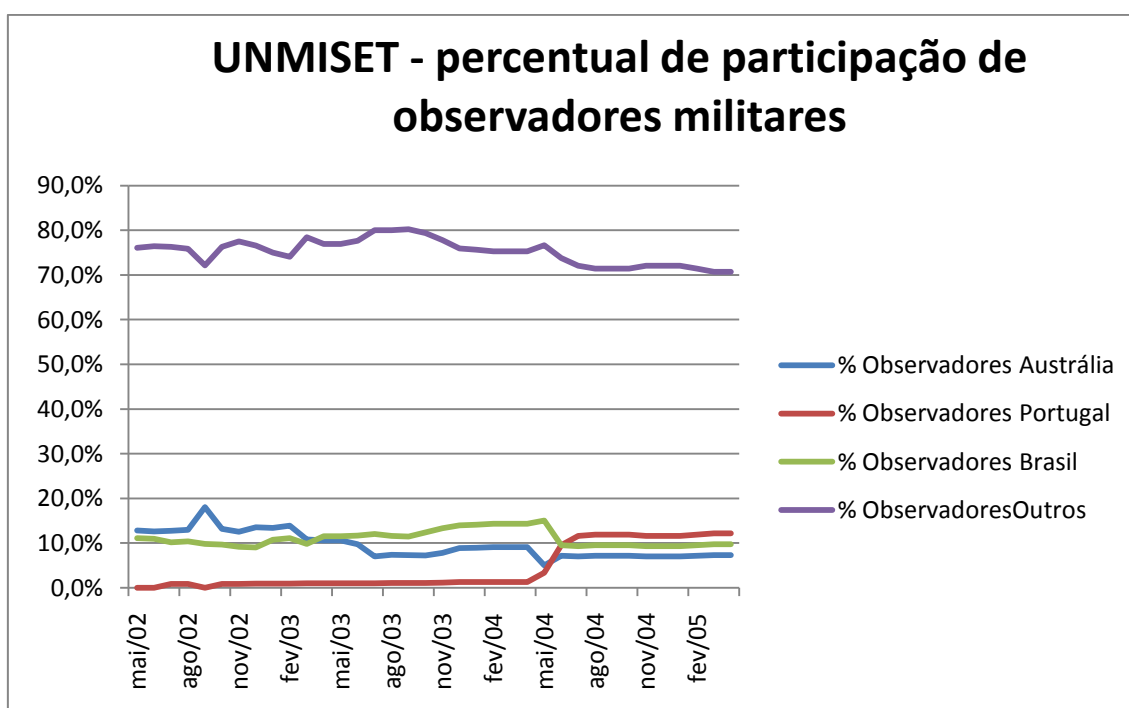


Gráfico 4.11: UNMISSET – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

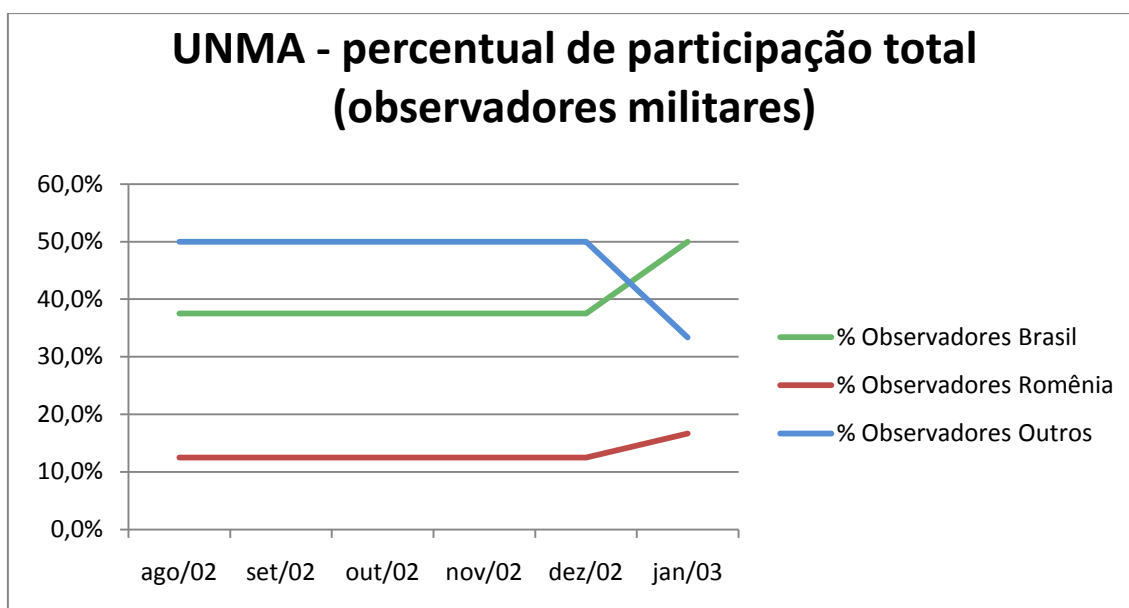
4.1.5 – UNMA¹³⁶

Gráfico 4.12: UNMA – percentual de participação total (observadores militares).

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

A UNMA foi uma PKO Pequena, de no máximo oito integrantes, e de curta duração. Por seis meses, ela operou em Angola, dando seqüência à UNOA. Foi composta exclusivamente por observadores militares. Angola, por ser um Estado africano de língua portuguesa, está na chamada região prioritária da PEB. Logo, ao vermos que o Brasil é seu maior contribuinte, com três observadores militares, vemos certa congruência com a política externa brasileira. O Estado que menos contribuiu para a UNMA foi a Romênia, com apenas um observador. O percentual, então, conforme mostra o gráfico 4.12, fica bastante favorável ao Brasil, ficando nos 37,5% na maioria do período e atingindo 50% no último mês, em janeiro de 2003, quando o total de integrantes era de seis observadores, e não mais oito. Já a Romênia ficou com 12,5% nos cinco primeiros meses, e terminou a missão com 16,7% do total. Ainda que seja em uma missão extremamente reduzida, o percentual de engajamento do Brasil é o mais alto até agora.

¹³⁶ *United Nations Mission in Angola.*

4.1.6 – MINUCI¹³⁷

Feita na Costa do Marfim, fora, portanto, do eixo prioritário do Brasil, a MINUCI foi uma missão Pequena. Seu máximo, em fevereiro de 2004, foi de 75 observadores militares, não tendo nenhum policial ou tropa. Funcionou de junho de 2003 a fevereiro de 2004. O Estado que mais contribuiu, no total, foi o Paraguai. Ainda assim, como números não muito expressivos. Seu maior valor foi de 12,7% em novembro de 2003, conforme podemos ver no gráfico 4.13. O menor valor do Paraguai foi em setembro de 2003, com 6,3% do total. O Brasil não contribuiu com a MINUCI até setembro de 2003. Em outubro do mesmo ano, o Brasil começa a participar da missão, e leva 8,1% do total dos observadores – o que representou, naquele mês, três pessoas. Foi o mesmo número que levou o Paraguai. Contudo, nos meses finais da PKO, o percentual paraguaio sobe, oscilando acima dos 11%, enquanto o brasileiro cai, ficando próximo aos 5% do total.

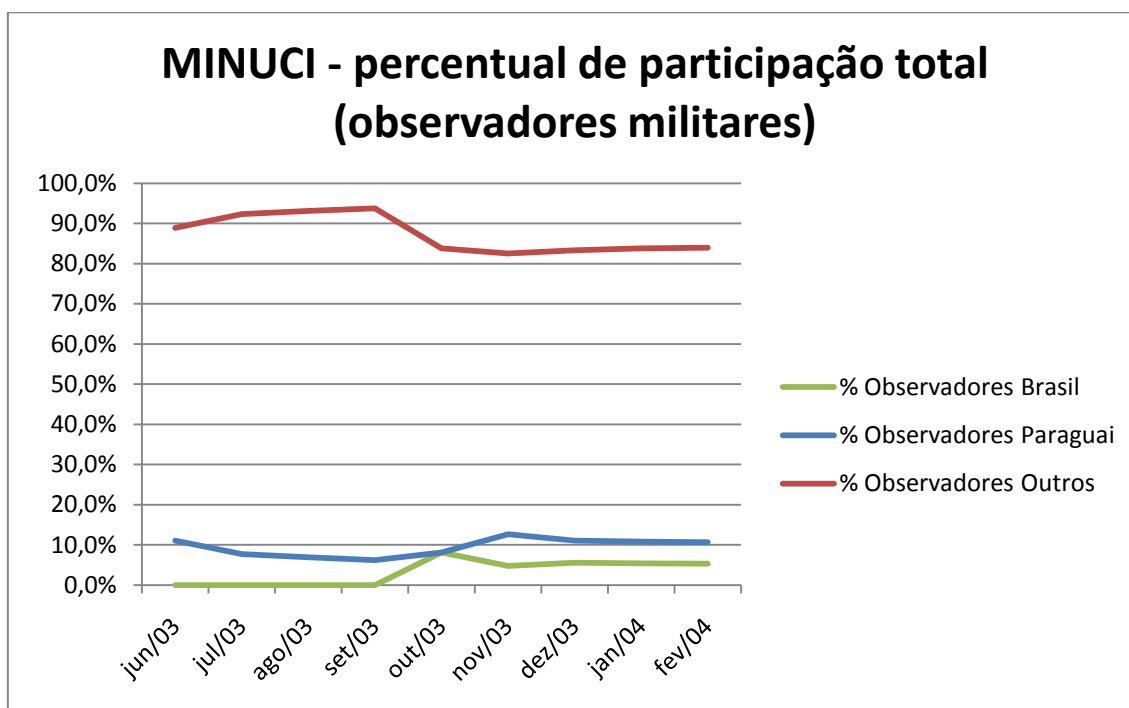


Gráfico 4.13: MINUCI – percentual de participação total (observadores militares).
 Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
 January 2001 / October 2009.

¹³⁷ Mission des Nations Unies en Côte d'Ivoire.

4.1.7 – UNMIL¹³⁸

Em operação na Libéria desde outubro de 2003, a UNMIL é uma missão de paz Grande, composta tanto por tropas quanto por policiais e observadores militares, se encaixando no perfil de missões de paz multidimensionais. É uma das maiores PKO da ONU, com um contingente que chegou a ultrapassar os 16 mil¹³⁹, e é a maior que o Brasil participou no período selecionado. A Libéria, pelo fato de estar localizada na África e não falar português, não está na região prioritária de atuação da PEB. Ainda assim, o Brasil se fez presente desde o seu estabelecimento. Contudo, com um contingente mínimo.

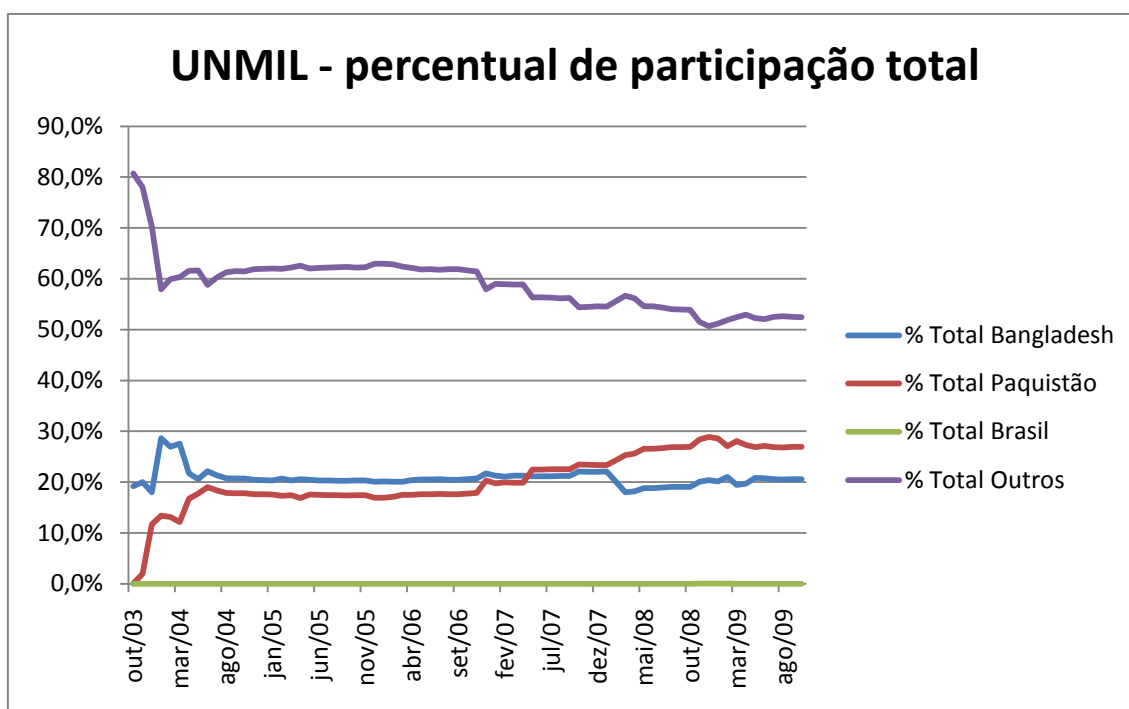


Gráfico 4.14: UNMIL – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

No gráfico 4.14, vemos os dois principais contribuintes da missão, Bangladesh e Paquistão. Entre outubro de 2003 e abril de 2007, vemos Bangladesh como o principal contribuinte da UNMIL, tendo atingido o seu máximo em janeiro de 2004 com 28,7% do total. No restante desse período, esteve, em geral, pouco acima dos 20%. A partir de dezembro de 2006, o Paquistão encosta em Bangladesh, e acaba por ultrapassá-lo em

¹³⁸ *United Nations Mission in Liberia*.

¹³⁹ Entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2006, quando a PKO atingiu seu ápice.

maio de 2007, quando os paquistaneses mandam 22,5% das tropas enquanto os bengaleses mandam 21,2%. A partir daí, o Paquistão continua crescendo e atinge o seu ápice de contribuição em dezembro de 2008, com 28,9% do total. Já a participação brasileira fica até difícil de ser visualizada no gráfico. Durante grande parte do período, entre dezembro de 2003 e junho de 2007, o Brasil tinha apenas 0,01% do total da missão. A maior contribuição brasileira, de quatro tropas, aconteceu em apenas um mês: dezembro de 2008, e representava 0,03% do total. No geral, a representação brasileira contou com um, dois ou três soldados apenas.

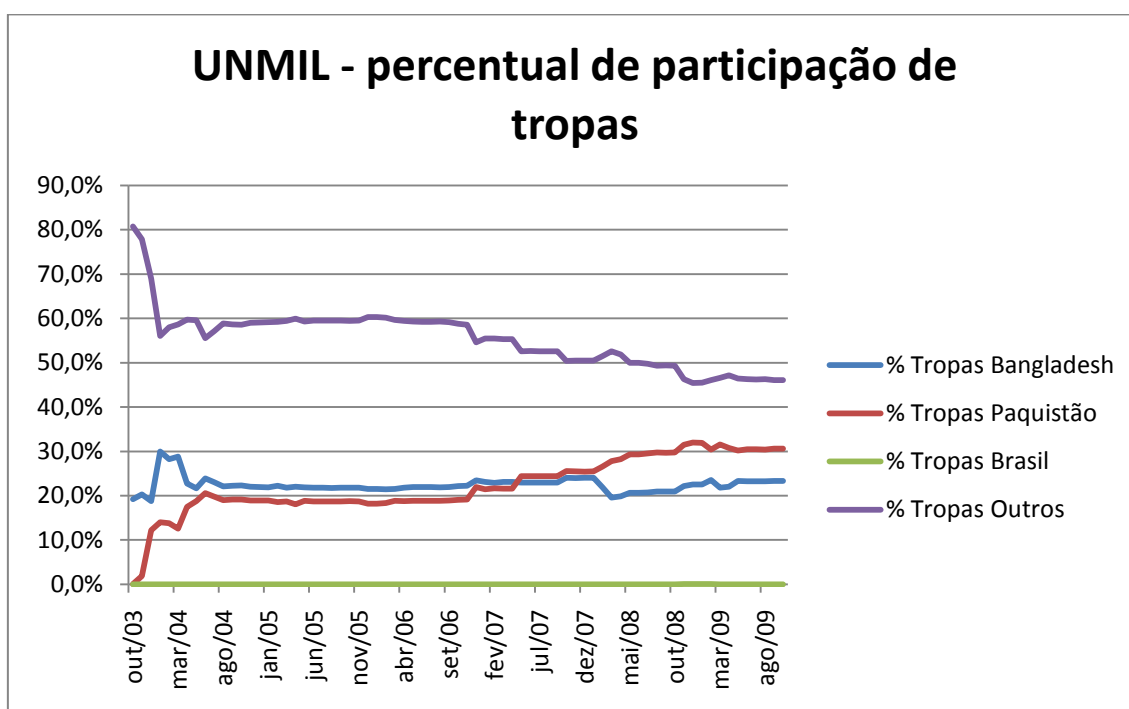


Gráfico 4.15: UNMIL – percentual de participação de tropas.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

No gráfico 4.15, que mostra o percentual de participação de tropas na UNMIL, vemos algo semelhante ao do total. O ponto relevante a ser observado é que, a partir de julho de 2008, as contribuições individuais de Bangladesh e Paquistão para as tropas da UNMIL ultrapassa os 50%. Ainda que o Brasil esteja também relacionado na proporção entre eles e os outros, no gráfico 4.15, os números do Brasil são irrelevantes, pois nunca ultrapassam os 0,04%. Nessa missão, a contribuição brasileira foi apenas com tropas, não enviando nenhum policial ou observador militar.

4.1.8 – UNMIK¹⁴⁰

A UNMIK é uma missão grande, já chegou a ter mais de 3700 integrantes no mês de sua fundação. Estabelecida em junho de 1999, é composta basicamente por policiais e observadores, e se trata do braço administrativo da região de Kosovo, sob o comando da ONU. O Brasil não participou da missão desde a sua fundação. A contar de 2001, ele só participou entre novembro de 2003 e dezembro de 2008. Como Kosovo está na Europa e não é uma região que fala o português, está fora, em princípio, da área prioritária da PEB. A UNMIK continua ainda em atividade, ainda que com números menores do que os do período selecionado da participação brasileira.

O gráfico 4.16 mostra o Brasil em relação aos principais contribuintes da missão: EUA e Índia. À exceção de um período que vai de junho de 2004 a abril de 2005, quando os números dos dois Estados estão praticamente empatados, oscilando em torno dos 10%, é dos Estados Unidos a maior proeminência na contribuição total da UNMIK. Entre abril de 2005 e novembro de 2008, os EUA foram o Estado que mais contribuiu, chegando a um máximo de 12,1% em junho de 2006. Nesse mesmo mês, a Índia teve 4,6% de contribuição. Ainda que fosse o maior contribuinte total e de polícias, os EUA encerraram a sua participação na UNMIK em novembro de 2008. Já o Brasil, durante todo o período, só passou dos 0,1% no seu último mês de contribuição, em dezembro de 2008, quando teve 0,23% do total. Novamente, uma contribuição irrisória frente ao total. O número absoluto do Brasil foi sempre de três ou dois policiais. O Estado não contribuiu com observadores militares.

O gráfico 4.17, que mostra a contribuição de policiais, é praticamente idêntico ao que mostra os valores totais, mostrando que o grosso da missão era mesmo de força policial. Não há alterações significativas a serem notadas.

¹⁴⁰ *United Nations Interim Administration in Kosovo.*

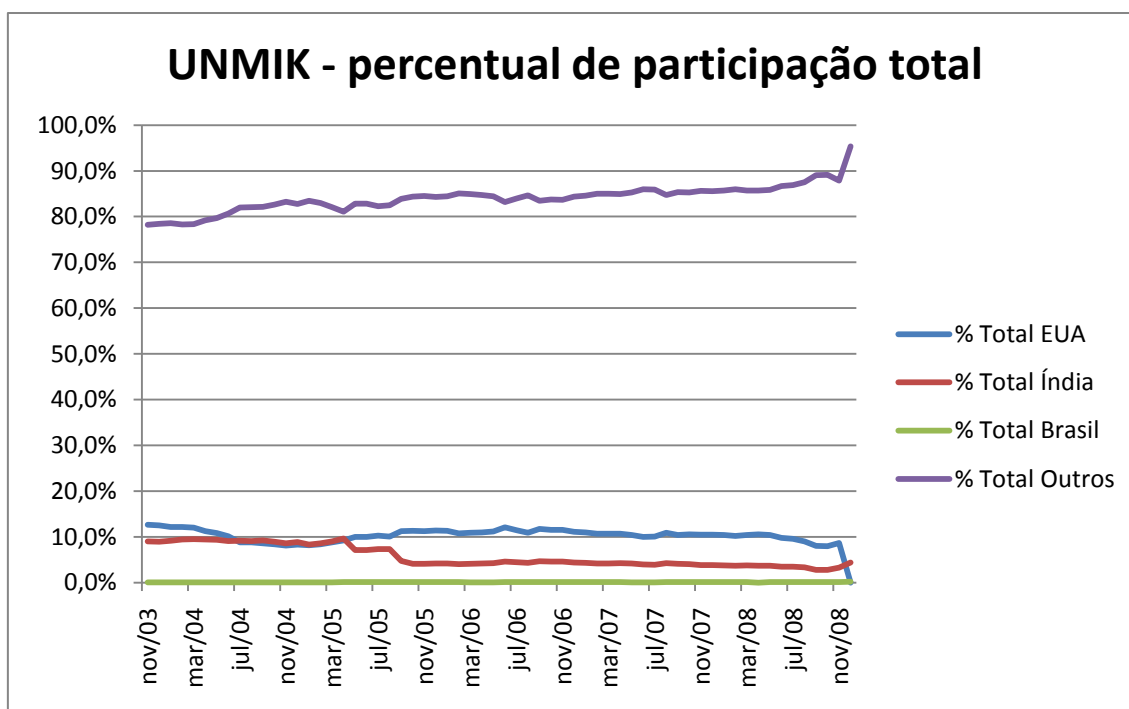


Gráfico 4.16: UNMIK – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

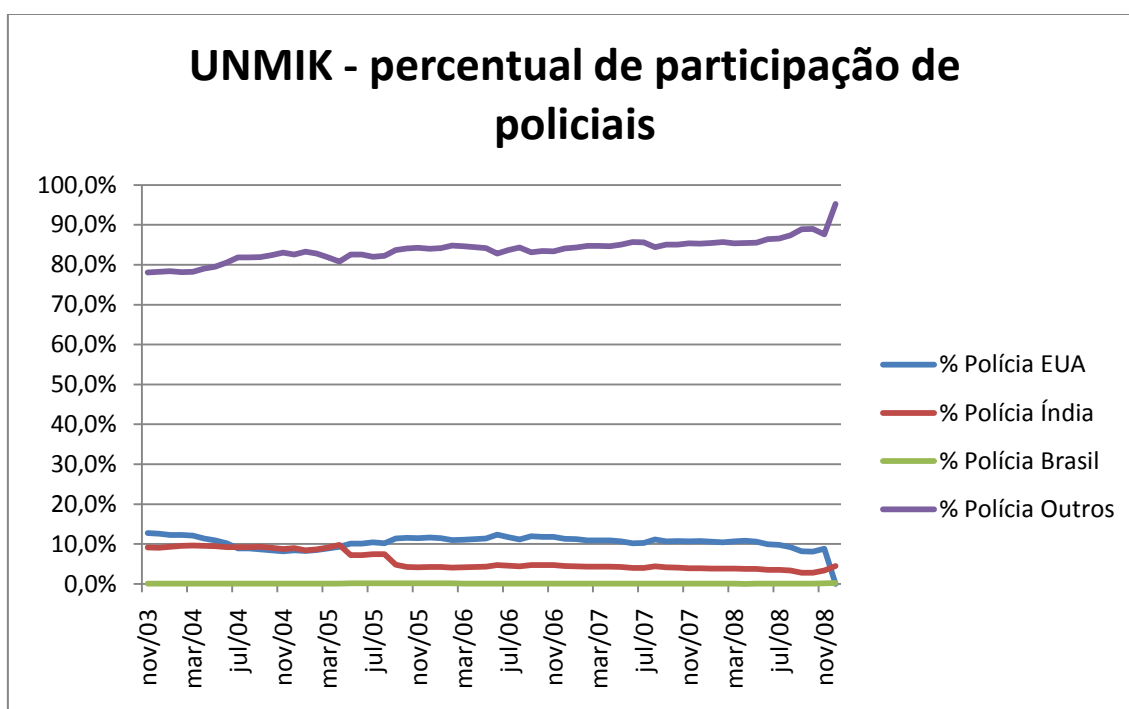


Gráfico 4.17: UNMIK – percentual de participação de policiais.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

4.1.9 – UNOCI¹⁴¹

A UNOCI é uma PKO de porte Grande, e substituiu a MINUCI, a partir de março de 2004, na Costa do Marfim. Em princípio, por estar fora de sua região e não ser um Estado da CPLP, a Costa do Marfim está fora da região prioritária da PEB, conforme já foi falado. Desde o seu início, contudo, a missão contou com a participação brasileira. Em seu mês de estabelecimento, a missão brasileira na UNOCI tinha 5 pessoas, o que representava 4,7% do total. O Estado que mais contribuiu para a PKO foi Bangladesh, ainda que em seu mês de estabelecimento tivesse apenas 9,4%. Esse número, contudo, explode para mais de 45% do total da UNOCI, entre agosto de 2004 e julho de 2006, com cerca de 3.600 integrantes. Já os números brasileiros baixam consideravelmente. Ainda que tenha mantido a sua delegação com cerca de 7 pessoas no período, esse número representa algo em torno de 0,08% do total da UNOCI. O gráfico 4.18 mostra bem o panorama visual irrisório da contribuição brasileira em comparação com a de Bangladesh e as demais contribuições.

Os números não mudam muito quando se analisa a contribuição de tropas para a UNOCI, conforme mostra o gráfico 4.19. À exceção da observação que, entre outubro de 2005 e junho de 2006, Bangladesh contribuiu com mais de 51% das tropas, o resto se mantém relativamente na mesma proporção. Os números percentuais brasileiros, contudo, conseguem ser ainda menores, ficando na casa dos 0,04% em grande parte do período.

O gráfico 4.20 mostra a participação com observadores militares na UNOCI. Nesse quesito, a distância do Brasil frente aos demais fica um pouco menor, em especial com Bangladesh. Enquanto, em todo o período, o Brasil ficou com cerca de 2% dos observadores, Bangladesh contribuiu com cerca de 5,5% deles. A maior diferença entre eles foi em setembro de 2009, quando o Brasil tinha 2,1% e Bangladesh 7,8% dos observadores militares da UNOCI, e a menor diferença foi em novembro de 2004, ficando o Brasil com 2,6% e Bangladesh com 3,9%. O Brasil não contribuiu com nenhuma força policial para a UNOCI no período selecionado, por esta razão, não há um gráfico comparativo.

¹⁴¹ *United Nations Operation in Côte d'Ivoire.*

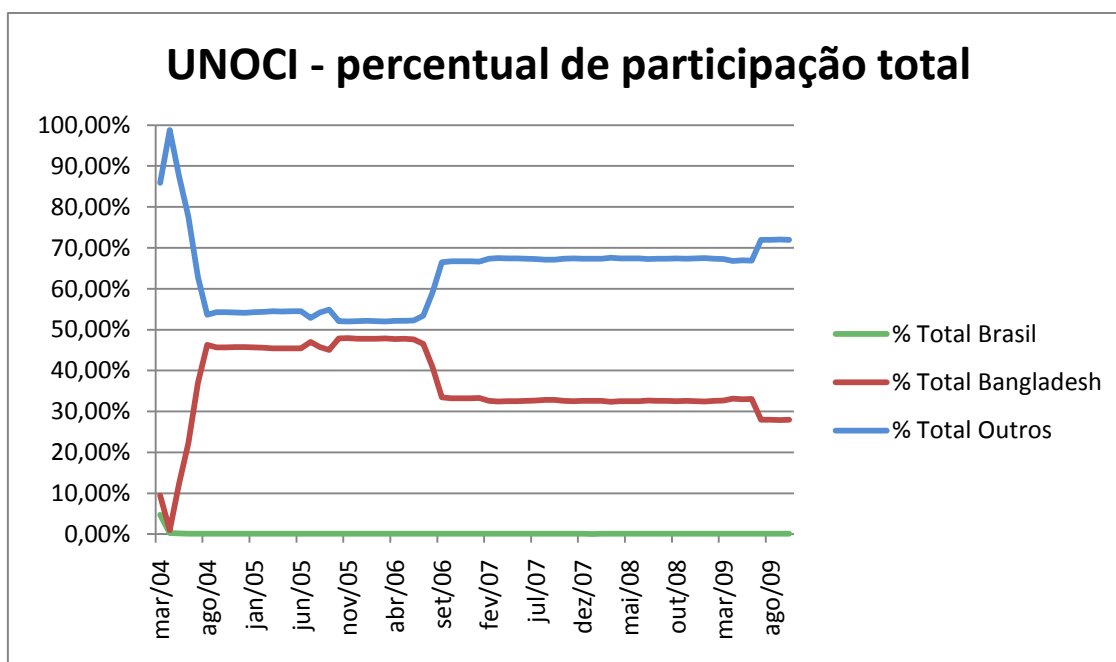


Gráfico 4.18: UNOCI – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

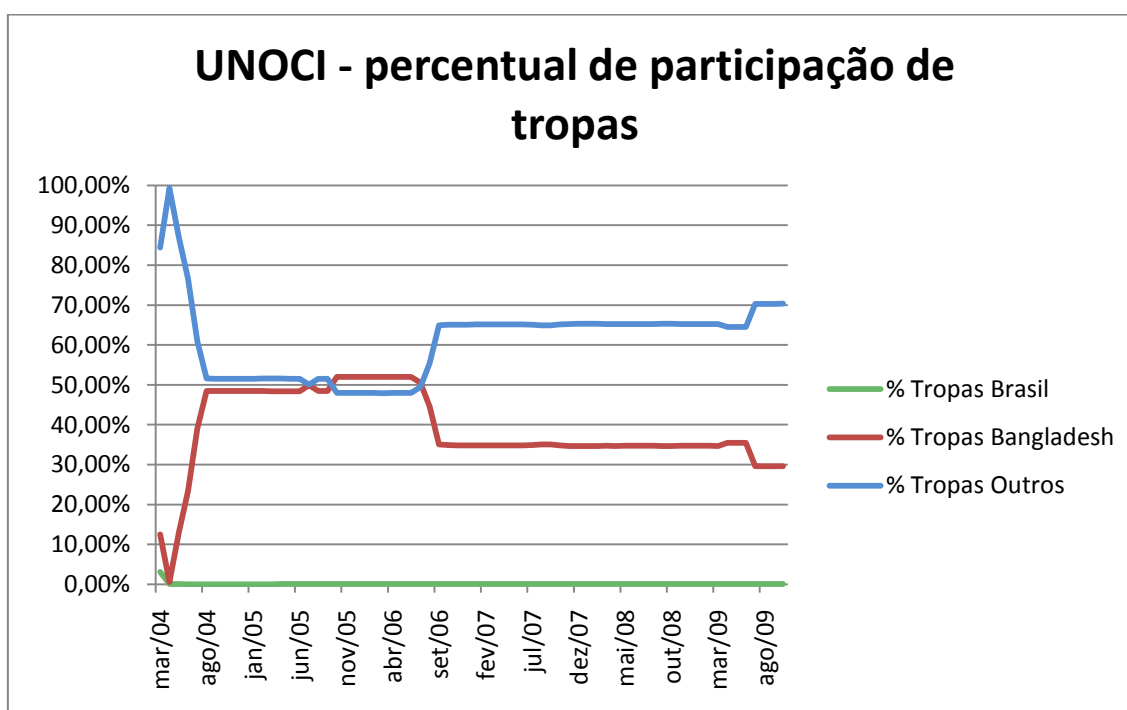


Gráfico 4.19: UNOCI – percentual de participação de tropas.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

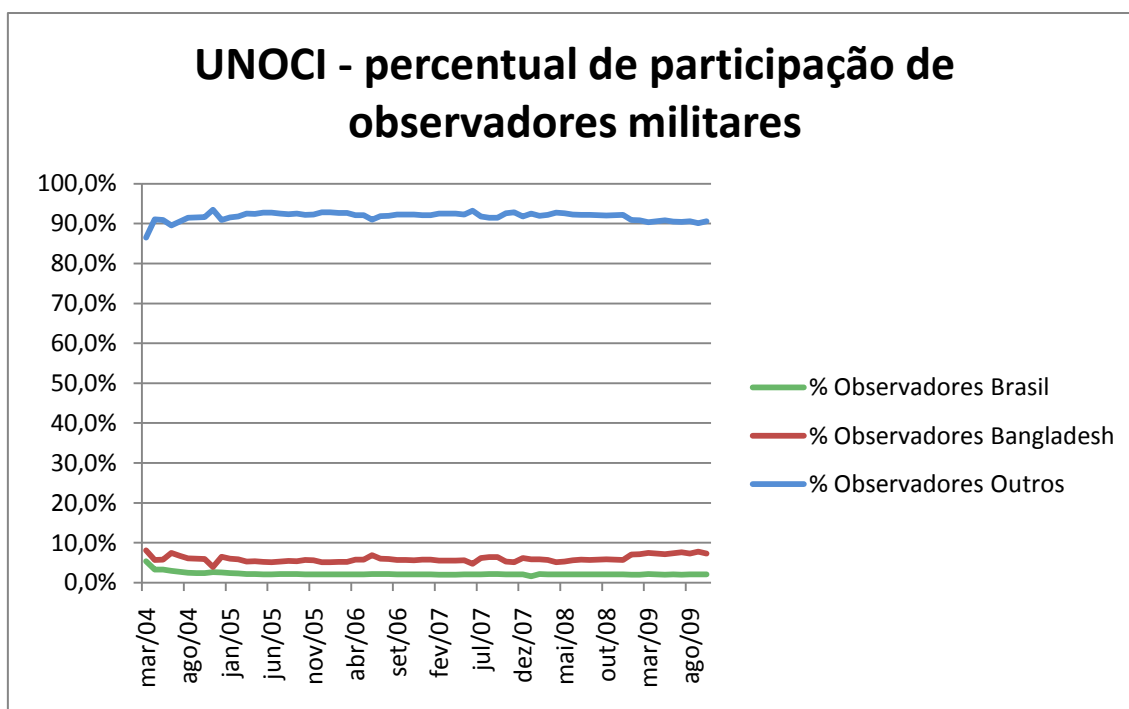


Gráfico 4.20: UNOCI – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

4.1.10 – MINUSTAH¹⁴²

A participação brasileira na MINUSTAH, uma missão de porte Grande, teve início em maio de 2004 e continua até o presente. Essa é, sem dúvidas, a análise mais importante dentre as missões de paz que o Brasil participou na última década. Isso por diversas razões. Conforme apontado no Capítulo 2, vimos que o teor da participação brasileira na MINUSTAH é distinto das demais, não só em número de efetivos envolvidos como em tipo. A MINUSTAH não tem nenhum observador militar. Seu efetivo é dividido entre tropas e policiais. Começemos, então, pela análise da participação total de tropas e policiais.

Além do Brasil, foram incluídos Jordânia e Nepal, por serem os Estados que mais se aproximaram da contribuição máxima. Logo de cara, vemos um dado interessante: o Brasil não é o contribuinte máximo absoluto da MINUSTAH. Conforme vemos pelo gráfico 4.21, após os primeiros meses de implementação da missão, quando a maior participação individual foi do Brasil¹⁴³, após a estabilização das contribuições, a partir

¹⁴² *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti.* Ver capítulo 2 para maiores descrições dessa missão.

¹⁴³ O percentual brasileiro frente ao total nos primeiros meses da missão foram: em maio de 2004: 82%,

de novembro de 2004, os números da Jordânia e do Nepal começam a ficar menos distantes dos Brasileiros. Nesse mês, o Brasil tinha 19% do total, enquanto Jordânia contava com 9,4% e Nepal com 3%. Em outubro de 2004, o Brasil representava 16%. Jordânia 13,6 e Nepal 12%. Os números dos meses seguintes tendem a ficar nessa linha. Entre outubro de 2005 e maio de 2006, contudo, vemos um fenômeno interessante. A Jordânia se torna a maior contribuinte da MINUSTAH, tendo 20,5% do total nesses dois meses, com alguma variação, pouco significativa, no intervalo. Nesses dois meses em específico, o Brasil e o Nepal mantiveram o mesmo número, e tinham, respectivamente, 14% e 10% do total. Outro período interessante de se analisar é a partir de março de 2007, quando a contribuição nepalesa se equipara com a brasileira, representando 14% do total, e assim permanece até o final do período, chegando a ficar, em alguns meses, maior do que a brasileira¹⁴⁴. Nessa época, a contribuição jordaniana ficou na casa dos 11,5%, com pouca variação. Logo, a MINUSTAH é, sem dúvidas, a missão mais importante que o Brasil participa, mas, nem mesmo nela, ele é seu maior contribuinte isolado.

O gráfico 4.22 mostra uma leve preponderância brasileira, após o período inicial de estabelecimento da missão, à exceção dos meses que vão de outubro de 2005 a maio de 2006, quando o percentual de contribuição jordaniano passou o do Brasil, repetindo o fenômeno observado nos totais gerais. Em outubro de 2005, o Brasil tinha 16,8% e a Jordânia 20,9% do total. Em maio de 2006, Brasil e Jordânia contabilizavam 17,4% e 21,2% do total, respectivamente. Após esse período, a preponderância do Brasil é retomada, ficando em torno dos 18%, e segue assim até março de 2007. Nesse mês, a contribuição nepalesa, que vinha crescendo desde dezembro de 2006, passa, por pouco, a do Brasil, ficando com 17,7% do total enquanto os brasileiros representavam 17,3% e os jordanianos 10,8% do total. Os números seguem esse padrão, com o Nepal relativamente superior ao Brasil, até novembro de 2008, quando o Brasil, com 17,8% passa por pouco os 17,6% do Nepal. Essa diferença aumenta minimamente nos meses seguintes, com o Brasil ficando com algo em torno de 18,2% enquanto o Nepal fica com 17,6%. Essa tendência segue a mesma até o final do período.

junho de 2004: 56%, julho de 2004:49%, agosto de 2004: 40%, setembro de 2004:33%, outubro de 2004:26%.

¹⁴⁴ É o caso de dezembro de 2007, quando o Nepal teve 15% do total e o Brasil 14%, e abril, julho e outubro de 2008, quando o Nepal tinha 14% e o Brasil com 13% do total.

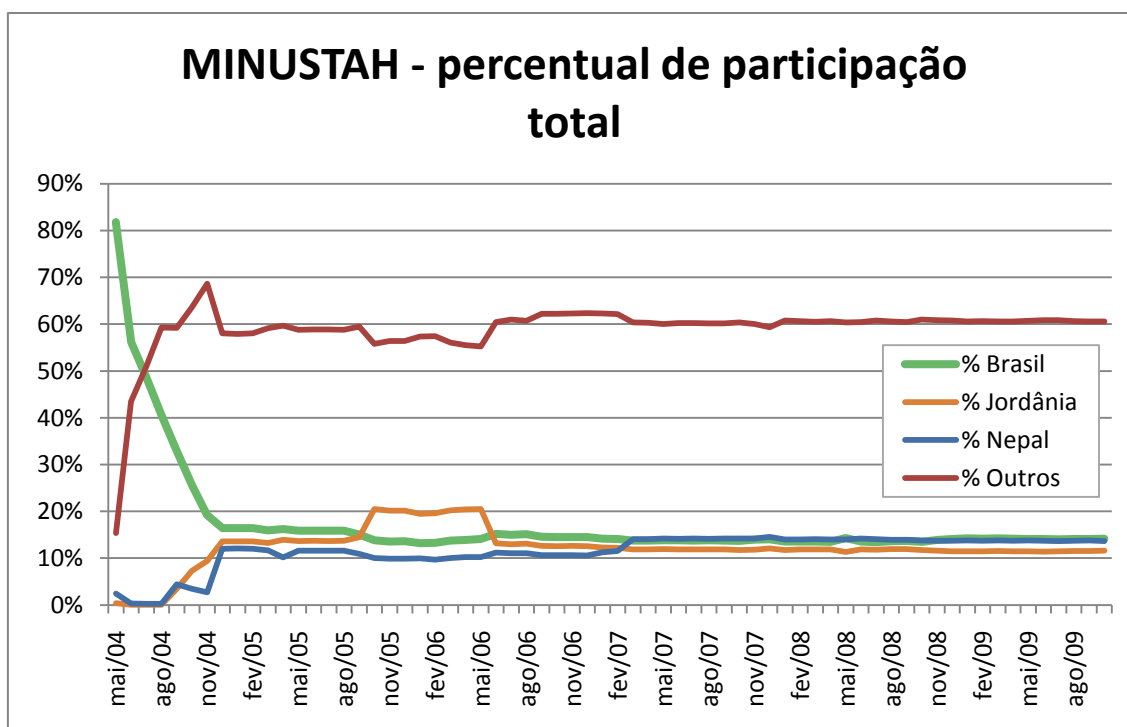


Gráfico 4.21: MINUSTAH – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

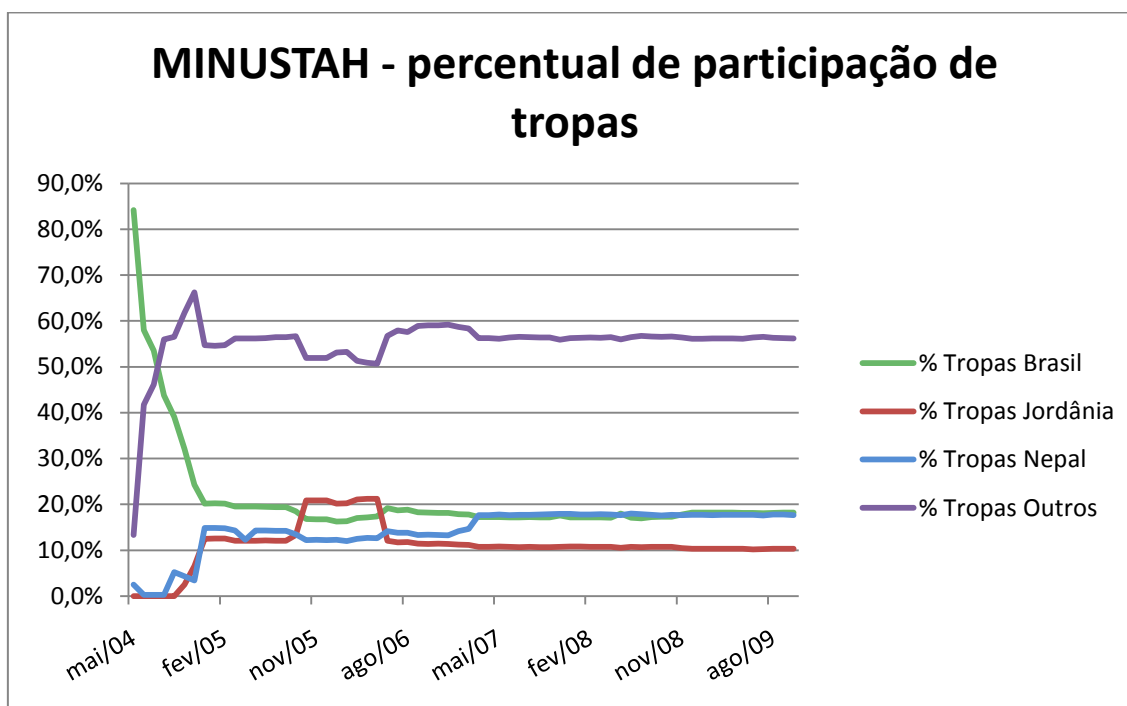


Gráfico 4.22: MINUSTAH – percentual de participação de tropas.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

Já no gráfico 4.23, vemos a participação dos policiais brasileiros frente ao total de policiais da MINUSTAH. Mais uma vez, tomamos Jordânia e Nepal como ponto de comparação, uma vez que, nos totais, seus números são semelhantes aos brasileiros. Contudo, diferentemente do que acontece nos totais gerais, a contribuição de policiais brasileiros para a MINUSTAH é bastante diminuta, principalmente quando comparada com Jordânia e Nepal. O mês de maior contribuição percentual do Brasil foi setembro de 2004, quando os policiais brasileiros representavam 0,5% do total da MINUSTAH. Nesse mesmo mês, por exemplo, a Jordânia contava com 21,6% e o Nepal com 4,6% do total de policiais. No geral, a partir da estabilização da missão, a Jordânia contribuiu com cerca de 15 a 20% da missão, o Nepal com 7 a 9%, e o Brasil com menos de meio ponto percentual.

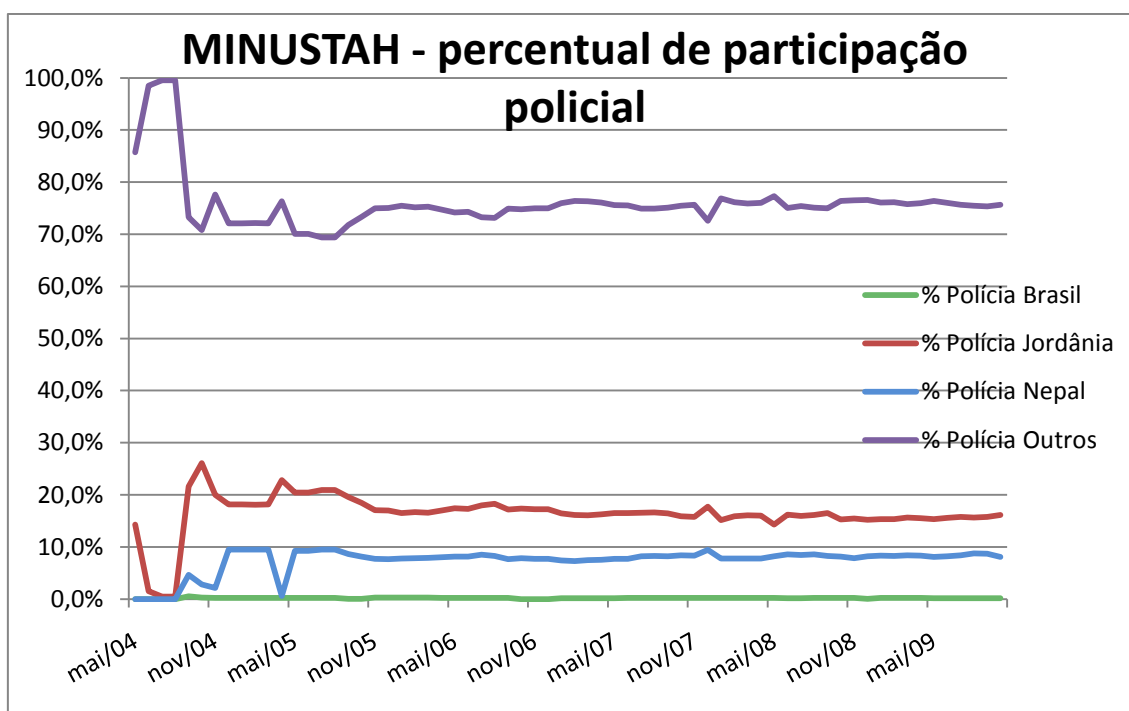


Gráfico 4.23: MINUSTAH – percentual de participação policial.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

Interessante de observar na MINUSTAH é o perfil dos principais contribuintes. Enquanto o Brasil atua, em princípio, na sua região¹⁴⁵, figurando nas suas prioridades de

¹⁴⁵ Ver discussão no Capítulo 2 sobre se o Haiti pode ou não ser considerado dentro da região do Brasil.

política externa, o Nepal e a Jordânia estão longe de terem alguma prioridade para com o Haiti, uma vez que, além de estarem em outro continente, nenhum dos dois Estados tem, aparentemente, objetivos políticos consolidados na região.

4.1.11 – UNMIS¹⁴⁶

Estabelecida em março de 2005 como apoio à missão da União Africana no Sudão, a UNMIS é uma PKO multidimensional Grande, com seu número atual em cerca de 8800 pessoas. Tendo como línguas oficiais o árabe e o inglês, o Sudão não está na região prioritária de atuação da política externa brasileira. O Brasil começa a participar da UNMIS em maio de 2005, inicialmente enviando observadores militares. A partir de outubro de 2005, o Brasil envia também policiais. Somente a partir de fevereiro de 2009, contudo, o Brasil passa a enviar tropas para a UNMIS, como veremos adiante.

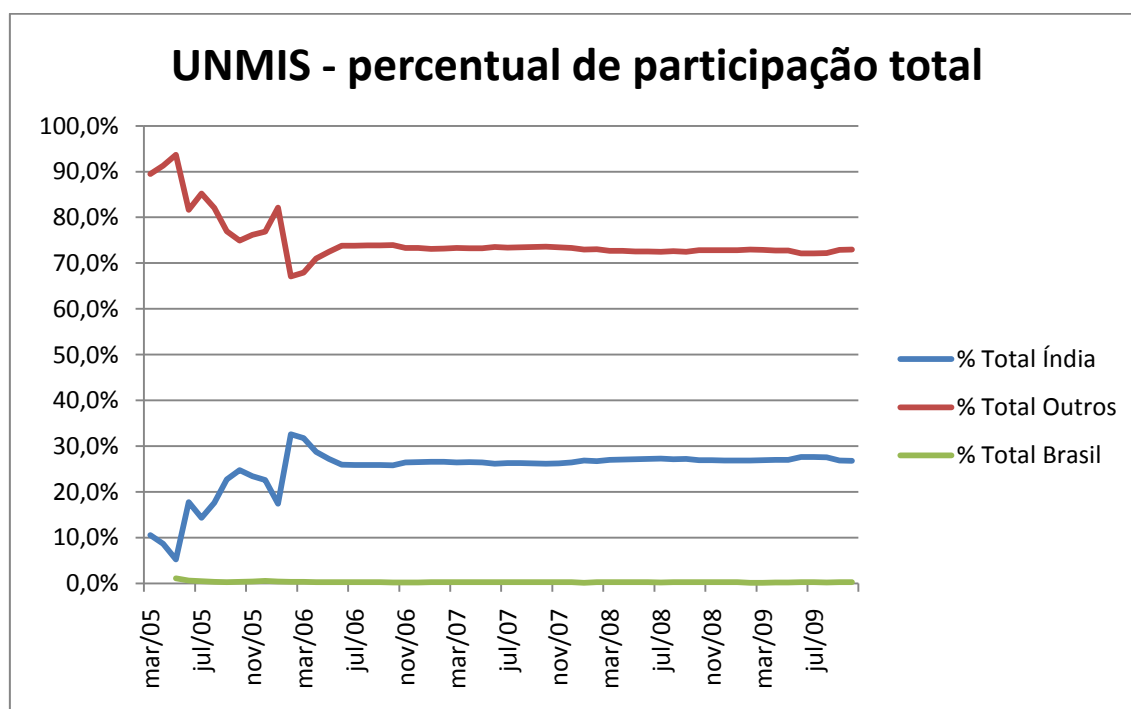


Gráfico 4.24: UNMIS – percentual de participação total.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission, January 2001 / October 2009.*

¹⁴⁶ United Nations Mission in the Sudan.

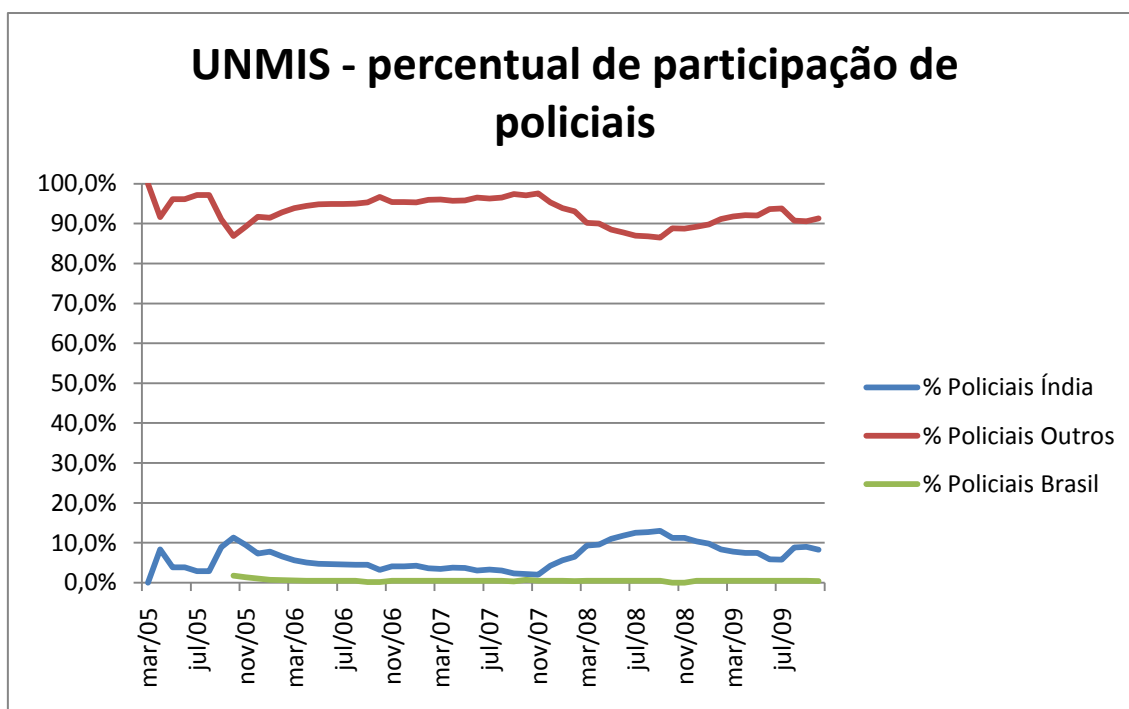


Gráfico 4.25: UNMIS – percentual de participação de policiais.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

Começamos pela análise total, envolvendo os três tipos de contribuições, no gráfico 4.24. A Índia é, uma vez mais, a maior contribuinte isolada de uma PKO. Após uma linha de crescimento um tanto quanto tortuosa no primeiro ano, entre março de 2005 e março de 2006, a Índia estabiliza as suas contribuições próxima aos 26,5% após abril de 2006, e assim continua até o final do período. Se estabilidade de contribuição for um ponto positivo, então o Brasil se favorece, com os seus 0,2%. Em todo o período que o Brasil participou, o maior valor percentual foi no seu primeiro mês de participação, quando os seus cinco policiais representavam 1,09% da força total da UNMIS. Depois disso, os números brasileiros variaram entre 0,1% e 0,2% do total.

O gráfico 4.25 nos mostra a contribuição de policiais para a UNMIS. Diferentemente do gráfico 4.24, a Índia tem uma contribuição proporcional menor e menos estável, durante todo o período. Sua contribuição máxima foi de 13% em setembro de 2008, e a menor foi de 2% em novembro de 2007. Já o Brasil manteve o seu padrão. Seu momento proporcional máximo foi de 1,8%, em outubro de 2005, com três policiais. O número de policiais brasileiros não teve alteração significativa, e sua porcentagem, após estabilizada a missão, ficou oscilando perto dos 0,4% e 0,5%.

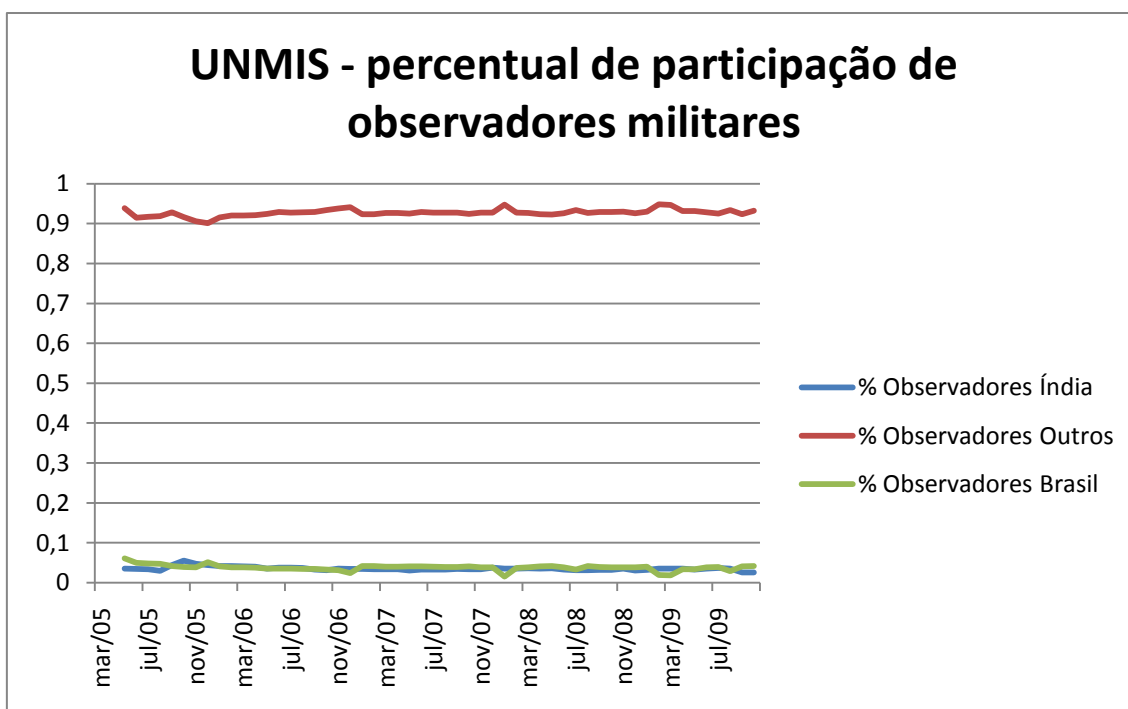


Gráfico 4.26: UNMIS – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

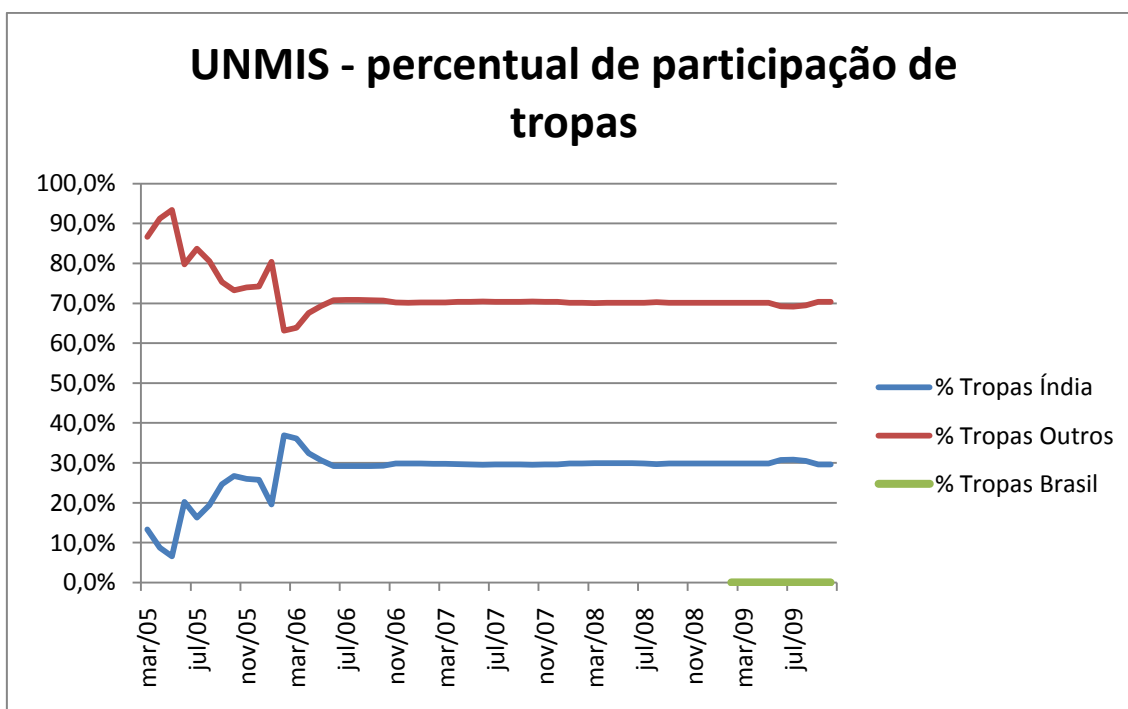


Gráfico 4.27: UNMIS – percentual de participação de tropas.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

Vemos um fenômeno interessante, contudo, no gráfico 4.26, sobre os observadores militares. Nesse quesito, o Brasil empata relativamente com a Índia no envio de pessoas. Ambos ficam na faixa dos 3 a 4%, alternando-se como o maior contribuinte. O maior percentual relativo de observadores militares é do Brasil, em seu primeiro mês de atuação. Em maio de 2005, o Brasil tinha 6,1% do total, enquanto a Índia tinha 3,5%. O maior valor da Índia foi em outubro de 2005, com 5,5%. Nesse mesmo mês, o Brasil tinha 3,9% do total.

O total de tropas pode ser observado no gráfico 4.27. Em forma, ele é bastante semelhante ao do total geral, ficando a Índia estabilizada no envio de tropas a partir de junho de 2006, ficando próxima aos 30% do total. O Brasil, conforme dito acima, apenas começa a enviar tropas para a UNMIS em fevereiro de 2009, e o faz muito timidamente: não passou dos 0,02%.

4.1.12 – UNOTIL¹⁴⁷

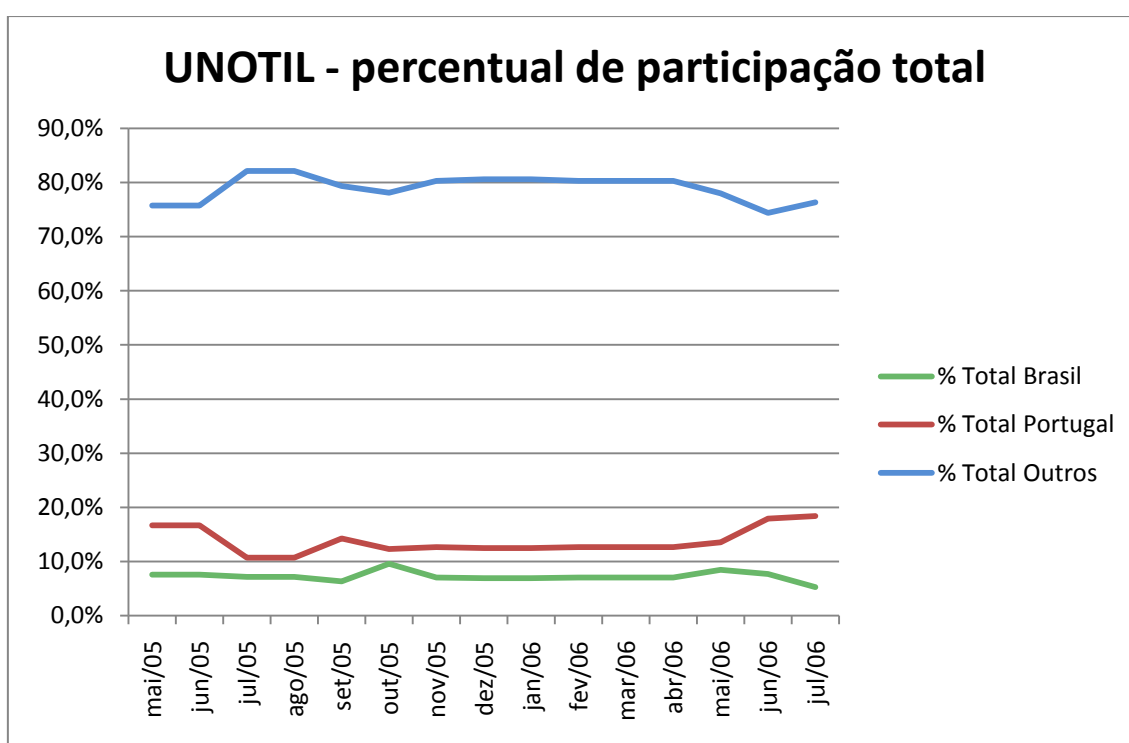


Gráfico 4.28: UNOTIL – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

¹⁴⁷ United Nations Office in Timor-Leste.

A UNOTIL foi uma PKO Pequena, que funcionou no Timor Leste. Operou de maio de 2005 a julho de 2006, e contou, durante todo o período, com a participação brasileira. Não houve, nessa missão, a presença de nenhuma tropa, sendo constituída, portanto, por policiais e observadores militares. Sendo uma região prioritária para a PEB, analisemos, então, os números brasileiros.

Frente ao total geral, conforme mostra o gráfico 4.28, o Brasil ficou, durante todo o período, oscilando entre 7,0% e 8,0% - o que representava cerca de cinco pessoas, com pouca variação eventual para baixo ou para cima. O maior contribuinte da UNOTIL foi Portugal, ex-metrópole colonial na região. Com algumas pequenas oscilações para mais no início e no final, quando chegou a ter cerca de 18% do total, Portugal manteve-se próxima aos 12% do total, o que representava cerca de nove pessoas – quase o dobro do que o Brasil detinha, portanto.

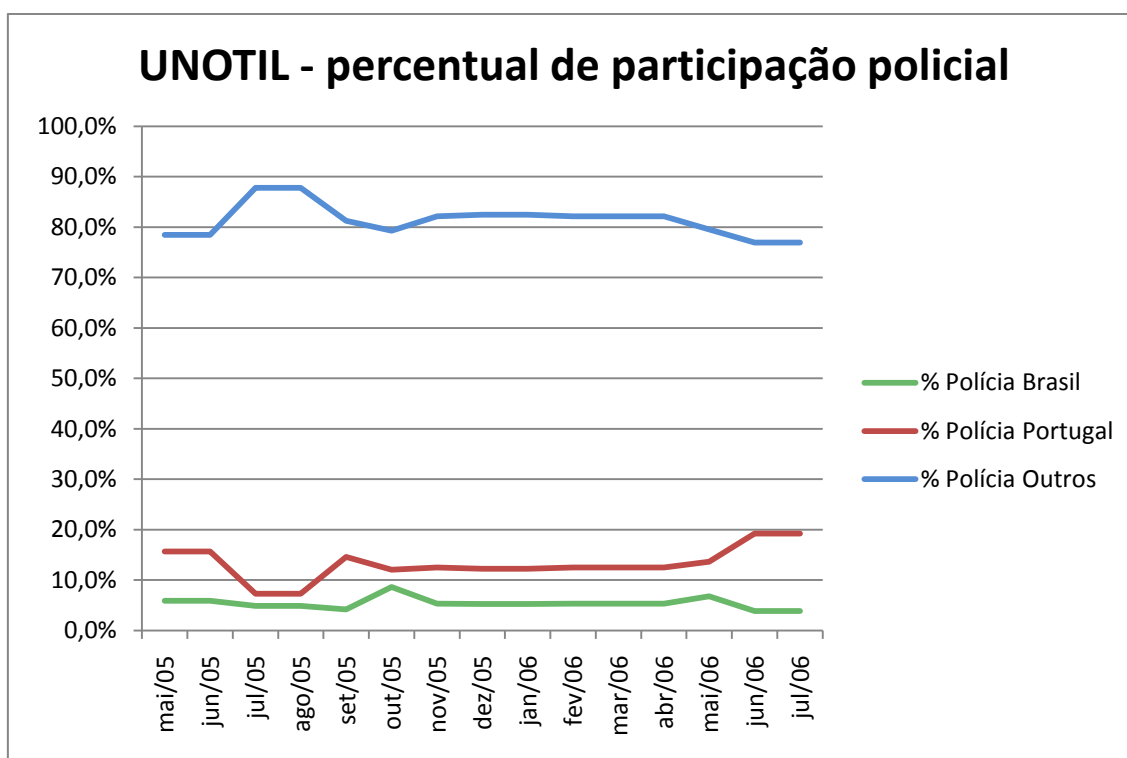


Gráfico 4.29: UNOTIL – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

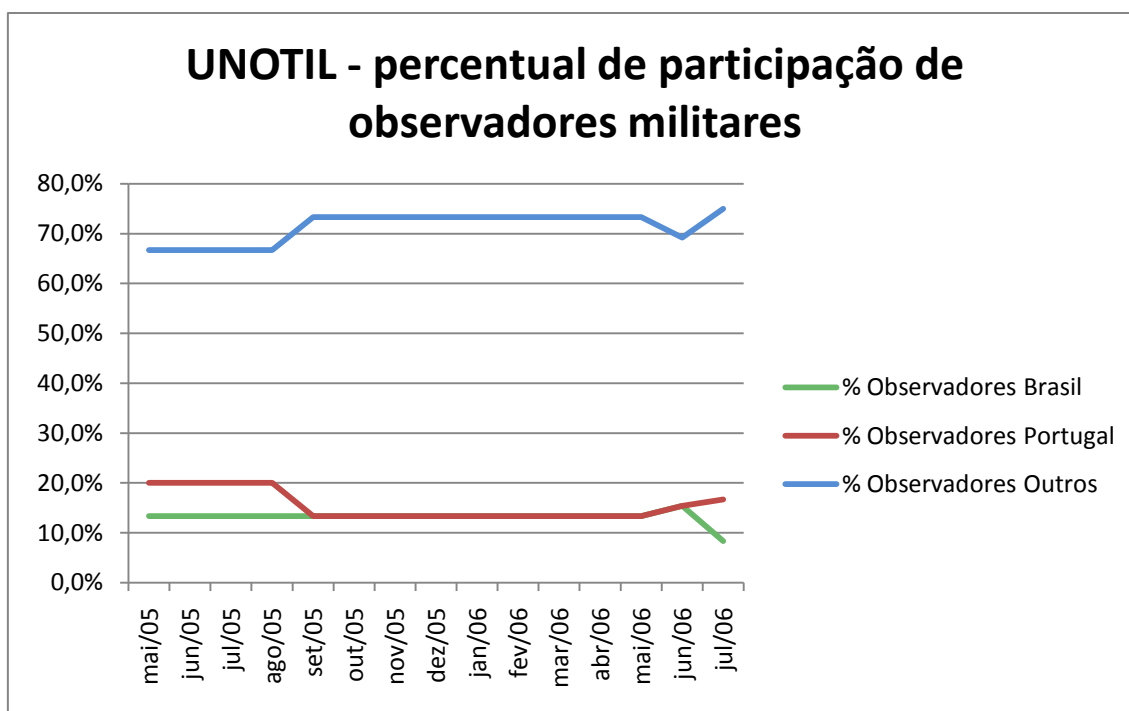


Gráfico 4.30: UNOTIL – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

Quando se analisa o número de policiais, gráfico 4.29, essa diferença com Portugal fica ainda maior. Salvo nos meses de julho e agosto de 2005, quando Portugal reduziu sua contribuição e ficou com 7,3% do total, enquanto o Brasil ficava com 5,9% e 4,9%, respectivamente, e também no mês de outubro de 2005, quando o Brasil aumentou sua contribuição de policiais para 8,6%, enquanto Portugal tinha 12,1%, a contribuição portuguesa foi mais que o dobro da brasileira. A diferença chegou a ser de 15,4% nos meses finais, junho e julho de 2006, quando o Brasil tinha 3,8% dos policiais da UNOTIL e Portugal 19,2%.

A diferença observada no total e no número de policiais não é tão grande quando se analisa os números dos observadores militares, gráfico 4.30. Fora entre maio e agosto de 2005, quando Portugal tinha 20% dos observadores e o Brasil 13,3%, e o último mês da UNOTIL, com Portugal tendo 16,7 e o Brasil 8,3%, os dois Estados ficaram empatados. De setembro de 2005 a maio de 2006, ambos tinham 13,3% de observadores militares. Em junho de 2006, ambos tinham 15,4% do total de observadores da UNOTIL.

4.1.13 – UNMEE¹⁴⁸

A UNMEE, uma PKO Grande, foi estabelecida em julho de 2000 para fiscalizar a fronteira entre a Etiópia e a Eritreia, e funcionou até julho de 2008. É uma das poucas PKO desde o colapso soviético a tratar de uma disputa interestatal, e não intraestatal. O Brasil participa apenas entre novembro de 2006 e julho de 2008, e unicamente com observadores militares, ainda que a missão seja composta também de tropas. Fora da América do Sul e dos Estados de língua portuguesa, nem a Etiópia e nem a Eritreia estão na área prioritária da PEB.

O gráfico 4.31 nos mostra o total da UNMEE, com seu principal contribuinte, uma vez mais, a Índia, e o Brasil. Muito interessante notar que, pela primeira vez nessa análise, vemos que um único país ultrapassa sozinho os 50% de contribuição total; em março, abril e julho de 2008, a Índia tem, sozinha, mais da metade do total da UNMEE. Esse número chega ao máximo em abril de 2008, com 57,2% do total. Já o total brasileiro só se aproxima do 1% nos últimos meses de sua participação, quando a UNMEE era composta por cerca de 320 integrantes - bem diferente do total de 2285 de novembro de 2006, quando o Brasil participa da missão pela primeira vez. Logo, o pequeno crescimento notado na linha brasileira se dá muito mais pela diminuição do total da missão do que por um incremento de forças brasileiras.

Analizando-se apenas os observadores militares, gráfico 4.32, vemos que, nesse quesito, Brasil e Índia estão com números bastante semelhantes. Em especial entre maio de 2007 e fevereiro de 2008, a Índia fica à frente do Brasil com menos de meio ponto percentual de diferença. Os dois oscilam na casa dos 3% e 4%. Somente em março de 2008 o Brasil ultrapassa a Índia no envio de observadores militares, ficando com 4,2% do total, enquanto a Índia fica com 3,1%. A maior diferença registrada entre os dois é em abril de 2008, com 2,2% separando os 4,4% do Brasil e os 2,2% da Índia. Contudo, é relevante notar que os números dos dois Estados são extremamente baixos, tanto proporcionalmente quanto numericamente. Nesse mesmo mês de abril, os percentuais equivalem a quatro observadores militares para o Brasil e dois para a Índia.

Como o Brasil não contribui com tropas, não há um gráfico comparativo. Mas, a cargo de observação, pode-se comparar o gráfico 4.31 com o 4.32 e concluir que o substancial da UNMEE é mesmo em tropas, e não observadores militares.

¹⁴⁸ *United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea.*

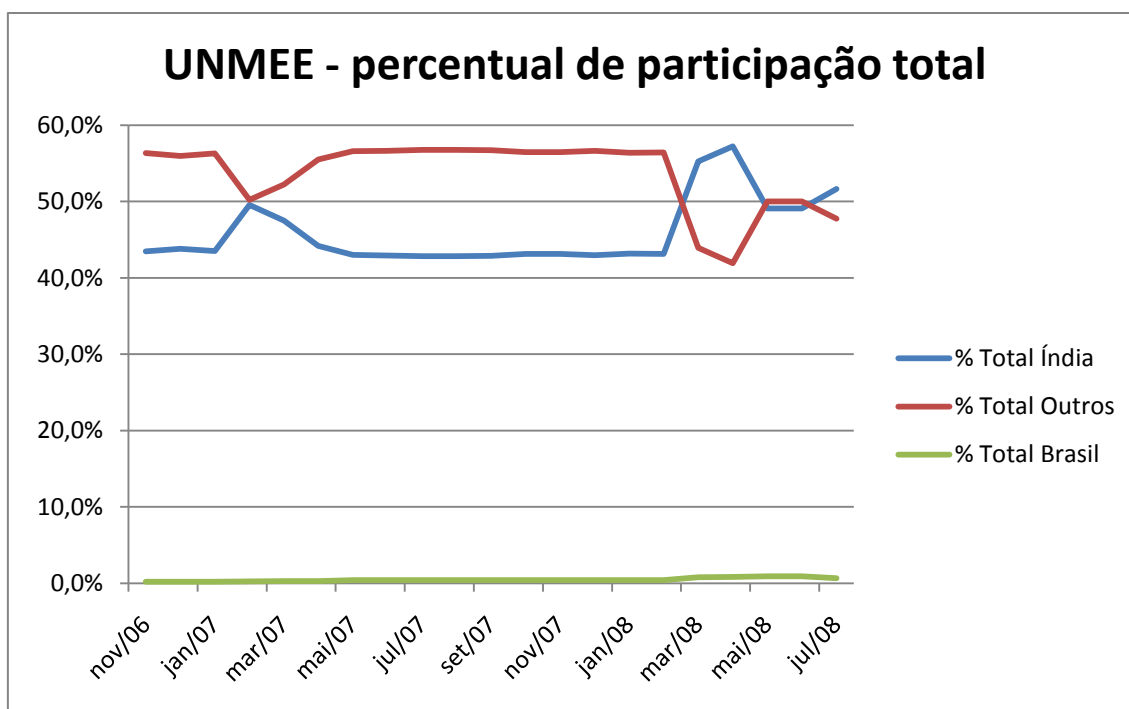


Gráfico 4.31: UNMEE – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

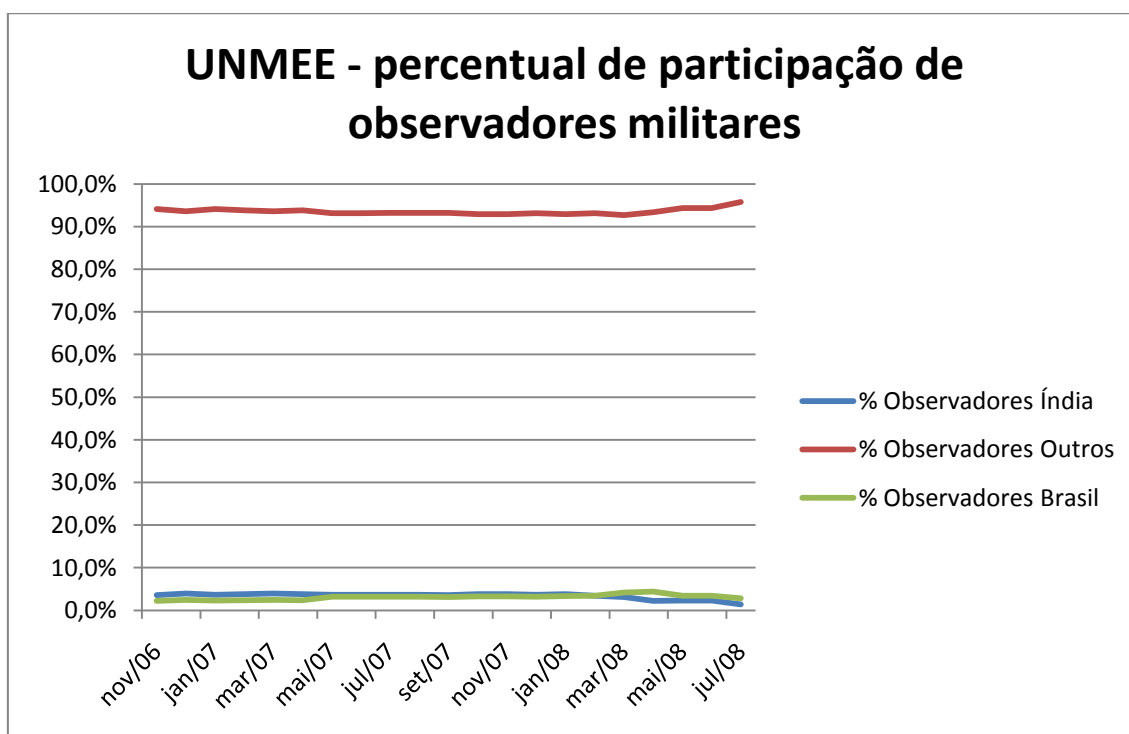


Gráfico 4.32 – UNMEE – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

4.1.14 – UNMIT¹⁴⁹

Também sediada no Timor Leste, a UNMIT foi firmada em agosto de 2006, entrando no lugar da UNOTIL. Tem como objetivo apoiar o estado timorense em infra-estrutura. É uma PKO Grande, com seu número total em cerca de 1600 homens. É composta majoritariamente de forças policiais e observadores militares – ainda que em fevereiro de 2007, a ONU relacione a presença de 12 tropas, conforme mostra o gráfico 4.34. Ainda que Timor Leste seja parte da área prioritária da PEB, a contribuição brasileira é modesta, principalmente em comparação com Portugal e Malásia, os dois principais contribuintes, conforme mostra o gráfico 4.33. Nele, vemos que, fora entre março e setembro de 2007, quando Portugal teve uma preponderância maior no total absoluto, chegando a 17,5% do total em agosto de 2007, os números portugueses e malásios estão bem próximos. Mas, no geral, no período a partir de outubro de 2007, a Malásia tem um pouco mais do que Portugal, chegando, no período, a 14,9% do total em abril de 2009. Portugal tem a sua máxima no período em novembro de 2007, com 13,6% do total. Já o Brasil, em todos os meses analisados desde a implementação da missão, manteve-se em números bem baixos. A maior participação do Brasil foi com 0,8% do total, em março de 2007, contando 12 pessoas.

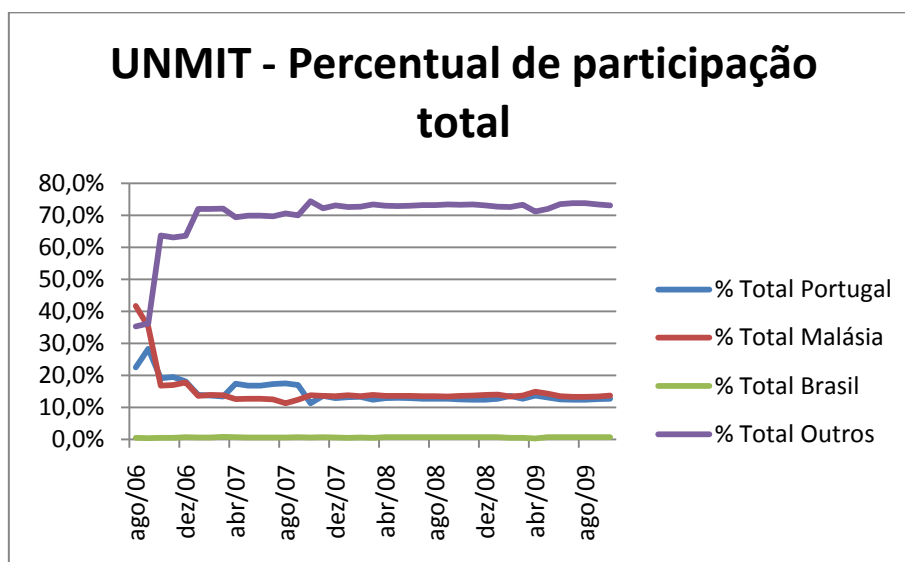


Gráfico 4.33: UNMIT – Percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

¹⁴⁹ United Nations Integrated Mission in Timor-Leste.

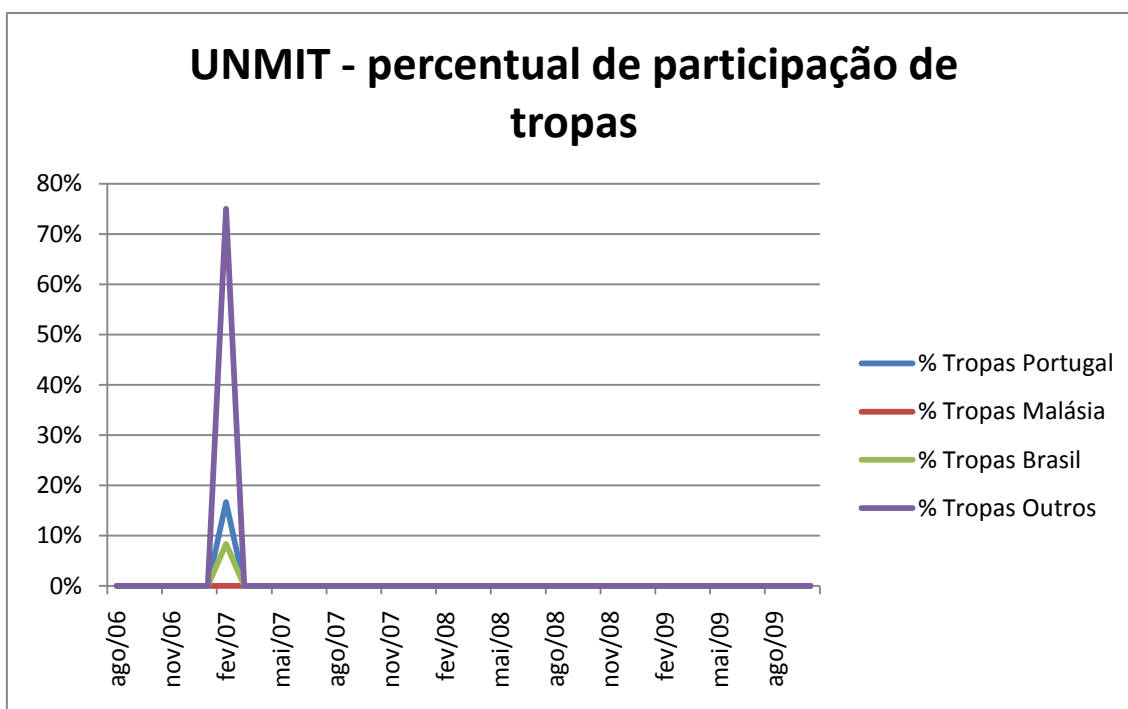


Gráfico 4.34: UNMIT – percentual de participação de tropas.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

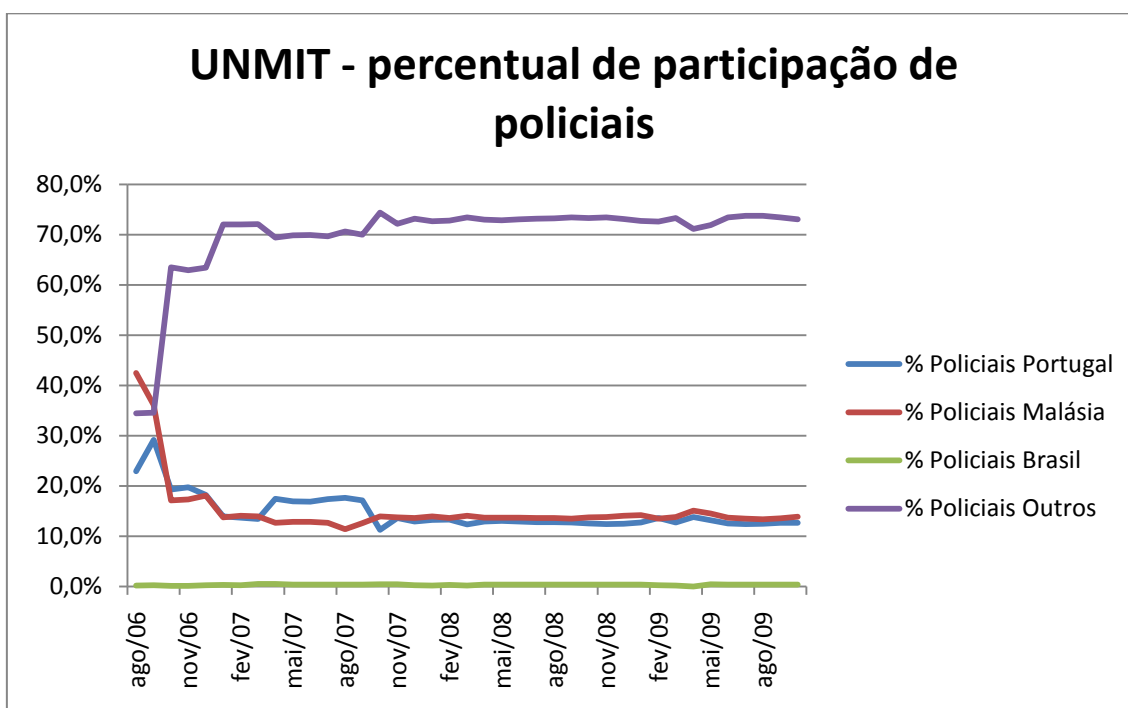


Gráfico 4.35: UNMIT – percentual de participação de policiais.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

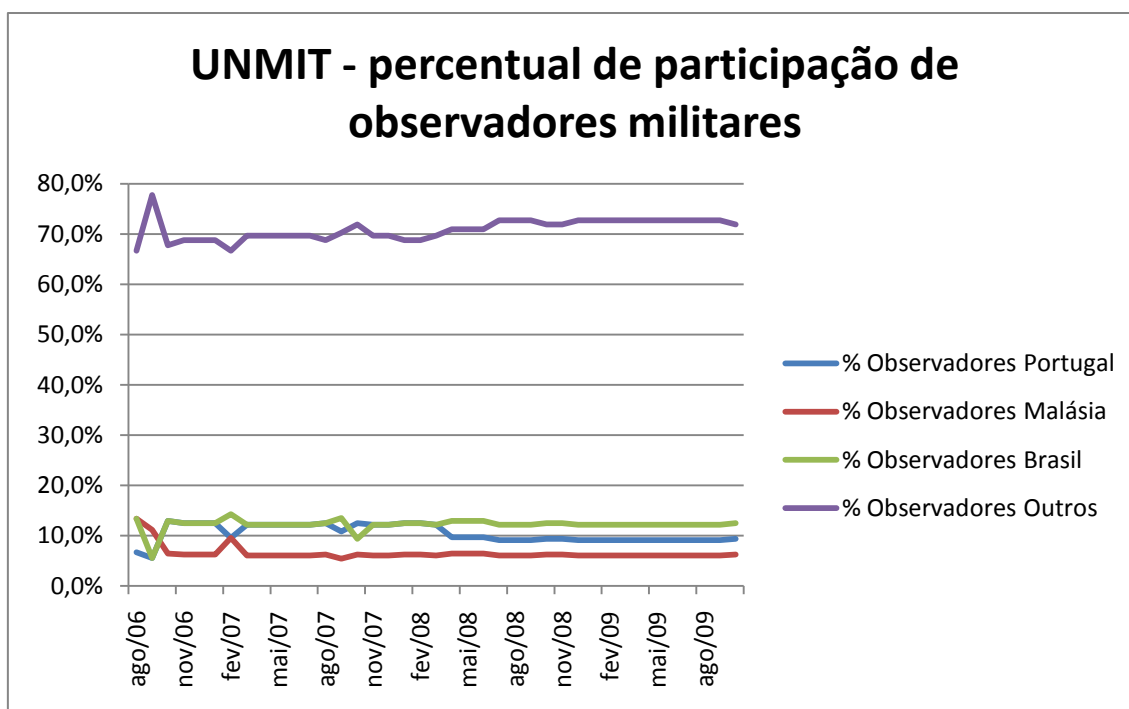


Gráfico 4.36: UNMIT – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

O gráfico 4.35 sobre a contribuição de policiais não traz nenhuma novidade que mereça nota em relação ao gráfico 4.33. Já o gráfico 4.36 traz uma perspectiva diferente. Quando se trata de observadores militares, a preponderância é do Brasil, em comparação com Portugal e Malásia. Os brasileiros chegaram a ser 14,3% dos observadores militares em fevereiro de 2007. No mesmo mês, Malásia e Portugal figuravam com 9,5%. Em números absolutos, contudo, o valor continua sendo extremamente baixo. O máximo do Brasil, os 14,3% em fevereiro de 2007, representavam apenas três observadores militares. A partir de abril de 2008, e até o final do período, tanto Brasil quanto Portugal e Malásia estacionam relativamente o seu percentual de contribuição de observadores militares, ficando com cerca de 12%, 6% e 9%, respectivamente.

4.1.15 – UNMIN¹⁵⁰

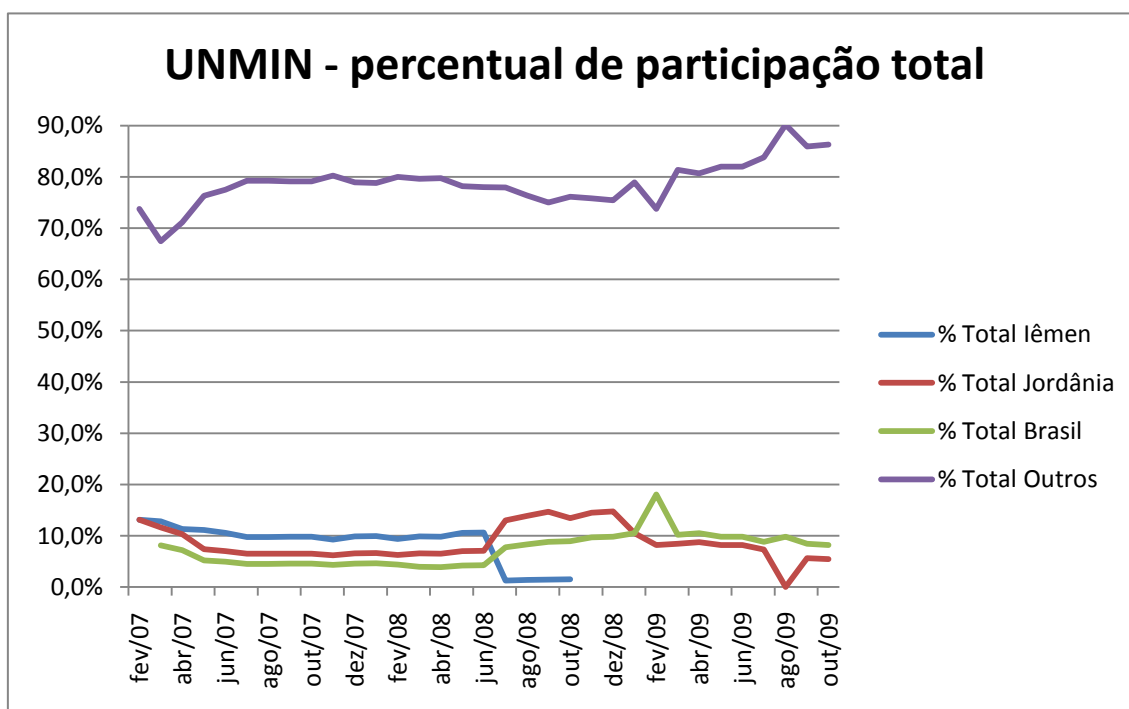


Gráfico 4.37: UNMIN – percentual de participação total.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

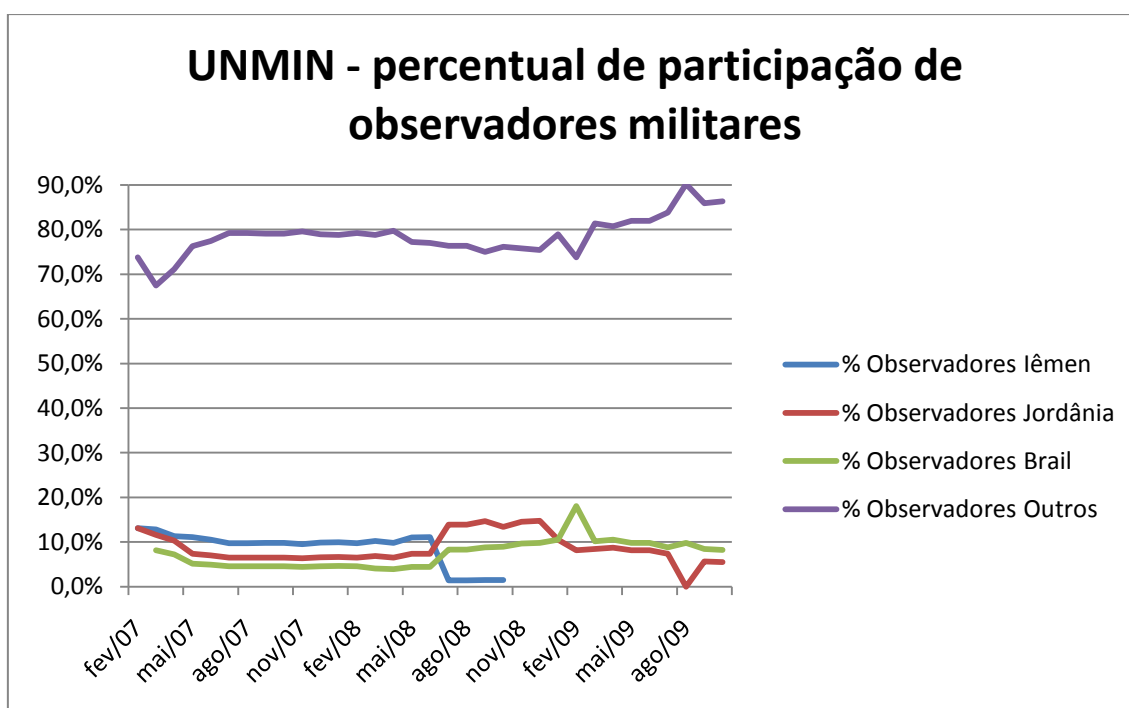


Gráfico 4.38: UNMIN – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

¹⁵⁰ United Nations Mission in Nepal.

Operando no Nepal, a fim de monitorar o cessar fogo da guerra civil nepalesa, a UNMIN começou a funcionar em fevereiro de 2007. É uma PKO Média, cujo máximo foi de 162 pessoas em novembro de 2007. Ainda em atividade, a UNMIN se constitui majoritariamente de observadores militares, apesar de, entre novembro de 2007 e julho de 2008, ter tido alguma força policial. Por não estar na sua região e nem partilhar da mesma língua, o Nepal não é parte da região prioritária de atuação da política externa brasileira. Ainda assim, dentre os três Estados que mais contribuiu com efetivos, o Brasil está presente.

Conforme se pode ver no gráfico 4.37, em momentos diferentes, Iêmen, Jordânia e Brasil ocupam a primeira colocação em termos de contribuição geral para a UNMIN. No período analisado, o Iêmen é o que ficou mais tempo à frente dos demais, num total de 17 meses, entre fevereiro de 2007 e junho de 2008. Seu valor máximo relativo foi no primeiro mês da missão, com 13,1% de participação total. Nesse mês, empatou com a Jordânia. O Brasil não havia ainda iniciado a sua participação em fevereiro de 2007. Apenas quatro meses depois de sair da primeira colocação em contribuição, o Iêmen se retira da UNMIN.

Entre julho e dezembro de 2008, a Jordânia é o Estado que mais contribui no total para a UNMIN, chegando a representar 14,8% do total nesse último mês, quando o Brasil figurava com 9,8%. No mês seguinte, contudo, os dois Estados empatam em contribuição, com 10,5%. De fevereiro de 2009 até o final do estudo, o Brasil ficou em primeiro lugar de contribuição total da UNMIN. Seu máximo foi de 18% em fevereiro de 2009, o que representava onze observadores militares.

O gráfico 4.38, que trata dos observadores militares, não difere muito do 4.37, que mostra os totais. Isso porque a PKO era composta majoritariamente de observadores, tendo tido policiais apenas em um curto espaço de tempo¹⁵¹. Nem o Brasil, nem o Iêmen e nem a Jordânia contribuíram com qualquer força policial.

¹⁵¹ Em novembro de 2007, houve cinco policiais. Em fevereiro, março, maio e junho de 2008, houve seis policiais. Em julho de 2008, houve, novamente, a presença de cinco policiais.

4.1.16 – MINURSO¹⁵²

Estabelecida em 1991 para ajudar na organização do referendo para escolher se o Saara Ocidental continua como parte do Marrocos ou se torna independente, a MINURSO continua ainda em atividade, garantindo o cessar fogo entre as partes em conflito. De caráter Médio, teve o seu máximo em cerca de 240 pessoas. Dentro do período estudado, o Brasil apenas participou da PKO a partir de novembro de 2007. Multidimensional, a MINURSO tem tropas, observadores e policiais, e a contribuição brasileira se deu apenas com observadores militares.

Conforme se observa no gráfico 4.39, o país que mais contribuiu no período foi a Malásia, uma vez mais. Sua contribuição foi estável, ficando em torno dos 14% em quase todo o período. O ápice da contribuição malaia foi de 21,5%, em maio de 2007. De novembro de 2007 a junho de 2008, o Brasil foi aumentando a sua contribuição, até estabilizá-la em dez observadores militares. Excepcionalmente, todavia, houve treze integrantes em fevereiro de 2009, mês que registrou o maior percentual relativo do Brasil, com 5,8% do total. Sua menor contribuição foi no primeiro mês, com apenas um observador, o que equivalia a 0,4 % do total.

Quando observamos apenas os observadores militares, gráfico 4.40, vemos uma proximidade maior do Brasil com a Malásia, em especial após junho de 2008, com os números brasileiros e malaios bem próximos. Havia uma leve superioridade da Malásia, de cerca de apenas um ponto percentual, ficando os malaios próximos a 6% e o Brasil perto de 5%. Uma única exceção aconteceu no mês de fevereiro de 2009, quando o Brasil, com 6,5%, ultrapassou por meio ponto percentual a Malásia.

¹⁵² *Mission des Nations Unies pour l'Organisation d'un Référendum au Sahara Occidental.*

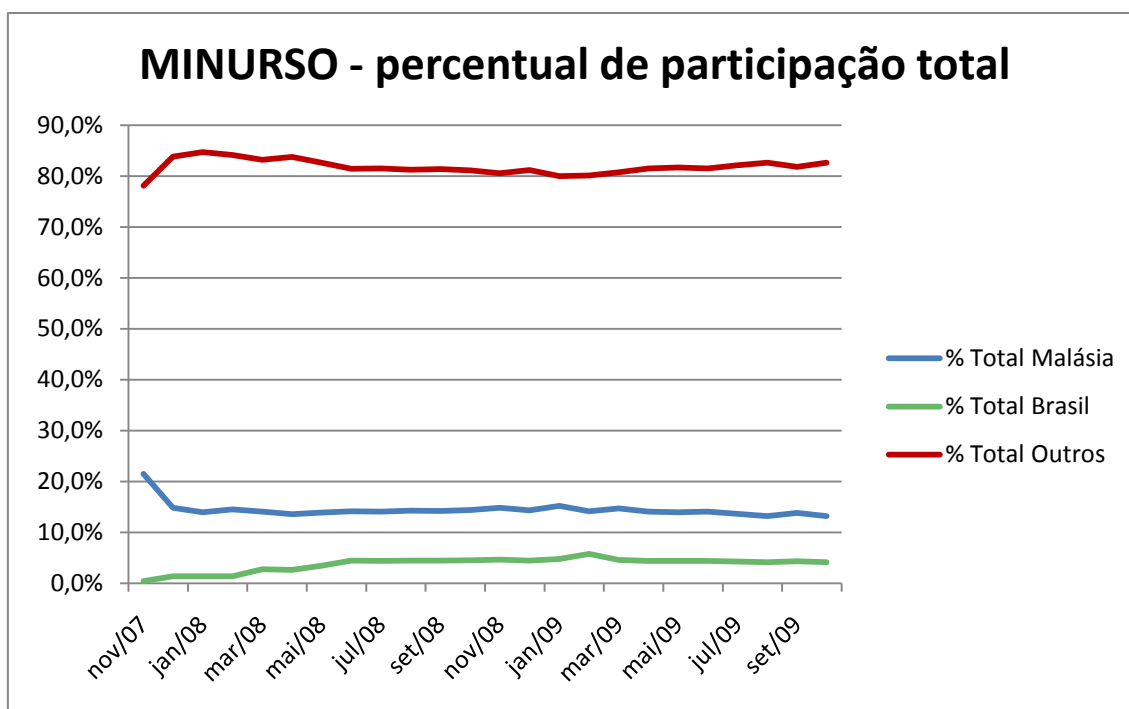


Gráfico 4.39: MINURSO – percentual de participação total.
 Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission.*
 January 2001 / October 2009.

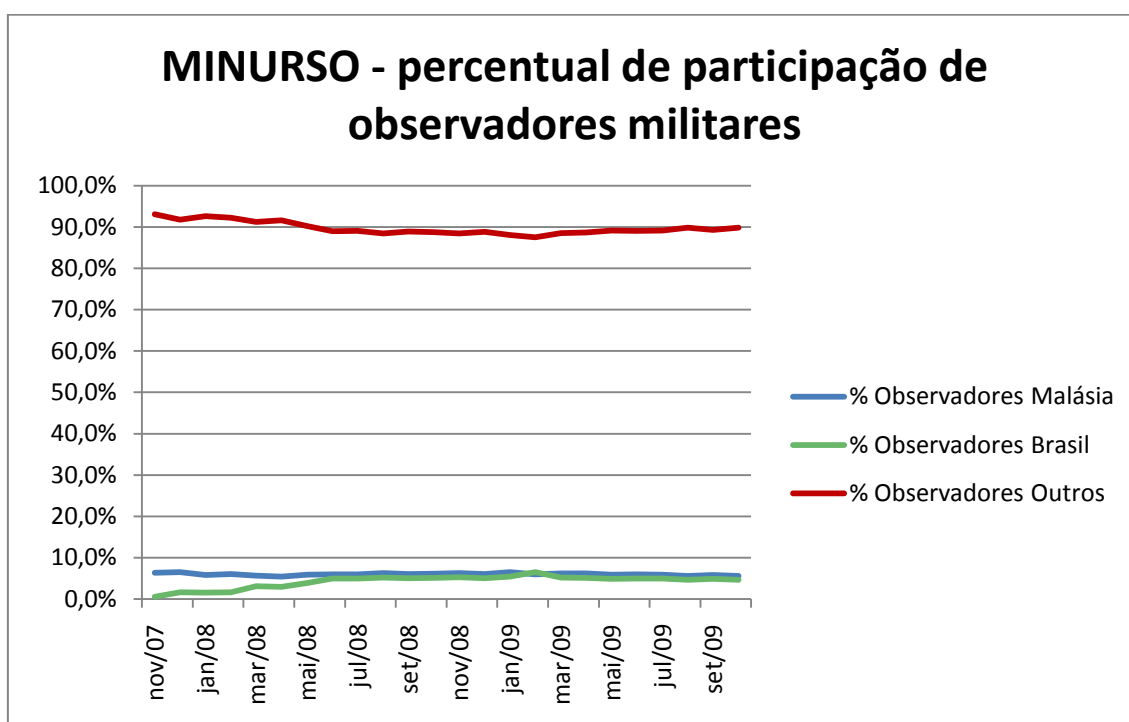


Gráfico 4.40: MINURSO – percentual de participação de observadores militares.
 Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission.*
 January 2001 / October 2009.

4.1.17 – MINURCAT¹⁵³

Assim como a UNMEE, a MINURCAT é outra exceção dentre as PKO atuais, pois se trata de uma PKO para evitar o retorno do conflito entre dois Estados: Chade e República Centro-Africana. Teve início em setembro de 2007, e inicialmente era composta por policiais e observadores militares. A partir de fevereiro de 2009, contudo, começa a haver também a presença de tropas, com um total de 29. No mês seguinte, contudo, esse total salta para mais de dois mil, fazendo com que o perfil da PKO mude, se firmando como uma PKO Grande. Ambos Estados africanos que não falam português, Chade e República Centro-Africana não são foco prioritário de atuação da política externa brasileira. Contudo, a partir de agosto de 2008, o Brasil passa a contribuir para a missão, com o envio de alguns observadores militares.

O gráfico 4.41 apresenta o percentual de contribuição total para a MINURCAT. Após o período inicial de estabilização da missão, entre janeiro de 2008 e fevereiro de 2009, a França, principal contribuinte da PKO, mantém a sua contribuição com uma pequena queda de cerca de 6%, partindo de 12% em janeiro de 2008 para 6,3% em fevereiro de 2009. Contudo, acontece a explosão já mencionada no número de tropas, e sobe também o percentual de contribuição da França. Em março de 2009, ela atinge 34,8% do total, e permanece alta por três meses. Após esse período, há um corte de mais de 50%, saindo de um total de 686 em maio de 2009 para 319 no mês seguinte, levando o percentual francês em junho de 2009 para 12,4%. Já o Brasil teve outro fenômeno. De uma contribuição de cerca de 1% entre agosto de 2008 e fevereiro de 2009, quando há a explosão no número de tropas, o percentual brasileiro cai para cerca de 0,1% do total. O número máximo de integrantes que o Brasil chegou a levar, contudo, foi de quatro pessoas, entre abril e junho de 2009.

¹⁵³ *Mission des Nations Unies en République centrafricaine et au Tchad.*

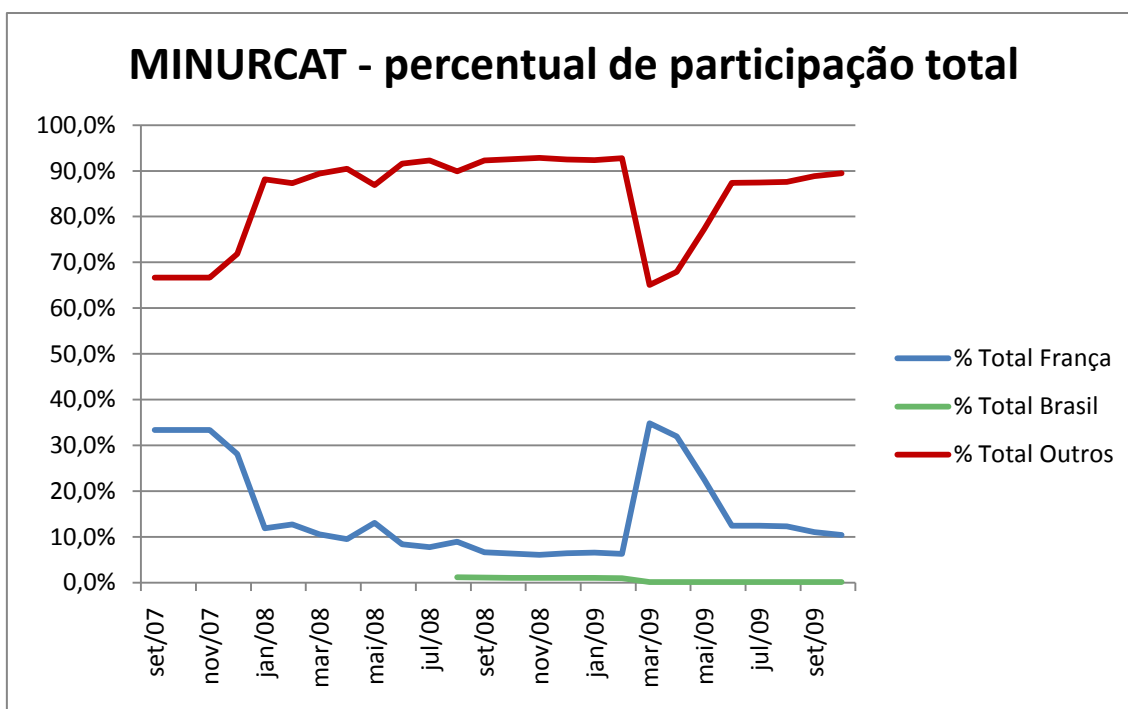


Gráfico 4.41: MINURCAT – percentual de participação total.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

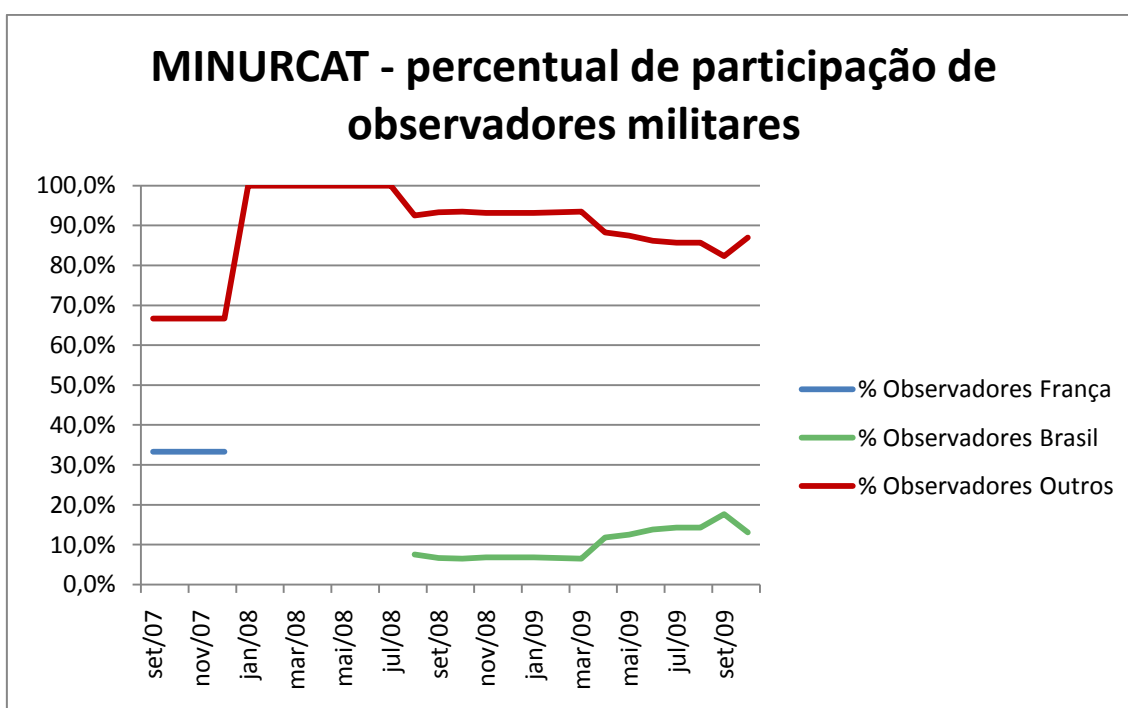


Gráfico 4.42: MINURCAT – percentual de participação de observadores militares.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*.
January 2001 / October 2009.

Quando analisamos apenas os observadores militares, gráfico 4.42, vemos algumas observações interessantes. A primeira delas é ver que a França, inicialmente maior contribuinte, com 33,3% de observadores, após seis meses do início da PKO, deixa de contribuir com observadores militares, concentrando-se, inicialmente, em policiais e, posteriormente, também em tropas. De forma geral, o número de observadores militares foi diminuindo ao longo do tempo, o que explica a linha ascendente do Brasil após março de 2009, mesmo sem aumentar a quantidade de seu efetivo. De qualquer forma, os quatro representantes brasileiros chegaram a representar 17,6% do total de observadores, em setembro de 2009. O menor valor relativo foi de 6,5%, nos meses de outubro de 2008 e março de 2009.

4.1.18 – UNFICYP¹⁵⁴

Uma das mais antigas PKO ainda em atividade, a UNFICYP começou a funcionar em 1964, a fim de evitar a continuidade do conflito entre cipriotas turcos e gregos. De tamanho relativamente Grande, foi uma das primeiras missões de paz a operar em nível intraestatal¹⁵⁵, já durante a Guerra Fria, abrindo o precedente para o aumento desse tipo de intervenções nos anos 1990. É uma PKO de porte médio, com seu número atual em cerca de 920 pessoas. É composta de tropas e policiais, sem observadores militares. Localizado na Europa, o Chipre não faz parte da área prioritária do Brasil em termos de política externa. Por esta razão, em especial, fica mais fácil de explicar o seu baixo envolvimento na missão. No período estudado, entre janeiro de 2001 e outubro de 2009, o Brasil fez parte da missão em apenas dois meses: junho e julho de 2009, e com apenas uma tropa.

Podemos ver no gráfico 4.43 o percentual de participação total na UNFICYP, envolvendo tropas e policiais. Vemos, logo de cara, um fenômeno interessante, que Argentina e Reino Unido são os Estados que mais contribuem para a missão, somando, juntos, mais de 58% do total¹⁵⁶. Os dois Estados têm contribuição praticamente igual, ficando o Reino Unido levemente à frente, com 29,3% do total, enquanto a Argentina fica com 28,9%, uma diferença de apenas 0,4%, em junho de 2009. No mês seguinte,

¹⁵⁴ *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus.*

¹⁵⁵ Ver discussão no Capítulo 2, seção 2.2.1.

¹⁵⁶ O envolvimento do Reino Unido pode ser explicado pelo fato de ser a antiga metrópole colonial da região.

essa diferença cai para 0,3%, com a diminuição relativa de 0,1% do Reino Unido. Pode parecer uma diferença mínima e irrelevante de ser notada, mas é justamente esse o valor que corresponde à participação brasileira na UNFICYP: 0,1% do total, em ambos os meses.

O gráfico 4.44 nos mostra o percentual de contribuição de tropas. Nele, os números da Argentina e do Reino Unido ficam ainda maiores, ambos acima da casa dos 30%. Juntos, representam quase 63% do total, ficando, em junho de 2009, o Reino Unido com 31,7% do total e a Argentina com 31%. O Brasil, uma vez mais, não sai da casa de 0,1%. E, após julho de 2009, se retira da missão.

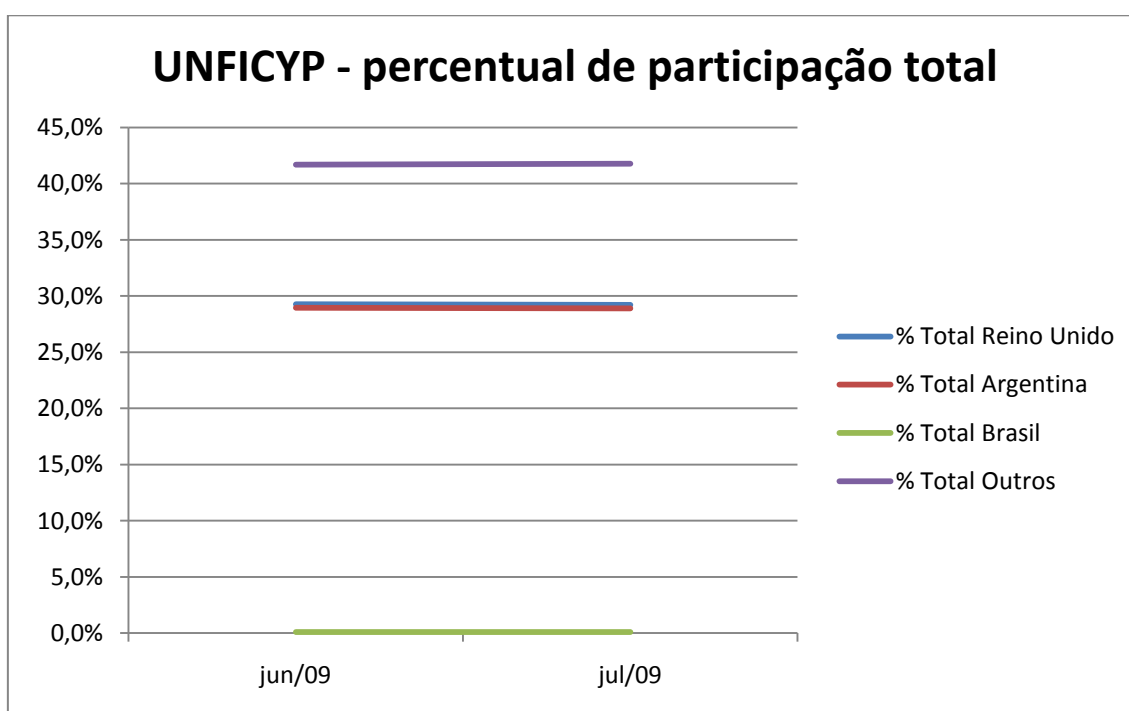


Gráfico 4.43: UNFICYP – percentual de participação total.

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

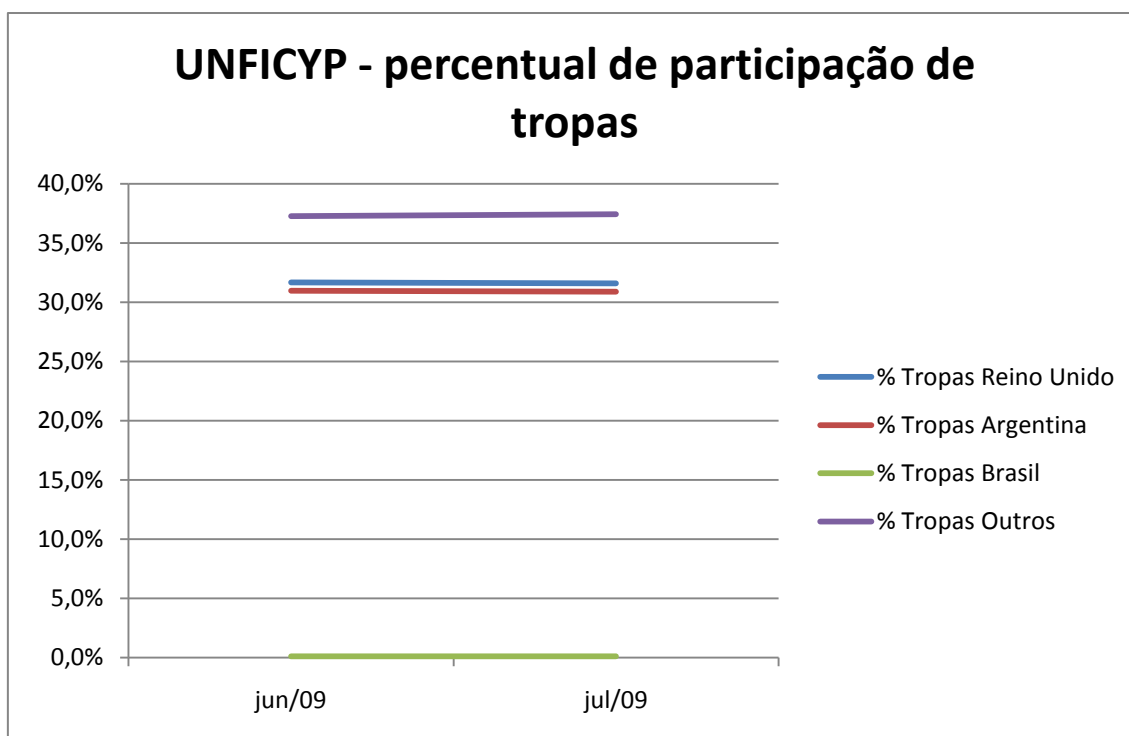


Gráfico 4.44: UNFICYP – percentual de participação de tropas.

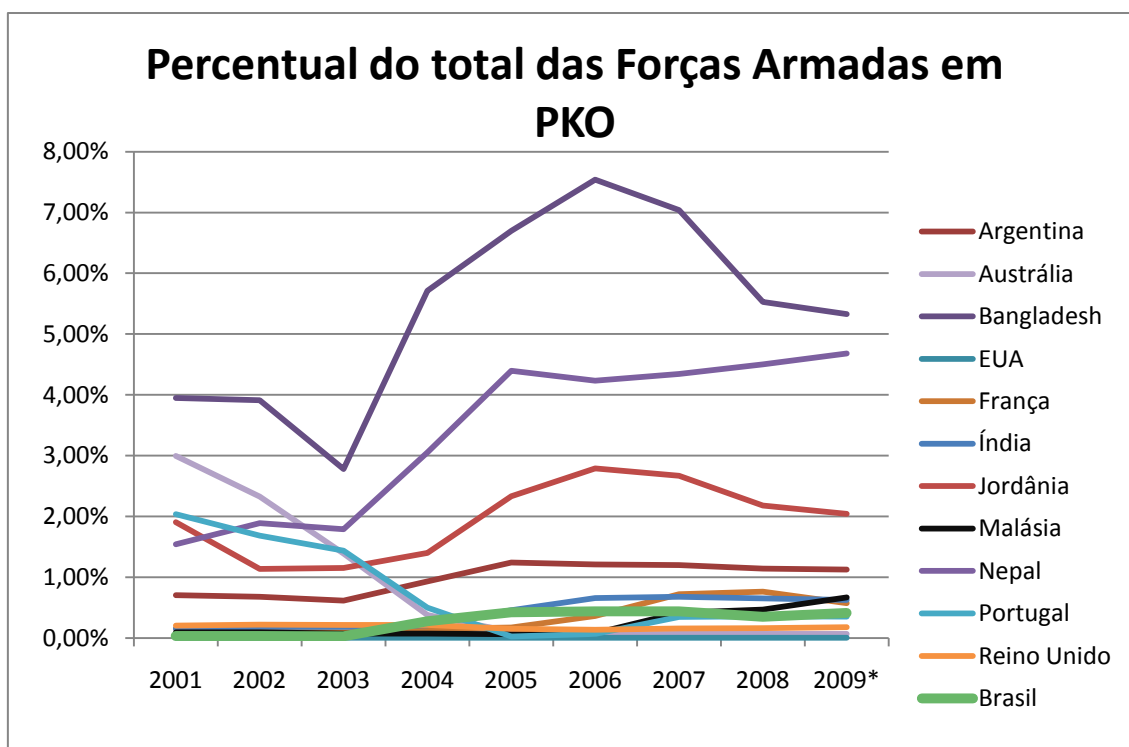
Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission*. January 2001 / October 2009.

4.1.19 - Percentual do total das FFAA em PKO da ONU

Como forma de analisar, também, o engajamento dos países nas PKO, decidimos comparar o percentual das Forças Armadas dos principais contribuintes para PKO Grandes, entre janeiro de 2001 e outubro de 2009, que se encontravam em missões de paz da ONU. Esses dados são apresentados no gráfico 4.45.

Para chegarmos a tais dados, somamos os totais de tropas e observadores militares em cada mês presentes em todas as missões de paz daquele ano e tiramos a média anual. Em seguida, calculamos o que isso representava em termos de percentual no total das FFAA de cada um dos principais contribuintes para as PKO Grandes, já previamente apontados nessa dissertação.

O que se pode ver é que, em termos de percentual das FFAA engajadas em missões de paz Grandes, a contribuição do Brasil é significativamente menor que as da maioria dos demais participantes. O percentual das FFAA brasileiras engajado em PKO da ONU entre 2001 e 2003 era de 0,03% do total, conforme se observa na tabela 4.2. Nesses anos, o percentual brasileiro só é maior do que o dos Estados Unidos. Em 2004, essa quantia aumenta cerca de nove vezes, passando para 0,28% das FFAA brasileiras em PKO. É o efeito MINUSTAH, com as contribuições mais elevadas em termos de tropas.



*Dados referentes aos meses de janeiro a outubro.

Gráfico 4.45: Percentual do total das Forças Armadas em PKO.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

TABELA 4.2 – PERCENTUAL DO TOTAL DAS FORÇAS ARMADAS EM PKO

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Brasil	0,03%	0,03%	0,03%	0,28%	0,42%	0,44%	0,44%	0,35%	0,41%
Argentina	0,71%	0,68%	0,61%	0,93%	1,24%	1,21%	1,20%	1,14%	1,13%
Austrália	3,00%	2,32%	1,39%	0,38%	0,10%	0,06%	0,07%	0,07%	0,06%
Bangladesh	3,95%	3,91%	2,78%	5,71%	6,70%	7,54%	7,04%	5,53%	5,33%
EUA	0,003%	0,002%	0,001%	0,002%	0,002%	0,002%	0,002%	0,002%	0,001%
França	0,15%	0,11%	0,09%	0,15%	0,17%	0,36%	0,72%	0,76%	0,57%
Índia	0,15%	0,18%	0,18%	0,21%	0,46%	0,65%	0,68%	0,65%	0,63%
Jordânia	1,90%	1,13%	1,15%	1,40%	2,33%	2,79%	2,67%	2,18%	2,04%
Malásia	0,09%	0,09%	0,07%	0,07%	0,06%	0,08%	0,42%	0,47%	0,67%
Nepal	1,54%	1,89%	1,79%	3,06%	4,40%	4,23%	4,34%	4,50%	4,68%
Portugal	2,04%	1,69%	1,44%	0,50%	0,02%	0,07%	0,35%	0,36%	0,35%
Reino Unido	0,20%	0,22%	0,21%	0,21%	0,15%	0,13%	0,16%	0,16%	0,18%

*Dados referentes aos meses de janeiro a outubro.

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

Nesse ano, o Brasil fica à frente dos EUA, França, Índia, Malásia e Reino Unido. Vemos, mais uma vez, como a MINUSTAH é um ponto de inflexão importante em termos de contribuição do país para PKO. O percentual das FFAA brasileiras em PKO

segue aumentando, e atinge o seu máximo nos anos de 2006 e 2007, quando chega a 0,44% do total. Nesse ano, o Brasil fica à frente da Austrália, EUA, Malásia, Portugal e Reino Unido.

Quando se compara, contudo, os valores máximos dos percentuais de engajamento das Forças Armadas em missões de paz de cada um dos países, em todos os anos estudados, o Brasil só fica à frente dos Estados Unidos e do Reino Unido. Todos os outros países tiveram valores máximos superiores aos brasileiros. Logo, mesmo após a MINUSTAH, a contribuição de militares brasileiros em comparação com o total das FFAA é pequena em comparação com a dos principais contribuintes para missões de paz da ONU.

Mesmo nos meses que ficou à frente de grandes contribuintes, quando se analisa o percentual das FFAA engajadas nas missões de paz, precisamos ver mais atentamente o que esses números representam em termos de efetivos. Em 2004, ano em que o Brasil fica à frente da Índia, com 0,28% e 0,21%, respectivamente, temos médias de tropas e observadores militares bem diferentes para os dois países. Enquanto o Brasil apresenta uma média de 833,50 militares, a Índia tem 2732,67 – uma quantia mais de três vezes maior.

4.2 – Observações Gerais

Analisando-se o perfil de atuação do Brasil em PKO, observamos alguns fenômenos interessantes. O primeiro, e um dos mais marcantes, é: (1) *numericamente, o Brasil se envolve mais em PKO Grandes do que em PKO Pequenas ou Médias*. Conforme vemos na tabela 4.1, das dezoito PKO que o Brasil participou, onze, ou 61%, foram Grandes, contra cinco pequenas, 28%, e apenas duas médias, 11%. Nem mesmo se somarmos as Pequenas e as Médias, num outro tipo eventual de categorização, temos um número superior às onze Grandes que o Brasil participou.

TABELA 4.3 – CLASSIFICAÇÃO DAS PKO SEM A PRESENÇA DO BRASIL
PELO TAMANHO DA MISSÃO

PKO	Número máximo de integrantes	Pequena	Média	Grande
BINUB	20	X		
UNAMA	27	X		
UNIOSIL	42	X		
UNMOGIP	47	X		
UNTSO	165		X	
UNAMI	234		X	
UNOMIG	251		X	
UNIKOM	1133			X
UNDOF	1152			X
UNMIBH	2437			X
ONUB	5665			X
UNIFIL	13539			X
UNAMSIL	17477			X
UNAMID	19290			X
MONUC	19670			X

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

A tabela 4.3 mostra as demais missões de paz estabelecidas no período, quinze ao todo, e que não contaram com a participação brasileira. Dessas missões, quatro são Pequenas, cerca de 27%. Apenas três são Médias, representando cerca de 20%, e a grande maioria é Grande, oito ao todo, representando mais de 53% do total. Ou seja, o fato de o Brasil participar de PKO Grandes mais do que Pequenas ou Médias pode ser um reflexo do fato que a ONU tem mais PKO desse tipo no período selecionado. Dessas missões que o Brasil não esteve presente, nenhuma é em sua área prioritária de política externa. Ou seja, é relevante observar, portanto, que o (2) *Brasil, no período selecionado, participou de todas as missões de paz estabelecidas em sua região prioritária da PEB.*

Ainda que tenha participado de todas as missões em sua região prioritária da PEB, (3) *o Brasil não necessariamente envia o maior número de contingentes em uma PKO nessa região.* Por quatro ocasiões, o Brasil foi o principal contribuinte total em uma PKO: na UNMOP, na UNMIN, na UNMISSET e na MINUSTAH. Apenas as duas últimas são na região prioritária da PEB. Dessas quatro PKO, apenas duas são grandes: UNMISSET e MINUSTAH. A UNMOP é pequena e a UNMIN é média. Além disso, das sete PKO que aconteceram em sua região prioritária e ele participou, o Brasil só foi o maior

contribuinte em duas. E, ainda assim, não foi uma liderança totalmente absoluta. Na UNMISSET, por exemplo, o Brasil só foi o principal contribuinte no final e, mesmo assim, quando houve uma diminuição significativa das contribuições gerais dos outros países. Na MINUSTAH, a liderança brasileira no envio geral foi maior durante o estabelecimento da missão. Depois disso, a contribuição brasileira ficou bem próxima da da Jordânia e do Nepal, sendo ultrapassado por ambos em alguns momentos. Isso tem uma implicação política bastante séria. Partindo-se do princípio que, em geral, o maior contribuinte é o líder da missão, manter a liderança significaria manter-se como principal contribuinte. Ou seja, permitir que outro país contribua mais do que o seu em uma PKO onde seu país é líder pode trazer implicações políticas sérias – até mesmo uma eventual mudança do comando da missão. Ou seja, para garantir que continuará no comando da MINUSTAH, o Brasil teria que garantir com muito mais força a sua superioridade de efetivos na missão.

(4) *O Brasil não se envolve apenas em PKO na sua região prioritária de política externa.* Ao todo, foram sete PKO, que funcionaram em sua região prioritária, tendo sido feitas em quatro Estados¹⁵⁷ diferentes. Fora de sua região prioritária, foram onze PKO. Seu envolvimento, contudo, foi bastante limitado. Nas PKO em que se envolveu proporcionalmente mais, sempre Pequenas ou Médias, a contribuição brasileira ficou ou próxima ou abaixo dos 10% do total¹⁵⁸. Daí tiramos outra conclusão, que (5) *em todas as PKO Grandes em que o Brasil se engajou fora de sua região prioritária, sua contribuição ficou abaixo de 1% do total da Missão.*

Outra observação é também relevante de ser feita a respeito dos números totais do Brasil: (6) *em PKO Grandes, o Brasil só enviou valores proporcionais substanciais em duas missões, a UNMISSET (28%, cerca de 135 pessoas) e a MINUSTAH (18%, cerca de 1200 pessoas).* Nem mesmo em outras PKO Grandes que aconteceram no Timor-Leste, por exemplo, o Brasil levou números significativos. Basta que se observe as PKO que aconteceram na região. Na UNTAET, o máximo que o Brasil mandou foi 1,3% do total, 95 indivíduos. Na UNMIT, 0,8%, 12 pessoas.

¹⁵⁷ Angola, Guatemala, Haiti e Timor-Leste.

¹⁵⁸ À exceção de períodos de estabelecimento da PKO ou em algum mês eventual, provavelmente fruto de troca de pessoal, como em fevereiro de 2009 na UNMIN, quando o Brasil chegou a ter 18% do total.

Quando se analisam os gráficos de contribuições isoladas, veem-se, também, alguns pontos interessantes. Desconsiderando aqueles gráficos onde a linha do Brasil está extremamente próxima do zero, nota-se que (7) *há um percentual maior de engajamento do Brasil com observadores militares do que com tropas ou policiais, quando se leva em conta apenas a presença nas PKO*. Em treze delas¹⁵⁹, houve um percentual considerável de militares brasileiros dentre os observadores militares. O menor percentual, dentre os máximos observados em cada PKO, foi de 4,2% na UNMIS, o que equivalia a 24 observadores. Esse foi também o maior valor absoluto de pessoas. O maior percentual, novamente, dentro dos máximos observados, foi de 18% na UNMIN, equivalente a 11 observadores. Houve apenas três PKO onde o número de policiais foi considerável¹⁶⁰, e apenas duas PKO nas quais o número de tropas foi considerável: UNMISSET e MINUSTAH. Contudo, os percentuais de tropas que o Brasil enviou para essas duas PKO nos fazem tirar outra afirmativa, que muda consideravelmente o panorama descrito até agora sobre a participação do país em PKO: (8) *analisando-se as contribuições efetivas gerais, e devido ao alto número de tropas enviadas para a MINUSTAH e a UNMISSET, é possível afirmar que o Brasil contribui mais com tropas para PKO do que com observadores militares ou policiais*. O número mais alto observado de tropas brasileiras na MINUSTAH foi de 58%, em junho de 2004, o que equivalia a 1204 pessoas. Na UNMISSET, o maior número foi de 32%, em julho de 2004, e representava 135 tropas brasileiras na missão. Logo, dessa afirmativa, chegamos em outra: (9) *excetuando-se a MINUSTAH e a UNMISSET, o perfil de contribuição do Brasil é de enviar mais observadores militares do que tropas ou policiais para as operações de paz da ONU*.

Quando se analisa o percentual das Forças Armadas presentes em missões de paz, vê-se que os números brasileiros não são altos. Na verdade, (10) *analisando-se os valores máximos do percentual das Forças Armadas dos principais contribuintes presentes em PKO Grandes, o Brasil fica à frente apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido*, mostrando um baixo grau de engajamento das Forças Armadas Brasileiras em missões de paz da ONU.

¹⁵⁹ UNMA, UNMOP, UNOTIL, MINUCI, UNMIN, MINURSO, UNMIT, UNMEE, MINURCAT, UNMISSET, UNOCI, UNTAET e UNMIS.

¹⁶⁰ MINUGUA, com 11% (1 policial), UNOTIL, com 8,6% (5 policiais) e UNMISSET, com 3,6% (5 policiais).

Ainda que haja – e, certamente há – diversas novas observações que possam ser feitas a respeito da participação do Brasil em PKO, esse novo ponto de vista pode colaborar bastante para as futuras análises sobre o tema, ao quantificar a contribuição efetiva do Brasil para as missões de paz da ONU.

Incidentalmente, há outro ponto que, embora não esteja diretamente relacionado à participação do Brasil em missões de paz, é importante salientar. Conforme observado anteriormente, Fortna (2008) afirma que há uma tendência a não ocorrer PKO em antigas colônias de grandes potências, e que a ocorrência de missões de paz não depende do interesse das grandes potências. Entretanto, não só houve PKO em antigas colônias, como as antigas metrópoles coloniais tendem a estar entre os países que mais contribuíram com efetivos para essas missões de paz. Foi o caso do Reino Unido atuando na UNFICYP, a França na MINURCAT, a Espanha na MINUGUA e Portugal em todas as PKO que aconteceram no Timor Leste. Isso sem mencionar a presença dos Estados Unidos como maior contribuinte da UNMIL. Ainda que não tenham sido metrópole colonial da Libéria, os EUA tiveram papel fundamental na formação do Estado liberiano, e mantiveram, historicamente, fortes laços com esse país.

5 – CONCLUSÃO

Buscando realizar uma nova proposta de análise do engajamento do Brasil em missões de paz da ONU, através da análise do engajamento percentual comparativo do país dentro de cada PKO que ele participa ao invés de apenas vermos com o que ele participa e em quais missões está presente, tivemos que discorrer tanto acerca das PKO quanto da PEB.

No Capítulo 2, fizemos um apanhado sobre a discussão sobre missões de paz. Começamos com a herança das Nações Unidas do sistema de segurança coletiva criado na Liga das Nações até a primeira PKO, surgida como uma alternativa para o não-funcionamento do sistema de segurança coletiva proposto na Carta da ONU. Vimos como as PKO operavam no período da Guerra Fria e como explodiram em quantidade e funções após o colapso soviético, dando origem não apenas às missões multidimensionais como também a mandatos mais impositivos, que faziam uso da força e relativizavam o princípio tradicional do consentimento das partes. Foi uma mudança de perfil, saindo de atuação principal em conflitos interestatais para conflitos intraestatais. Após um período de extrema expectativa, voltou-se a discussão sobre a importância do consentimento, mesmo que em missões de imposição da paz.

Discutiu-se também sobre a importância e a efetividade das PKO, e sobre o rumo que elas hoje tomam, com o uso de organizações internacionais para legitimá-las e o debate sobre a imparcialidade e o consentimento. Além disso, apresentamos não apenas tipologias alternativas das PKO, sugeridas por Fenton (2004), Fortna (2008), Howard (2008) e Proença Jr. (2002), mas também propostas de teorias de PKO, sob duas perspectivas distintas: construtivista (FORTNA, 2008) e dos estudos estratégicos, tratando do entendimento da PKO pelas teorias da guerra e de polícia (PROENÇA JR. 2002).

O Capítulo 3 tratou sobre a política externa brasileira frente a diversas questões, tais como o multilateralismo, o engajamento na ONU, a posição do Brasil quanto ao uso da força por organizações internacionais, a demanda pelo assento permanente no CSNU e o perfil do que já foi produzido sobre a participação do país em PKO da ONU. Vimos que há uma continuidade na valorização do país quanto ao uso de instituições multilaterais, e que isso foi aumentado a partir do governo de José Sarney. Outrora direcionado pelo princípio da autonomia pelo distanciamento, quando as organizações

eram vistas como representação do poder global entre EUA e URSS, a partir da retomada do controle pelos civis, o realismo teria voltado a direcionar a PEB, culminando na autonomia pela participação. Esse novo princípio vê que o país, por ter recursos limitados, só pode aumentar a sua autonomia se buscar uma participação em organismos multilaterais, aumentando, assim, o seu poder. Desde então, a demanda pelo assento permanente no CSNU é uma constante, e a diplomacia brasileira apresenta como credencial para a posição o engajamento do país em PKO. Apresentou-se, também, um apanhado sobre o perfil do que se produziu até agora sobre a participação do Brasil em PKO. Nesta parte, mostrou-se o perfil do discurso político brasileiro para o engajamento em missões de paz, os procedimentos internos para o envio de forças e as responsabilidades que poderiam estar associadas a um assento brasileiro no CSNU. Por fim, expusemos a participação brasileira na MINUSTAH, e como ela representa um precedente importante para a atuação do Brasil em PKO da ONU. Conforme também observamos no Capítulo 1, um ponto interessante a ser estudado no futuro é como o terremoto de 12 de janeiro de 2010 afetou a participação brasileira na MINUSTAH. Uma boa pergunta de estudo pode ser se o percentual de engajamento do Brasil na missão continuou superior aos demais após o terremoto, a fim de justificar a continuidade de seu comando militar da PKO.

O Capítulo 4 trouxe, então, a novidade proposta nessa dissertação: a análise quantitativa comparada do engajamento brasileiro em PKO da ONU, que levou às seguintes observações:

- (1) numericamente, o Brasil se envolve mais em PKO Grandes do que em PKO Pequenas ou Médias;
- (2) o Brasil, no período selecionado, participou de todas as missões de paz estabelecidas em sua região prioritária da PEB;
- (3) o Brasil não necessariamente envia o maior número de contingentes em uma PKO na sua região prioritária da PEB;
- (4) o Brasil não se envolve apenas em PKO na sua região prioritária de política externa;
- (5) em todas as PKO Grandes que se engajou fora de sua região prioritária, a contribuição total do Brasil ficou abaixo de 1%;

(6) em PKO Grandes, o Brasil só enviou valores proporcionais substanciais em duas missões, a UNMISSET (28%, cerca de 135 pessoas) e a MINUSTAH (18%, cerca de 1200 pessoas);

(7) há um percentual maior de engajamento do Brasil com observadores militares do que com tropas ou policiais, quando se leva em conta apenas a presença nas PKO;

(8) analisando-se as contribuições efetivas gerais, é possível afirmar que o Brasil contribui mais com tropas para PKO do que com observadores militares ou policiais;

(9) excetuando-se a MINUSTAH e a UNMISSET, contudo, o perfil de contribuição do Brasil é de enviar mais observadores militares do que tropas ou policiais para as PKO das ONU;

(10) analisando-se os valores máximos do percentual das Forças Armadas dos principais contribuintes presentes em PKO Grandes, o Brasil fica à frente apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Cumprimos, aqui, o objetivo de mostrar uma nova perspectiva para a análise da participação brasileira em missões de paz da ONU. Vimos que, em termos proporcionais, independentemente da frequência da participação brasileira em missões de paz ser elevada, a intensidade do seu engajamento é comparativamente baixa.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Sérgio Luis. **As forças de paz do Brasil: Balanço.** In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (org). **Brasil em Missões de Paz.** São Paulo, Usina do Livro, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A Política Externa do novo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva – retrospecto histórico e avaliação programática.** In Revista Brasileira de Política Internacional, julho-dezembro, vol. 45, vol. 2: 229-39. 2002.

ALMINO, João. **Inserção Internacional de Segurança do Brasil: A Perspectiva Diplomática.** In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências.** Brasília: IBRI/FUNAG, 2000.

AMORIM, Celso. **XLVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1993.** In CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 569-78, 2007.

ARRAES, Virgílio. **O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002.** In: Revista Brasileira de Política Internacional. v. 48 (2): 152-168, 2005.

ARRAES, Virgílio. **O Brasil e a ONU de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões.** In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos (org). In: Relações Internacionais do Brasil - Temas e Agendas, Volume 2. São Paulo: Saraiva. 7-41. 2006

BARBOSA, Afonso. **Visão Militar sobre a Inserção Internacional de Segurança do Brasil**. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

BETTS, Richard K. *Systems for Peace or Causes of War? Collective Security, Arms Control and the New Europe*. In: *International Security*, Volume 17, Issue 1. Summer, 1992: 5-43.

_____. *The delusion of impartial intervention*. In: *Foreign Affairs*, Volume 73, No. 6. 1994: 20-33.

BITTNER, Egon. *Florence Nightingale in pursuit of Willie Sutton: a theory of the police*. In: BITTNER, Egon. *Aspects of Police Work*. Boston: Northeastern University Press, 1990, p. 233-268.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Notas Explanatórias sobre a Concepção Multidimensional das Missões de Paz**. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domício (orgs.) **Paz & Terrorismo. Textos do Seminário “Desafios para a Política de Segurança Internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas”**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício. **Apresentação**. In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

BRAHIMI, Lakhdar (org.). *Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects*. UN Document A/55/305 – S/2000/809, de 21 de agosto de 2000.

BULL, Hedley. *The Anarchycal Society*. Macmillan Press Ltd. Londres. 1999.

CANNABRAVA, Ivan. **O Brasil e as operações de manutenção da paz**. Política Externa, Vol. 5 - nº 3, dezembro: 93-105, 1996.

CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, FUNAG, 1998.

CERVO, Amado Luiz. **A dimensão da segurança na política exterior do Brasil**. In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002a.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais do Brasil: Um balanço da Era Cardoso**. In Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 45, n. 1, pp: 5-35, 2002b.

CLAPHAM, Christopher. 1998. **Being Peacekept**. In: **Peacekeeping in Africa**, editado por O. Furley e R. May. Aldershot: Ashgate.

COLEMAN, Katharina P. **International Organisations and Peace Enforcement. The Politics of International Legitimacy**. Cambridge University Press, 2007.

CORBETT, Julian S. **Some principles of maritime strategy**. Annapolis: Naval Institute Press, 1988

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COSTA, Thomaz Guedes da. **A Segurança Internacional do Brasil e os Estados Unidos da América na era do anti-terror**. In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

COUTO, Leandro Freitas; LESSA, Antônio Carlos; FARIAS, Rogério de Souza. **Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008)**. Revista Brasileira de Política Internacional, n.52 (1): 89-109, 2009.

COX, David. **Exploring An Agenda for Peace**. Ottawa: Canadian Center for Global Security, 1993.

DINIZ, Eugenio. **O Brasil e a MINUSTAH**. Washington: Center for Hemispheric Defense Studies, 2005. Disponível em: http://www.ndu.edu/chds/Journal/PDF/2005/Diniz_article-edited.pdf . Último acesso em 11 de novembro de 2009.

_____. **O Brasil e as Operações de Paz**. In: ALTEMANI, Henrique e

LESSA, Antônio Carlos (org). “Relações Internacionais do Brasil - Temas e Agendas”, Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2006. Pp: 303-337.

DOYLE, Michael W.; SAMBANIS, Nicholas. **United Nations Peace Operations. Making War and Building Peace**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

DUARTE, E. E. **Novas Perspectivas para Forças de Paz da ONU: O Relatório Brahimi e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA**. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domício (orgs.) **Paz & Terrorismo. Textos do Seminário “Desafios para a Política de Segurança Internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas”**. São Paulo: Hucitec, 2004.

FERREIRA, Wallace. **Política Externa do Governo Lula: Coalizões Rumo ao Sul como Alternativa Multilateral**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 100-125, jan.-jun. 2009.

FENTON, Neil. *Understanding the UN Security Council. Coercion or Consent?*. Ashgate Publishing Limited: Ashgate. 2004.

FORTNA, Virginia Page. **Does Peacekeeping Work? Shaping Belligerents’ Choices after Civil War**. Princeton University Press, 2008.

GAIRDNER, David. **As Operações de Paz em Ambientes Criminalizados**. In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domício (orgs.) **Paz & Terrorismo. Textos do Seminário “Desafios para a Política de Segurança Internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas”**. São Paulo: Hucitec, 2004.

GHALI, Boutros. *An Agenda For Peace. Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. UN Document A/47/277 – S/24111, de 17 de junho de 1992.

_____. *Supplement to An Agenda For Peace: Position Paper of the Secretary-General on the Occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations*. UN Document A/50/60 - S/1995/1, de 03 de janeiro de 1995.

GOULDING, Marrack. *The evolution of United Nations Peacekeeping*. In: *International Affairs*, vol. 69, nº3, 1993.

HERZ, Mônica; WROBEL, Paulo S. **A Política Brasileira de Segurança no Pós-Guerra Fria**. In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

HIRST, Mônica & PINHEIRO, Letícia. **A política externa do Brasil em dois tempos**. In Revista Brasileira de Política Internacional, ano 38, n. 1, 1995, p. 5-23

HOWARD, Lise Morjé. **UN Peacekeeping in Civil Wars**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JONES, Bruce D. **A Manutenção da Paz pelas Nações Unidas: Novos Desafios**. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domício (orgs.) **Paz & Terrorismo. Textos do Seminário “Desafios para a Política de Segurança Internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas”**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, set/dez, p. 81-100, 1967.

_____. **XLVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1992**. In CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 551-63, 2007.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **L Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 1995**. In CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 595-605, 2007.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. University of Chicago. 2001.

MELLO E SILVA, Alexandra de. **Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41 (2): 139-158, 1998a.

_____. **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU.** Carta Internacional, número 68, ano VI, out de 1998b.

MELLO, Valérie de Campos. **Paz e Segurança na ONU: A Visão do Brasil.** In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e as negociações multilaterais.** In: Revista Brasileira de Política Internacional. v. 43 (1): 119-137. 2000.

_____; VASCONCELOS, Flávia Nico. **Política Externa Brasileira, continuidade e/ou ruptura?** Trabalho apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2004.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA Jr, Domício & DINIZ, Eugenio. **Uso de Força e Ostensividade.** In: Boletim de Conjuntura Política. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, junho de 2000. Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/sites/100/164/00000004.pdf> . Último acesso em 11/11/2009.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; VIGEVANI, Tullo. **A política Externa na era FHC: um exercício de autonomia pela integração.** Trabalho apresentado no 4º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Rio de Janeiro, 2004.

ONU. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco, 1945. <http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php> (último acesso em 26.06.2009).

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 22, nº2, julho/dezembro: 350-335, 2000.

PROENÇA JR, Domício (2002). **O enquadramento das Missões de Paz (PKO) nas teorias da guerra e de polícia.** In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45 (2): 146-197. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200008&script=sci_arttext#nt03 . Último acesso em 11/11/2009.

REZENDE, Lucas. **Brasil Hegêmona? A Balança de Poder na América do Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso. Belo Horizonte: Departamento de Relações Internacionais, PUC Minas. 2005.

SANTOS, Norma Breda dos. **A dimensão multilateral da política externa brasileira: perfil da produção bibliográfica.** In: Revista Brasileira de Política Internacional 45 (2): 26-45, 2002.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **Brasil, política multilateral e Nações Unidas.** Conferência apresentada ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em 17 de agosto de 2004. In: Estudos Avançados, v. 19 (53): 347-367, 2005. Disponível em <<http://www.usp.br/iea/sardenberg.html>>.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas.** In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. In: Sessenta anos de Política Externa Brasileira. 1920-1990. Prioridades, Atores e Políticas. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP. 215-248, 1998.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil na Presidência no Conselho de Segurança das Nações Unidas.** In: CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de; JÚNIOR, Gélson Fonseca (org). In: Temas de Política Externa Brasileira II v. 1. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo: Editora Paz e Terra. 135-145, 1994.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas.** In CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 739-46, 2007.

SUTTERLIN, James S. *The United Nations and the Maintenance of International Security. A Challenge To Be Met.* Praeger, 1995.

TARRISSE DA FONTOURA, Paulo Roberto Campos. **Missões de Paz: A OTAN e as Nações Unidas.** In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR, Domício (orgs.) **Paz & Terrorismo. Textos do Seminário “Desafios para a Política de Segurança Internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas”.** São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco, FUNAG, 2005.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2001.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2002.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2003.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2004.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2005.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2006.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2007.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2008.

The International Institute for Strategic Studies. ***The Military Balance***. London, International Institute for Strategic Studies, 2009.

UN. ***United Nations Peacekeeping Operations – principles and Guidelines***. United Nations, Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. 2008. http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf (último acesso em 26.06.2009).

UN. ***Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009***. Disponível em:

<<http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/>>. Último acesso em 15 de dezembro de 2009.

VALLADÃO, Alfredo da Gama e Abreu. **A Autonomia pela Responsabilidade: o Brasil frente ao Uso Legítimo da Força**. In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (orgs). **Brasil e o Mundo. Novas Visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

VAZ, Alcides da Costa. **O Governo Lula: uma nova política exterior?** Fórum de Diálogo IBAS, 2005. Publicação online disponível em:
http://www.forumibsa.org/publicacoes/O_Governo_Lula_uma_nova_pol%C3%ADtica_exterior.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2010.

WOLHFORTH, William C. **The Stability of a Unipolar World**. International Security, Vol 4, No 1. (Summer).1999: 5-41.

ANEXO A - UNMIK

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Obser.	Total UNMIK	Polícia EUA	Observ. EUA	Total EUA	Polícia Índia	Observ. Índia	Total Índia	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Total Outros	Polícia Outros	% Total EUA	% Total Índia	% Total Brasil	% Total Outros	% Polícia EUA	% Polícia Índia
nov/03	0	3728	39	3767	474	2	476	341	0	341	3	0	3	2947	2910	12,6%	9,1%	0,08%	78,2%	12,7%	9,1%
dez/03	0	3691	40	3731	464	2	466	335	0	335	3	0	3	2927	2889	12,5%	9,0%	0,08%	78,5%	12,6%	9,1%
jan/04	0	3611	38	3649	443	2	445	335	0	335	3	0	3	2866	2830	12,2%	9,2%	0,08%	78,5%	12,3%	9,3%
fev/04	0	3508	37	3545	430	2	432	334	0	334	3	0	3	2776	2741	12,2%	9,4%	0,08%	78,3%	12,3%	9,5%
mar/04	0	3478	38	3516	421	2	423	334	0	334	3	0	3	2756	2720	12,0%	9,5%	0,09%	78,4%	12,1%	9,6%
abr/04	0	3506	37	3543	398	2	400	334	0	334	3	0	3	2806	2771	11,3%	9,4%	0,08%	79,2%	11,4%	9,5%
mai/04	0	3510	36	3546	382	2	384	333	0	333	3	0	3	2826	2792	10,8%	9,4%	0,08%	79,7%	10,9%	9,5%
jun/04	0	3603	37	3640	366	2	368	332	0	332	3	0	3	2937	2902	10,1%	9,1%	0,08%	80,7%	10,2%	9,2%
jul/04	0	3604	35	3639	320	0	320	332	0	332	3	0	3	2984	2949	8,8%	9,1%	0,08%	82,0%	8,9%	9,2%
ago/04	0	3604	37	3641	320	0	320	331	0	331	3	0	3	2987	2950	8,8%	9,1%	0,08%	82,0%	8,9%	9,2%
set/04	0	3562	37	3599	309	0	309	331	0	331	3	0	3	2956	2919	8,6%	9,2%	0,08%	82,1%	8,7%	9,3%
out/04	0	3658	36	3694	309	0	309	331	0	331	3	0	3	3051	3015	8,4%	9,0%	0,08%	82,6%	8,4%	9,0%
nov/04	0	3616	37	3653	295	0	295	315	0	315	3	0	3	3040	3003	8,1%	8,6%	0,08%	83,2%	8,2%	8,7%
dez/04	0	3509	37	3546	294	0	294	315	0	315	3	0	3	2934	2897	8,3%	8,9%	0,08%	82,7%	8,4%	9,0%
jan/05	0	3509	37	3546	290	0	290	294	0	294	3	0	3	2959	2922	8,2%	8,3%	0,08%	83,4%	8,3%	8,4%
fev/05	0	3391	37	3428	287	0	287	294	0	294	3	0	3	2844	2807	8,4%	8,6%	0,09%	83,0%	8,5%	8,7%
mar/05	0	3215	37	3252	287	0	287	293	0	293	3	0	3	2669	2632	8,8%	9,0%	0,09%	82,1%	8,9%	9,1%
abr/05	0	2992	37	3029	279	0	279	292	0	292	3	0	3	2455	2418	9,2%	9,6%	0,10%	81,0%	9,3%	9,8%
mai/05	0	2709	36	2745	274	0	274	195	0	195	3	0	3	2273	2237	10,0%	7,1%	0,11%	82,8%	10,1%	7,2%
jun/05	0	2709	36	2745	274	0	274	195	0	195	3	0	3	2273	2237	10,0%	7,1%	0,11%	82,8%	10,1%	7,2%
jul/05	0	2612	37	2649	272	0	272	194	0	194	3	0	3	2180	2143	10,3%	7,3%	0,11%	82,3%	10,4%	7,4%
ago/05	0	2612	36	2648	267	0	267	194	0	194	3	0	3	2184	2148	10,1%	7,3%	0,11%	82,5%	10,2%	7,4%
set/05	0	2233	35	2268	255	0	255	107	0	107	3	0	3	1903	1868	11,2%	4,7%	0,13%	83,9%	11,4%	4,8%
out/05	0	2186	36	2222	252	0	252	92	0	92	3	0	3	1875	1839	11,3%	4,1%	0,14%	84,4%	11,5%	4,2%
nov/05	0	2188	36	2224	251	0	251	91	0	91	3	0	3	1879	1843	11,3%	4,1%	0,13%	84,5%	11,5%	4,2%
dez/05	0	2146	37	2183	249	0	249	91	0	91	3	0	3	1840	1803	11,4%	4,2%	0,14%	84,3%	11,6%	4,2%
jan/06	0	2150	37	2187	247	0	247	91	0	91	3	0	3	1846	1809	11,3%	4,2%	0,14%	84,4%	11,5%	4,2%
fev/06	0	2221	38	2259	244	0	244	91	0	91	3	0	3	1921	1883	10,8%	4,0%	0,13%	85,0%	11,0%	4,1%
mar/06	0	2188	38	2226	242	0	242	91	0	91	2	0	2	1891	1853	10,9%	4,1%	0,09%	85,0%	11,1%	4,2%
abr/06	0	2134	37	2171	239	0	239	91	0	91	2	0	2	1839	1802	11,0%	4,2%	0,09%	84,7%	11,2%	4,3%
mai/06	0	2086	37	2123	238	0	238	91	0	91	2	0	2	1792	1755	11,2%	4,3%	0,09%	84,4%	11,4%	4,4%
jun/06	0	1928	37	1965	238	0	238	91	0	91	2	0	2	1634	1597	12,1%	4,6%	0,10%	83,2%	12,3%	4,7%
jul/06	0	1977	37	2014	231	0	231	90	0	90	2	0	2	1691	1654	11,5%	4,5%	0,10%	84,0%	11,7%	4,6%
ago/06	0	2021	36	2057	225	0	225	89	0	89	2	0	2	1741	1705	10,9%	4,3%	0,10%	84,6%	11,1%	4,4%
set/06	0	1870	37	1907	224	0	224	89	0	89	2	0	2	1592	1555	11,7%	4,7%	0,10%	83,5%	12,0%	4,8%
out/06	0	1893	37	1930	223	0	223	89	0	89	2	0	2	1616	1579	11,6%	4,6%	0,10%	83,7%	11,8%	4,7%
nov/06	0	1883	37	1920	222	0	222	89	0	89	2	0	2	1607	1570	11,6%	4,6%	0,10%	83,7%	11,8%	4,7%
dez/06	0	1960	37	1997	222	0	222	88	0	88	2	0	2	1685	1648	11,1%	4,4%	0,10%	84,4%	11,3%	4,5%
jan/07	0	1983	36	2019	222	0	222	87	0	87	2	0	2	1708	1672	11,0%	4,3%	0,10%	84,6%	11,2%	4,4%
fev/07	0	2028	37	2065	221	0	221	87	0	87	2	0	2	1755	1718	10,7%	4,2%	0,10%	85,0%	10,9%	4,3%
mar/07	0	2025	36	2061	220	0	220	87	0	87	2	0	2	1752	1716	10,7%	4,2%	0,10%	85,0%	10,9%	4,3%
abr/07	0	2001	38	2039	218	0	218	87	0	87	2	0	2	1732	1694	10,7%	4,3%	0,10%	84,9%	10,9%	4,3%
mai/07	0	2050	37	2087	218	0	218	87	0	87	2	0	2	1780	1743	10,4%	4,2%	0,10%	85,3%	10,6%	4,2%
jun/07	0	2136	37	2173	217	0	217	86	0	86	2	0	2	1868	1831	10,0%	4,0%	0,09%	86,0%	10,2%	4,0%
jul/07	0	2116	40	2156	217	0	217	85	0	85	2	0	2	1852	1812	10,1%	3,9%	0,09%	85,9%	10,3%	4,0%
ago/07	0	1946	40	1986	217	0	217	85	0	85	2	0	2	1682	1642	10,9%	4,3%	0,10%	84,7%	11,2%	4,4%
set/07	0	2029	40	2069	216	0	216	85	0	85	2	0	2	1766	1726	10,4%	4,1%	0,10%	85,4%	10,6%	4,2%
out/07	0	1996	40	2036	215	0	215	82	0	82	2	0	2	1737	1697	10,6%	4,0%	0,10%	85,3%	10,8%	4,1%

nov07	0	2006	39	2045	214	0	214	78	0	78	2	0	2	1751	1712	10,5%	3,8%	0,10%	85,6%	10,7%	3,9%
dez/07	0	1996	39	2035	214	0	214	78	0	78	2	0	2	1741	1702	10,5%	3,8%	0,10%	85,6%	10,7%	3,9%
jan/08	0	2010	41	2051	213	0	213	78	0	78	2	0	2	1758	1717	10,4%	3,8%	0,10%	85,7%	10,6%	3,9%
few08	0	1996	40	2036	208	0	208	76	0	76	2	0	2	1750	1710	10,2%	3,7%	0,10%	86,0%	10,4%	3,8%
mar/08	0	1953	40	1993	208	0	208	75	0	75	2	0	2	1708	1668	10,4%	3,8%	0,10%	85,7%	10,7%	3,8%
abr/08	0	1917	39	1956	207	0	207	72	0	72	0	0	0	1677	1638	10,6%	3,7%	0,00%	85,7%	10,8%	3,8%
mai/08	0	1926	37	1963	204	0	204	72	0	72	2	0	2	1685	1648	10,4%	3,7%	0,10%	85,8%	10,6%	3,7%
jun/08	0	2028	39	2067	202	0	202	72	0	72	2	0	2	1791	1752	9,8%	3,5%	0,10%	86,6%	10,0%	3,6%
jul/08	0	2010	38	2048	196	0	196	71	0	71	2	0	2	1779	1741	9,6%	3,5%	0,10%	86,9%	9,8%	3,5%
ago/08	0	2015	32	2047	185	0	185	68	0	68	2	0	2	1792	1760	9,0%	3,3%	0,10%	87,5%	9,2%	3,4%
set/08	0	1910	29	1939	156	0	156	54	0	54	2	0	2	1727	1698	8,0%	2,8%	0,10%	89,1%	8,2%	2,8%
out/08	0	1871	26	1897	151	0	151	53	0	53	2	0	2	1691	1665	8,0%	2,8%	0,11%	89,1%	8,1%	2,8%
nov08	0	1288	24	1312	114	0	114	43	0	43	2	0	2	1153	1129	8,7%	3,3%	0,15%	87,9%	8,9%	3,3%
dez/08	0	841	22	863	0	0	0	38	0	38	2	0	2	823	801	0,0%	4,4%	0,23%	95,4%	0,0%	4,5%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel*: Country/Mission. January 2001 / October 2009.

UNMIL

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNMIL	Tropas Banglad.	Polícia Banglad.	Observ. Banglad.	Total Banglad.	Tropas Paquist.	Polícia Paquist.	Observ. Paquist.	Total Paquist.	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Tropas Outros	Total Outros	% Total Banglad.	% Total Paquist.	% Total Brasil
out/03	4481	0	6	4487	860	0	2	862	3	0	0	3	0	0	0	0	3618	3622	19,2%	0,1%	0,0%
nov/03	5455	41	73	5569	1107	3	6	1116	101	3	4	108	1	0	0	1	4246	4344	20,0%	1,9%	0,0%
dez/03	8387	312	107	8806	1574	2	8	1584	1025	0	6	1031	1	0	0	1	5787	6190	18,0%	11,7%	0,0%
jan/04	10903	442	108	11453	3267	8	8	3283	1528	0	6	1534	1	0	0	1	6107	6635	28,7%	13,4%	0,0%
fev/04	11527	518	107	12152	3255	9	8	3272	1588	4	6	1598	0	0	0	0	6684	7282	26,9%	13,2%	0,0%
mar/04	13808	551	137	14496	3973	9	11	3993	1738	13	8	1759	1	0	0	1	8096	8743	27,5%	12,1%	0,0%
abr/04	13938	632	169	14739	3172	9	17	3198	2437	13	16	2466	1	0	0	1	8328	9074	21,7%	16,7%	0,0%
mai/04	14649	791	184	15624	3173	24	17	3214	2746	13	16	2775	1	0	0	1	8729	9634	20,6%	17,8%	0,0%
jun/04	13375	1049	192	14616	3198	24	17	3239	2750	13	16	2779	1	0	0	1	7426	8597	22,2%	19,0%	0,0%
jul/04	13881	1091	202	15174	3199	24	17	3240	2749	25	16	2790	1	0	0	1	7932	9143	21,4%	18,4%	0,0%
ago/04	14468	1091	20	15579	3199	24	17	3240	2748	25	16	2789	1	0	0	1	8520	9549	20,8%	17,9%	0,0%
set/04	14363	1089	201	15653	3195	24	19	3238	2748	25	16	2789	1	0	0	1	8419	9625	20,7%	17,8%	0,0%
out/04	14337	1097	198	15632	3195	24	17	3236	2747	22	16	2785	1	0	0	1	8394	9610	20,7%	17,8%	0,0%
nov/04	14488	1097	195	15780	3190	24	17	3231	2745	22	13	2780	1	0	0	1	8552	9768	20,5%	17,6%	0,0%
dez/04	14501	1098	189	15788	3184	23	16	3223	2747	22	13	2782	1	0	0	1	8569	9782	20,4%	17,6%	0,0%
jan/05	14472	1098	205	15775	3171	23	18	3212	2736	22	16	2774	1	0	0	1	8564	9788	20,4%	17,6%	0,0%
fev/05	14738	1074	205	16017	3281	23	18	3322	2734	25	16	2775	1	0	0	1	8722	9919	20,7%	17,3%	0,0%
mar/05	14666	1083	203	15952	3200	28	18	3246	2755	24	16	2785	1	0	0	1	8720	9920	20,3%	17,5%	0,0%
abr/05	14530	1060	196	15786	3199	28	18	3245	2621	24	16	2661	1	0	0	1	8709	9879	20,6%	16,9%	0,0%
mai/05	14622	1060	198	15880	3199	28	17	3244	2750	24	16	2790	1	0	0	1	8672	9845	20,4%	17,6%	0,0%
jun/05	14696	1060	198	15954	3199	28	17	3244	2750	24	16	2790	1	0	0	1	8746	9919	20,3%	17,5%	0,0%
jul/05	14683	1084	198	15965	3199	30	17	3246	2749	21	16	2786	1	0	0	1	8734	9932	20,3%	17,5%	0,0%
ago/05	14692	1084	202	15978	3196	30	17	3243	2750	21	16	2787	1	0	0	1	8745	9947	20,3%	17,4%	0,0%
set/05	14674	1093	207	15974	3195	27	17	3239	2748	16	16	2780	1	0	0	1	8730	9954	20,3%	17,4%	0,0%
out/05	14645	1101	199	15945	3194	30	17	3241	2744	22	16	2782	1	0	0	1	8706	9921	20,3%	17,4%	0,0%
nov/05	14656	1088	193	15937	3193	29	16	3238	2741	17	16	2774	1	0	0	1	8721	9924	20,3%	17,4%	0,0%
dez/05	14824	1091	197	16112	3192	29	16	3237	2694	17	17	2728	1	0	0	1	8937	10146	20,1%	16,9%	0,0%
jan/06	14832	1028	205	16065	3190	25	17	3232	2694	5	16	2715	1	0	0	1	8947	10117	20,1%	16,9%	0,0%
fev/06	14867	1028	203	16098	3187	25	17	3229	2731	5	16	2752	1	0	0	1	8948	10116	20,1%	17,1%	0,0%
mar/06	14614	1028	199	15841	3143	25	14	3182	2749	5	15	2769	1	0	0	1	8721	9889	20,1%	17,5%	0,0%
abr/06	14656	1051	184	15891	3199	29	14	3242	2748	15	14	2777	1	0	0	1	8708	9871	20,4%	17,5%	0,0%
mai/06	14595	1017	196	15808	3199	28	17	3244	2747	22	16	2785	1	0	0	1	8648	9778	20,5%	17,6%	0,0%
jun/06	14576	1042	207	15825	3199	29	17	3245	2749	22	16	2787	1	0	0	1	8627	9792	20,5%	17,6%	0,0%
jul/06	14569	1011	204	15784	3199	29	17	3245	2746	26	16	2788	1	0	0	1	8623	9750	20,6%	17,7%	0,0%
ago/06	14603	1051	204	15858	3199	28	17	3244	2750	31	16	2797	1	0	0	1	8653	9816	20,5%	17,6%	0,0%
set/06	14570	1076	200	15846	3197	29	17	3243	2751	29	16	2796	1	0	0	1	8621	9806	20,5%	17,6%	0,0%
out/06	14434	1098	207	15739	3195	29	17	3241	2750	29	16	2795	1	0	0	1	8488	9702	20,6%	17,8%	0,0%
nov/06	14334	1097	207	15638	3192	29	17	3238	2747	28	16	2791	0	0	0	0	8395	9609	20,7%	17,8%	0,0%
dez/06	13613	1097	188	14898	3191	29	17	3237	2989	28	14	3031	2	0	0	2	7431	8628	21,7%	20,3%	0,0%
jan/07	13804	1213	199	15216	3190	29	17	3236	2960	29	16	3005	2	0	0	2	7652	8973	21,3%	19,7%	0,0%
fev/07	13849	1201	207	15257	3174	29	17	3220	2996	28	16	3040	2	0	0	2	7677	8995	21,1%	19,9%	0,0%
mar/07	13841	1201	214	15256	3199	29	17	3245	2987	28	16	3031	2	0	0	2	7653	8978	21,3%	19,9%	0,0%
abr/07	13854	1202	206	15262	3200	29	17	3246	2989	28	15	3032	2	0	0	2	7663	8982	21,3%	19,9%	0,0%
mai/07	13932	1158	206	15296	3200	20	17	3237	3401	22	13	3436	2	0	0	2	7329	8621	21,2%	22,5%	0,0%
jun/07	13939	1176	212	15327	3199	28	17	3244	3401	31	15	3447	2	0	0	2	7337	8634	21,2%	22,5%	0,0%
jul/07	13925	1181	210	15316	3198	29	17	3244	3401	32	15	3448	3	0	0	3	7323	8621	21,2%	22,5%	0,0%
ago/07	13920	1146	207	15273	3198	29	17	3244	3401	28	15	3444	3	0	0	3	7318	8582	21,2%	22,5%	0,0%
set/07	13924	1193	201	15318	3201	33	17	3251	3402	31	15	3448	3	0	0	3	7318	8616	21,2%	22,5%	0,0%
out/07	13322	1172	206	14700	3200	30	19	3249	3403	32	15	3450	3	0	0	3	6716	7998	22,1%	23,5%	0,0%
nov/07	13335	1183	199	14717	3199	30	17	3246	3402	33	15	3450	3	0	0	3	6731	8018	22,1%	23,4%	0,0%
dez/07	13310	1203	199	14712	3199	30	17	3246	3387	32	14	3433	3	0	0	3	6721	8030	22,1%	23,3%	0,0%
jan/08	13291	1205	194	14690	3196	30	18	3244	3387	31	13	3431	3	0	0	3	6705	8012	22,1%	23,4%	0,0%
fev/08	12754	1194	194	14142	2793	30	18	2841	3390	31	13	3434	3	0	0	3	6568	7864	20,1%	24,3%	0,0%
mar/08	12242	1148	196	13586	2396	30	18	2444	3404	19	15	3438	3	0	0	3	6439	7701	18,0%	25,3%	0,0%

abr/08	12031	1147	204	13382	2392	26	18	2436	3395	19	16	3430	3	0	0	3	6241	7513	18,2%	25,6%	0,0%
mai/08	11588	1145	201	12934	2392	26	18	2436	3400	19	16	3435	3	0	0	3	5793	7060	18,8%	26,6%	0,0%
jun/08	11588	1110	200	12898	2392	17	18	2427	3400	10	16	3426	3	0	0	3	5793	7042	18,8%	26,6%	0,0%
jul/08	11534	1086	195	12815	2392	16	18	2426	3403	9	11	3423	3	0	0	3	5736	6963	18,9%	26,7%	0,0%
ago/08	11442	1094	200	12736	2393	16	18	2427	3402	6	14	3422	3	0	0	3	5644	6884	19,1%	26,9%	0,0%
set/08	11465	1037	206	12708	2399	6	19	2424	3401	5	14	3420	3	0	0	3	5662	6861	19,1%	26,9%	0,0%
out/08	11436	1074	210	12720	2391	17	19	2427	3400	17	14	3431	3	0	0	3	5642	6859	19,1%	27,0%	0,0%
nov/08	10782	1083	200	12065	2390	15	14	2419	3398	17	13	3428	3	0	0	3	4991	6215	20,0%	28,4%	0,0%
dez/08	10607	1066	180	11853	2388	14	14	2416	3394	16	15	3425	4	0	0	4	4821	6008	20,4%	28,9%	0,0%
jan/09	10595	1201	167	11963	2385	17	11	2413	3384	22	14	3420	3	0	0	3	4823	6127	20,2%	28,6%	0,0%
fev/09	10114	1213	144	11471	2381	17	11	2409	3074	22	12	3108	3	0	0	3	4656	5951	21,0%	27,1%	0,0%
mar/09	9988	1218	139	11345	2181	17	11	2209	3153	21	10	3184	2	0	0	2	4652	5950	19,5%	28,1%	0,0%
abr/09	9890	1212	140	11242	2181	17	15	2213	3042	21	9	3072	2	0	0	2	4665	5955	19,7%	27,3%	0,0%
mai/09	10029	1208	137	11374	2341	17	11	2369	3030	21	9	3060	2	0	0	2	4656	5943	20,8%	26,9%	0,0%
jun/09	10065	1205	136	11406	2341	17	11	2369	3066	22	9	3097	2	0	0	2	4656	5938	20,8%	27,2%	0,0%
jul/09	10052	1324	135	11511	2338	17	11	2366	3064	22	9	3095	2	0	0	2	4648	6048	20,6%	26,9%	0,0%
ago/09	10046	1331	139	11516	2338	17	11	2366	3057	21	10	3088	2	0	0	2	4649	6060	20,5%	26,8%	0,0%
set/09	10033	1355	131	11519	2340	17	11	2368	3072	20	9	3101	2	0	0	2	4619	6048	20,6%	26,9%	0,0%
out/09	10033	1343	122	11498	2338	18	11	2367	3070	18	8	3096	2	0	0	2	4623	6033	20,6%	26,9%	0,0%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission, January 2001 / October 2009.*

ANEXO C – MINUCI

Mês	Total Observ.	Total MINUCI	Observ. Paraguai	Total Paraguai	Observ. Brasil	Total Brasil	Observ. Outros	% Observ. Paraguai	% Observ. Outros	% Observ. Brasil
jun/03	18	18	2	2	0	0	16	11,1%	88,9%	0,0%
jul/03	26	26	2	2	0	0	24	7,7%	92,3%	0,0%
ago/03	29	29	2	2	0	0	27	6,9%	93,1%	0,0%
set/03	32	32	2	2	0	0	30	6,3%	93,8%	0,0%
out/03	37	37	3	3	3	3	31	8,1%	83,8%	8,1%
nov/03	63	63	8	8	3	3	52	12,7%	82,5%	4,8%
dez/03	72	72	8	8	4	4	60	11,1%	83,3%	5,6%
jan/04	74	74	8	8	4	4	62	10,8%	83,8%	5,4%
fev/04	75	75	8	8	4	4	63	10,7%	84,0%	5,3%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel*: Country/Mission. January 2001 / October 2009.

ANEXO D – UNMA

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNMA	Observ. Brasil	Total Brasil	Observ. Romênia	Total Romênia	Observ. Outros	% Observ. Brasil	% Observ. Romênia	% Observ. Outros
ago/02	0	0	8	8	3	3	1	1	4	37,5%	12,5%	50,0%
set/02	0	0	8	8	3	3	1	1	4	37,5%	12,5%	50,0%
out/02	0	0	8	8	3	3	1	1	4	37,5%	12,5%	50,0%
nov/02	0	0	8	8	3	3	1	1	4	37,5%	12,5%	50,0%
dez/02	0	0	8	8	3	3	1	1	4	37,5%	12,5%	50,0%
jan/03	0	0	6	6	3	3	1	1	2	50,0%	16,7%	33,3%

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO E – UNMISET

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNMISSET	Tropas Austrália	Polícia Austrália	Observ. Austrália	Total Austrália	Tropas Portugal	Polícia Portugal	Observ. Portugal	Total Portugal	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Tropas Outros	Polícia Outros	Observ. Outros	Total Outros
mai/02	5082	1108	117	6307	1300	80	15	1395	733	154	0	887	74	11	13	98	2975	863	89	3927
jun/02	4788	939	119	5846	1148	79	15	1242	678	34	0	712	75	11	13	99	2887	815	91	3793
jul/02	4574	834	118	5526	1052	78	15	1145	664	16	1	681	74	11	12	97	2784	729	90	3603
ago/02	4542	771	116	5429	1031	60	15	1106	650	16	1	667	74	9	12	95	2787	686	88	3561
set/02	4478	754	122	5354	971	60	22	1053	647	11	0	658	74	9	12	95	2786	674	88	3548
out/02	4427	741	114	5282	866	58	15	939	646	14	1	661	75	9	11	95	2840	660	87	3587
nov/02	3890	741	120	4751	838	58	15	911	641	14	1	656	124	9	11	144	2287	660	93	3040
dez/02	3742	730	111	4583	840	55	15	910	639	30	1	670	56	8	10	74	2207	637	85	2929
jan/03	3748	729	112	4589	829	55	15	899	653	30	1	684	56	8	12	76	2210	636	84	2930
fev/03	3761	682	108	4551	826	45	15	886	654	29	1	684	56	6	12	74	2225	602	80	2907
mar/03	3598	651	102	4351	806	45	11	862	656	29	1	686	59	5	10	74	2077	572	80	2729
abr/03	3380	641	104	4125	775	45	11	831	654	29	1	684	58	5	12	75	1893	562	80	2535
mai/03	3393	517	104	4014	813	45	11	869	654	29	1	684	59	2	12	73	1867	441	80	2388
jun/03	3386	421	103	3910	810	44	10	864	651	25	1	677	58	5	12	75	1867	347	80	2294
jul/03	3333	415	100	3848	779	44	7	830	656	25	1	682	57	5	12	74	1841	341	80	2262
ago/03	3372	387	95	3854	792	44	7	843	656	19	1	676	58	5	11	74	1866	319	76	2261
set/03	3359	496	96	3951	787	45	7	839	656	20	1	677	58	5	11	74	1858	426	77	2361
out/03	2937	439	97	3473	790	25	7	822	662	17	1	680	108	5	12	125	1377	392	77	1846
nov/03	2422	390	90	2902	358	19	7	384	660	22	1	683	58	5	12	75	1346	344	70	1760
dez/03	1675	319	79	2073	301	20	7	328	517	20	1	538	58	5	11	74	799	274	60	1133
jan/04	1666	319	78	2063	309	0	7	316	521	20	1	542	59	5	11	75	777	294	59	1130
fev/04	1665	303	77	2045	304	21	7	332	519	20	1	540	58	5	11	74	784	257	58	1099
mar/04	1666	302	77	2045	307	21	7	335	518	19	1	538	58	5	11	74	783	257	58	1098
abr/04	1668	300	77	2045	309	21	7	337	519	19	1	539	58	4	11	73	782	256	58	1096
mai/04	1549	129	60	1738	256	15	3	274	515	18	2	535	58	3	9	70	720	93	46	859
jun/04	428	129	42	599	104	15	3	122	5	18	4	27	128	3	4	135	191	93	31	315
jul/04	422	139	43	604	93	17	3	113	5	17	5	27	135	5	4	144	189	100	31	320
ago/04	425	139	42	606	91	17	3	111	5	17	5	27	135	5	4	144	194	100	30	324
set/04	429	147	42	618	93	17	3	113	5	17	5	27	135	5	4	144	196	108	30	334
out/04	430	150	42	622	94	17	3	114	5	17	5	27	135	5	4	144	196	111	30	337
nov/04	423	149	43	615	87	17	3	107	5	17	5	27	135	5	4	144	196	110	31	337
dez/04	429	147	43	619	92	17	3	112	6	17	5	28	135	4	4	143	196	109	31	336
jan/05	429	147	43	619	92	17	3	112	6	17	5	28	135	4	4	143	196	109	31	336
fev/05	428	138	42	608	91	17	3	111	6	17	5	28	135	4	4	143	196	100	30	326
mar/05	469	137	41	647	94	17	3	114	11	17	5	33	139	4	4	147	225	99	29	353
abr/05	469	135	41	645	94	17	3	114	11	17	5	33	139	4	4	147	225	97	29	351

Mês	% Total Austrália	% Total Portugal	% Total Brasil	% Total Outros	% Tropas Austrália	% Tropas Portugal	% Brasil Tropas	% Outros Tropas	% Polícia Austrália	% Polícia Portugal	% Brasil Polícia	% Outros Polícia	% Observ. Austrália	% Observ. Portugal	% Observ. Brasil	% Observ. Outros
mai/02	22,1%	14,1%	1,6%	62,3%	25,6%	14,4%	1,5%	58,5%	7,2%	13,9%	1,0%	77,9%	12,8%	0,0%	11,1%	76,1%
jun/02	21,2%	12,2%	1,7%	64,9%	24,0%	14,2%	1,6%	60,3%	8,4%	3,6%	1,2%	86,8%	12,6%	0,0%	10,9%	76,5%
jul/02	20,7%	12,3%	1,8%	65,2%	23,0%	14,5%	1,6%	60,9%	9,4%	1,9%	1,3%	87,4%	12,7%	0,8%	10,2%	76,3%
ago/02	20,4%	12,3%	1,7%	65,6%	22,7%	14,3%	1,6%	61,4%	7,8%	2,1%	1,2%	89,0%	12,9%	0,9%	10,3%	75,9%
set/02	19,7%	12,3%	1,8%	66,3%	21,7%	14,4%	1,7%	62,2%	8,0%	1,5%	1,2%	89,4%	18,0%	0,0%	9,8%	72,1%
out/02	17,8%	12,5%	1,8%	67,9%	19,6%	14,6%	1,7%	64,2%	7,8%	1,9%	1,2%	89,1%	13,2%	0,9%	9,6%	76,3%
nov/02	19,2%	13,8%	3,0%	64,0%	21,5%	16,5%	3,2%	58,8%	7,8%	1,9%	1,2%	89,1%	12,5%	0,8%	9,2%	77,5%
dez/02	19,9%	14,6%	1,6%	63,9%	22,4%	17,1%	1,5%	59,0%	7,5%	4,1%	1,1%	87,3%	13,5%	0,9%	9,0%	76,6%
jan/03	19,6%	14,9%	1,7%	63,8%	22,1%	17,4%	1,5%	59,0%	7,5%	4,1%	1,1%	87,2%	13,4%	0,9%	10,7%	75,0%
fev/03	19,5%	15,0%	1,6%	63,9%	22,0%	17,4%	1,5%	59,2%	6,6%	4,3%	0,9%	88,3%	13,9%	0,9%	11,1%	74,1%
mar/03	19,8%	15,8%	1,7%	62,7%	22,4%	18,2%	1,6%	57,7%	6,9%	4,5%	0,8%	87,9%	10,8%	1,0%	9,8%	78,4%
abr/03	20,1%	16,6%	1,8%	61,5%	22,9%	19,3%	1,7%	56,0%	7,0%	4,5%	0,8%	87,7%	10,6%	1,0%	11,5%	76,9%
mai/03	21,6%	17,0%	1,8%	59,5%	24,0%	19,3%	1,7%	55,0%	8,7%	5,6%	0,4%	85,3%	10,6%	1,0%	11,5%	76,9%
jun/03	22,1%	17,3%	1,9%	58,7%	23,9%	19,2%	1,7%	55,1%	10,5%	5,9%	1,2%	82,4%	9,7%	1,0%	11,7%	77,7%
jul/03	21,6%	17,7%	1,9%	58,8%	23,4%	19,7%	1,7%	55,2%	10,6%	6,0%	1,2%	82,2%	7,0%	1,0%	12,0%	80,0%
ago/03	21,9%	17,5%	1,9%	58,7%	23,5%	19,5%	1,7%	55,3%	11,4%	4,9%	1,3%	82,4%	7,4%	1,1%	11,6%	80,0%
set/03	21,2%	17,1%	1,9%	59,8%	23,4%	19,5%	1,7%	55,3%	9,1%	4,0%	1,0%	85,9%	7,3%	1,0%	11,5%	80,2%
out/03	23,7%	19,6%	3,6%	53,2%	26,9%	22,5%	3,7%	46,9%	5,7%	3,9%	1,1%	89,3%	7,2%	1,0%	12,4%	79,4%
nov/03	13,2%	23,5%	2,6%	60,6%	14,8%	27,3%	2,4%	55,6%	4,9%	5,6%	1,3%	88,2%	7,8%	1,1%	13,3%	77,8%
dez/03	15,8%	26,0%	3,6%	54,7%	18,0%	30,9%	3,5%	47,7%	6,3%	6,3%	1,6%	85,9%	8,9%	1,3%	13,9%	75,9%
jan/04	15,3%	26,3%	3,6%	54,8%	18,5%	31,3%	3,5%	46,6%	0,0%	6,3%	1,6%	92,2%	9,0%	1,3%	14,1%	75,6%
fev/04	16,2%	26,4%	3,6%	53,7%	18,3%	31,2%	3,5%	47,1%	6,9%	6,6%	1,7%	84,8%	9,1%	1,3%	14,3%	75,3%
mar/04	16,4%	26,3%	3,6%	53,7%	18,4%	31,1%	3,5%	47,0%	7,0%	6,3%	1,7%	85,1%	9,1%	1,3%	14,3%	75,3%
abr/04	16,5%	26,4%	3,6%	53,6%	18,5%	31,1%	3,5%	46,9%	7,0%	6,3%	1,3%	85,3%	9,1%	1,3%	14,3%	75,3%
mai/04	15,8%	30,8%	4,0%	49,4%	16,5%	33,2%	3,7%	46,5%	11,6%	14,0%	2,3%	72,1%	5,0%	3,3%	15,0%	76,7%
jun/04	20,4%	4,5%	22,5%	52,6%	24,3%	1,2%	29,9%	44,6%	11,6%	14,0%	2,3%	72,1%	7,1%	9,5%	9,5%	73,8%
jul/04	18,7%	4,5%	23,8%	53,0%	22,0%	1,2%	32,0%	44,8%	12,2%	12,2%	3,6%	71,9%	7,0%	11,6%	9,3%	72,1%
ago/04	18,3%	4,5%	23,8%	53,5%	21,4%	1,2%	31,8%	45,6%	12,2%	12,2%	3,6%	71,9%	7,1%	11,9%	9,5%	71,4%
set/04	18,3%	4,4%	23,3%	54,0%	21,7%	1,2%	31,5%	45,7%	11,6%	11,6%	3,4%	73,5%	7,1%	11,9%	9,5%	71,4%
out/04	18,3%	4,3%	23,2%	54,2%	21,9%	1,2%	31,4%	45,6%	11,3%	11,3%	3,3%	74,0%	7,1%	11,9%	9,5%	71,4%
nov/04	17,4%	4,4%	23,4%	54,8%	20,6%	1,2%	31,9%	46,3%	11,4%	11,4%	3,4%	73,8%	7,0%	11,6%	9,3%	72,1%
dez/04	18,1%	4,5%	23,1%	54,3%	21,4%	1,4%	31,5%	45,7%	11,6%	11,6%	2,7%	74,1%	7,0%	11,6%	9,3%	72,1%
jan/05	18,1%	4,5%	23,1%	54,3%	21,4%	1,4%	31,5%	45,7%	11,6%	11,6%	2,7%	74,1%	7,0%	11,6%	9,3%	72,1%
fev/05	18,3%	4,6%	23,5%	53,6%	21,3%	1,4%	31,5%	45,8%	12,3%	12,3%	2,9%	72,5%	7,1%	11,9%	9,5%	71,4%
mar/05	17,6%	5,1%	22,7%	54,6%	20,0%	2,3%	29,6%	48,0%	12,4%	12,4%	2,9%	72,3%	7,3%	12,2%	9,8%	70,7%
abr/05	17,7%	5,1%	22,8%	54,4%	20,0%	2,3%	29,6%	48,0%	12,6%	12,6%	3,0%	71,9%	7,3%	12,2%	9,8%	70,7%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO F – MINUGUA

Mês	Total Polícia	Total Observ.	Total MINUGUA	Polícia Espanha	Observ. Espanha	Total Espanha	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Polícia Outros	Observ. Outros	Total Outros	% Total Espanha	% Total Outros	% Total Brasil	% Polícia Espanha	% Polícia Outros	% Polícia Brasil
jan/01	11	4	15	2	1	3	1	0	1	8	3	11	20,0%	73,3%	6,7%	18,2%	72,7%	9,1%
fev/01	11	4	15	2	1	3	1	0	1	8	3	11	20,0%	73,3%	6,7%	18,2%	72,7%	9,1%
mar/01	9	4	13	2	1	3	1	0	1	6	3	9	23,1%	69,2%	7,7%	22,2%	66,7%	11,1%
abr/01	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%
mai/01	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%
jun/01	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%
jul/01	9	4	13	2	1	3	1	0	1	6	3	9	23,1%	69,2%	7,7%	22,2%	66,7%	11,1%
ago/01	9	3	12	2	1	3	1	0	1	6	2	8	25,0%	66,7%	8,3%	22,2%	66,7%	11,1%
set/01	9	3	12	2	1	3	1	0	1	6	2	8	25,0%	66,7%	8,3%	22,2%	66,7%	11,1%
out/01	9	4	13	2	1	3	1	0	1	6	3	9	23,1%	69,2%	7,7%	22,2%	66,7%	11,1%
nov/01	9	4	13	2	1	3	1	0	1	6	3	9	23,1%	69,2%	7,7%	22,2%	66,7%	11,1%
dez/01	9	4	13	2	1	3	1	0	1	6	3	9	23,1%	69,2%	7,7%	22,2%	66,7%	11,1%
jan/02	9	4	13	2	1	3	1	0	1	6	3	9	23,1%	69,2%	7,7%	22,2%	66,7%	11,1%
fev/02	9	4	13	2	1	3	1	0	1	6	3	9	23,1%	69,2%	7,7%	22,2%	66,7%	11,1%
mar/02	11	4	15	2	1	3	1	0	1	8	3	11	20,0%	73,3%	6,7%	18,2%	72,7%	9,1%
abr/02	11	4	15	2	1	3	1	0	1	8	3	11	20,0%	73,3%	6,7%	18,2%	72,7%	9,1%
mai/02	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%
jun/02	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%
jul/02	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%
ago/02	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%
set/02	10	4	14	2	1	3	1	0	1	7	3	10	21,4%	71,4%	7,1%	20,0%	70,0%	10,0%

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO G – UNTAET

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNTAET	Tropas Austrália	Polícia Austrália	Observ. Austrália	Total Austrália	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Tropas Nigéria	Polícia Nigéria	Observ. Nigéria	Total Nigéria	Tropas Outros	Polícia Outros	Observ. Outros	Total Outros
ago/01	7998	1489	127	9614	1480	97	17	1594	75	11	14	100	0	2	0	2	6443	1379	96	7918
set/01	7914	1527	121	9562	1440	96	15	1551	74	11	14	99	0	2	0	2	6400	1418	92	7910
jul/01	7969	1468	123	9560	1434	97	17	1548	74	8	14	96	0	2	0	2	6461	1361	92	7914
jun/01	7953	1426	124	9503	1457	98	17	1572	74	8	13	95	0	2	0	2	6422	1318	94	7834
mar/01	7947	1367	124	9438	1647	100	17	1764	74	6	13	93	0	30	0	30	6226	1231	94	7551
jan/01	7663	1478	148	9289	1597	102	17	1716	71	6	11	88	0	51	0	51	5995	1319	120	7434
out/01	7731	1428	120	9279	1219	96	15	1330	74	11	13	98	0	2	0	2	6438	1319	92	7849
mai/01	7904	1357	0	9261	1448	99	0	1547	74	6	0	80	0	2	0	2	6382	1250	0	7632
nov/01	7672	1386	129	9187	1417	79	15	1511	74	11	13	98	0	2	0	2	6181	1294	101	7576
fev/01	7265	1438	113	8816	1647	100	15	1762	74	6	12	92	0	51	0	51	5544	1281	86	6911
abr/01	7333	1156	133	8622	1690	100	17	1807	73	6	13	92	0	2	0	2	5570	1048	103	6721
dez/01	7110	1316	102	8528	1407	78	14	1499	74	10	13	97	0	2	0	2	5629	1226	75	6930
abr/02	6442	1278	120	7841	1567	77	15	1659	74	11	13	98	0	0	0	0	4801	1190	92	6084
mar/02	6281	1288	118	7687	1369	77	15	1461	74	11	13	98	0	1	0	1	4838	1199	90	6127
jan/02	6266	1259	118	7643	1423	78	15	1516	72	8	12	92	0	2	0	2	4771	1171	91	6033
fev/02	5942	1223	119	7284	1439	78	15	1532	74	11	13	98	0	2	0	2	4429	1132	91	5652

Mês	% Total Austrália	% Brasil Total	% Total Nigéria	% Outros Total	% Tropas Austrália	% Tropas Brasil	% Tropas Outros	% Policiais Austrália	% Policiais Brasil	% Policiais Nigéria	% Policiais Outros	% Observ. Austrália	% Observ. Outros	% Observ. Brasil
ago/01	16,6%	1,0%	0,02%	82,4%	18,5%	0,9%	80,6%	6,5%	0,7%	0,1%	92,6%	13,4%	75,6%	11,0%
set/01	16,2%	1,0%	0,02%	82,7%	18,2%	0,9%	80,9%	6,3%	0,7%	0,1%	92,9%	12,4%	76,0%	11,6%
jul/01	16,2%	1,0%	0,02%	82,8%	18,0%	0,9%	81,1%	6,6%	0,5%	0,1%	92,7%	13,8%	74,8%	11,4%
jun/01	16,5%	1,0%	0,02%	82,4%	18,3%	0,9%	80,7%	6,9%	0,6%	0,1%	92,4%	13,7%	75,8%	10,5%
mar/01	18,7%	1,0%	0,32%	80,0%	20,7%	0,9%	78,3%	7,3%	0,4%	2,2%	90,1%	13,7%	75,8%	10,5%
jan/01	18,5%	0,9%	0,55%	80,0%	20,8%	0,9%	78,2%	6,9%	0,4%	3,5%	89,2%	11,5%	81,1%	7,4%
out/01	14,3%	1,1%	0,02%	84,6%	15,8%	1,0%	83,3%	6,7%	0,8%	0,1%	92,4%	12,5%	76,7%	10,8%
mai/01	16,7%	0,9%	0,02%	82,4%	18,3%	0,9%	80,7%	7,3%	0,4%	0,1%	92,1%	0,0%	0,0%	0,0%
nov/01	16,4%	1,1%	0,02%	82,5%	18,5%	1,0%	80,6%	5,7%	0,8%	0,1%	93,4%	11,6%	78,3%	10,1%
fev/01	20,0%	1,0%	0,58%	78,4%	22,7%	1,0%	76,3%	7,0%	0,4%	3,5%	89,1%	13,3%	76,1%	10,6%
abr/01	21,0%	1,1%	0,02%	78,0%	23,0%	1,0%	76,0%	8,7%	0,5%	0,2%	90,7%	12,8%	77,4%	9,8%
dez/01	17,6%	1,1%	0,02%	81,3%	19,8%	1,0%	79,2%	5,9%	0,8%	0,2%	93,2%	13,7%	73,5%	12,7%
abr/02	21,2%	1,2%	0,00%	77,6%	24,3%	1,1%	74,5%	6,0%	0,9%	0,0%	93,1%	12,5%	76,7%	10,8%
mar/02	19,0%	1,3%	0,01%	79,7%	21,8%	1,2%	77,0%	6,0%	0,9%	0,1%	93,1%	12,7%	76,3%	11,0%
jan/02	19,8%	1,2%	0,03%	78,9%	22,7%	1,1%	76,1%	6,2%	0,6%	0,2%	93,0%	12,7%	77,1%	10,2%
fev/02	21,0%	1,3%	0,03%	77,6%	24,2%	1,2%	74,5%	6,4%	0,9%	0,2%	92,6%	12,6%	76,5%	10,9%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO H – UNMOP

	Total	Total	Total	Total	Tropas	Polícia	Observ.	Total	Observ.	Observ.	Observ.	Observ.	Observ.	Observ.	Observ.	%			%	%
Mês	Tropas	Polícia	Observ.	UNMOP	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Argentina	Indonésia	Irlanda	Nova Zelândia	Ucrânia	Outros	Brasil	Argentina	Indonésia	Irlanda	Nova Zelândia	Ucrânia
jan/01	0	0	27	27	0	0	1	1	1	2	1	2	1	19	3,7%	3,7%	7,4%	3,7%	7,4%	3,7%
fev/01	0	0	25	25	0	0	1	1	1	2	1	0	1	19	4,0%	4,0%	8,0%	4,0%	0,0%	4,0%
mar/01	0	0	27	27	0	0	1	1	1	2	1	2	1	19	3,7%	3,7%	7,4%	3,7%	7,4%	3,7%
abr/01	0	0	26	26	0	0	1	1	1	2	1	2	1	18	3,8%	3,8%	7,7%	3,8%	7,7%	3,8%
mai/01	0	0	27	27	0	0	1	1	1	2	1	2	1	19	3,7%	3,7%	7,4%	3,7%	7,4%	3,7%
jun/01	0	0	27	27	0	0	1	1	1	2	1	2	1	19	3,7%	3,7%	7,4%	3,7%	7,4%	3,7%
jul/01	0	0	27	27	0	0	1	1	1	2	1	2	1	19	3,7%	3,7%	7,4%	3,7%	7,4%	3,7%
ago/01	0	0	27	27	0	0	1	1	1	2	1	2	1	19	3,7%	3,7%	7,4%	3,7%	7,4%	3,7%
set/01	0	0	26	26	0	0	1	1	2	2	2	1	1	17	3,8%	7,7%	7,7%	7,7%	3,8%	3,8%
out/01	0	0	26	26	0	0	1	1	2	2	2	1	1	17	3,8%	7,7%	7,7%	7,7%	3,8%	3,8%
nov/01	0	0	26	26	0	0	1	1	2	2	2	1	1	17	3,8%	7,7%	7,7%	7,7%	3,8%	3,8%
dez/01	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	1	17	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	3,7%
jan/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	1	17	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	3,7%
fev/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
mar/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
abr/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
mai/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
jun/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
jul/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
ago/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
set/02	0	0	27	27	0	0	2	2	2	2	2	1	2	16	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	3,7%	7,4%
out/02	0	0	24	24	0	0	2	2	2	2	1	1	2	14	8,3%	8,3%	8,3%	4,2%	4,2%	8,3%
nov/02	0	0	25	25	0	0	2	2	2	2	1	1	2	15	8,0%	8,0%	8,0%	4,0%	4,0%	8,0%

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO I – UNOTIL

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNOTIL	Polícia Portugal	Observ. Portugal	Total Portugal	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Outros	Polícia Outros	Observ. Outros	Total Brasil	% Total Brasil	% Total Portugal	% Total Outros	% Polícia Brasil	% Polícia Portugal	% Polícia Outros	% Observ. Brasil	% Observ. Portugal
mai/05	0	51	15	66	8	3	11	3	2	50	40	10	5	7,6%	16,7%	75,8%	5,9%	15,7%	78,4%	13,3%	20,0%
jun/05	0	51	15	66	8	3	11	3	2	50	40	10	5	7,6%	16,7%	75,8%	5,9%	15,7%	78,4%	13,3%	20,0%
jul/05	0	41	15	56	3	3	6	2	2	46	36	10	4	7,1%	10,7%	82,1%	4,9%	7,3%	87,8%	13,3%	20,0%
ago/05	0	41	15	56	3	3	6	2	2	46	36	10	4	7,1%	10,7%	82,1%	4,9%	7,3%	87,8%	13,3%	20,0%
set/05	0	48	15	63	7	2	9	2	2	50	39	11	4	6,3%	14,3%	79,4%	4,2%	14,6%	81,3%	13,3%	13,3%
out/05	0	58	15	73	7	2	9	5	2	57	46	11	7	9,6%	12,3%	78,1%	8,6%	12,1%	79,3%	13,3%	13,3%
nov/05	0	56	15	71	7	2	9	3	2	57	46	11	5	7,0%	12,7%	80,3%	5,4%	12,5%	82,1%	13,3%	13,3%
dez/05	0	57	15	72	7	2	9	3	2	58	47	11	5	6,9%	12,5%	80,6%	5,3%	12,3%	82,5%	13,3%	13,3%
jan/06	0	57	15	72	7	2	9	3	2	58	47	11	5	6,9%	12,5%	80,6%	5,3%	12,3%	82,5%	13,3%	13,3%
fev/06	0	56	15	71	7	2	9	3	2	57	46	11	5	7,0%	12,7%	80,3%	5,4%	12,5%	82,1%	13,3%	13,3%
mar/06	0	56	15	71	7	2	9	3	2	57	46	11	5	7,0%	12,7%	80,3%	5,4%	12,5%	82,1%	13,3%	13,3%
abr/06	0	56	15	71	7	2	9	3	2	57	46	11	5	7,0%	12,7%	80,3%	5,4%	12,5%	82,1%	13,3%	13,3%
mai/06	0	44	15	59	6	2	8	3	2	46	35	11	5	8,5%	13,6%	78,0%	6,8%	13,6%	79,5%	13,3%	13,3%
jun/06	0	26	13	39	5	2	7	1	2	29	20	9	3	7,7%	17,9%	74,4%	3,8%	19,2%	76,9%	15,4%	15,4%
jul/06	0	26	12	38	5	2	7	1	1	29	20	9	2	5,3%	18,4%	76,3%	3,8%	19,2%	76,9%	8,3%	16,7%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO J – UNOCI

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNOCI	Tropas Banglad.	Polícia Banglad.	Observ. Banglad.	Total Banglad.	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Tropas Outros	Polícia Outros	Observ. Outros	Total Outros	% Total Brasil	% Total Banglad.	% Total Outros	% Tropas Brasil	% Tropas Banglad.	% Tropas Outros
mar/04	32	0	74	106	4	0	6	10	1	0	4	5	27	0	64	91	4,72%	9,4%	85,8%	3,13%	12,5%	84,4%
abr/04	1572	6	123	1701	9	0	7	16	1	0	4	5	1562	6	112	1680	0,29%	0,9%	98,8%	0,06%	0,6%	99,4%
mai/04	2915	60	121	3096	374	0	7	381	1	0	4	5	2540	60	110	2710	0,16%	12,3%	87,5%	0,03%	12,8%	87,1%
jun/04	3360	85	134	3579	785	0	10	795	1	0	4	5	2574	85	120	2779	0,14%	22,2%	77,6%	0,03%	23,4%	76,6%
jul/04	4735	133	148	5016	1846	0	10	1856	1	0	4	5	2888	133	134	3155	0,10%	37,0%	62,9%	0,02%	39,0%	61,0%
ago/04	5844	133	164	6141	2830	0	10	2840	1	0	4	5	3013	133	150	3296	0,08%	46,2%	53,7%	0,02%	48,4%	51,6%
set/04	5843	212	166	6221	2830	1	10	2841	1	0	4	5	3012	211	152	3375	0,08%	45,7%	54,3%	0,02%	48,4%	51,5%
out/04	5834	216	168	6218	2829	1	10	2840	1	0	4	5	3004	215	154	3373	0,08%	45,7%	54,2%	0,02%	48,5%	51,5%
nov/04	5842	213	153	6208	2833	1	6	2840	1	0	4	5	3008	212	143	3363	0,08%	45,7%	54,2%	0,02%	48,5%	51,5%
dez/04	5846	215	154	6215	2834	1	10	2845	1	0	4	5	3011	214	140	3365	0,08%	45,8%	54,1%	0,02%	48,5%	51,5%
jan/05	5843	215	166	6224	2832	1	10	2843	1	0	4	5	3010	214	152	3376	0,08%	45,7%	54,2%	0,02%	48,5%	51,5%
fev/05	5848	218	171	6237	2832	1	10	2843	1	0	4	5	3015	217	157	3389	0,08%	45,6%	54,3%	0,02%	48,4%	51,6%
mar/05	5850	218	188	6256	2831	1	10	2842	1	0	4	5	3018	217	174	3409	0,08%	45,4%	54,5%	0,02%	48,4%	51,6%
abr/05	5852	218	186	6256	2831	1	10	2842	3	0	4	7	3018	217	172	3407	0,11%	45,4%	54,5%	0,05%	48,4%	51,6%
mai/05	5845	218	193	6256	2830	1	10	2841	3	0	4	7	3012	217	179	3408	0,11%	45,4%	54,5%	0,05%	48,4%	51,5%
jun/05	5847	218	194	6259	2831	1	10	2842	3	0	4	7	3013	217	180	3410	0,11%	45,4%	54,5%	0,05%	48,4%	51,5%
jul/05	6060	210	188	6458	3025	1	10	3036	3	0	4	7	3032	209	174	3415	0,11%	47,0%	52,9%	0,05%	49,9%	50,0%
ago/05	6246	210	184	6640	3026	1	10	3037	3	0	4	7	3217	209	170	3596	0,11%	45,7%	54,2%	0,05%	48,4%	51,5%
set/05	6244	582	187	7013	3027	121	10	3158	3	0	4	7	3214	461	173	3848	0,10%	45,0%	54,9%	0,05%	48,5%	51,5%
out/05	6704	661	193	7558	3483	121	11	3615	3	0	4	7	3218	540	178	3936	0,09%	47,8%	52,1%	0,04%	52,0%	48,0%
nov/05	6701	674	195	7570	3483	135	11	3629	3	0	4	7	3215	539	180	3934	0,09%	47,9%	52,0%	0,04%	52,0%	48,0%
dez/05	6698	696	195	7589	3482	135	10	3627	3	0	4	7	3213	561	181	3955	0,09%	47,8%	52,1%	0,04%	52,0%	48,0%
jan/06	6702	697	195	7594	3482	135	10	3627	3	0	4	7	3217	562	181	3960	0,09%	47,8%	52,1%	0,04%	52,0%	48,0%
fev/06	6704	698	191	7593	3484	135	10	3629	3	0	4	7	3217	563	177	3957	0,09%	47,8%	52,1%	0,04%	52,0%	48,0%
mar/06	6701	696	192	7589	3486	135	10	3631	6	0	4	10	3209	561	178	3948	0,13%	47,8%	52,0%	0,09%	52,0%	47,9%
abr/06	6703	707	191	7601	3483	134	11	3628	3	0	4	7	3217	573	176	3966	0,09%	47,7%	52,2%	0,04%	52,0%	48,0%
mai/06	6703	707	190	7600	3483	134	11	3628	3	0	4	7	3217	573	175	3965	0,09%	47,7%	52,2%	0,04%	52,0%	48,0%
jun/06	6705	728	188	7621	3484	134	13	3631	3	0	4	7	3218	594	171	3983	0,09%	47,6%	52,3%	0,04%	52,0%	48,0%
jul/06	6894	728	184	7806	3484	134	11	3629	3	0	4	7	3407	594	169	4170	0,09%	46,5%	53,4%	0,04%	50,5%	49,4%
ago/06	7842	886	186	8914	3491	134	11	3636	3	0	4	7	4348	752	171	5271	0,08%	40,8%	59,1%	0,04%	44,5%	55,4%
set/06	7843	949	194	8986	2747	250	11	3008	3	0	4	7	5093	699	179	5971	0,08%	33,5%	66,4%	0,04%	35,0%	64,9%
out/06	7845	997	194	9036	2738	254	11	3003	3	0	4	7	5104	743	179	6026	0,08%	33,2%	66,7%	0,04%	34,9%	65,1%
nov/06	7849	992	195	9036	2736	254	11	3001	3	0	4	7	5110	738	180	6028	0,08%	33,2%	66,7%	0,04%	34,9%	65,1%
dez/06	7847	992	190	9029	2735	254	11	3000	3	0	4	7	5109	738	175	6022	0,08%	33,2%	66,7%	0,04%	34,9%	65,1%
jan/07	7850	954	190	8994	2735	250	11	2996	3	0	4	7	5112	704	175	5991	0,08%	33,3%	66,6%	0,04%	34,8%	65,1%
fev/07	7853	1138	200	9191	2735	252	11	2998	3	0	4	7	5115	886	185	6186	0,08%	32,6%	67,3%	0,04%	34,8%	65,1%
mar/07	7854	1187	200	9241	2735	250	11	2996	3	0	4	7	5116	937	185	6238	0,08%	32,4%	67,5%	0,04%	34,8%	65,1%
abr/07	7854	1157	200	9211	2735	250	11	2996	3	0	4	7	5116	907	185	6208	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,8%	65,1%
mai/07	7848	1162	195	9205	2731	251	11	2993	3	0	4	7	5114	911	180	6205	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,8%	65,2%
jun/07	7846	1145	192	9183	2731	250	9	2990	3	0	4	7	5112	895	179	6186	0,08%	32,6%	67,4%	0,04%	34,8%	65,2%
jul/07	7833	1133	195	9161	2731	250	12	2993	3	0	4	7	5099	883	179	6161	0,08%	32,7%	67,3%	0,04%	34,9%	65,1%
ago/07	7871	1133	188	9192	2757	250	12	3019	3	0	4	7	5111	883	172	6166	0,08%	32,8%	67,1%	0,04%	35,0%	64,9%
set/07	7871	1137	188	9196	2757	250	12	3019	3	0	4	7	5111	887	172	6170	0,08%	32,8%	67,1%	0,04%	35,0%	64,9%
out/07	7833	1137	189	9159	2728	250	10	2988	3	0	4	7	5102	887	175	6164	0,08%	32,6%	67,3%	0,04%	34,7%	65,1%
nov/07	7834	1130	195	9159	2718	250	10	2978	3	0	4	7	5113	880	181	6174	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,7%	65,3%
dez/07	7838	1127	195	9160	2717	253	12	2982	3	0	4	7	5118	874	179	6171	0,08%	32,6%	67,4%	0,04%	34,7%	65,3%
jan/08	7840	1111	187	9138	2717	253	11	2981	3	0	3	6	5120	858	173	6151	0,07%	32,6%	67,3%	0,04%	34,7%	65,3%
fev/08	7837	1125	187	9149	2717	253	11	2981	3	0	4	7	5117	872	172	6161	0,08%	32,6%	67,3%	0,04%	34,7%	65,3%

mar/08	7841	1182	193	9216	2721	253	11	2985	3	0	4	7	5117	929	178	6224	0,08%	32,4%	67,5%	0,04%	34,7%	65,3%
abr/08	7835	1139	194	9168	2718	253	10	2981	3	0	4	7	5114	886	180	6180	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,7%	65,3%
mai/08	7833	1152	189	9174	2718	252	10	2980	3	0	4	7	5112	900	175	6187	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,7%	65,3%
jun/08	7829	1152	195	9176	2717	252	11	2980	3	0	4	7	5109	900	180	6189	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,7%	65,3%
jul/08	7830	1097	192	9119	2719	252	11	2982	3	0	4	7	5108	845	177	6130	0,08%	32,7%	67,2%	0,04%	34,7%	65,2%
ago/08	7829	1127	193	9149	2717	255	11	2983	3	0	4	7	5109	872	178	6159	0,08%	32,6%	67,3%	0,04%	34,7%	65,3%
set/08	7827	1136	190	9153	2714	255	11	2980	3	0	4	7	5110	881	175	6166	0,08%	32,6%	67,4%	0,04%	34,7%	65,3%
out/08	7823	1144	189	9156	2713	255	11	2979	3	0	4	7	5107	889	174	6170	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,7%	65,3%
nov/08	7829	1136	191	9156	2719	255	11	2985	3	0	4	7	5107	881	176	6164	0,08%	32,6%	67,3%	0,04%	34,7%	65,2%
dez/08	7830	1163	193	9186	2719	255	11	2985	3	0	4	7	5108	908	178	6194	0,08%	32,5%	67,4%	0,04%	34,7%	65,2%
jan/09	7832	1190	198	9220	2719	255	14	2988	3	0	4	7	5110	935	180	6225	0,08%	32,4%	67,5%	0,04%	34,7%	65,2%
fev/09	7833	1146	197	9176	2719	255	14	2988	3	0	4	7	5111	891	179	6181	0,08%	32,6%	67,4%	0,04%	34,7%	65,2%
mar/09	7837	1112	187	9136	2719	254	14	2987	3	0	4	7	5115	858	169	6142	0,08%	32,7%	67,2%	0,04%	34,7%	65,3%
abr/09	7664	1154	192	9010	2718	254	14	2986	3	0	4	7	4943	900	174	6017	0,08%	33,1%	66,8%	0,04%	35,5%	64,5%
mai/09	7661	1190	197	9048	2718	253	14	2985	3	0	4	7	4940	937	179	6056	0,08%	33,0%	66,9%	0,04%	35,5%	64,5%
jun/09	7662	1174	190	9026	2718	254	14	2986	3	0	4	7	4941	920	172	6033	0,08%	33,1%	66,8%	0,04%	35,5%	64,5%
jul/09	7024	1172	198	8394	2082	252	15	2349	3	0	4	7	4939	920	179	6038	0,08%	28,0%	71,9%	0,04%	29,6%	70,3%
ago/09	7027	1166	192	8385	2082	249	14	2345	3	0	4	7	4942	917	174	6033	0,08%	28,0%	71,9%	0,04%	29,6%	70,3%
set/09	7026	1184	192	8402	2082	249	15	2346	3	0	4	7	4941	935	173	6049	0,08%	27,9%	72,0%	0,04%	29,6%	70,3%
out/09	7028	1158	192	8378	2082	249	14	2345	3	0	4	7	4943	909	174	6026	0,08%	28,0%	71,9%	0,04%	29,6%	70,3%

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO K – MINURCAT

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total MINURCAT	Tropas França	Polícia França	Observ. França	Total França	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Observ. Outros	Total Outros	% Total França	% Total Brasil	% Total Outros	% Observ. França	% Observ. Brasil	% Observ. Outros
set/07	0	0	3	3	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2	33,3%		66,7%	33,3%		66,7%
out/07	0	0	3	3	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2	33,3%		66,7%	33,3%		66,7%
nov/07	0	0	3	3	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2	33,3%		66,7%	33,3%		66,7%
dez/07	0	29	3	32	0	8	1	9	0	0	0	0	2	23	28,1%		71,9%	33,3%		66,7%
jan/08	0	52	7	59	0	7	0	7	0	0	0	0	7	52	11,9%		88,1%			100,0%
fev/08	0	57	6	63	0	8	0	8	0	0	0	0	6	55	12,7%		87,3%			100,0%
mar/08	0	71	14	85	0	9	0	9	0	0	0	0	14	76	10,6%		89,4%			100,0%
abr/08	0	84	21	105	0	10	0	10	0	0	0	0	21	95	9,5%		90,5%			100,0%
mai/08	0	124	21	145	0	19	0	19	0	0	0	0	21	126	13,1%		86,9%			100,0%
jun/08	0	189	25	214	0	18	0	18	0	0	0	0	25	196	8,4%		91,6%			100,0%
jul/08	0	200	33	233	0	18	0	18	0	0	0	0	33	215	7,7%		92,3%			100,0%
ago/08	0	218	40	258	0	23	0	23	0	0	3	3	37	232	8,9%	1,2%	89,9%		7,5%	92,5%
set/08	0	226	45	271	0	18	0	18	0	0	3	3	42	250	6,6%	1,1%	92,3%		6,7%	93,3%
out/08	0	236	46	282	0	18	0	18	0	0	3	3	43	261	6,4%	1,1%	92,6%		6,5%	93,5%
nov/08	0	235	44	279	0	17	0	17	0	0	3	3	41	259	6,1%	1,1%	92,8%		6,8%	93,2%
dez/08	0	235	44	279	0	18	0	18	0	0	3	3	41	258	6,5%	1,1%	92,5%		6,8%	93,2%
jan/09	9	235	44	288	1	18	0	19	0	0	3	3	41	266	6,6%	1,0%	92,4%		6,8%	93,2%
fev/09	36	236	45	317	2	18	0	20	0	0	3	3	42	294	6,3%	0,9%	92,7%		6,7%	93,3%
mar/09	2016	241	46	2303	784	18	0	802	0	0	3	3	43	1498	34,8%	0,1%	65,0%		6,5%	93,5%
abr/09	2353	239	34	2626	822	17	0	839	0	0	4	4	30	1783	31,9%	0,2%	67,9%		11,8%	88,2%
mai/09	2770	241	32	3043	669	17	0	686	0	0	4	4	28	2353	22,5%	0,1%	77,3%		12,5%	87,5%
jun/09	2317	219	29	2565	305	14	0	319	0	0	4	4	25	2242	12,4%	0,2%	87,4%		13,8%	86,2%
jul/09	2352	205	21	2578	303	17	0	320	0	0	3	3	18	2255	12,4%	0,1%	87,5%		14,3%	85,7%
ago/09	2368	248	21	2637	307	18	0	325	0	0	3	3	18	2309	12,3%	0,1%	87,6%		14,3%	85,7%
set/09	2675	248	17	2940	308	16	0	324	0	0	3	3	14	2613	11,0%	0,1%	88,9%		17,6%	82,4%
out/09	2691	256	23	2970	292	18	0	310	0	0	3	3	20	2657	10,4%	0,1%	89,5%		13,0%	87,0%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO L – MINURSO

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total MINURSO	Tropas Malásia	Polícia Malásia	Observ. Malásia	Total Malásia	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Observ. Outros	Total Outros	% Total Malásia	% Total Brasil	% Total Outros	% Observ. Malásia	% Observ. Brasil	% Observ. Outros
nov/07	48	6	188	242	40	0	12	52	0	0	1	1	175	189	21,5%	0,4%	78,1%	6,4%	0,5%	93,1%
ago/09	20	6	216	242	20	0	12	32	0	0	10	10	194	200	13,2%	4,1%	82,6%	5,6%	4,6%	89,8%
out/09	20	6	216	242	20	0	12	32	0	0	10	10	194	200	13,2%	4,1%	82,6%	5,6%	4,6%	89,8%
jul/09	27	6	202	235	20	0	12	32	0	0	10	10	180	193	13,6%	4,3%	82,1%	5,9%	5,0%	89,1%
set/09	20	6	205	231	20	0	12	32	0	0	10	10	183	189	13,9%	4,3%	81,8%	5,9%	4,9%	89,3%
mai/08	20	6	204	230	20	0	12	32	0	0	8	8	184	190	13,9%	3,5%	82,6%	5,9%	3,9%	90,2%
mai/09	20	6	203	229	20	0	12	32	0	0	10	10	181	187	14,0%	4,4%	81,7%	5,9%	4,9%	89,2%
abr/08	20	6	202	228	20	0	11	31	0	0	6	6	185	191	13,6%	2,6%	83,8%	5,4%	3,0%	91,6%
jul/08	20	6	201	227	20	0	12	32	0	0	10	10	179	185	14,1%	4,4%	81,5%	6,0%	5,0%	89,1%
abr/09	27	6	194	227	20	0	12	32	0	0	10	10	172	185	14,1%	4,4%	81,5%	6,2%	5,2%	88,7%
jun/09	20	6	201	227	20	0	12	32	0	0	10	10	179	185	14,1%	4,4%	81,5%	6,0%	5,0%	89,1%
jun/08	20	6	200	226	20	0	12	32	0	0	10	10	178	184	14,2%	4,4%	81,4%	6,0%	5,0%	89,0%
fev/09	20	6	200	226	20	0	12	32	0	0	13	13	175	181	14,2%	5,8%	80,1%	6,0%	6,5%	87,5%
set/08	20	6	199	225	20	0	12	32	0	0	10	10	177	183	14,2%	4,4%	81,3%	6,0%	5,0%	88,9%
ago/08	27	6	191	224	20	0	12	32	0	0	10	10	169	182	14,3%	4,5%	81,3%	6,3%	5,2%	88,5%
dez/08	20	6	197	223	20	0	12	32	0	0	10	10	175	181	14,3%	4,5%	81,2%	6,1%	5,1%	88,8%
jan/08	27	6	189	222	20	0	11	31	0	0	3	3	175	188	14,0%	1,4%	84,7%	5,8%	1,6%	92,6%
out/08	20	6	196	222	20	0	12	32	0	0	10	10	174	180	14,4%	4,5%	81,1%	6,1%	5,1%	88,8%
mar/08	20	6	194	220	20	0	11	31	0	0	6	6	177	183	14,1%	2,7%	83,2%	5,7%	3,1%	91,2%
mar/09	20	6	192	218	20	0	12	32	0	0	10	10	170	176	14,7%	4,6%	80,7%	6,3%	5,2%	88,5%
dez/07	27	6	183	216	20	0	12	32	0	0	3	3	168	181	14,8%	1,4%	83,8%	6,6%	1,6%	91,8%
nov/08	20	6	190	216	20	0	12	32	0	0	10	10	168	174	14,8%	4,6%	80,6%	6,3%	5,3%	88,4%
fev/08	27	6	181	214	20	0	11	31	0	0	3	3	167	180	14,5%	1,4%	84,1%	6,1%	1,7%	92,3%
jan/09	20	6	184	210	20	0	12	32	0	0	10	10	162	168	15,2%	4,8%	80,0%	6,5%	5,4%	88,0%

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO M – MINUSTAH

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total MINUSTAH	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Total Brasil	Tropas Jordânia	Polícia Jordânia	Total Jordânia	Tropas Nepal	Polícia Nepal	Total Nepal	Tropas Outros	Polícia Outros	Total Outros	% Total Brasil	% Total Jordânia	% Total Nepal	% Total Outros	% Polícia Brasil
mai/04	240	7	0	247	202	0	202	0	1	1	6	0	6	32	6	38	82%	0,4%	2%	15%	0,0%
jun/04	2081	67	0	2148	1207	0	1207	0	1	1	6	0	6	868	66	934	56%	0,0%	0%	43%	0,0%
jul/04	2259	224	0	2483	1210	0	1210	0	1	1	6	0	6	1043	223	1266	49%	0,0%	0%	51%	0,0%
ago/04	2765	224	0	2989	1210	0	1210	0	1	1	7	0	7	1548	223	1771	40%	0,0%	0%	59%	0,0%
set/04	3092	583	0	3675	1209	3	1212	0	126	126	135	27	162	1748	427	2175	33%	3,4%	4%	59%	0,5%
out/04	3769	963	0	4732	1209	3	1212	95	251	346	137	27	164	2328	682	3010	26%	7,3%	3%	64%	0,3%
nov/04	4790	1270	0	6060	1164	3	1167	315	254	569	137	27	164	3174	986	4160	19%	9,4%	3%	69%	0,2%
dez/04	6008	1398	0	7406	1212	3	1215	750	254	1004	758	133	891	3288	1008	4296	16%	13,6%	12%	58%	0,2%
jan/05	5994	1398	0	7392	1212	3	1215	752	254	1006	758	133	891	3272	1008	4280	16%	13,6%	12%	58%	0,2%
fev/05	6012	1401	0	7413	1212	3	1215	753	254	1007	757	133	890	3290	1011	4301	16%	13,6%	12%	58%	0,2%
mar/05	6210	1398	0	7608	1212	3	1215	751	254	1005	756	133	889	3491	1008	4499	16%	13,2%	12%	59%	0,2%
abr/05	6207	1288	0	7495	1212	3	1215	751	294	1045	756	8	764	3488	983	4471	16%	13,9%	10%	60%	0,2%
mai/05	6207	1437	0	7644	1212	3	1215	751	294	1045	756	133	889	3488	1007	4495	16%	13,7%	12%	59%	0,2%
jun/05	6229	1437	0	7666	1213	3	1216	755	294	1049	758	133	891	3503	1007	4510	16%	13,7%	12%	59%	0,2%
jul/05	6264	1401	0	7665	1213	3	1216	755	293	1048	758	133	891	3538	972	4510	16%	13,7%	12%	59%	0,2%
ago/05	6263	1401	0	7664	1213	3	1216	757	293	1050	758	133	891	3535	972	4507	16%	13,7%	12%	59%	0,2%
set/05	6595	1509	0	8104	1221	1	1222	880	295	1175	756	130	886	3738	1083	4821	15%	14,5%	11%	59%	0,1%
out/05	7273	1594	0	8867	1222	1	1223	1520	294	1814	756	130	886	3775	1169	4944	14%	20,5%	10%	56%	0,1%
nov/05	7265	1741	0	9006	1217	5	1222	1518	297	1815	756	134	890	3774	1305	5079	14%	20,2%	10%	56%	0,3%
dez/05	7286	1748	0	9034	1222	5	1227	1522	297	1819	758	134	892	3784	1312	5096	14%	20,1%	10%	56%	0,3%
jan/06	7519	1776	0	9295	1222	5	1227	1517	293	1810	787	138	925	3993	1340	5333	13%	19,5%	10%	57%	0,3%
fev/06	7472	1761	0	9233	1222	5	1227	1514	294	1808	758	138	896	3978	1324	5302	13%	19,6%	10%	57%	0,3%
mar/06	7151	1752	0	8903	1218	5	1223	1507	290	1797	757	138	895	3669	1319	4988	14%	20,2%	10%	56%	0,3%
abr/06	7054	1716	0	8770	1213	4	1217	1496	292	1788	757	138	895	3588	1282	4870	14%	20,4%	10%	56%	0,2%
mai/06	7073	1687	0	8760	1230	4	1234	1501	294	1795	757	138	895	3585	1251	4836	14%	20,5%	10%	55%	0,2%
jun/06	6311	1687	0	7998	1213	4	1217	760	292	1052	757	138	895	3581	1253	4834	15%	13,2%	11%	60%	0,2%
jul/06	6499	1622	0	8121	1214	4	1218	760	292	1052	760	138	898	3765	1188	4953	15%	13,0%	11%	61%	0,2%
ago/06	6430	1602	0	8032	1211	4	1215	757	293	1050	757	133	890	3705	1172	4877	15%	13,1%	11%	61%	0,2%
set/06	6642	1700	0	8342	1212	4	1216	759	292	1051	757	130	887	3914	1274	5188	15%	12,6%	11%	62%	0,2%
out/06	6652	1682	0	8334	1211	0	1211	756	292	1048	757	132	889	3928	1258	5186	15%	12,6%	11%	62%	0,0%
nov/06	6668	1692	0	8360	1211	0	1211	761	292	1053	756	131	887	3940	1269	5209	14%	12,6%	11%	62%	0,0%
dez/06	6684	1692	0	8376	1212	0	1212	761	292	1053	755	131	886	3956	1269	5225	14%	12,6%	11%	62%	0,0%
jan/07	6782	1768	0	8550	1210	3	1213	761	291	1052	829	131	960	3982	1343	5325	14%	12,3%	11%	62%	0,2%
fev/07	6799	1802	0	8601	1211	3	1214	758	291	1049	863	131	994	3967	1377	5344	14%	12,2%	12%	62%	0,2%
mar/07	7023	1813	0	8836	1212	3	1215	755	291	1046	1106	135	1241	3950	1384	5334	14%	11,8%	14%	60%	0,2%
abr/07	7036	1793	0	8829	1213	3	1216	755	291	1046	1107	135	1242	3961	1364	5325	14%	11,8%	14%	60%	0,2%
mai/07	7050	1760	0	8810	1217	3	1220	761	291	1052	1116	136	1252	3956	1330	5286	14%	11,9%	14%	60%	0,2%
jun/07	7065	1760	0	8825	1213	4	1217	759	291	1050	1109	136	1245	3984	1329	5313	14%	11,9%	14%	60%	0,2%
jul/07	7081	1772	0	8853	1213	4	1217	756	294	1050	1108	146	1254	4004	1328	5332	14%	11,9%	14%	60%	0,2%
ago/07	7054	1771	0	8825	1214	4	1218	756	294	1050	1102	146	1248	3982	1327	5309	14%	11,9%	14%	60%	0,2%
set/07	7062	1774	0	8836	1213	4	1217	755	292	1047	1109	146	1255	3985	1332	5317	14%	11,8%	14%	60%	0,2%
out/07	7060	1829	0	8889	1212	4	1216	755	291	1046	1109	154	1263	3984	1380	5364	14%	11,8%	14%	60%	0,2%
nov/07	7062	1841	0	8903	1241	4	1245	760	290	1050	1110	154	1264	3951	1393	5344	14%	11,8%	14%	60%	0,2%
dez/07	7047	1633	0	8680	1211	4	1215	760	290	1050	1109	154	1263	3967	1185	5152	14%	12,1%	15%	59%	0,2%
jan/08	7066	1927	0	8993	1213	4	1217	762	292	1054	1109	150	1259	3982	1481	5463	14%	11,7%	14%	61%	0,2%
fev/08	7060	1930	0	8990	1212	4	1216	760	307	1067	1106	150	1256	3982	1469	5451	14%	11,9%	14%	61%	0,2%
mar/08	7064	1923	0	8987	1213	4	1217	760	309	1069	1111	150	1261	3980	1460	5440	14%	11,9%	14%	61%	0,2%
abr/08	7082	1930	0	9012	1212	4	1216	760	309	1069	1110	150	1260	4000	1467	5467	13%	11,9%	14%	61%	0,2%
mai/08	7174	1881	0	9055	1292	4	1296	755	269	1024	1113	154	1267	4014	1454	5468	14%	11,3%	14%	60%	0,2%
jun/08	7070	1907	0	8977	1210	3	1213	758	309	1067	1110	164	1274	3992	1431	5423	14%	11,9%	14%	60%	0,2%
jul/08	7105	1935	0	9040	1207	3	1210	757	309	1066	1107	164	1271	4034	1459	5493	13%	11,8%	14%	61%	0,2%
ago/08	7027	1916	0	8943	1212	4	1216	757	309	1066	1081	164	1245	3977	1439	5416	14%	11,9%	14%	61%	0,2%
set/08	7012	1868	0	8880	1212	4	1216	754	308	1062	1079	155	1234	3967	1401	5368	14%	12,0%	14%	60%	0,2%

out/08	7009	2019	0	9028	1211	4	1215	753	309	1062	1079	164	1243	3966	1542	5508	13%	11,8%	14%	61%	0,2%
nov/08	7013	1995	0	9008	1246	4	1250	734	308	1042	1079	157	1236	3954	1526	5480	14%	11,6%	14%	61%	0,2%
dez/08	7036	2053	0	9089	1282	1	1283	728	312	1040	1077	168	1245	3949	1572	5521	14%	11,4%	14%	61%	0,0%
jan/09	7037	2012	0	9049	1281	4	1285	728	309	1037	1077	168	1245	3951	1531	5482	14%	11,5%	14%	61%	0,2%
fev/09	7039	2031	0	9070	1282	4	1286	728	312	1040	1075	168	1243	3954	1547	5501	14%	11,5%	14%	61%	0,2%
mar/09	7044	2011	0	9055	1282	4	1286	727	314	1041	1077	169	1246	3958	1524	5482	14%	11,5%	14%	61%	0,2%
abr/09	7046	2026	0	9072	1282	4	1286	727	314	1041	1078	169	1247	3959	1539	5498	14%	11,5%	14%	61%	0,2%
mai/09	7048	2049	0	9097	1281	4	1285	727	314	1041	1085	166	1251	3955	1565	5520	14%	11,4%	14%	61%	0,2%
jun/09	7030	2050	0	9080	1277	4	1281	714	319	1033	1076	168	1244	3963	1559	5522	14%	11,4%	14%	61%	0,2%
jul/09	7106	2052	0	9158	1282	4	1286	728	323	1051	1076	172	1248	4020	1553	5573	14%	11,5%	14%	61%	0,2%
ago/09	7057	2066	0	9123	1282	3	1285	728	323	1051	1073	181	1254	3974	1559	5533	14%	11,5%	14%	61%	0,1%
set/09	7051	2066	0	9117	1282	3	1285	727	326	1053	1076	180	1256	3966	1557	5523	14%	11,5%	14%	61%	0,1%
out/09	7041	2032	0	9073	1281	3	1284	725	328	1053	1077	164	1241	3958	1537	5495	14%	11,6%	14%	61%	0,1%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO N – UNFICYP

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNFICYP	Tropas RU	Polícia RU	Total RU	Tropas Argentina	Polícia Argentina	Total Argentina	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Total Brasil	Tropas Outros	Total Outros	% Total RU	% Total Argentina	% Total Brasil	% Total Outros	% Tropas RU	% Tropas Argentina
jun/09	856	70	0	926	271	0	271	265	3	268	1	0	1	319	386	29,3%	28,9%	0,1%	41,7%	31,7%	31,0%
jul/09	855	69	0	924	270	0	270	264	3	267	1	0	1	320	386	29,2%	28,9%	0,1%	41,8%	31,6%	30,9%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel*: Country/Mission. January 2001 / October 2009.

ANEXO O – UNMEE

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNMEE	Tropas Índia	Observ. Índia	Total Índia	Tropas Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Observ. Outros	Total Outros	% Total Índia	% Total Outros	% Total Brasil	% Observ. Índia	% Observ. Outros	% Observ. Brasil
nov/06	2063	0	222	2285	985	8	993	0	5	5	209	1287	43,5%	56,3%	0,22%	3,6%	94,1%	2,3%
dez/06	2063	0	204	2267	985	8	993	0	5	5	191	1269	43,8%	56,0%	0,22%	3,9%	93,6%	2,5%
jan/07	2057	0	221	2278	983	8	991	0	5	5	208	1282	43,5%	56,3%	0,22%	3,6%	94,1%	2,3%
fev/07	1792	0	211	2003	984	8	992	0	5	5	198	1006	49,5%	50,2%	0,25%	3,8%	93,8%	2,4%
mar/07	1594	0	202	1796	845	8	853	0	5	5	189	938	47,5%	52,2%	0,28%	4,0%	93,6%	2,5%
abr/07	1495	0	211	1706	746	8	754	0	5	5	198	947	44,2%	55,5%	0,29%	3,8%	93,8%	2,4%
mai/07	1463	0	218	1681	715	8	723	0	7	7	203	951	43,0%	56,6%	0,42%	3,7%	93,1%	3,2%
jun/07	1465	0	219	1684	715	8	723	0	7	7	204	954	42,9%	56,7%	0,42%	3,7%	93,2%	3,2%
jul/07	1467	0	221	1688	715	8	723	0	7	7	206	958	42,8%	56,8%	0,41%	3,6%	93,2%	3,2%
ago/07	1467	0	221	1688	715	8	723	0	7	7	206	958	42,8%	56,8%	0,41%	3,6%	93,2%	3,2%
set/07	1464	0	222	1686	715	8	723	0	7	7	207	956	42,9%	56,7%	0,42%	3,6%	93,2%	3,2%
out/07	1464	0	212	1676	715	8	723	0	7	7	197	946	43,1%	56,4%	0,42%	3,8%	92,9%	3,3%
nov/07	1464	0	212	1676	715	8	723	0	7	7	197	946	43,1%	56,4%	0,42%	3,8%	92,9%	3,3%
dez/07	1465	0	218	1683	715	8	723	0	7	7	203	953	43,0%	56,6%	0,42%	3,7%	93,1%	3,2%
jan/08	1463	0	211	1674	715	8	723	0	7	7	196	944	43,2%	56,4%	0,42%	3,8%	92,9%	3,3%
fev/08	1465	0	204	1669	713	7	720	0	7	7	190	942	43,1%	56,4%	0,42%	3,4%	93,1%	3,4%
mar/08	407	0	96	503	275	3	278	0	4	4	89	221	55,3%	43,9%	0,80%	3,1%	92,7%	4,2%
abr/08	386	0	91	477	271	2	273	0	4	4	85	200	57,2%	41,9%	0,84%	2,2%	93,4%	4,4%
mai/08	240	0	88	328	159	2	161	0	3	3	83	164	49,1%	50,0%	0,91%	2,3%	94,3%	3,4%
jun/08	240	0	88	328	159	2	161	0	3	3	83	164	49,1%	50,0%	0,91%	2,3%	94,3%	3,4%
jul/08	237	0	71	308	158	1	159	0	2	2	68	147	51,6%	47,7%	0,65%	1,4%	95,8%	2,8%

Fonte: *UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO P – UNMIN

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNMIN	Polícia Iêmen	Observ. Iêmen	Total Iêmen	Policiais Jordânia	Observ. Jordânia	Total Jordânia	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Observ. Outros	Total Outros	% Observ. Iêmen	% Observ. Jordânia	% Observ. Brail	% Observ. Outros	% Total Iêmen	% Total Jordânia	% Total Brasil
fev/07	0	0	61	61	0	8	8	0	8	8	0	0	0	45	45	13,1%	13,1%		73,8%	13,1%	13,1%	
mar/07	0	0	86	86	0	11	11	0	10	10	0	7	7	58	58	12,8%	11,6%	8,1%	67,4%	12,8%	11,6%	8,1%
abr/07	0	0	97	97	0	11	11	0	10	10	0	7	7	69	69	11,3%	10,3%	7,2%	71,1%	11,3%	10,3%	7,2%
mai/07	0	0	135	135	0	15	15	0	10	10	0	7	7	103	103	11,1%	7,4%	5,2%	76,3%	11,1%	7,4%	5,2%
jun/07	0	0	142	142	0	15	15	0	10	10	0	7	7	110	110	10,6%	7,0%	4,9%	77,5%	10,6%	7,0%	4,9%
jul/07	0	0	154	154	0	15	15	0	10	10	0	7	7	122	122	9,7%	6,5%	4,5%	79,2%	9,7%	6,5%	4,5%
ago/07	0	0	154	154	0	15	15	0	10	10	0	7	7	122	122	9,7%	6,5%	4,5%	79,2%	9,7%	6,5%	4,5%
set/07	0	0	153	153	0	15	15	0	10	10	0	7	7	121	121	9,8%	6,5%	4,6%	79,1%	9,8%	6,5%	4,6%
out/07	0	0	153	153	0	15	15	0	10	10	0	7	7	121	121	9,8%	6,5%	4,6%	79,1%	9,8%	6,5%	4,6%
nov/07	0	5	157	162	0	15	15	0	10	10	0	7	7	125	130	9,6%	6,4%	4,5%	79,6%	9,3%	6,2%	4,3%
dez/07	0	0	152	152	0	15	15	0	10	10	0	7	7	120	120	9,9%	6,6%	4,6%	78,9%	9,9%	6,6%	4,6%
jan/08	0	0	151	151	0	15	15	0	10	10	0	7	7	119	119	9,9%	6,6%	4,6%	78,8%	9,9%	6,6%	4,6%
fev/08	0	6	154	160	0	15	15	0	10	10	0	7	7	122	128	9,7%	6,5%	4,5%	79,2%	9,4%	6,3%	4,4%
mar/08	0	6	146	152	0	15	15	0	10	10	0	6	6	115	121	10,3%	6,8%	4,1%	78,8%	9,9%	6,6%	3,9%
abr/08	0	0	153	153	0	15	15	0	10	10	0	6	6	122	122	9,8%	6,5%	3,9%	79,7%	9,8%	6,5%	3,9%
mai/08	0	6	136	142	0	15	15	0	10	10	0	6	6	105	111	11,0%	7,4%	4,4%	77,2%	10,6%	7,0%	4,2%
jun/08	0	6	135	141	0	15	15	0	10	10	0	6	6	104	110	11,1%	7,4%	4,4%	77,0%	10,6%	7,1%	4,3%
jul/08	0	5	72	77	0	1	1	0	10	10	0	6	6	55	60	1,4%	13,9%	8,3%	76,4%	1,3%	13,0%	7,8%
ago/08	0	0	72	72	0	1	1	0	10	10	0	6	6	55	55	1,4%	13,9%	8,3%	76,4%	1,4%	13,9%	8,3%
set/08	0	0	68	68	0	1	1	0	10	10	0	6	6	51	51	1,5%	14,7%	8,8%	75,0%	1,5%	14,7%	8,8%
out/08	0	0	67	67	0	1	1	0	9	9	0	6	6	51	51	1,5%	13,4%	9,0%	76,1%	1,5%	13,4%	9,0%
nov/08	0	0	62	62	0	0	0	0	9	9	0	6	6	47	47		14,5%	9,7%	75,8%		14,5%	9,7%
dez/08	0	0	61	61	0	0	0	0	9	9	0	6	6	46	46		14,8%	9,8%	75,4%		14,8%	9,8%
jan/09	0	0	57	57	0	0	0	0	6	6	0	6	6	45	45		10,5%	10,5%	78,9%		10,5%	10,5%
fev/09	0	0	61	61	0	0	0	0	5	5	0	11	11	45	45		8,2%	18,0%	73,8%		8,2%	18,0%
mar/09	0	0	59	59	0	0	0	0	5	5	0	6	6	48	48		8,5%	10,2%	81,4%		8,5%	10,2%
abr/09	0	0	57	57	0	0	0	0	5	5	0	6	6	46	46		8,8%	10,5%	80,7%		8,8%	10,5%
mai/09	0	0	61	61	0	0	0	0	5	5	0	6	6	50	50		8,2%	9,8%	82,0%		8,2%	9,8%
jun/09	0	0	61	61	0	0	0	0	5	5	0	6	6	50	50		8,2%	9,8%	82,0%		8,2%	9,8%
jul/09	0	0	68	68	0	0	0	0	5	5	0	6	6	57	57		7,4%	8,8%	83,8%		7,4%	8,8%
ago/09	0	0	61	61	0	0	0	0	0	0	0	6	6	55	55		0,0%	9,8%	90,2%		0,0%	9,8%
set/09	0	0	71	71	0	0	0	0	4	4	0	6	6	61	61		5,6%	8,5%	85,9%		5,6%	8,5%
out/09	0	0	73	73	0	0	0	0	4	4	0	6	6	63	63		5,5%	8,2%	86,3%		5,5%	8,2%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*

ANEXO Q – UNMIS

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNMIS	Tropas Índia	Polícia Índia	Observ. Índia	Total Índia	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Tropas Outros	Políciais Outros	Observ. Outros	Total Outros	% Total Índia	% Total Outros	% Total Brasil	% Policiais Índia	% Policiais Outros	% Policiais Brasil	% Observ. Índia
mar/05	30	8	0	38	4	0	0	4	0	0	0	4	26	8	0	34	10,5%	89,5%		0,0%	100%		
abr/05	57	12	0	69	5	1	0	6	0	0	0	6	52	11	0	63	8,7%	91,3%		8,3%	92%		
mai/05	350	26	82	458	23	1	0	24	0	0	5	5	327	25	77	429	5,2%	93,7%	1,09%	3,8%	96%		3,5%
jun/05	960	26	141	1127	194	1	5	200	0	0	7	7	766	25	129	920	17,7%	81,6%	0,62%	3,8%	96%		3,4%
jul/05	1204	70	145	1419	196	2	5	203	0	0	7	7	1008	68	133	1209	14,3%	85,2%	0,49%	2,9%	97%		3,4%
ago/05	1708	70	148	1926	332	2	5	339	0	0	7	7	1376	68	136	1580	17,6%	82,0%	0,36%	2,9%	97%		3,0%
set/05	2491	101	167	2759	614	9	5	628	0	0	7	7	1877	92	155	2124	22,8%	77,0%	0,25%	8,9%	91%		4,4%
out/05	3519	168	228	3915	941	19	10	970	0	3	9	12	2578	146	209	2933	24,8%	74,9%	0,31%	11,3%	87%	1,8%	5,5%
nov/05	3638	222	362	4222	947	21	20	988	0	3	14	17	2691	198	328	3217	23,4%	76,2%	0,40%	9,5%	89%	1,4%	4,7%
dez/05	4009	289	467	4765	1033	21	22	1076	0	3	24	27	2976	265	421	3662	22,6%	76,9%	0,57%	7,3%	92%	1,0%	4,4%
jan/06	5308	399	593	6300	1040	31	26	1097	0	3	24	27	4268	365	543	5176	17,4%	82,2%	0,43%	7,8%	91%	0,8%	4,1%
fev/06	7058	473	630	8161	2603	31	26	2660	0	3	24	27	4455	439	580	5474	32,6%	67,1%	0,33%	6,6%	93%	0,6%	4,1%
mar/06	7210	553	628	8391	2605	31	26	2662	0	3	24	27	4605	519	578	5702	31,7%	68,0%	0,32%	5,6%	94%	0,5%	4,1%
abr/06	8034	596	635	9265	2605	30	26	2661	0	3	24	27	5429	563	585	6577	28,7%	71,0%	0,29%	5,0%	94%	0,5%	4,0%
mai/06	8490	638	646	9774	2605	30	26	2661	0	3	23	26	5885	605	597	7087	27,2%	72,5%	0,27%	4,7%	95%	0,5%	3,5%
jun/06	8895	651	678	10224	2598	30	24	2652	0	3	24	27	6297	618	630	7545	25,9%	73,8%	0,26%	4,6%	95%	0,5%	3,8%
jul/06	8909	655	689	10253	2599	30	26	2655	0	3	24	27	6310	622	639	7571	25,9%	73,8%	0,26%	4,6%	95%	0,5%	3,7%
ago/06	8914	666	695	10275	2600	30	26	2656	0	3	24	27	6314	633	645	7592	25,8%	73,9%	0,26%	4,5%	95%	0,5%	3,7%
set/06	8914	665	705	10284	2604	30	26	2660	0	1	24	25	6310	634	655	7599	25,9%	73,9%	0,24%	4,5%	95%	0,2%	3,3%
out/06	8891	662	695	10248	2604	21	23	2648	0	1	23	24	6287	640	649	7576	25,8%	73,9%	0,23%	3,2%	97%	0,2%	3,1%
nov/06	8732	680	611	10023	2604	28	19	2651	0	3	19	22	6128	649	573	7350	26,4%	73,3%	0,22%	4,1%	95%	0,4%	3,5%
dez/06	8734	680	592	10006	2606	28	21	2655	0	3	14	17	6128	649	557	7334	26,5%	73,3%	0,17%	4,1%	95%	0,4%	3,5%
jan/07	8740	660	577	9977	2605	28	20	2653	0	3	24	27	6135	629	533	7297	26,6%	73,1%	0,27%	4,2%	95%	0,5%	3,5%
fev/07	8759	642	577	9978	2607	23	20	2650	0	3	24	27	6152	616	533	7301	26,6%	73,2%	0,27%	3,6%	96%	0,5%	3,3%
mar/07	8766	662	599	10027	2608	23	20	2651	0	3	24	27	6158	636	555	7349	26,4%	73,3%	0,27%	3,5%	96%	0,5%	3,3%
abr/07	8800	613	598	10011	2609	23	20	2652	0	3	24	27	6191	587	554	7332	26,5%	73,2%	0,27%	3,8%	96%	0,5%	3,4%
mai/07	8807	625	590	10022	2609	23	20	2652	0	3	24	27	6198	599	546	7343	26,5%	73,3%	0,27%	3,7%	96%	0,5%	3,0%
jun/07	8824	693	591	10108	2607	21	18	2646	0	3	24	27	6217	669	549	7435	26,2%	73,6%	0,27%	3,0%	97%	0,4%	3,3%
jul/07	8807	646	605	10058	2607	21	20	2648	0	3	24	27	6200	622	561	7383	26,3%	73,4%	0,27%	3,3%	96%	0,5%	3,3%
ago/07	8809	660	607	10076	2607	20	20	2647	0	3	24	27	6202	637	563	7402	26,3%	73,5%	0,27%	3,0%	97%	0,5%	3,3%
set/07	8807	652	607	10066	2607	15	20	2642	0	2	24	26	6200	635	563	7398	26,2%	73,5%	0,26%	2,3%	97%	0,3%	3,4%
out/07	8827	696	583	10106	2606	15	20	2641	0	5	24	29	6221	676	539	7436	26,1%	73,6%	0,29%	2,2%	97%	0,7%	3,4%
nov/07	8803	652	596	10051	2606	13	20	2639	0	3	23	26	6197	636	553	7386	26,3%	73,5%	0,26%	2,0%	98%	0,5%	3,4%
dez/07	8804	637	596	10037	2606	27	20	2653	0	3	23	26	6198	607	553	7358	26,4%	73,3%	0,26%	4,2%	95%	0,5%	3,7%
jan/08	8715	639	537	9891	2604	36	20	2660	0	3	8	11	6111	600	509	7220	26,9%	73,0%	0,11%	5,6%	94%	0,5%	3,5%
fev/08	8718	695	568	9981	2604	45	20	2669	0	3	21	24	6114	647	527	7288	26,7%	73,0%	0,24%	6,5%	93%	0,4%	3,5%
mar/08	8714	664	574	9952	2608	62	20	2690	0	3	22	25	6106	599	532	7237	27,0%	72,7%	0,25%	9,3%	90%	0,5%	3,6%
abr/08	8721	631	586	9938	2607	60	21	2688	0	3	24	27	6114	568	541	7223	27,0%	72,7%	0,27%	9,5%	90%	0,5%	3,5%
mai/08	8718	635	571	9924	2606	70	20	2696	0	3	24	27	6112	562	527	7201	27,2%	72,6%	0,27%	11,0%	89%	0,5%	3,6%
jun/08	8720	664	551	9935	2608	78	20	2706	0	3	21	24	6112	583	510	7205	27,2%	72,5%	0,24%	11,7%	88%	0,5%	3,3%
jul/08	8710	622	546	9878	2601	78	18	2697	0	3	18	21	6109	541	510	7160	27,3%	72,5%	0,21%	12,5%	87%	0,5%	3,1%
ago/08	8761	614	574	9949	2604	78	18	2700	0	3	24	27	6157	533	532	7222	27,1%	72,6%	0,27%	12,7%	87%	0,5%	3,1%
set/08	8724	600	609	9933	2607	78	19	2704	0	3	24	27	6117	519	566	7202	27,2%	72,5%	0,27%	13,0%	87%	0,5%	3,2%
out/08	8728	687	622	10037	2607	77	20	2704	0	0	24	24	6121	610	578	7309	26,9%	72,8%	0,24%	11,2%	89%	0,0%	3,2%
nov/08	8721	675	629	10025	2605	76	20	2701	0	0	24	24	6116	599	585	7300	26,9%	72,8%	0,24%	11,3%	89%	0,0%	3,5%
dez/08	8726	679	620	10025	2604	70	22	2696	0	3	24	27	6122	606	574	7302	26,9%	72,8%	0,27%	10,3%	89%	0,4%	3,0%
jan/09	8725	676	598	9999	2605	66	18	2689	0	3	24	27	6120	607	556	7283	26,9%	72,8%	0,27%	9,8%	90%	0,4%	3,2%
fev/09	8724	669	567	9960	2603	56	18	2677	1	3	11	15	6120	610	538	7268	26,9%	73,0%	0,15%	8,4%	91%	0,4%	3,5%
mar/09	8728	645	542	9915	2604	50	19	2673	1	3	10	14	6123	592	513	7228	27,0%	72,9%	0,14%	7,8%	92%	0,5%	3,5%
abr/09	8722	632	540	9894	2604	47	19	2670	2	3	18	23	6116	582	503	7201	27,0%	72,8%	0,23%	7,4%	92%	0,5%	3,5%
mai/09	8722	629	540	9891	2604	47	19	2670	2	3	18	23	6116	579	503	7198	27,0%	72,8%	0,23%	7,5%	92%	0,5%	3,3%
jun/09	8479	647	517	9643	2606	38	17	2661	2	3	20	25	5871	606	480	6957	27,6%	72,1%	0,26%	5,9%	94%	0,5%	3,5%
jul/09	8472	662	510	9644	2607	38	18	2663	2	3	20	25	5863	621	472	6956	27,6%	72,1%	0,26%	5,7%	94%	0,5%	3,7%
ago/09	8545	693	485	9723	2602	61	18	2681	2	3	14	19	5941	629	453	7023	27,6%	72,2%	0,20%	8,8%	91%	0,4%	3,5%
set/09	8793	682	486	9961	2600	61	17	2678	2	3	20	25	6191	618	449	7258	26,9%	72,9%	0,25%	8,9%	91%	0,4%	2,5%
out/09	8812	715	476	10003	2608	59	12	2679	2	3	20	25	6202	653	444	7299	26,8%	73,0%	0,25%	8,3%	91%	0,4%	2,5%

Fonte: UN Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission, January 2001 / October 2009.

ANEXO R – UNMIT

Mês	Total Tropas	Total Polícia	Total Observ.	Total UNMIT	Tropas Portugal	Polícia Portugal	Observ. Portugal	Total Portugal	Tropas Malásia	Polícia Malásia	Observ. Malásia	Total Malásia	Tropas Brasil	Polícia Brasil	Observ. Brasil	Total Brasil	Tropas Outros	Polícia Outros	Observ. Outros
ago/06	0	589	15	604	0	135	1	136	0	250	2	252	0	1	2	3	0	203	10
set/06	0	463	18	481	0	135	1	136	0	167	2	169	0	1	1	2	0	160	14
out/06	0	959	31	990	0	185	4	189	0	164	2	166	0	1	4	5	0	609	21
nov/06	0	949	32	981	0	187	4	191	0	164	2	166	0	1	4	5	0	597	22
dez/06	0	1099	32	1131	0	200	4	204	0	199	2	201	0	3	4	7	0	697	22
jan/07	0	1445	32	1477	0	201	4	205	0	199	2	201	0	4	4	8	0	1041	22
fev/07	12	1472	21	1505	2	201	2	205	0	207	2	209	1	4	3	8	9	1060	14
mar/07	0	1555	33	1588	0	209	4	213	0	217	2	219	0	8	4	12	0	1121	23
abr/07	0	1641	33	1674	0	286	4	290	0	208	2	210	0	8	4	12	0	1139	23
mai/07	0	1626	33	1659	0	275	4	279	0	209	2	211	0	6	4	10	0	1136	23
jun/07	0	1628	33	1661	0	275	4	279	0	209	2	211	0	6	4	10	0	1138	23
jul/07	0	1631	33	1664	0	283	4	287	0	206	2	208	0	6	4	10	0	1136	23
ago/07	0	1608	32	1640	0	283	4	287	0	183	2	185	0	6	4	10	0	1136	22
set/07	0	1631	37	1668	0	279	4	283	0	205	2	207	0	6	5	11	0	1141	26
out/07	0	1464	32	1496	0	165	4	169	0	204	2	206	0	6	3	9	0	1089	23
nov/07	0	1481	33	1514	0	202	4	206	0	204	2	206	0	6	4	10	0	1069	23
dez/07	0	1480	33	1513	0	191	4	195	0	202	2	204	0	4	4	8	0	1083	23
jan/08	0	1444	32	1476	0	191	4	195	0	201	2	203	0	3	4	7	0	1049	22
fev/08	0	1494	32	1526	0	199	4	203	0	203	2	205	0	5	4	9	0	1087	22
mar/08	0	1546	33	1579	0	191	4	195	0	217	2	219	0	3	4	7	0	1135	23
abr/08	0	1519	31	1550	0	196	3	199	0	208	2	210	0	6	4	10	0	1109	22
mai/08	0	1512	31	1543	0	197	3	200	0	207	2	209	0	6	4	10	0	1102	22
jun/08	0	1527	31	1558	0	197	3	200	0	209	2	211	0	6	4	10	0	1115	22
jul/08	0	1533	33	1566	0	196	3	199	0	209	2	211	0	6	4	10	0	1122	24
ago/08	0	1534	33	1567	0	196	3	199	0	209	2	211	0	6	4	10	0	1123	24
set/08	0	1542	33	1575	0	196	3	199	0	208	2	210	0	6	4	10	0	1132	24
out/08	0	1556	32	1588	0	195	3	198	0	214	2	216	0	6	4	10	0	1141	23
nov/08	0	1542	32	1574	0	191	3	194	0	213	2	215	0	6	4	10	0	1132	23
dez/08	0	1517	33	1550	0	189	3	192	0	213	2	215	0	6	4	10	0	1109	24
jan/09	0	1502	33	1535	0	191	3	194	0	213	2	215	0	6	4	10	0	1092	24
fev/09	0	1578	33	1611	0	215	3	218	0	213	2	215	0	4	4	8	0	1146	24
mar/09	0	1542	33	1575	0	196	3	199	0	213	2	215	0	3	4	7	0	1130	24
abr/09	0	1426	33	1459	0	197	3	200	0	215	2	217	0	0	4	4	0	1014	24
mai/09	0	1485	33	1518	0	196	3	199	0	215	2	217	0	6	4	10	0	1068	24
jun/09	0	1559	33	1592	0	195	3	198	0	213	2	215	0	6	4	10	0	1145	24
jul/09	0	1582	33	1615	0	196	3	199	0	213	2	215	0	6	4	10	0	1167	24
ago/09	0	1578	33	1611	0	197	3	200	0	211	2	213	0	6	4	10	0	1164	24
set/09	0	1557	33	1590	0	197	3	200	0	211	2	213	0	6	4	10	0	1143	24
out/09	0	1552	32	1584	0	197	3	200	0	215	2	217	0	6	4	10	0	1134	23

Mês	Total Outros	% Total Portugal	% Total Malásia	% Total Brasil	% Total Outros	% Tropas Portugal	% Tropas Malásia	% Tropas Brasil	% Tropas Outros	% Policiais Portugal	% Policiais Malásia	% Policiais Brasil	% Policiais Outros	% Observ. Portugal	% Observ. Malásia	% Observ. Brasil	% Observ. Outros
ago/06	213	22,5%	41,7%	0,5%	35,3%	0%	0%	0,0%	0,0%	22,9%	42,4%	0,2%	34,5%	6,7%	13,3%	13,3%	66,7%
set/06	174	28,3%	35,1%	0,4%	36,2%	0%	0%	0,0%	0,0%	29,2%	36,1%	0,2%	34,6%	5,6%	11,1%	5,6%	77,8%
out/06	630	19,1%	16,8%	0,5%	63,6%	0%	0%	0,0%	0,0%	19,3%	17,1%	0,1%	63,5%	12,9%	6,5%	12,9%	67,7%
nov/06	619	19,5%	16,9%	0,5%	63,1%	0%	0%	0,0%	0,0%	19,7%	17,3%	0,1%	62,9%	12,5%	6,3%	12,5%	68,8%
dez/06	719	18,0%	17,8%	0,6%	63,6%	0%	0%	0,0%	0,0%	18,2%	18,1%	0,3%	63,4%	12,5%	6,3%	12,5%	68,8%
jan/07	1063	13,9%	13,6%	0,5%	72,0%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,9%	13,8%	0,3%	72,0%	12,5%	6,3%	12,5%	68,8%
fev/07	1083	13,6%	13,9%	0,5%	72,0%	17%	0%	8,3%	75,0%	13,7%	14,1%	0,3%	72,0%	9,5%	9,5%	14,3%	66,7%
mar/07	1144	13,4%	13,8%	0,8%	72,0%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,4%	14,0%	0,5%	72,1%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
abr/07	1162	17,3%	12,5%	0,7%	69,4%	0%	0%	0,0%	0,0%	17,4%	12,7%	0,5%	69,4%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
mai/07	1159	16,8%	12,7%	0,6%	69,9%	0%	0%	0,0%	0,0%	16,9%	12,9%	0,4%	69,9%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
jun/07	1161	16,8%	12,7%	0,6%	69,9%	0%	0%	0,0%	0,0%	16,9%	12,8%	0,4%	69,9%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
jul/07	1159	17,2%	12,5%	0,6%	69,7%	0%	0%	0,0%	0,0%	17,4%	12,6%	0,4%	69,7%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
ago/07	1158	17,5%	11,3%	0,6%	70,6%	0%	0%	0,0%	0,0%	17,6%	11,4%	0,4%	70,6%	12,5%	6,3%	12,5%	68,8%
set/07	1167	17,0%	12,4%	0,7%	70,0%	0%	0%	0,0%	0,0%	17,1%	12,6%	0,4%	70,0%	10,8%	5,4%	13,5%	70,3%
out/07	1112	11,3%	13,8%	0,6%	74,3%	0%	0%	0,0%	0,0%	11,3%	13,9%	0,4%	74,4%	12,5%	6,3%	9,4%	71,9%
nov/07	1092	13,6%	13,6%	0,7%	72,1%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,6%	13,8%	0,4%	72,2%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
dez/07	1106	12,9%	13,5%	0,5%	73,1%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,9%	13,6%	0,3%	73,2%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
jan/08	1071	13,2%	13,8%	0,5%	72,6%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,2%	13,9%	0,2%	72,6%	12,5%	6,3%	12,5%	68,8%
fev/08	1109	13,3%	13,4%	0,6%	72,7%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,3%	13,6%	0,3%	72,8%	12,5%	6,3%	12,5%	68,8%
mar/08	1158	12,3%	13,9%	0,4%	73,3%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,4%	14,0%	0,2%	73,4%	12,1%	6,1%	12,1%	69,7%
abr/08	1131	12,8%	13,5%	0,6%	73,0%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,9%	13,7%	0,4%	73,0%	9,7%	6,5%	12,9%	71,0%
mai/08	1124	13,0%	13,5%	0,6%	72,8%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,0%	13,7%	0,4%	72,9%	9,7%	6,5%	12,9%	71,0%
jun/08	1137	12,8%	13,5%	0,6%	73,0%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,9%	13,7%	0,4%	73,0%	9,7%	6,5%	12,9%	71,0%
jul/08	1146	12,7%	13,5%	0,6%	73,2%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,8%	13,6%	0,4%	73,2%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
ago/08	1147	12,7%	13,5%	0,6%	73,2%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,8%	13,6%	0,4%	73,2%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
set/08	1156	12,6%	13,3%	0,6%	73,4%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,7%	13,5%	0,4%	73,4%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
out/08	1164	12,5%	13,6%	0,6%	73,3%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,5%	13,8%	0,4%	73,3%	9,4%	6,3%	12,5%	71,9%
nov/08	1155	12,3%	13,7%	0,6%	73,4%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,4%	13,8%	0,4%	73,4%	9,4%	6,3%	12,5%	71,9%
dez/08	1133	12,4%	13,9%	0,6%	73,1%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,5%	14,0%	0,4%	73,1%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
jan/09	1116	12,6%	14,0%	0,7%	72,7%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,7%	14,2%	0,4%	72,7%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
fev/09	1170	13,5%	13,3%	0,5%	72,6%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,6%	13,5%	0,3%	72,6%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
mar/09	1154	12,6%	13,7%	0,4%	73,3%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,7%	13,8%	0,2%	73,3%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
abr/09	1038	13,7%	14,9%	0,3%	71,1%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,8%	15,1%	0,0%	71,1%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
mai/09	1092	13,1%	14,3%	0,7%	71,9%	0%	0%	0,0%	0,0%	13,2%	14,5%	0,4%	71,9%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
jun/09	1169	12,4%	13,5%	0,6%	73,4%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,5%	13,7%	0,4%	73,4%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
jul/09	1191	12,3%	13,3%	0,6%	73,7%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,4%	13,5%	0,4%	73,8%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
ago/09	1188	12,4%	13,2%	0,6%	73,7%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,5%	13,4%	0,4%	73,8%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
set/09	1167	12,6%	13,4%	0,6%	73,4%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,7%	13,6%	0,4%	73,4%	9,1%	6,1%	12,1%	72,7%
out/09	1157	12,6%	13,7%	0,6%	73,0%	0%	0%	0,0%	0,0%	12,7%	13,9%	0,4%	73,1%	9,4%	6,3%	12,5%	71,9%

Fonte: UN *Monthly Summary of Contributors of Military and Police Personnel: Country/Mission. January 2001 / October 2009.*